

The book cover is a collage of three vertical panels. The left panel shows a dense school of fish in greenish water. The middle panel shows a field of tall green grass with a small animal in the distance. The right panel shows a person kayaking on a body of water at sunset. The title and author information are overlaid on a semi-transparent green band across the middle.

OLHARES GEOGRÁFICOS
PRODUÇÃO SOCIAL DA NATUREZA

EDVALDO CESAR MORETTI
(ORGANIZADOR)

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a. Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a. Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a. Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS
www.totalbooks.com.br

OLHARES GEOGRÁFICOS

Produção Social da Natureza

Edvaldo Cesar Moretti
Organizador



Copyright © Edvaldo Cesar Moretti
Capa: Marise Frainer
Editoração: Paulo Roberto Fitz
Revisão: TotalBooks

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Olhares geográficos [livro eletrônico] : produção social da natureza /
Edvaldo Cesar Moretti (organização). – 1. ed. – Porto Alegre :
TotalBooks, 2020.

PDF

Vários autores

Bibliografia

ISBN 978-65-88393-02-4

1. Biogeografia - Brasil 2. Ciências humanas
3. Mato Grosso do Sul - Aspectos ambientais 4. Meio ambiente 5.
Natureza 6. Pesquisa 7. Território 8. Turismo - Mato Grosso do Sul
I. Moretti, Edvaldo Cesar.

20-49368

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Geografia e meio ambiente 304.2

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Todos os direitos reservados para os autores.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

www.totalbooks.com.br

contato@totalbooks.com.br

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia autorização por escrito do/a respectivo/a autor/a.

Os autores são responsáveis pelos textos apresentados e assumem total responsabilidade pública e jurídica sobre os conteúdos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Edvaldo Cesar Moretti 7

PREFÁCIO

Douglas Santos 10

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS: PRINCIPAIS DEMANDAS DOS USOS, PRESSÕES E OS CONFLITOS NO ÂMBITO REGIONAL

Vera Lúcia Freitas Marinho

Elaine Ketelin Pinto Luz..... 13

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DO PLANEJAMENTO NA PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO E CONSUMO DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DE DOURADOS/MS

Bruno Ferreira Campos 32

APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E DINÂMICA PRODUTIVA DA AQUICULTURA EM DOURADOS – MS

Adriano Chaves de França..... 58

A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO E A ESTRATÉGIA DA IMPLANTAÇÃO DE GEOPARQUES

Cecilia Aparecida Costa..... 79

A PRODUÇÃO DA NATUREZA NO PANTANAL DE PORTO MURTINHO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Lidiane Almeida Costa 107

O PANTANAL TRANSFRONTEIRIÇO (BOLÍVIA, BRASIL E PARAGUAI) E AS ÁREAS PROTEGIDAS: NATUREZA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS

Karoline Batista Gonçalves..... 129

PRESERVAR PARA QUEM? UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS BATALHAS EM TERRAS DO AGROECOTURISMO EM BONITO/MS

Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro 155

O TURISMO NO PANTANAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Mara Aline Ribeiro

Amilton Luiz Novaes..... 175

| | |
|---|-----|
| TRAJETÓRIAS DO IDEÁRIO DE NATUREZA E SEUS REFLEXOS NO TURISMO CONTEMPORÂNEO | |
| <i>Heros Augusto Santos Lobo</i> | 192 |
| VALORAÇÃO E CONCESSÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL NA SERRA DA BODOQUENA/MS | |
| <i>Joyce Ávila de Oliveira</i> | 215 |
| NATUREZA: NUANCES, CONCEPÇÕES E OLHARES CONTEMPORÂNEOS | |
| <i>FábioPozati</i> | |
| <i>Sandra Julia Gonçalves Albergaria</i> | 228 |
| PROSAVANA (RE)VISITADO: NEOCOLONIALISMO AGRÁRIO E A FRACASSADA TENTATIVA DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM MOÇAMBIQUE | |
| <i>Lucas Atanásio Catsossa</i> | 246 |
| NATURALEZA Y PAISAJE COMO CONCEPTOS BASICOS EN LOS ESTUDIOS GEOGRAFICOS, AMBIENTALES Y TERRITORIALES: EXPERIENCIAS DE LOS AUTORES | |
| <i>Eduardo Salinas Chávez</i> | |
| <i>Mauro Henrique Soares da Silva</i> | |
| <i>Alberto Enrique Garcia-Rivero</i> | 284 |
| ÍNDICE REMISSIVO | 312 |
| SOBRE OS AUTORES..... | 313 |

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA, vinculado aos cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas na Universidade Federal da Grande Dourados – FCH/UFGD, celebra, no ano de 2020, vinte anos de atividade científica. A publicação deste livro digital tem o objetivo de divulgar as recentes reflexões acadêmicas dos/as membros/as do Grupo de Pesquisa, composto por pesquisadores/as da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR, da Universidade Paulista – UNIP, da Universidade Púnguè e do Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica, ambos de Moçambique, da Rede Municipal de Ensino de Dourados, e da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Os textos são resultados de pesquisas e de debates coletivos realizados em colóquios, seminários e grupos de estudos que ocorrem periodicamente desde a criação do GTA.

O Grupo de Pesquisa Território e Ambiente foi implantado junto ao Laboratório de Pesquisas Territoriais, no Departamento de Ciências Humanas - LAPET, em outubro de 2000, no Centro Universitário de Dourados - CEUD, então *campus* de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Inicialmente, as reuniões aconteciam no espaço conhecido como “sala atrás da piscina”, do CEUD. Com a implantação da Universidade Federal da Grande Dourados, em 2006, o GTA passou a funcionar no prédio da Faculdade de Ciências Humanas, na Unidade II da UFGD e, posteriormente, foi transferido para o Núcleo de Estudos Estratégicos de Fronteira - NEEF.

Ao longo dos anos, o GTA consolidou-se como ponto de encontro para estudantes e docentes que desejam refletir sobre a Geografia, desenvolver pesquisas, e participar do processo de construção do conhecimento. O Grupo tem como centralidade olhar o mundo na perspectiva da ciência geográfica, especificamente, nas áreas de Natureza, Fronteira, Turismo e Desenvolvimento Regional.

Alguns números ilustram a capacidade do Grupo em participar da formação de pessoas e na produção de conhecimento. Nesses 20 anos foram defendidos 29 trabalhos de conclusão de curso de graduação, concluídas 41 iniciações científicas, 11 monografias de cursos de especialização, e defendidas 21 dissertações de mestrados e 8 teses de doutorado.

As pesquisas realizadas foram definidas coletivamente no Grupo de Pesquisa; os temas propostos sempre estiveram referenciados nas leituras de bibliografias e na realidade vivenciada pelos membros do GTA. Foram concluídas 15 pesquisas, algumas delas com financiamentos de órgãos de pesquisas, como FUNDECT/MS, FINEP, CAPES e CNPq.

Essas pesquisas permitiram organizar atividades de extensão com o objetivo de apresentar e discutir temas relacionados à ciência geográfica, que consideramos relevantes para comunidades socialmente vulneráveis e para professores das redes de Ensino Básico e Médio. As atividades de extensão sempre estiveram na natureza do Grupo, especialmente por oportunizar interações para além da academia, para um despertar a partir das interações das realidades vivenciadas, e para provocar o despertar de outras visões de mundo.

Toda essa produção institucionalizada na universidade, de alguma forma gerou debate sobre o conhecimento geográfico e contribuiu para a formação de profissionais em geografia.

A existência e a consolidação do Grupo de Pesquisa, nessas duas décadas, só foram possíveis pelo engajamento de estudantes e pesquisadores/as nas práticas cotidianas do “fazer ciência”. Como princípio, o GTA entende que “o fazer ciência” significa pensar o mundo a partir de uma compreensão crítica e solidária para com as pessoas que produzem e participam dos lugares.

No caminhar, foi construído o desafio de pensar a temática da produção social da natureza como direção para o olhar coletivo do Grupo sobre os processos e movimentos da sociedade na construção de perspectivas de natureza. Nos textos selecionados para comporem os capítulos deste livro, estão presentes pistas da unicidade do grupo, inspirado na diversidade dos olhares geográficos sobre os significados de natureza produzidos pelas pessoas no seu caminhar por este mundo.

Em um processo de adaptação à modernidade tecnológica, além das reuniões presenciais dos/as pesquisadores/as, um novo formato de comunicação foi instituído pelos/as membros do grupo a partir de discussões/debates em redes sociais, reuniões *on-line* e a criação do site www.olharesgeográficos.com.br.

É importante destacar que, nos 20 anos do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, aproximadamente 80 estudantes e pesquisadores participaram diretamente da sua construção e, com suas histórias de vida e sonhos, contribuíram para a reflexão e para a produção de conhecimento sobre as geografias socialmente produzidas.

Por fim, vários pesquisadores e pensadores participam de nossas buscas por conhecimento; não cabe aqui uma lista de nomes, mas suas ideias estão em cada capítulo deste livro. Entre estas, deixamos um fragmento das ideias trazidas por Neil Smith, para encararmos o desafio e entender a produção da natureza.

Tão logo os seres humanos se separaram dos animais, começando a produzir seus próprios meios de subsistência, eles começaram a mover-se mais e mais próximos ao centro da natureza. Através do trabalho humano e da produção da natureza na escala global, a sociedade humana colocou-se no centro da natureza. Desejar coisa diferente é nostálgico. Precisamente esta centralidade na natureza é o que impulsiona a louca busca do capital, realmente para controlar a natureza, mas a ideia de controle sobre a natureza é um sonho. É o sonho acalentado cada noite pelo capital e suas classes, em preparação para o próximo dia de trabalho. Verdadeiramente humano, o controle social sobre a *produção* da natureza, contudo, é o sonho realizável do socialismo. (SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, p. 107).

Edvaldo Cesar Moretti

Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente

PREFÁCIO

Pensar na “produção social da natureza”, tal como nos indica o título desse livro, é envolver-nos em um complexo emaranhado de leituras e significações de mundo, polêmicas quase infindáveis em torno de diferentes cosmologias e/ou diferentes concepções do significado de ciência. A proposição propõe perguntas aparentemente irrespondíveis tais como: seria possível que um dos produtos da sociedade seja natureza? Ou, ainda, seria a sociedade, igualmente, um produto da natureza? Em caso positivo: seria a sociedade uma das maneiras do existir da natureza? E, por fim, se existe um produto social que poderíamos chamar de natureza, o que será que isso significa?

Perguntas e mais perguntas, sendo que nenhuma das respostas possíveis, mesmo que individualizadas, caberiam num simples prefácio e, por certo, não serão encontradas explicitamente em nenhum dos artigos que compõem o presente livro, na sua maior parte preocupados em desvendar conceitos tendo a empiria como ponto de inflexão. Imagino, outrossim, que as dúvidas que apontamos em nossas perguntas iniciais tenderão a se tornar mais amadurecidas à medida que as leituras avancem e, dessa maneira, se tornem mais ajustadas ao exercício típico da ciência de buscar respostas em um diálogo tenso e direto com o fenomênico e, em meio a isso, fazer perguntas aos caminhos que percorremos quando empurrados por nossas dúvidas.

Em um rápido olhar sobre os temas que aqui se desenrolam teremos, por certo, um roteiro de leitura.

Primeiramente, a quase totalidade dos capítulos se debruça sobre o Mato Grosso do Sul. Dali são tirados os exemplos e é com eles que se busca a construção dos conceitos, em um evidente diálogo com o título do livro. Tudo isso num esforço de se demonstrar que, para além do que possamos afirmar em torno do significado de Natureza, o que se sabe é que, de forma cada vez mais devastadora, a sociedade capitalista transforma, controla e define nosso imaginário no intuito de reconhecermos como “natural” que nossa relação com o mundo seja mediada pelo conceito de mercadoria e, portanto, no plano do fetiche.

Desse modo, sejam as águas, a mata, o pantanal, as chuvas, as montanhas, ou qualquer outro elemento que consideremos como natural, o acesso se fará mediado pelo fato de que tudo isso se torna propriedade privada e, portanto, uma mercadoria que deve ser comprada para que se tenha acesso.

Preservar a natureza, principalmente do ponto de vista do turismo, mas não só, é, de fato, um controle sobre os elementos que, de uma maneira ou de outra, povoam nosso imaginário como sendo natureza. Manipulada, artificializada, privatizada, propagandeada, enfim, um produto à disposição dos que por ela podem pagar.

Assim, poderemos identificar dois movimentos aparentemente díspares, mas absolutamente intercomplementares: de um lado, a ideia de que o lugar é paisagem e que mantê-la e, ao mesmo tempo, manipulá-la, é a forma pela qual tornamos a todos uma verdadeira multidão de defensores do chamado meio ambiente; e, na aparente contramão, vamos encontrar produtos que, provavelmente disponíveis nos supermercados e feiras mais próximos de nossas casas, possuem como marca registrada o fato de serem originados em ambientes ecologicamente controlados.

Peixes, imóveis, paisagens, hotelaria... E a lista vai se ampliando a cada artigo sobre o qual nos debruçemos.

Distante do Brasil, mas sem fugir do tema central do livro, teremos uma contundente abordagem sobre os projetos de desenvolvimento econômico que, nos dias de hoje, procuram se materializar na savana moçambicana. Voltamos aqui, portanto, ao exercício de se desenvolver conceitos a partir da reflexão sobre a empiria e, tal como nos artigos que realçam alguns aspectos de Mato Grosso do Sul, vamos nos deparar com relatos, descrições, inferências e, portanto, abordagens no mínimo surpreendentes.

Por fim, igualmente interessante, um bloco composto por artigos que se dedicam, basicamente, ao desenvolvimento de conceitos (no caso, o de natureza e o de paisagem). Trata-se, na verdade, de levantamentos bibliográficos sobre os temas, o que ajudará o leitor a traçar caminhos de pesquisa e participar ativamente dessa discussão, a qual, como reiteradamente afirmam os autores dos artigos, é um percurso de máxima importância.

Assim, fatos que desconhecíamos, dinâmicas e materialidades que, pela abordagem com que são apresentados, nos levarão, certamente, a reavaliar o que imaginávamos saber sobre o assunto.

A leitura do livro como um todo, pelo seu próprio formato, nos obriga a mergulhar em um verdadeiro painel onde, o que se exige de fato, é que se demonstre os diferentes fazeres da Geografia, enquanto ciência e, portanto, enquanto um parâmetro com um estatuto epistemológico definido e com derivações conceituais que nos permitem exercitar as possibilidades dessa tradição do conhecimento. Em outras palavras, a leitura do livro vai nos mostrar alguns exemplos do que é possível sabermos do mundo e com que ferramentas isso se realiza, quando temos a Geografia como fundamento e perspectiva.

Vale realçar que caberá aos leitores julgar a maior ou menor pertinência de cada uma das abordagens e, como cabe a qualquer documento acadêmico, colocar cada um deles sob o crivo do debate público. Assim, para além de ser um simples material de leitura, o livro pode se tornar também uma ferramenta para o conhecimento que, na sua inflexão com individualidades tão diferentes, é sempre uma produção coletiva.

Douglas Santos
Madrid, Espanha, outubro de 2020

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS: PRINCIPAIS DEMANDAS DOS USOS, PRESSÕES E OS CONFLITOS NO ÂMBITO REGIONAL

Vera Lúcia Freitas Marinho

Elaine Ketelin Pinto Luz

*“Eu fui à Corumbá pra no Pantanal olhar a bicharada
Eu fui pra ver, não vi, que decepção senti
Vi quase nada”*

Poema: Adeus Pantanal (Itamar Assumpção, 1988).

Introdução

Na contemporaneidade, a temática sobre a qual nos debruçamos encontra-se no centro dos debates em inúmeros eventos nacionais e internacionais. É fato que a abordagem sobre os recursos hídricos não é de domínio exclusivo de determinados campos de conhecimento ou linhas de pesquisa. Ao contrário, ela manifesta o interesse de pesquisadores, agentes públicos e privados, organismos internacionais, além de instituições envolvidas na definição de prioridades e fomentos de políticas públicas.

Cabe esclarecer que o significado de recursos hídricos, internaliza a compreensão da água como “bem” ao qual é atribuída certa valoração econômica, passível de apropriação e privatização, ou seja, sujeita a transações mercadológicas. Nesse sentido, a água é incorporada aos processos produtivos cujas disputas por setores de usuários pela sua apropriação e controle, ocorrem subjugadas a uma lógica de exploração mercantil. Ao contrário dessas prerrogativas, advogamos a compreensão da água com um elemento livre da natureza, essencial aos incontáveis processos naturais e sociais, sendo, portanto, de uso comum e parte integral das relações na sociedade.

Tais noções se encontram associadas aos referenciais teórico-metodológicos, os quais direcionam nossa leitura sobre os desafios contemporâneos no gerenciamento dos recursos hídricos. Tratam-se de observações sob a ótica da contradição e dos conflitos, materializados nas principais demandas dos usos das águas no âmbito regional, sobretudo por pressões advindas das agroindústrias voltadas à produção de commodities para exportação. Neste caso específico, se encontram os produtores rurais (irrigantes e

pecuaristas) que são os usuários de maior volume de água, embora também se mantenham no jogo de interesses outros usuários tais como: empresários urbanos e do turismo e lazer.

Essas questões apresentam reflexões cuja essência as aproxima da centralidade dos debates promovidos nas reuniões e/ou encontros do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA¹, que possibilitam, de forma coletiva, compartilhar pesquisas e extensão universitária, possibilitando vivências para além do campo acadêmico. Essas discussões contribuem para esta pesquisa devido à complexidade das relações entre homem e natureza, que dão origem aos fenômenos aqui analisados.

Este texto foi fundamentado, em parte, na tese de doutorado, intitulada “Leitura geográfica sobre a política dos recursos hídricos no Brasil: o comitê de bacia hidrográfica do rio Miranda (MS)”, defendido no Programa de Pós-Graduação em Geografia (Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. O estudo aqui apresentado também se baseia em uma pesquisa da monografia intitulada “Organismos colegiados de bacias hidrográficas: CBH – Rio Miranda – ações e atuações integradas aos municípios de Jardim e Bonito – MS”, defendida no curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, o capítulo que se segue apresenta um balanço das experiências das autoras relacionadas ao tema. Em especial, visa apresentar resultados das investigações na escala regional, com enfoque na bacia hidrográfica do Rio Miranda inserida integralmente no estado de Mato Grosso do Sul, na região hidrográfica do Paraguai, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Desafios contemporâneos no gerenciamento dos recursos hídricos

As intensas alterações nas relações de uso e apropriação das águas historicamente têm configurado conflitos entre os diferentes usuários. Com o desenvolvimento técnico-científico, a expansão de mercados e a transformação da natureza em recurso mercadológico no território brasileiro, bem como em vários países do mundo, esses conflitos trazem à luz debates sobre direito comum e acesso à água,

¹ O GTA possui como centralidade temática a Geografia, especificamente, nas áreas de Natureza, Fronteira, Turismo e Desenvolvimento.

interesses de mercado, disputas políticas e questões socioambientais (DICTORO, HANAI, 2017).

Nas últimas décadas do século XX foram significativas as reformas nas legislações e instrumentos da gestão de recursos hídricos, evidenciando uma “[...] flexibilização da atuação do Estado, notadamente através de privatização de empresas governamentais, terceirização de serviços públicos e adoção de instrumentos econômicos de regulação ambiental” (IORIS, 2013, p.3).

Tais situações revelaram a necessidade da criação de arranjos políticos e institucionais que promovessem a mediação entre os setores de usuários, as políticas públicas ambientais, e participação das múltiplas visões da sociedade civil nos órgãos e conselhos de planejamento e gerenciamento das águas. Ao conceber este aparato político-institucional são criadas as condições estratégicas para a planificação do território, como também para definição das metas e ações voltadas às políticas públicas de recursos hídricos (MARINHO, 2015).

A partir do século XXI, os debates sobre governança das águas ganham relevância no cenário mundial. Essas discussões encaminham-se ao encontro da necessidade de gerenciar os usos múltiplos das águas, com interesses diversos e muitas vezes antagônicos que se tornam cada vez mais latentes e afetam qualitativamente e quantitativamente as águas (TUNDISI, 2013).

A mudança de paradigma emergiu mundialmente e teve como principal resultado a gestão integrada dos recursos hídricos para atuação em escala local. Nesse sentido, o processo de governança passou para uma gestão de bacia hidrográfica, integrando as ações para:

[...] os usos múltiplos, ou seja, servindo os usos múltiplos de forma integrada e não setorial; e tornando-se essencialmente preditiva, com a finalidade de antecipar processos e fenômenos. Esta evolução na governança da água tem um papel relevante também na descentralização do processo, ou seja, aplicando-se a gestão de bacia hidrográfica na menor escala possível (TUNDISI, 2013, p. 225).

A gestão das águas e/ou gestão de recursos hídricos baseia-se em três pilares: informação, participação e gestão de conflitos. Nesse contexto, tem por finalidade intervir nas bases técnicas da regulação e do controle dos usos dos recursos hídricos através do redirecionamento da dialética entre sociedade e natureza (IORIS, 2006, 2008; LUZ, MARINHO, 2019).

Nesse sentido a gestão de recursos hídricos envolve um conjunto de medidas tomadas por órgãos governamentais e não governamentais no sentido de:

[...] avaliar, dispor, usar e conservar reservas de água, processos hidrológicos e o próprio espaço da bacia hidrográfica. Regulação de uso da água inclui instrumentos legais, recomendações e incentivos utilizados por agências públicas para influenciar o comportamento individual e as instituições sociais. Na doutrina jurídica e administrativa contemporânea, os processos de gestão e regulação de uso da água passaram a ser diretamente relacionados ao emergente discurso de “governança ambiental” e “gestão integrada” (IORIS, 2008, p. 62).

Em relação à escala espacial, adota-se a bacia hidrográfica por ser um sistema socioambiental aberto, dotado de complexidade física e humana e em constante estado de mutação, sendo considerada como espaço ideal para as intervenções de planejamento e gestão de recursos hídricos (IORIS, 2008).

No Brasil, o final da década de 1990 marca o período em que são adotadas as medidas de gestão como uma política de Estado cujo resultado engendrou o arcabouço institucional promulgado na Lei 9.433 de janeiro de 1997. Esta Lei instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, a qual estabelece a matriz do modelo² brasileiro do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos (BERRETA, LAURENT, BASSO, 2012).

A Política Nacional dos Recursos Hídricos instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH). Esse instrumento abarca diversos órgãos e instituições, os quais possuem como função a execução da Política Nacional dos Recursos Hídricos. O SINGREH é composto pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental, Agência Nacional de Águas, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, Órgãos gestores de recursos hídricos estaduais (entidades estaduais), Comitês de Bacia Hidrográfica, e Agências de Água.

Em âmbito nacional, a partir da implementação do SINGREH, foi formalizada a instalação dos comitês de bacia hidrográfica. Estes são compreendidos como órgãos/organismos colegiados locais cujas atribuições devem ser exercidas na bacia hidrográfica respectiva. Sendo assim, as bacias hidrográficas são definidas como

² O modelo teve como referências os princípios da Lei das Águas adotada na França, a partir de 1964.

unidades de planejamento e ação, sendo gerenciadas pelos organismos colegiados³ de bacias hidrográficas.

Conforme apontado por Marinho e Moretti (2016), as primeiras iniciativas nacionais para instalação dos comitês de bacias hidrográficas antecedem a Política Nacional. As experiências iniciais ocorreram na Região Sul, no estado do Rio Grande do Sul, em 1988, nas bacias dos Rios Sinos e Gravataí; na Região Sudeste, no ano de 1989, na bacia do Rio Doce e, em 1992, na bacia do Rio Paraíba do Sul. Em 1991, destaca-se a criação dos comitês de bacia do Alto Tietê e dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH- PCJ), ambos localizados no estado de São Paulo.

Os comitês de bacia hidrográfica abarcam, em sua composição, o poder público (federal, estadual e municipal), o setor de usuários e o de organizações da sociedade civil, tendo como base o processo participativo de negociação entre os distintos usos na tomada de decisão das ações a serem implementadas nas bacias hidrográficas (BRASIL, 2011). O quadro a seguir, apresenta as competências atribuídas aos comitês.

Os comitês podem atuar em diferentes escalas geográficas. É chamado de Comitê Interestadual, quando a área das bacias se estende por mais de um estado; de Comitê Estadual, na situação em que sua área abrange apenas o limite de bacias hidrográficas localizadas exclusivamente no território de um estado; e de Comitê Único, quando existe somente um órgão para deliberar na esfera das bacias estaduais e interestaduais (BRASIL, 2017).

Portanto, a principal função desses colegiados consiste em discutir e deliberar sobre as políticas públicas ambientais e ações relacionadas aos aspectos de quantidade e a qualidade das águas. Destaca-se também a competência de efetivar a cobrança pelo uso das águas, por meio das agências de bacia, e autonomia para aplicar os recursos angariados (JACOBI, 2006).

Na conjuntura nacional, visando atender às metas da Política Federal, os governos das Unidades da Federação adotaram uma série de mudanças de caráter jurídico (leis, decretos e resoluções). Em termos estruturais e institucionais,

³Os organismos colegiados de bacias hidrográficas compreendem os diversos tipos de entidades ou órgãos criados para atuar no espaço geográfico de uma bacia hidrográfica, incluem os comitês, agências, associações civis, organizações não governamentais, associações e consórcios intermunicipais e outras entidades semelhantes.

desenvolvem diversas secretarias e órgãos para adequarem e operacionalizarem as políticas públicas de gestão de recursos hídricos.

Quadro – Atribuições gerais dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

| | | |
|--------------------|----------------------|---|
| ATRIBUIÇÕES | DELIBERATIVAS | Arbitrar em primeira instância administrativa os conflitos pelo uso da água. |
| | | Aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica e conseqüentemente: <ul style="list-style-type: none"> - metas de racionalização de uso, aumento da quantidade e melhoria da qualidade; - prioridades para outorga de direito de uso de recurso hídrico; - diretrizes e critérios gerais para cobrança; e - condições de operação de reservatórios, visando garantir os usos múltiplos. |
| | | Estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos. |
| | | Estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo. |
| | PROPOSITIVAS | Acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da Bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas. |
| | | Indicar a Agência de Água para a aprovação do Conselho de Recursos Hídricos competente. |
| | | Propor os usos não outorgáveis ou de pouca expressão ao Conselho de Recursos Hídricos competente. |
| | | Escolher a alternativa para o enquadramento de corpos d'água e encaminhá-la aos conselhos de recursos hídricos competentes. |
| | | Sugerir os valores a serem cobrados pelo uso da água. |
| | | Propor aos conselhos de recursos hídricos a criação de áreas de restrição de uso, com vista à proteção dos recursos hídricos. |
| | | Propor aos conselhos de recursos hídricos as prioridades para aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico da bacia. |
| | CONSULTIVAS | Promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular |

Fonte: BRASIL (2011), organizado pelas autoras.

Conforme os dados apresentados no site oficial da ANA – Agência Nacional das Águas (ANA, 2020), nas duas décadas de execução da Política Nacional de Recursos Hídricos, o número de novos comitês de bacias hidrográficas⁴ instalados em rios de domínio da União e Estados cresceu expressivamente. Porém, são apontados, dentre outros, limitações e desafios a vencer. Dentre eles, é preciso demonstrar a relevância da Política de Recursos Hídricos, de modo a tornar possível a sua inserção no contexto das prioridades sociais e governamentais, bem como a necessidade de fortalecimento dos órgãos gestores de recursos hídricos estaduais. Também é importante apresentar a necessidade de acompanhamento, avaliação e responsabilização de todos os entes (poder compartilhado *versus* responsabilidades compartilhadas).

Ainda se destaca a grande disparidade existente entre a estrutura federal, personificada na ANA, e as estruturas estaduais de gestão. Estas estão ainda muito distantes dos preceitos, desafios e necessidades inerentes à gestão das águas, dificultando as metas e a execução da Política como um todo.

Nesse cenário foram criados três programas voltados à gestão dos recursos hídricos e aos comitês de bacia hidrográfica: o Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO⁵, em vigor a partir de 2013; o Programa de Estímulo à Divulgação de Dados de Qualidade de Água – QUALIÁGUA também criado em 2013; e o Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS⁶, criado em 2016.

O PROGESTÃO visa financiar as Unidades da Federação em suas ações de fortalecimento institucional, como também de gerenciamento a partir do estabelecimento de metas de acordo com o panorama dos recursos hídricos de cada estado. A quantia de R\$ 92,6 milhões foi repassada às Unidades da Federação até o ano de 2018. O QUALIÁGUA possui a função de monitorar, divulgar informações e padronizar métodos de levantamento da condição da qualidade das águas no âmbito

⁴No Brasil, em 1997, quando sancionada a Lei das Águas, havia trinta comitês de bacias hidrográficas. Conforme dados da ANA, atualmente foram criados dez comitês interestaduais e 239 comitês estaduais. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/aguas-no-brasil/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica/comite-de-bacia-hidrografica-estaduais>. Acesso em: 15/09/2020.

⁵Em 2011 foi apresentada a carta em prol de um Pacto Nacional pela Gestão das Águas o qual apresentou entre um dos principais desdobramentos Programa Progestão. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/progestao/progestao>. Acesso em: 17/09/2020.

⁶Mais detalhes sobre o programa nas Resoluções ANA (1.190/2016 e 1.595/2016). Disponível em: https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/procomites/como_func. Acesso em: 17/09/2020.

estadual para alimentar o sistema nacional de informações⁷. O PROCOMITÊS é voltado especificamente aos comitês de bacias com o intuito de aprimorar e garantir a implementação da política nacional de recursos hídricos em escala local. Atualmente, o Programa conta com adesão de 168 comitês de 22 estados⁸ (BRASIL, 2019).

Cabe ressaltar que o apoio financeiro aos que aderiram aos Programas está condicionado ao cumprimento de metas previamente pactuadas e contratadas, com a anuência dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Desse modo, é interesse dos estados integrarem-se aos programas como forma de garantir a liberação de recursos voltados à execução das políticas estaduais de recursos hídricos.

Esboço da política de gestão das águas no Mato Grosso do Sul

O Mato Grosso do Sul teve a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos instituídos através da Lei nº 2.406 de 29 de janeiro de 2002. Tal Política apresenta, como premissa, um modelo de gerenciamento descentralizado e integrado às demais políticas públicas ambientais em nível nacional.

Vinculadas às metas da Política Estadual de Recursos Hídricos, foram criadas as condições institucionais e instrumentais de gestão de recursos hídricos. Entre estas, destacam-se: o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, o enquadramento dos corpos d'água em classes segundo os usos preponderantes da água, a outorga de direito de uso dos recursos hídricos, a cobrança pelo uso dos recursos hídricos e o Sistema Estadual de Informações dos Recursos Hídricos (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

Com a finalidade de promover a execução da Política Estadual dos Recursos Hídricos, foi organizada a estrutura do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Nele se inclui a base do processo decisório dos organismos colegiados - Conselhos e Comitês – para legitimar a tomada de decisões coletivas. Assim, “teoricamente”, abre-se a possibilidade democrática de incluir diferentes visões sobre as finalidades e definições de normas para fins de regulamentar os múltiplos usos

⁷ Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade das Águas - RNQA, no domínio do Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas – PNQA.

⁸ Não integram o Procomitês os seguintes estados: Acre, Amapá, Pará e Roraima.

das águas da bacia hidrográfica (MARINHO, 2015). A referida Política designa, conforme o art.2º, as competências de:

- I – assegurar, em todo o território do Estado, a necessária disponibilidade de água, para os atuais usuários e gerações futuras, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos;
- II – promover a compatibilização entre os múltiplos e competitivos usos dos recursos hídricos, com vistas ao desenvolvimento sustentável;
- III – promover a prevenção e defesa contra eventos hidrológicos críticos, de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais, que ofereçam riscos à saúde e à segurança pública ou prejuízos econômicos ou sociais;
- IV – incentivar a preservação, conservação e melhoria quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos (MATO GROSSO DO SUL, 2002).

Entretanto, a Lei estabelece alguns direcionamentos, com condições especiais de isenções de cobrança, por exemplo, aquelas previstas nos artigos 23 e 24.

[...] As agroindústrias que dispuserem de sistema próprio de captação, tratamento e reciclagem de água, com projetos aprovados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, serão isentas da cobrança pelo direito de uso da água. [...] Os produtores rurais que mantiverem sistema de irrigação de lavouras estarão isentos da cobrança pelo direito do uso da água, desde que comprovado o aumento da produtividade agrícola do beneficiário e a não poluição da água (MATO GROSSO DO SUL, 2002).

O Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos tem por desígnio executar a Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como elaborar, atualizar e pôr em prática o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, publicado em 2010. Deve também reunir entidades estaduais, municipais e sociedade civil.

Integram o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos: o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos; os Comitês de Bacias Hidrográficas; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo; a Secretaria de Estado da Produção; e as Agências de Águas (MATO GROSSO DO SUL, 2002).

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos foi criado através do Decreto nº 11.621/2004 como órgão de jurisdição superior ao Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul foi consagrado através da Resolução CERH-MS nº 011, de 5 de novembro de 2009.

As estruturas organizacionais estaduais de gestão dos recursos hídricos são equivalentes às previstas pela Lei Federal. Atualmente, o órgão responsável pela gestão da Política Estadual dos Recursos Hídricos é a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), sendo o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL) encarregado por executar a Política Estadual.

Atualmente, no Mato Grosso do Sul, existem três comitês estaduais de bacias hidrográficas: o CBH-Miranda, que foi o primeiro comitê estadual, criado no ano de 2005; o segundo foi o CBH-Ivinhema, criado em 2010; e, mais recentemente, o CBH-Santana-Aporé, criado em 2016⁹. Além dos comitês estaduais, o Mato Grosso do Sul também integra o CBH Paranaíba, rio de domínio da União. A figura 1, destaca as bacias com comitês estaduais de Mato Grosso do Sul.

Figura 1 – Mato Grosso do Sul: comitês de bacias hidrográficas – 2020.



Fonte: portal PROGESTÃO/Agência Nacional de Águas (2018).

Considerando os objetivos específicos deste capítulo, faz-se necessário delinear aspectos organizacionais do CBH-Miranda. Criado no ano de 2005 pela Resolução CERH/MS N° 002/2005, foi a primeira experiência de instalação dos organismos colegiados no Mato Grosso do Sul. As mobilizações para criação do CBH iniciaram no ano de 2001 e promoveram uma série de estudos científicos, eventos técnicos e mobilização da sociedade para debater temas relacionados à gestão da bacia.

A partir da sua organização, foram definidas em Regimento Interno suas finalidades, a organização, a estrutura de composição e suas respectivas representações,

⁹ Todos os comitês foram criados com a aprovação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MS e instituídos por resoluções estaduais.

suas atuações e ações. Nesse sentido, conforme o Art. 5º da Resolução CERH/MS N° 42/2017¹⁰, o colegiado possui as seguintes finalidades:

- I – Apoiar a integração da gestão dos recursos hídricos com a ambiental;
- II – articular a viabilidade técnica, econômica e financeira de programas e projetos de investimento;
- III – apoiar a integração entre políticas públicas setoriais, visando o desenvolvimento sustentável da bacia como um todo;
- IV- apoiar a articulação e a integração entre os sistemas nacional e estadual de gerenciamento de recursos hídricos, inclusive integrando as políticas municipais e as iniciativas regionais nas sub-bacias, de estudos, planos, programas e projetos às diretrizes e metas estabelecidas para a bacia hidrográfica do Rio Miranda, com vistas a garantir a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos recursos hídricos;
- V – apoiar as execuções das ações e exercer atribuições definidas no âmbito da Política e do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, implementando e integrando as ações previstas na Lei 2406/02 e em normas complementares supervenientes;
- IV – apoiar a criação e integração de instâncias regionais de gestão de recursos hídricos da bacia, tais como: os comitês de sub-bacias, consórcios intermunicipais, associações de usuários, organizações de ensino e pesquisa, organizações não governamentais e outras formas de organização (MATO GROSSO DO SUL, 2017, p. 22).

De acordo com Regimento Interno, o CBH - Rio Miranda deve ser composto por trinta e três membros, que incluem as representações do poder público federal, estadual e municipal, usuários e entidades da sociedade civil, todos eleitos em assembleias. Os representantes do CBH - Rio Miranda são indicados pela União, Estados e Municípios, bem como pelas entidades de usuários e da sociedade civil.

As entidades que compõem o comitê são organizadas de modo a constituir o Plenário, a Diretoria, a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas. O Plenário é constituído pelo poder público, usuários e sociedade civil; a Diretoria é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário-Executivo eleitos pelo plenário; as Câmaras Técnicas são constituídas de, no mínimo sete e, no máximo, onze componentes indicados por membros titulares do comitê.

A gestão 2019-2022 tem como Presidenta uma representante do segmento sociedade civil (UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e como Vice-Presidente um representante do segmento usuário (Sindicato Rural de Bonito) (IMASUL, 2019)¹¹.

¹⁰Disponível em: http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CERH-042-de-23-02-17_regimento-interno-cbh-miranda-1.pdf. Acesso em: 17/09/2020.

¹¹ Disponível em <https://www.imasul.ms.gov.br/cbh-miranda-diretoria-gestao-2019-2022/>. Acesso em 27/08/2020.

O estado adotou o PROGESTÃO no ano de 2013 com o Decreto Nº 13.649, definindo como entidade responsável no âmbito regional, o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL)¹². O programa prevê destinação de incentivo financeiro aos sistemas estaduais para aplicação exclusiva em ações de fortalecimento institucional e de gerenciamento de recursos hídricos. Atualmente o programa está no ciclo 2, tendo recebido recursos que, até o ano de 2019, somavam R\$ 4.711.732,50.¹³

O PROCOMITÊS foi incorporado à política estadual no ano de 2017, e encontra-se em sua primeira fase de implementação, sendo que, dos cinco níveis, os CBH's Miranda e Ivinhema posicionam-se em nível quatro, e o CBH Santana-Aporé, em nível três. Dentre as principais metas encontram-se: aprimoramento do funcionamento dos comitês, capacitação de membros, aperfeiçoamento dos recursos de comunicação, implementação de instrumentos de gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos, consolidação e manutenção de uma base de dados e informações acerca dos comitês, conselhos e entidades estaduais (ANA, 2018)¹⁴.

Tais programas materializam ações vinculadas ao conjunto de metas para o fortalecimento da gestão dos recursos hídricos. Ponderando que este aparato político-institucional se apoia em princípios da boa governança das águas, constata-se que o mesmo apresenta diversas fragilidades recorrentes nos diferentes estágios da gestão.

No caso dos comitês de bacia, os quais se fundamentam pela gestão compartilhada, descentralizada e de interesse comum, no entanto, são recorrentes situações de representações de grupos historicamente hegemônicos ocupando posições de liderança, com a exclusão de populações tradicionais, pequenos produtores rurais que, por isso, pouco protagonizam representações nos processos decisórios. Sendo esta uma das vias de controle, outra problemática está no tecnicismo com que esses processos ocorrem. Muitas vezes, essa característica se torna um obstáculo na ponte entre gestores, usuários e a sociedade civil. Esse dilema torna pouco orgânica a atividade relacional entre os agentes e tende a afastar ou, até mesmo, excluir a pluralidade de representações e/ou usuários de recursos hídricos.

¹²Foi escolhida pelo estado a categoria B de gestão que indica as ações dentro de um contexto de “balanço quali-quantitativo satisfatório na maioria das bacias; usos concentrados em algumas poucas bacias com criticidade quali-quantitativa (áreas críticas); incidência de conflitos pelo uso da água somente em áreas críticas”. Disponível em: <http://progestao.ana.gov.br/#>. Acesso em: 17/09/2020.

¹³ Disponível em: <http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/mapa/ms/recursos-progestao-transferidos-para-o-mato-grosso-do-sul>. Acesso em: 17/09/2020.

¹⁴ Todo o processo de certificação de metas é realizado com o apoio das Entidades Estaduais, que intermediam as relações dos comitês com a ANA. Mais detalhes Disponível em: https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/procomites/como_func. Acesso em: 20/09/2020.

Panorama das principais demandas de usos, pressões e os conflitos no âmbito regional

O Mato Grosso do Sul insere-se nas regiões hidrográficas¹⁵ do Paraguai e Paraná. O estado compreende a maior parcela territorial das bacias dos Rios Paraná e Paraguai na Região Centro-Oeste. Na bacia do Alto Paraguai, encontra-se inserido o pantanal¹⁶, onde 65% de seu território encontra-se no estado de Mato Grosso do Sul e 35% no Mato Grosso (EMBRAPA, 2020).

A região hidrográfica do Paraguai é subdividida por grandes bacias, ou unidades hidrográficas: a do Pantanal, e a do Planalto Paraguai, que possuem uma área de 362.380 km², dos quais 48% localizam-se em Mato Grosso e 52% em Mato Grosso do Sul. Ressalta-se, ainda, que suas águas são transfronteiriças, pois drenam os vizinhos países da Argentina, Bolívia e Paraguai (BRASIL, 2015, 2018).

Na região hidrográfica do Paraguai, a atual dinâmica de uso e ocupação da terra tem acelerado os processos de erosões e o assoreamento dos cursos fluviais. Embora ocorram, em parte, pela própria dinâmica natural da bacia,

[...] está diretamente relacionado ao perfil de manejo, uso e ocupação do solo, podendo levar a perdas de terras agricultáveis, danos à infraestrutura, além de conduzir ao assoreamento de cursos d'água e de reservatórios, interferindo no seu aproveitamento quantitativa e qualitativamente (BRASIL, 2018, p. 45).

Também são preocupantes os dados de contaminação e de poluição hídrica relacionados à precariedade dos sistemas de tratamento de esgotos, às cargas de agrotóxicos e de resíduos industriais. Esses elementos têm levado à perda da qualidade das águas para finalidade de consumo humano e balneabilidade.

Em relação às principais preocupações voltadas à gestão das águas na região hidrográfica do Paraguai, uma das prioridades é atender à crescente demanda de usuários, resolver a problemática da perda de qualidade das águas para abastecimento urbano e mediar os inúmeros conflitos entre os diversos usuários dos recursos hídricos.

¹⁵São regiões hidrográficas: bacias, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares. Foram implementadas a partir da Resolução nº32 de 2003 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Esse critério de divisão tem por objetivo orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos em todo o país, a partir da definição de 12 regiões hidrográficas. Disponível em: <http://www3.ana.gov.br/portal/ANA/panorama-das-aguas/divisoes-hidrograficas> Acesso em: 17/09/2020.

¹⁶Na perspectiva nacional e internacional, os olhares se voltam a esse território por possui uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, abrigo de um conjunto complexo de ecossistemas únicos e frágeis. Declarado Patrimônio Nacional pela Constituição Brasileira (1988), Área de Relevante Importância Internacional pela Convenção de Áreas Úmidas (RAMSAR, 1993) e Reserva da Biosfera pelo Programa das Nações Unidas para Ciência e a Cultura (UNESCO, 2000).

De acordo com o Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai (2018), a demanda e pressão feita pela agricultura na bacia do Paraguai chega a 75 mil hectares irrigados, dos quais 6,5 mil utilizam técnica de pivô central. O documento afirma que a Unidade de Planejamento e Gerenciamento do Rio Miranda – UPG Rio Miranda, está dentre as que mais utilizam água para fins de irrigação. Referente à pecuária, a demanda para dessedentação animal de toda a bacia do Paraguai chega a 54% do total, em apenas três bacias do estado de Mato Grosso do Sul: Miranda, Taquari e Jauru.

Tais características, fundamentam pensar na expansão de novas áreas que produzem, mercadorizam e consomem *agrohidroterritórios* – termo cunhado por Thomaz Junior (2010), referindo-se aos usos da terra e da água explorados em larga escala, em uma dinâmica de apropriação e consumo privado. Desse modo, o setor de agronegócios não apenas detém territórios e grandes propriedades privadas, mas também controla, consome e comercializa a água nos diferentes estágios da cadeia de produção.

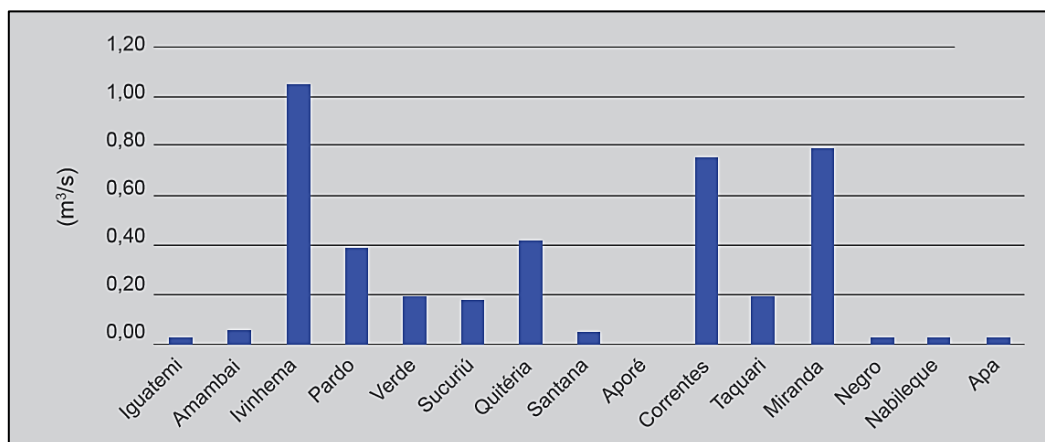
Sabe-se que o maior uso de água no Brasil e no mundo é voltado para a irrigação, uma atividade suplementar à agricultura. Segundo o relatório da ANA - Conjuntura dos Recursos Hídricos, até o ano de 2019, somavam-se cerca de 7,3 milhões de hectares de áreas irrigadas no Brasil (BRASIL, 2019). Porém, salientamos que retiradas ilegais de água, bem como a prática de queimadas criminosas em biomas como o Pantanal e a Amazônia para expandir áreas de plantio, podem elevar esse número. Através desses dados é possível entender o motivo do interesse e do engajamento desse setor na representatividade nos organismos de gestão dos recursos hídricos.

De acordo com o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso do Sul (2010), as maiores áreas cultivadas e irrigadas da região hidrográfica do Paraguai concentram-se na UPG Miranda, com um total de 7.071,64 hectares entre culturas de arroz, cana-de-açúcar, soja e milho, sendo as duas primeiras as mais expressivas. O documento destaca que os usos predominantes de agricultura em larga escala se encontram nos setores de nascentes dos cursos fluviais, ou na cabeceira da bacia (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

Segundo dados do Plano Estadual de Recursos Hídricos (2010) estimam-se, na UPG Miranda, os indicadores da vazão de retirada para irrigação em 0,788 m³/s, o que

representa a segunda maior do estado. O gráfico 1 apresenta a vazão de retirada para irrigação por UPG.

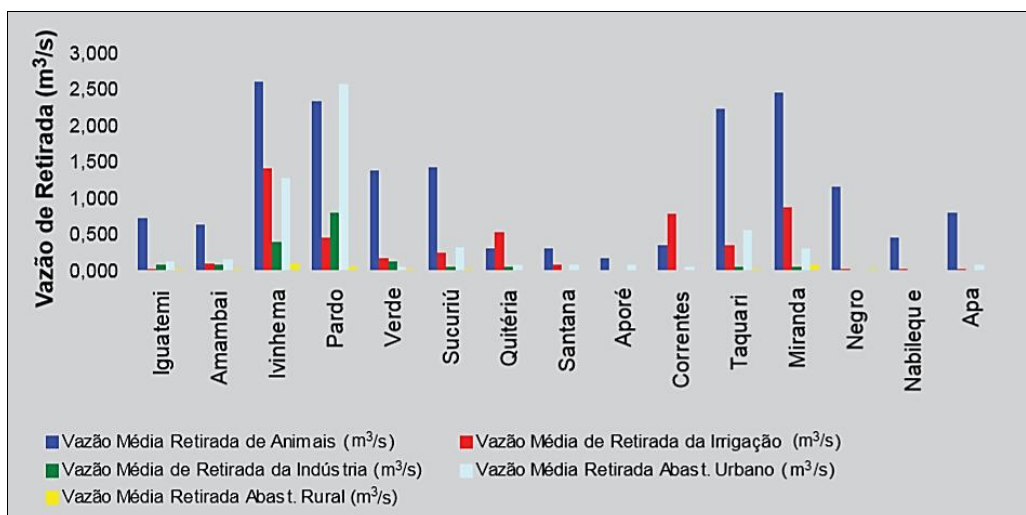
Gráfico 1 – Vazão de retirada para irrigação por UPG.



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

O gráfico 2 faz uma comparação entre os principais usos consuntivos nas UPGs do Mato Grosso do Sul. Nota-se, na área da bacia do rio Miranda, a predominância de usos da água para dessedentação animal com vazão de retirada de 2,438 m³/s, seguido pela irrigação.

Gráfico 2 - Vazão de retirada de usos consuntivos.



Fonte: Plano Estadual de Recursos Hídricos (MATO GROSSO DO SUL, 2010).

Em contrapartida, ao observarmos os dados sobre os usos da água apresentados no Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Miranda (2015)¹⁷, há informações conflitantes e não condizentes com o documento Plano Estadual de Recursos Hídricos

¹⁷ Disponível em: <https://www.imasul.ms.gov.br/plano-de-recursos-hidricos-rio-miranda/>. Acesso em: 11/09/2020.

de Mato Grosso do Sul (2010). Por exemplo, os dados sobre captação de demanda de água na bacia indicam que cerca de 92% de todo o uso é direcionado para o consumo humano, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela – Consumo de água na UPG Miranda por finalidade de uso.

| CAPTAÇÃO | QUANTIDADE | VAZÃO ACUMULADA m ³ /h | % |
|---------------------------|------------|-----------------------------------|------|
| Dessedentação animal | 4 | 21,00 | 0% |
| Indústria | 2 | 43,11 | 1% |
| Consumo Humano | 3 | 5404,50 | 92% |
| Outras Finalidades de Uso | 2 | 47,20 | 1% |
| Abastecimento Público | 2 | 45,00 | 1% |
| Irrigação | 7 | 333,30 | 6% |
| Total | 20 | 5894,11 | 100% |

Fonte: Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Miranda (MATO GROSSO DO SUL, 2015).

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Miranda possui um déficit no que se refere às informações sobre os usos da água e conflitos na bacia. Assim, é necessário analisar de maneira crítica o documento que serve como norteador das ações a serem implantadas na bacia. Portanto, é essencial levar em consideração a realidade dos diferentes usos e usuários da água para a execução das ações previstas no Plano e do processo de gestão da bacia hidrográfica.

Considerações finais

A abordagem ora apresentada é interdisciplinar, permitindo a identidade da pesquisa com a centralidade dos debates presentes no grupo de pesquisa GTA. Tais reflexões oportunizam a continuidade de investigações acerca do tema, promovem a inserção em seminários, conferências e mesas-redondas no meio acadêmico e na sociedade civil, bem como permitem dialogar com gestores públicos, setores de usuários dos recursos hídricos e organizações não governamentais, entre outros.

Defendemos a postura de superar o formalismo e tecnicismo dominante nos processos de gestão da água. No caso específico, se incluem as atuações dos organismos

de gestão, os conselhos e comitês de bacias hidrográficas, bem como os instrumentos de gerenciamento e seus desdobramentos nas ações vinculadas ao planejamento territorial.

Assim, apontar o tecnicismo é, também, fazer crítica à crença absoluta na “técnica pela técnica”, cujas respostas podem minimizar conflitos vivenciados, porém, de formas simplista e imediatista, com respostas prontas para solucionar os problemas intrínsecos ao modo de produção vigente.

Nesse contexto, para exemplificar, incluem-se as tensões latentes pelo acesso à terra e à água, tanto nas cidades quanto nas áreas rurais, incorporadas na expansão da lógica produtiva de mercado, expandindo novos *agrohidroterritórios* para atender um modelo de desenvolvimentismo predatório. Incluem-se nessa busca pela expansão, entre outras ações criminosas, as queimadas para ampliação de pastos, lavouras e atividades neoextrativistas principalmente nos biomas Pantanal e Amazônia, situações que não podem ser negligenciadas pelos governos, órgãos gestores de recursos hídricos e sociedade civil como um todo.

No entanto, cotidianamente, presenciamos a naturalização dos conflitos, muitas vezes negando as suas origens, as quais implicam na atual incompatibilidade das relações da sociedade com a natureza. Ainda paira a agenda das campanhas de conservação, muitas delas, justificadas por um dissimulado discurso de conscientização, convidando os indivíduos a mobilizarem-se em prol de cuidarem e partilharem as responsabilidades sobre os danos, embora mantenha fora do foco as indagações sobre a amplitude das causas e do retorno financeiro de quem as causou.

Referências

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil:** regiões hidrográficas brasileiras – Edição Especial. Brasília: ANA, 2015.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil.** Brasília: ANA, 2017.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.** Brasília: ANA, 2018.

ANA. Agência Nacional de Águas (Brasil). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2019.** Brasília: ANA, 2019.

ANA. Agência Nacional de Águas ANA. (Brasil). **O PROGESTÃO EM MATO GROSSO DO SUL.** Brasília: ANA, 2018. Disponível em: http://progestao.ana.gov.br/portal/progestao/mapa/ms/progestao_ms_2019.pdf Acesso em: 20/09/2020.

BERRETA, M. S. R.; LAURENT, François; BASSO, L. A. Os princípios e fundamentos da legislação das águas na França. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 39: 13-24, jul., 2012.

BRASIL. Agência Nacional das Águas (ANA). **O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?** Brasília, ANA, SAG, 2011. (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v. 1).

DICTORO, V. P.; HANAI, F. Y. **Contribuições para a conservação da água: pesquisa com membros de Comitês de Bacias Hidrográficas**. Caderno de Geografia. V.27, n.49, 2017.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **O Pantanal**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal/> Acesso em: 20/10/2020.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Os Limites Políticos de uma Reforma Incompleta: A Implementação da Lei dos Recursos Hídricos na Bacia do Paraíba do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, 10(1), p.61-85, mai. 2008.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. Passado e presente da política de gestão dos recursos hídricos no Brasil. **Finisterra**, XLI, 82, p.87-99, 2006.

IORIS, Antônio Augusto Rossotto. **Na contracorrente dos recursos hídricos. Água ambiente no Brasil Contemporâneo**. Edimburgo: 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. **Participação na gestão ambiental no Brasil: os comitês de bacias hidrográficas e o desafio do fortalecimento de espaços públicos colegiados**. En publicacion: Los tormentos de la materia. Aportes para una ecología política latinoamericana. Alimonda, Héctor. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Marzo, 2006.

LUZ, Elaine Ketelin Pinto; MARINHO, Vera Lúcia Freitas. O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda: Atores, Ações e Atuações Integradas aos Municípios de Jardim e Bonito - Mato Grosso do Sul. *In: XVII Congresso Internacional FoMerco*. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, **Anais [...]** Foz do Iguaçu, 2019.

MARINHO, Vera Lúcia Freitas. **Leitura Geográfica Sobre a Política dos Recursos Hídricos no Brasil: o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Miranda (MS)**. Campinas: Unicamp, IGCE, 2015. 227p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unicamp. Instituto de Geociências, 2015.

MARINHO, Vera Lúcia Freitas; MORETTI, Edvaldo Cesar. A gestão de recursos hídricos no Brasil e os comitês de bacias hidrográficas - a experiência do CBH-Miranda (MS). **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.123-140, V.12, n.17, jan-jul. 2016.

MATO GROSSO DO SUL (Estado). **Lei N° 2.406, de 29 de janeiro de 2002**. Institui a Política Estadual dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 30 dez. 2002.

MATO GROSSO DO SUL Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Resolução CERH/MS N° 002**, de 23 de novembro de 2005. Aprova a criação e instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Miranda e dá outras providências.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Miranda**. Campo Grande: IMASUL: SEMAC, 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado e Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia – SEMAC. Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul –IMASUL. **Plano Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso Do Sul** (PERH-MS). Campo Grande: Ed. UEMS, 2010.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-território**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 92-122, 2010.

TUNDISI, José Galizia. **Governança da Água**. Revista UFMG, Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 222-235, jul./dez. 2013.

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DO PLANEJAMENTO NA PRODUÇÃO, APROPRIAÇÃO E CONSUMO DA NATUREZA NO ESPAÇO URBANO DE DOURADOS/MS¹⁸

Bruno Ferreira Campos

Introdução

A (re)estruturação do espaço regional e urbano, vivida intensamente desde o pós-segunda guerra mundial, precisa ser encarada também como uma redefinição da relação entre sociedade e natureza. O conjunto amplo de atividades de planejamento, no bojo do fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado, encontra-se permeado de significados próprios a serem estabelecidos na redefinição desejada desta relação. Por meio da participação intrínseca das práticas do planejamento, difundiu-se, desde o pós-guerra, uma concepção racionalizada e uniformizadora da economia em expansão (CASTORIADIS, 1987) que possui interface com uma ideia também uniformizadora de natureza e, decorrentemente, de espaço.

Neste processo, na constituição do espaço urbano - o espaço por excelência do capital constituído na globalidade do mundo - concretamente a natureza passa a ser apropriada e pertencer, cada vez mais, a uma minoria. Desse modo, na dialética do processo, ela tende a (a)parecer e ser vivida como signo para a imensa maioria desapropriada. O cuidado, então, deve ser em não buscar compreender e analisar esta configuração do mundo sob uma conceituação unívoca, uma vez que se trata de relações eminentemente diferentes e desiguais. Daí, então, a necessidade de pensar a natureza enquanto categoria de análise.

Uma vez que a produção capitalista se encontra fundada na produção, apropriação e consumo da natureza em sua globalidade, torna-se necessário lançar mão de um “arcabouço teórico-metodológico e instrumentais analíticos que permitam

¹⁸ Capítulo fundamentado em parte de nossa tese de doutorado, intitulada “Produção dos significados de natureza no processo de urbanização de Dourados/MS (1970-2018): os papéis desempenhados pelo planejamento urbano e ambiental na reprodução das desigualdades socioespaciais”, defendida no ano de 2018, no PPGG, da Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

compreender os agentes, as contradições, os conflitos, as desigualdades e a segregação socioespacial em diversas escalas geográficas” (RODRIGUES, 2016, p. 208). Tendo o materialismo histórico e dialético enquanto luz teórica para investigação científica e suporte para elaboração do conjunto metodológico, esta pesquisa foi realizada por meio de levantamento documental, fontes orais, revisão bibliográfica articulada à coleta de dados secundários, além de levantamento e tabulação de dados primários.

O município de Dourados/MS tem sido parte da constituição do espaço urbano, mais efetivamente, deste a década de 1970, quando passou a conviver com uma profunda mudança no conteúdo de uso do território, notadamente sob novos postulados políticos, econômicos, de tecnociência, dentre outros. Neste capítulo será apresentado qual peso possui a ideologia do desenvolvimento e do planejamento na produção dos significados de natureza no espaço urbano de Dourados/MS, deste a década de 1970 até a atualidade. Também serão apresentados os resultados de análises que procuraram desvelar como isto participa das nuances de produção, apropriação e consumo em uma realidade de aparência consensual, mas que, em essência, é multifacetada, desigual e preñe de contradições.

(Re)estruturação do espaço regional e urbano: a redefinição da relação entre sociedade e natureza

O processo de modernização conservadora da agricultura¹⁹, ao qual Dourados/MS se inseriu na passagem da década de 1960 para a década de 1970, significou também uma profunda modificação na relação com a terra, com a mata, com a agricultura e, também, com o urbano, com a cidade e com sua urbanização. Deu-se como parte do desenvolvimentismo no Brasil. Este processo vigorou, de certo modo, desde os governos de Getúlio Vargas, ainda na primeira metade do século XX. Em seguida, passou pelo marcante Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, sendo um marco da “[...] implantação no país do planejamento global [...] voltado para o crescimento industrial”. (SEABRA e GOLDSTEIN, 1982, p. 35). Porém, foi com os militares, após o Golpe Militar de 1964, que o desenvolvimentismo ganhou novo impulso, sendo constituído, no entanto, de uma roupagem mais conservadora.

¹⁹ Guimarães, 1977.

Neste contexto, Dourados foi inserida num conjunto amplo de atividades de planejamento, no bojo do fortalecimento do capitalismo monopolista de Estado²⁰. Segundo Castoriadis (1987, p. 142):

[...] O ocidente devia afirmar não que havia encontrado um truque para produzir mercadorias em maior quantidade, mais rapidamente e com menor custo, *mas que havia descoberto o modo de vida apropriado a todas as sociedades humanas*” (grifo nosso).

Isto, no entanto, não se dá sem a participação intrínseca das práticas do planejamento²¹. Uma vez que “em suma: o desenvolvimento é o processo da efetivação do virtual, da passagem da *dunamis* à *énergéia*, da *potentia* ao *actus*” (CASTORIADIS, 1987, p. 142), o mesmo remete à prática do planejamento como *conditio sine qua non*. Considerando que existe um grau de “maturidade”, uma “norma natural” a ser alcançada, como no *télos* da *physis* aristotélica²², pressupõe-se que há algo a ser traçado. Logo, o planejamento aparece associado à ideia de desenvolvimento por consistir no instrumento que possibilita assegurar as condições para a implementação desta ideologia e de suas práticas.

Esta concepção racionalizada e uniformizadora da economia em expansão possui forte interface com uma ideia também uniformizadora do Espaço, como defende Milton Santos em sua proposição de análise pela formação sócio-espacial²³. Do mesmo modo, a dimensão do tempo²⁴, que passa a ser encarada enquanto um *médium* neutro e homogêneo, materializa-se na produção de arranjos espaciais que cimentam os pressupostos da “[...] onipotência virtual da técnica; a ilusão assintótica relativa ao conhecimento científico; e a racionalidade dos mecanismos econômicos” (CASTORIADIS, 1987, p. 146), e evoca a importância que estes assumem.

Abre-se, assim, a necessidade de dedicar maior atenção à leitura de tais arranjos, dando ênfase, sobretudo, aos significados de seus conteúdos. Estes arranjos espaciais na

²⁰ Seabra e Goldstein, 1982.

²¹ Santos, 1979.

²² “O que está em questão aqui não é simplesmente a ‘economia de mercado’ e o ‘capitalismo privado’, mas a ‘racionalidade’, no sentido indicado acima, da economia (de toda economia em expansão) enquanto tal. Pois as idéias [sic] que fundamentam o que acabo de afirmar se aplicam na mesma medida, quer literalmente, quer *mutatis mutantis*, às economias “racionalizadas”. [...] O tempo só é levado em conta pela economia política à medida que pode ser tratado como não-tempo, como *médium* neutro e homogêneo”. (CASTORIADIS, 1987, p. 150).

²³ Santos, 1979.

²⁴ Debord, 2003.

paisagem da cidade de Dourados guardam significados próprios acerca da produção e apropriação da natureza *na e da* cidade.

As diretrizes teóricas dos Polos de Desenvolvimento trazem consigo o projeto espacial responsável por promover a inserção de Dourados na esteira das necessidades e interesses do capitalismo monopolista de Estado. Na concepção deste projeto espacial, o ecossistema em si, no sentido restrito de sua conservação, aparece como um empecilho à realização do arranjo produtivo regional, como parte de um circuito econômico mais amplo. É preciso, então, no seio da racionalidade destas diretrizes, elencar finalidades estritamente econômicas para os elementos da natureza dispostos nos locais onde se projeta tal política.

Nos dois períodos precedentes, vividos na porção austral de Mato Grosso do Sul - tanto o de domínio do extrativismo vegetal da exploração dos ervais nativos (*Ilex Paraguarienses*), entre fins do século XIX e primeira metade do século XX; como o da policultura das pequenas propriedades rurais, com destaque às da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943) - apesar dos registros de manejo inadequado em ambos, havia maiores vínculos orgânicos entre Homem e terra, o que caracterizava uma relação sociedade/natureza de menor impacto (PEBAYLE e KOECHLIN, 1981).

Já nesta nova fase, a partir da década de 1970, os elementos da natureza tenderam a ser dilapidados, pois seu uso está ancorado na especialização produtiva da atividade agropecuária de altíssimo investimento. Neste novo contexto, é notória a presença dos vetores financeiros e científicos, nas figuras, respectivamente, do aporte de vultuosos empréstimos, e da centralidade nos investimentos privados, públicos ou mistos em ciência e tecnologia, ambos amparados nos preceitos do racionalismo ocidental. Para Castoriadis, isso

[...] se exprime em toda a ideologia do “progresso”. Uma vez que não há limites para a progressão do nosso conhecimento, tampouco os há para a progressão do nosso “poder” (e de nossa “riqueza”); ou, dizendo de outro modo, os limites onde quer que se apresente têm valor negativo e devem ser ultrapassados. Certamente o que é infinito é inesgotável, de modo que jamais atingiremos, talvez, o conhecimento “absoluto” e o poder “absoluto”; mas aproximamo-nos deles sem cessar. (CASTORIADIS, 1987, p. 45).

A materialização destes intentos reside e se revela, por exemplo, na programação da SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - para a dita

região, no contexto da execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento²⁵, na qual “[...] buscaram selecionar os espaços a partir das potencialidades efetivas do meio físico” (BRASIL, 1975, p. 13). Reside aí uma perspectiva utilitarista da biosfera, intensificada, desde então, com a finalidade de internalizá-la no processo produtivo, de modo a atender aos objetivos do desenvolvimento preconizado para a Região Centro-Oeste, como parte de um integrado desenvolvimento econômico nacional. O documento mais amplo, que marcou o planejamento para o território nacional nesse período, foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). No referido documento é possível constatar este diagnóstico utilitarista da Geologia, Hidrografia, Solo e Vegetação para a região Centro-Oeste, na qual o Mato Grosso se integrava. Isso fica evidente no trecho do II PND, o qual ressalta que “[...] essa formação origina um complexo de solos de alta fertilidade, salientando o Brunizem Avermelhado, a Terra Roxa Estruturada e solos Litólicos Eutróficos de alta capacidade de uso, tanto para agricultura de ciclo longo ou curto, como para pastagens”. (BRASIL, 1975, p. 23).

A vegetação original dotada, em grande parte, de Mata Atlântica com árvores de grande porte, foi enquadrada pelos prognósticos do desenvolvimentismo enquanto recurso. Daí depreende-se o processo de devastação com o manejo inadequado deste elemento da natureza²⁶. Em verdade, houve incentivo fiscal e financeiro para os proprietários de áreas e, também, para aqueles que se envolveram diretamente na atividade econômica de retirada e processamento das árvores, enquanto matéria-prima para finalidades múltiplas.

Os apontamentos presentes em tal diagnóstico, para posterior constituição de algo como um inventário da Região Centro-Oeste, muito provavelmente explicam os fragmentos descontínuos e resquícios de matas ciliares, como condição atual desta cobertura vegetal original. Toda a área do Centro-Oeste, neste instante, significava 25%

²⁵ As diretrizes de desconcentração das atividades econômicas no território nacional foram delineadas no II PND. “Segundo ainda as diretrizes de desconcentração, delineadas pelo II PND, O BNDE estabelece suas prioridades regionais, através de sua resolução N° 06, de maio/75. Esta divide o País em 3 regiões, para efeito de atuação do POC (Programa de Operações Conjuntas), com vistas a introduzir a aplicação de parcelas mais significativas de recursos às Regiões menos desenvolvidas, diminuindo assim os desníveis regionais de renda. Tais regiões seriam: Região I – Região prioritária, composta dos Estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Estado do Espírito Santo e região norte de Minas Gerais. Região II – Relativa aos Estados do Sul do País, e mais os Estados do Rio de Janeiro e Minas Geras. Região III – exclusivamente composta pelo Estado de São Paulo”. (PIQUET et al., 1982, p. 27).

²⁶ Neste contexto fora criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), por meio do decreto lei N° 289, de 28 de fevereiro de 1967. Tratava-se de uma autarquia federal do governo brasileiro, vinculada ao Ministério da Agricultura, encarregada dos assuntos pertinentes e relativos a florestas e, como decorrência, ao seu tipo de uso.

da superfície do território nacional, sendo definida desde então, como a área de atuação da SUDECO. Se, por um lado, abandonou-se, cada vez mais, a prática da policultura de subsistência e comercialização do excedente produtivo aos mercados nacionais ou regionais, por outro lado, deu-se início à garantia dos *superávits* primários da balança comercial do país.

A viabilização disto, no entanto, deu-se com a territorialização do capital monopolista em um conjunto amplo de lugares do mundo, assim como Dourados. A nova função, no entanto, na Divisão Internacional do Trabalho, seria o abastecimento de outros continentes extensos e intensamente povoados, como o asiático, o que significou uma exigência dos ecossistemas intrínsecos a estes territórios, que por vezes extrapola a sua capacidade de suporte²⁷.

Figura 1 – Década de 1970: perfil ocupacional na economia regional.

| PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS PRESENTES, SEGUNDO OS SETORES DA ECONOMIA (1970) | | | |
|--|------------------|------------------|----------------|
| Setores | Total (1) | Homens | Mulheres |
| ECONOMICAMENTE ATIVOS | 1.542.045 | 1.324.331 | 217.684 |
| Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca | 828.214 | 809.684 | 18.530 |
| Atividades Industriais | 177.195 | 172.231 | 4.964 |
| Comércio de Mercadorias | 117.852 | 101.756 | 16.096 |
| Prestação de Serviços | 154.923 | 47.011 | 107.912 |
| Transporte, Comunicação e Armazenagem | 52.636 | 51.305 | 1.331 |
| Atividades Sociais | 67.636 | 24.342 | 43.294 |
| Administração Pública | 76.419 | 67.118 | 9.301 |
| Outras Atividades | 67.140 | 50.884 | 16.256 |
| NÃO ECONOMICAMENTE ATIVOS | 1.892.225 | — | — |

FONTE: FUNDAÇÃO IBGE. Tabulações Avançadas do Censo Demográfico de 1970. Rio de Janeiro, 1971.
(1) Inclusive sem declaração de posição na ocupação.

Fonte: BRASIL, II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975, p. 31).

Do ponto de vista geográfico, isto contribuiu para alienação de muitos dos grupos sociais em relação ao território e seu ecossistema. A tabela apresentada na Figura 11 foi extraída da programação para Região Centro-Oeste, presente no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Nela é possível perceber como se dava, até a década de 1970, a inserção dos habitantes nos arranjos produtivos locais, que eram marcadamente caracterizados por possuir perfil primário não industrial. Desse modo, até este período da vigência do II PND, no contexto de modernização da agricultura local, tinha-se um maior contingente da População Economicamente Ativa mantendo o que, na Geografia, é compreendido como uma relação mais direta com a natureza; o que Marx, particularmente, denominou de intercâmbio orgânico, no Volume II do Capital²⁸.

²⁷ Moreira, 2007.

²⁸ Marx, 2013.

Mesmo que muitos deles, possivelmente, não estivessem na condição de proprietários²⁹ de áreas e dos elementos da natureza presentes nas mesmas, as atividades nas quais se enquadravam possuíam um perfil de relação direta com tais elementos, sua extração e algum beneficiamento para o abastecimento de setores secundários e terciários da economia, ainda muito incipientes na região em questão.

Uma vez que a propriedade media o processo de trabalho, a mesma interfere na maior ou menor unidade entre Homem e natureza. Isto ganha ainda mais sentido num período como o atual, no qual as práticas socioespaciais encontram-se destinadas, cada vez mais, a provocar a valorização capitalista em última instância.

Em sua forma abstrata, a propriedade privada aponta alienação na prática, permeada e sustentada por cisões profundas. Daí a afirmação de que a “objetivação é no fundo mimética”, ao se constatar que os homens reais agem em um mundo onde as cisões se produzem e apontam as crises, pois a prática espacial revela o caos decorrente da lógica que orienta o processo em direção à reprodução capitalista. (CARLOS, 2016, p. 47).

A substituição de mata original por lavoura, ou seja, uma mudança no arranjo espacial, é forte indício de que houve, desde então, significativa transformação no modo de vida. O que levou a sociedade a passar a transportar porcos em carretas, por quilômetros e mais quilômetros de rodovias? O que a levou a abandonar a prática das criações de porcos em chiqueiro, ou galinhas em galinheiros? O que motivou a modificação da alimentação destas criações, antes baseada em restos de alimentos, para, agora, a realização de seu tratamento em granjas, articuladas à monocultura de grãos, à produção de ração, ao frigorífico, sempre sob a batuta de corporações padronizadoras e detentoras deste novo “normal produtivo”? Quem tem produzido esta transformação e como isto tem repercutido nos lugares que, como Dourados, encontram-se inseridos no mundo da mercadoria?

É tácito que tudo isto, que consiste em uma alteração nas relações de produção, tenha, por sua vez, significado também uma alteração no modo com que se dão as vivências e as relações sociais *na* e *com* a natureza. Esta relação, por sua vez, desde

²⁹ “A produção do espaço pressupõe também a existência da propriedade, que orienta e define o modo como as relações de trabalho vão se efetuar e como será administrado e dividido o produto produzido, como será consumido e por quem, bem como a distribuição dos produtos do trabalho”. (CARLOS, 2016, p. 47). Ainda sobre a forma de propriedade, como mediadora das relações sociais e que, por isso, precisa estar legitimada socialmente, Quaini (1979, p. 68) escreve: “O que significa tudo isto? Significa essencialmente duas coisas: antes de mais nada, que nas formas pré-capitalistas derivadas da comunidade primitiva, o território, a terra, enquanto arsenal e laboratório do homem, estão tão organicamente vinculados ao homem a ponto de constituir sua natureza inorgânica. [...] Significa enfim que o homem não participa desta relação com o território como indivíduo isolado mas como membro de uma comunidade; que sua apropriação ou propriedade da terra é mediada através de uma comunidade”.

então, passou a ser intermediada pelas corporações, dotadas de todo aparato inerente ao período técnico-científico informacional. Diante de tal realidade, interessa compreender como se dá a passagem de uma paisagem configurada pelo domínio do rural, ao início de um processo que tende ao domínio do urbano.

Planejamento urbano e ambiental: a natureza artificializada nas praças e parques das décadas de 1970/1980

Para o contexto apresentado, de acordo com Smith (1988), a relação com a natureza é, antes de qualquer coisa, uma relação de troca, e esta afirmação torna-se central para se pensar tais questões. Partindo de tais pressupostos, tem-se que a transformação do *valor de uso* para *valor de troca* consiste na forma como o modo de produção passa a produzir a natureza para que se realize a reprodução do capital em escala ampliada. Ou seja, a natureza passa a ser, meramente, meio para que se atinja o lucro. Pelo fato de, em última instância, passar a pertencer (apropriada materialmente) a uma minoria, a natureza tende, cada vez mais, a (a)parecer e ser vivida como signo.

Esta minoria controla sua posse e, portanto, sua produção artificial. Em sentido *lato*, a produz com finalidades diversas, para atender necessidades do estômago ou da fantasia³⁰, na medida em que se acentua o domínio do urbano³¹. Nesta pesquisa, no caso do local em questão, muito da explicação do rearranjo das pessoas e das coisas³² e de sua relação *no* e com *o* espaço, encontra-se na política programática de implementação dos polos de desenvolvimento.

A partir da ideologia, incutiu-se nas pessoas que viviam no campo, naquilo que Silva (2000) denominou de policultura dos colonos, a “necessidade” de ir para um (determinado³³) núcleo urbano. Nas entrelinhas dos pressupostos dos diversos Planos, vigentes nas décadas de 1970 e 1980, está implícito que este pequeno produtor ou trabalhador rural não conseguiria permanecer neste novo campo, em modernização/industrialização e, ao mesmo tempo, manter uma moradia na cidade, para ali realizar o consumo de bens e serviços.

³⁰ Marx, 2013.

³¹ Carlos, 2016.

³² Para Quaini (1979, p. 133) “A ruptura do vínculo sociedade-natureza é, portanto, vista como consequência direta da contradição entre o despovoamento crescente do campo e a crescente concentração urbana: dois processos territoriais que representam as duas faces de uma mesma moeda: a acumulação capitalista e que, como tais, têm sua gênese histórica na acumulação primitiva”.

³³ Piquet; et al., 1982.

De acordo com Rodrigues (1991, p. 35), em seu livro “Moradia nas cidades brasileiras”, “a expulsão sucessiva de muitas terras, por falta de condições de sobrevivência é atribuída, eufemisticamente à ‘atração’ da cidade”. A falta de absorção do trabalho rural no campo, somada à distribuição seletiva dos meios de consumo coletivo, como o suporte à saúde e educação, por exemplo, passou a dificultar/ameaçar a vida da população com baixos rendimentos.

No caso de Dourados, foi nesse instante que se condicionou, pela política do polo de desenvolvimento, a lógica espacial eminentemente desigual e ecologicamente desequilibrada, que por sua vez configurou as condições, mesmo que perversas, mas ideais para reproduzir os padrões da acumulação capitalista almejados naquele instante. Neste contexto, a partir do avanço técnico, tecnológico e de acumulação do capital, criaram-se possibilidades concretas para a produção dos elementos da natureza (Figura 2), como no caso do trigo, da soja, do amendoim, do algodão, do milho, do porco, do boi, do frango, dentre outros. Isto se deu, como mencionado no subtópico anterior, em razão do aporte oferecido pela tecnociência de produção vegetal e animal, pelo melhoramento genético, por formas especializadas de nutrição animal, pela produção de insumos agrícolas, dentre outros, a ponto desta tecnociência redefinir todo um conteúdo de uso do território.

Figura 2 – *Outdoor* com anúncio comercial de sementes geneticamente modificadas.



Fonte: Autor, 2018.

Presumindo que desde a década de 1970, passando pela década de 1980, e com seu ápice nos anos 1990, fortaleceu-se a crença de produzir a natureza local para fins de sua comercialização, na forma-produto das *commodities*, ampliou-se, na mesma proporção, a crença de que era possível reproduzir artificialmente, na cidade, a sua forma original perdida no urbano, no contexto de um novo modo de vida que se firmava.

O ideário de conservação dos fundos de vale e a nebulosa ambiental local³⁴

Na medida em que se avançou a capacidade de produção da natureza para fins de uso corporativo do território, sobretudo em razão da agropecuária científicizada, reforçou-se, também, a ideia de produção artificial da natureza original, que passava a ser dilapidada neste processo. Isto se deu, principalmente, com a produção e a reprodução de novos sentidos acerca da relação a ser mantida com os resquícios de vegetação original, notoriamente os de Mata Atlântica. Emerge, localmente, a ideia de natureza a ser conservada na forma de áreas verdes³⁵, basicamente parques e praças (Figura 3).

Figura 3 – Dourados/MS (Década de 1970): Praça Mário Correa (atual Antônio Alves Duarte).



Fonte: Rafael Wisley.

³⁴ Toma-se, aqui, por empréstimo, para em seguida adaptar-se às demandas desta pesquisa, o conceito presente em Henri Acselrad, para o qual “nebulosa ambientalista” significa um “[...] campo de forças, colocando em jogo a distribuição de poder sobre os recursos territorializados a partir de embates diretos ou simbólicos na disputa pela definição legítima do que é ou não “sustentável”, ambientalmente benigno etc., mas voltando-se notadamente para a sociedade, na perspectiva de sua organização e da consideração da questão ambiental como de natureza eminentemente política”. (ASCSELRAD, 1999).

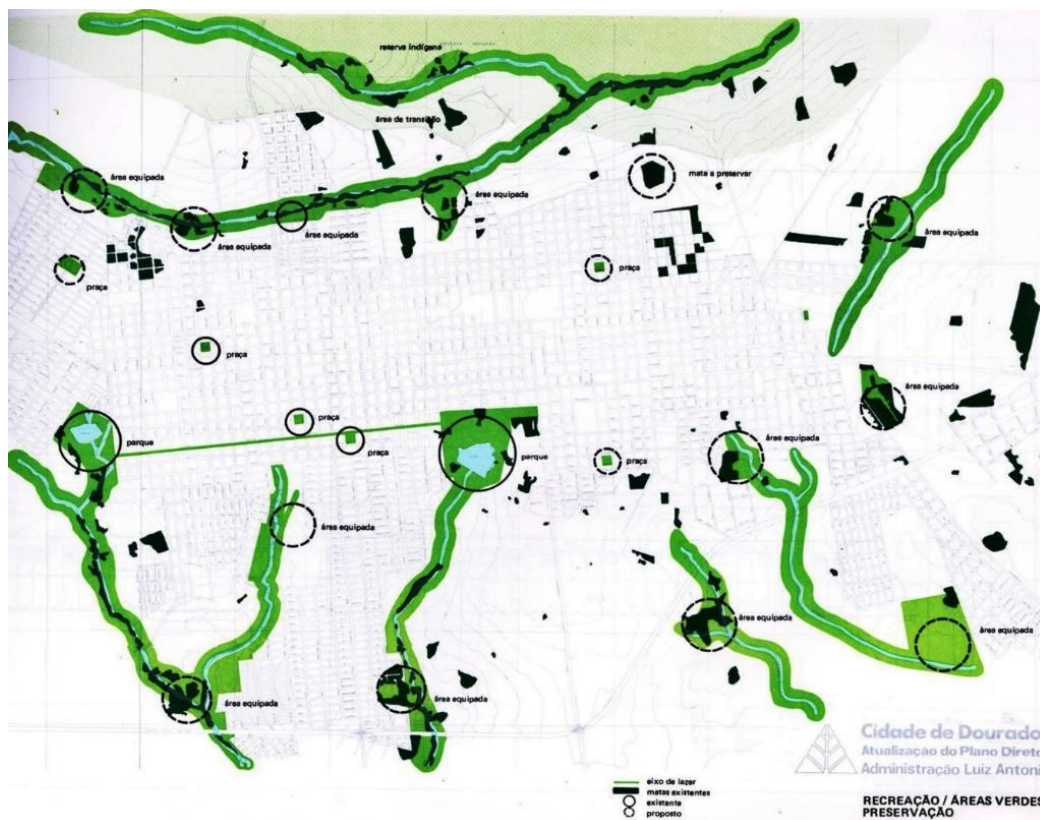
³⁵ (CASTELNOU, 2006).

Acerca do significado de áreas verdes, Castelnou (2006, p. 57) aponta que:

Entre os autores, não há consenso sobre o que constituem as chamadas “áreas verdes urbanas”, principalmente no que se refere à sua área mínima, se deve ou não ser contígua, ou se deve somar, para efeito de cálculo de área, os corpos d’água. Contudo, pode-se afirmar que geralmente consistem em áreas livres da cidade, com características predominantemente naturais, independentemente do porte da vegetação, resultando em áreas permeáveis cobertas por vegetação rasteira ou mesmo grande cobertura arbórea. Podem ser particulares, como é o caso de lotes não ocupados, jardins, quintais e chácaras, de propriedade particular, mas de uso coletivo, tais como clubes e campos esportivos, ou públicas, como ruas arborizadas, praças, bosques, parques e núcleos ambientais.

O zoneamento de uso do solo, decorrente da Lei nº 1.041 de 11 de julho de 1979, estabeleceu pela primeira vez limites mais evidentes acerca das possibilidades de uso dos fundos de vale da cidade de Dourados enquanto parques e áreas verdes. Acompanhando nascentes, lagos naturais e artificiais produzidos na cidade, se delimitou o que seriam, virtualmente, os parques da cidade (Figura 4).

Figura 4 – Dourados/MS (1983): proposta das áreas de preservação, revitalização e recreação.



Fonte: Cidade de Dourados. Atualização do Plano Diretor. Administração Luiz Antônio, 1984, p. 23. Extraído e adaptado de Santos, 2016.

Passando por grandes marcos do ponto de vista institucional, como a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, em 1972 (Estocolmo) e a criação, em 1983, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), o conceito de Desenvolvimento Sustentável veio a se firmar após os pactos assinados na Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992, e fora proposto pelo relatório Nosso Futuro Comum, num mundo unipolar.

O documento assinado pelos chefes de Estado presentes na CNUMAD fora a Agenda 21, que deveria ter suas propostas repercutidas e desdobradas em novas práticas socioespaciais localmente, por meio da elaboração das ditas Agendas 21 Locais. Em contatos estabelecidos, bem como por meio da realização de entrevistas com sujeitos elencados nesta pesquisa, percebe-se que a propagação local destes discursos oficiais se dá desde fins da década de 1980 e se consolida em início da década de 1990. Sobre isto, Laerte Tetila (informação verbal)³⁶, relata:

Uma das grandes preocupações do meu mandato era o tratamento da questão ambiental. Então nós fizemos uma audiência pública bem ampliada pra tratar da questão ambiental de Dourados, foi a primeira grande tratativa da questão ambiental de Dourados. Durante toda a história do município. (Entrevistador: que ano foi isto?). 1993. E foi dali que nós reunimos todos os segmentos envolvidos com a questão ambiental em Dourados, SANESUL, EMBRAPA, naquela época tinha a SALVAR, que era uma ONG que cuidava da questão ambiental, coordenada pelo Luiz Carlos Ribeiro. Trouxemos ex-prefeitos, o Luiz Antônio participou bastante e também o pessoal das universidades, naquele tempo era o CEUD, ainda. E o que tinha de universidades aqui nós convidamos, a UNIGRAN, a Universidade Estadual. Enfim, muita gente participou dessa audiência.

Em 1996, quatro anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD)³⁷, o resultado desta audiência, segundo conta o ex-prefeito, foi a elaboração da Carta do Meio Ambiente de Dourados (CMAD)³⁸ (Figura 5), primeira carta ambiental de Dourados. Em contato estabelecido

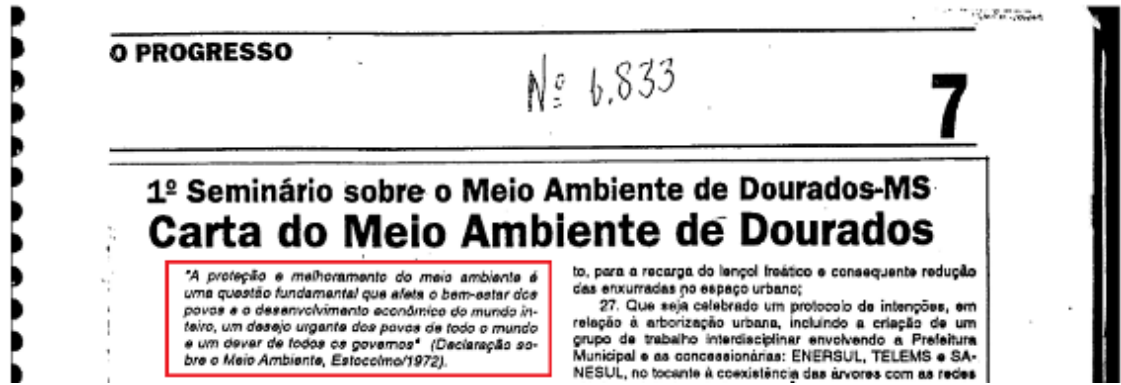
³⁶ Entrevista concedida ao autor em 30 de junho de 2018. É importante observar que, no período informado pelo ex-prefeito Laerte Tetila, o mesmo exercia mandato de vereador pelo Partido dos Trabalhadores-PT na Câmara de Vereadores de Dourados/MS.

³⁷ Apesar do ex-prefeito Laerte Tetila e Luiz Carlos Ribeiro terem apontado 1993 e 1994, respectivamente, como os anos em que foi realizada a audiência local, constatou-se, por meio de acesso à publicação da Carta que o ano de realização da mesma foi em 1996.

³⁸ Em consulta a dita Carta do Meio Ambiente, publicada em 1996, no Jornal “O Progresso”, constatou-se as seguintes entidades: UFMS, UEMS, SOCIGRAN, PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS, SENDEMA, EMPAER, SANESUL, EMBRAPA, LORASUL, IBAMA, COMITÉ PRÓ LAPANJA DOCE. SINDICATO RURAL, AEAGRAN, INCRA, COPACENTRO, CIMI e SIMTED, sob realização da CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS.

com Luiz Carlos Ribeiro (informação verbal)³⁹, ao qual o ex-prefeito Laerte Tetila atribui papel de destaque neste processo, foi enfatizado que, para ele, esta conferência consistiu na origem da tratativa da questão ambiental em Dourados. Foi quando surgiu a ONG SALVAR (Sociedade Anônima de Defesa do Meio Ambiente).

Figura 5 – Dourados (1996): imprensa divulga a Carta do Meio Ambiente de Dourados.



Fonte: Jornal O Progresso (1996). Grifo nosso.

Das 54 diretrizes estabelecidas pelas entidades que assinaram a Carta, 18, ou seja 33,33%, estavam diretamente vinculadas à dita necessidade de conservação dos fundos de vale urbanos, ora na forma genérica de áreas ambientais, estabelecidas desde o Plano de Complementação Urbana (1978), com recomendação de cercamento das mesmas, ora na forma da constituição de Parques Ecológicos, como é o caso do projeto do Parque do Córrego Laranja Doce, proposta até hoje não executada, mas fortemente enfatizada no referido documento.

As outras diretrizes distribuíam-se em uma série de medidas de comando e controle, que iam desde a construção de poços artesianos e semiartesianos, passando por coleta e tratamento de esgoto, arborização urbana, coleta, tratamento e reciclagem de resíduos orgânicos e inorgânicos, contaminação dos recursos hídricos municipais, até a conservação de resquícios florestais municipais. Todas estas medidas descritas anteriormente se articulam, ao menos indiretamente, à conservação dos fundos de vale urbanos, tida como uma diretriz central naquele momento, sob a argumentação de que estes estariam “ameaçados pelo crescimento urbano”.

³⁹ Diálogo estabelecido com o arquiteto e urbanista **Luiz Carlos Ribeiro** por telefonema no dia 20 de junho de 2018, uma vez que o profissional não reside mais em Dourados/MS. Ribeiro foi um dos fundadores da ONG SALVAR e atuou como diretor do Instituto Municipal de Planejamento e Meio Ambiente (IPLAN) de 2001 a 2003.

A implementação das políticas por parte dos países que assinaram a Agenda 21 (todos os países participantes da conferência), tidos por Rodrigues (2016) como agentes executores, se deu de modo multiescalar. Ou seja, visto que, em razão do pacto federativo, estes estão organizados na forma de estados federados e seus respectivos municípios, a escala local foi tida como ideal para execução das diretrizes definidas em escala global. Conforme Rodrigues (2016):

A escala preferencial para ações nos Estados é a de âmbito local (Agenda 21 Local) para a correção de “problemas”, com “educação ambiental”, coleta seletiva de resíduos sólidos, implantação de programas-pilotos (não exequíveis em outra escala e em outro lugar). Em geral, recebem financiamentos externos e internos. É a escala que corresponde, via de regra, ao “pensar globalmente e agir localmente”. [...] na escala urbana, independente do tamanho da cidade, além de aspectos específicos (enchentes, desbarrancamentos etc.), utiliza-se “pegada ecológica” para definir o “déficit ecológico”. [...] Entre os assuntos mais abordados nas cidades, em escala local, estão a reciclagem de resíduos sólidos e a “educação ambiental”. A definição de embalagens e de produtos descartáveis ocorre na esfera da produção, mas a responsabilidade é atribuída ao consumidor. (RODRIGUES, 2016, p. 215, 2016).

No caso específico da cidade de Dourados, apesar de destacar-se atualmente um conjunto amplo de preocupações/políticas de cunho ambiental, impulsionadas a partir da década de 1990, é notório que temática de defesa da conservação dos fundos de vale urbanos, recebeu, desde então, maior centralidade nesta espécie de Agenda 21 Local.

A presença do famoso engenheiro civil e arquiteto e urbanista Jaime Lerner no papel de chefe da equipe responsável pela elaboração do Plano de Complementação Urbana (1978), explica muito o fato de esta pauta ter sido apropriada por parcela significativa da sociedade civil, que apesar de multifacetada, dada as singularidades locais que serão discutidas adiante, seguiu na perspectiva de “forjar o consenso”, como bem alertado por Rodrigues (2016, p. 214). Castelnou (2006) auxilia na compreensão acerca do papel desempenhado pela criação de áreas verdes na concepção urbanística de Jaime Lerner.

Curitiba, a capital paranaense com pouco mais de três séculos de existência e mais de um milhão e meio de habitantes, afirmou-se como uma das melhores cidades para se viver no país e como eficiente modelo de planejamento urbano – tanto para o Brasil como para o exterior –, fruto de um contínuo e coerente programa de coordenação para seu crescimento e de sua região metropolitana. Seu desenvolvimento recente baseou-se, essencialmente, na ideia de melhoria da qualidade de vida urbana através da sistematização do transporte coletivo, da conservação e valorização da memória histórica e da preservação de áreas verdes, o que foi garantido pela continuidade de gestões administrativas, por quatro décadas, desde a sua proposição em meados dos anos 1960. (CASTELNOU, 2006, p. 54).

É notória, desde então, a influência deste conceito em um conjunto de cidades, tanto paranaenses - potencializado pelo fato de Lerner ter ocupado o posto político de governador -, como também em outras cidades do país e mesmo do mundo. De acordo com Castelnou (2006):

Até o “Plano preliminar de urbanismo de Curitiba” – que depois se transformou no Plano Diretor (1966) – não havia uma definição regulamentada pela prefeitura sobre áreas verdes e, embora possuísse bosques e matas particulares, a população curitibana somente contava com o passeio público para uso geral. [...] A prefeitura – encabeçada a partir de 1971 pelo arquiteto e urbanista Jaime Lerner e impulsionada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – Ippuc, criado em 1965 – passou a implementar uma série de transformações urbanas, entre as quais a desapropriação de terrenos e o acerto com proprietários, visando à criação, já em 1972, dos três primeiros parques públicos da cidade: os Parques São Lourenço e Barreirinha, ambos com mais de 200.000 m² e o Parque Municipal do Barigüi [sic], com cerca de 1.400.000 m², todos ao norte da cidade. [...] A normalização das faixas de drenagem e proteção dos fundos de vale acabou contribuindo para a criação de mais espaços de lazer, esporte e educação, que se tornaram prioritários para os investimentos públicos e originaram outras reservas de verde em diferentes escalas. (CASTELNOU, 2006, p. 58 - 61).

Luiz Carlos Ribeiro, arquiteto e urbanista de evidente destaque na tratativa da questão ambiental local, integrou a equipe de planejamento constituída quando da elaboração do referido plano, em 1978, e nos primeiros anos de sua vigência, na condição de assessor de planejamento, como relembra o então Prefeito José Elias Moreira (informação verbal)⁴⁰. Em trajetória subsequente a este período, o arquiteto demonstrou compartilhar de muitas destas mesmas concepções presentes em Lerner.

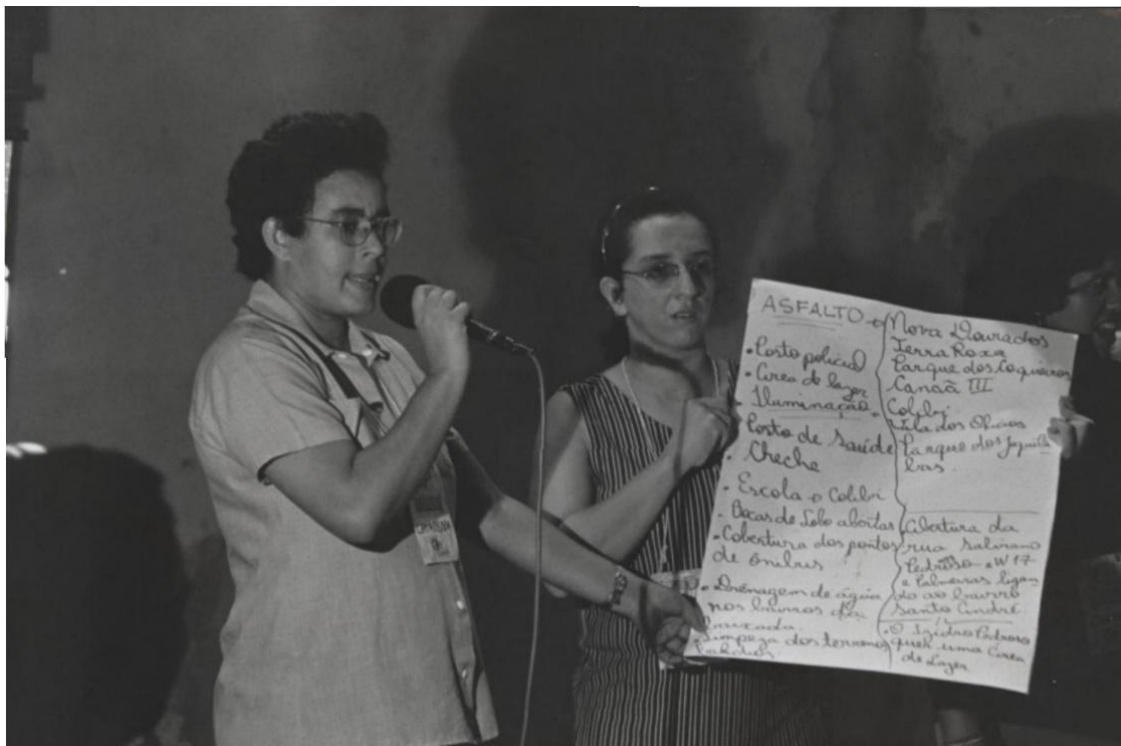
O crescimento da cidade de Dourados tem causado preocupação às pessoas que pensam em um futuro tranquilo, que se preocupam em legar às futuras gerações uma cidade onde se possa morar bem e desfrutar de um ambiente agradável. O arquiteto Luiz Carlos Ribeiro pensou no futuro de Dourados e compreendeu a recomendação do arquiteto Jaime Lerner, que no final dos anos setenta, ao fazer um planejamento urbano para esta cidade, recomendou a preservação dos fundos de vale, especialmente o Córrego Laranja Doce. (LIMA, 1999, p. 66).

Mas a adesão a estes propósitos não se deu em concomitância e em mesmo ritmo nos diferentes espaços da cidade, entre centro, porções bem localizadas e ampla periferia, por exemplo. Apesar de muitas destas representações, inerentes à defesa de modelos urbanísticos e ambientais, passarem a impressão de que toda a sociedade faz

⁴⁰ Entrevista concedida ao autor, em 24 de outubro de 2012, pelo Sr. José Elias Moreira. Nascido no estado de Minas de Gerais, o conhecido político do cenário sul-mato-grossense migrou para o município de Dourados, no então, Mato Grosso, no ano de 1958. Foi prefeito de Dourados de 1977 a 1982.

coro uníssono acerca destas ideias, destes postulados, na forma de um todo harmônico e integrado, em realidade a mesma é prenhe de frações contraditórias, com interesses múltiplos e, por vezes, conflituosos (Figura 6). Com base no que Rodrigues (2016, p. 215) advoga acerca do entendimento para enfrentamento da questão ambiental, é preciso ater-se ao “[...] poder da ideologia que oculta a essência e toma a aparência como realidade”.

Figura 6 – Reunião preparatória da Região 03 do Orçamento Participativo.



Fonte: Arquivos do Orçamento Participativo, Centro de Documentação Regional – FCH/UFGD.

Ou seja, será que os esforços movidos diante deste projeto, sobretudo os aderidos pelos agentes detentores dos meios de produção⁴¹, decorriam mesmo do objetivo, em última instância, de “[...] salvar um córrego que está ameaçado pelo crescimento da cidade”? Ou, também, cabe indagar se salvar este córrego era mesmo o objetivo, “real e concreto”, do todo denominado de “sociedade douradense”?

⁴¹ Tal indagação ganha ainda mais sentido ao passo que, em meio à adesão da pluralidade da Sociedade Civil Organizada, destacam-se as entidades representativas da classe dominante local, notadamente Lions Club, Lojas Maçônicas e Clube de Diretores Lojistas.

A diferenciação intraurbana em Dourados e a constituição da natureza como vetor de “valorização”⁴²

Para compreender a maior ou menor adesão deste tipo de proposta no espaço intraurbano é preciso se ater, de imediato, à sua localização. Toda localização possui um significado no imaginário social e nas práticas socioespaciais que decorrem da sua singularidade e da sua relação com as demais localizações. Ou seja, trata-se de um aspecto relativo ao seu *valor de uso*. No caso do solo urbano convertido em mercadoria, pela condição privada que o título de propriedade individual lhe confere, torna-se passível de obter renda da localização em questão, pelo fato destas poderem ser intercambiadas no mercado de localizações-mercado imobiliário, evidenciando que a mesma adquiriu um *valor de troca*.

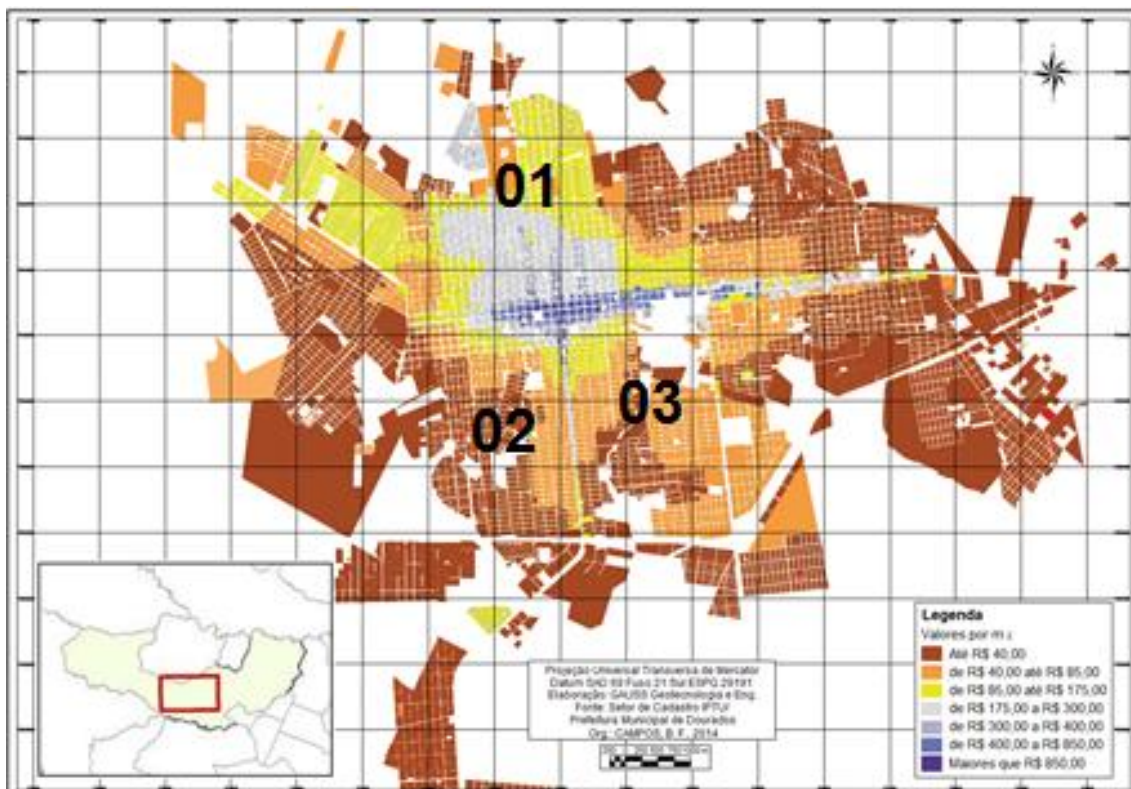
A área da proposta do Parque Ecológico do Laranja Doce se situa, justamente, na porção do solo urbano com preços mais elevados em Dourados, o que pode ser verificado ao combinar as figuras 7 e 8. Esta “valorização mercantil” resulta dos desdobramentos intraurbanos provocados pela implantação do Plano de Complementação Urbana/CURA (1978)⁴³, que conferiu diferenciais materiais e simbólicos para a reproduzibilidade das relações sociais e de produção do espaço interurbano de Dourados, da década de 1970 em diante⁴⁴.

⁴² Faz-se alusão aqui, em verdade, ao movimento artificial de preços, marca do mercado especulativo de terras, uma vez que somente o trabalho (social) gera valor, e a terra não é produto deste, e sim da natureza. No entanto, a terra no capitalismo aparece como uma mercadoria *sui generis*, uma vez que as localizações apropriadas privadamente sempre se beneficiam do movimento dos produtos do trabalho e, então, de valorização no processo geral de acumulação capitalista, por consistirem em um fator de produção.

⁴³ Em Dourados, o programa CURA (Projetos Comunidade Urbana Acelerada – década de 1970) restringiu sua atuação à área central da cidade, ampliando os eixos comerciais e de serviços, provocando um adensamento da área e dando novos rumos ao processo especulativo, porém trabalhando com a ideia de atendimento às necessidades comuns. Os recursos federais foram investidos na ampliação da drenagem pluvial e pavimentação asfáltica. Logo, foi em meados da década de 1970, que Dourados expandiu seu sistema de pavimentação e de redes de galerias pluviais”. (CALIXTO, 2004, p. 173).

⁴⁴ Soma-se a isto o “prestígio social” enquanto gerador de renda diferencial, na medida em que é propiciador de necessidades míticas. Os locais que receberam o maior aporte de investimentos em infraestrutura não se deram aleatoriamente. Os investimentos foram endereçados aos locais que acomodariam os profissionais liberais que chegavam à cidade para ocupar os postos de trabalho criados com a nova inserção regional e urbana na Divisão Social e Territorial do Trabalho, como apresentado por Calixto (2004). Essa valorização decorre muito, então, de onde moram na cidade os proprietários, ou os profissionais melhor remunerados, e quais locais passam a frequentar, dentre outros aspectos.

Figura 7 – Dourados/MS (2014): preço do solo e localização dos projetos de parque.

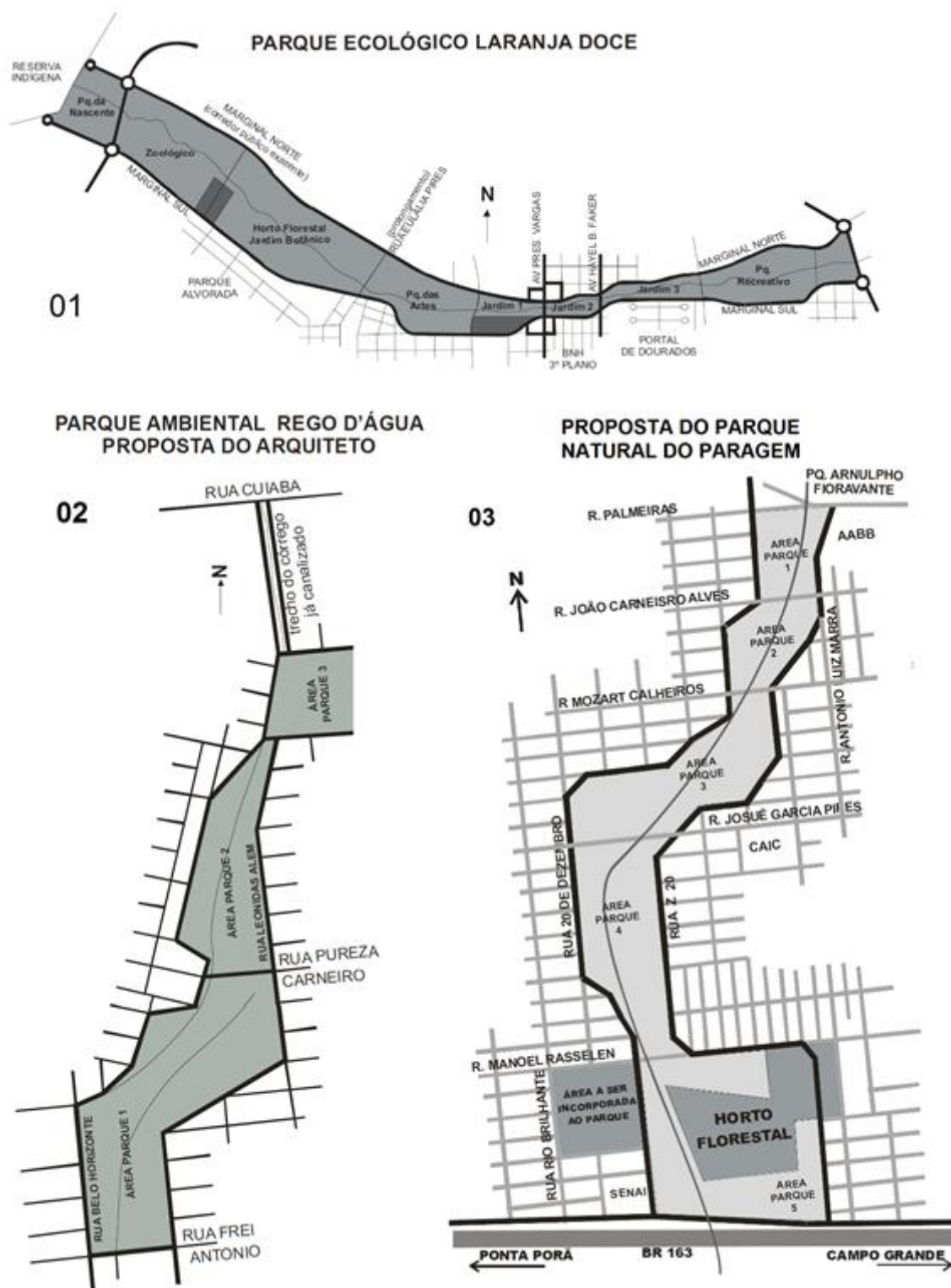


- 01** – Projeto do Parque Ecológico Córrego Laranja Doce.
02 – Projeto do Parque Ambiental do Córrego Rego D'água.
03 – Projeto do Parque Natural do Paragem.

Fonte: autoria própria, 2014.

Em meio à introdução destes elementos diferenciais encontrava-se embutido, no conceito de planejamento em voga, certo ideário conservacionista, com alguns rebatimentos espaciais do mesmo, na forma de praças, parques (figuras 3 e 4) e, sobretudo, a constituição daquilo que veio a ser definido enquanto áreas ambientais. Ou seja, tratou-se da constituição de um *espaço abstrato*, que pode ser entendido como campo subjetivo dos marcos institucionais e político-econômico gestados. Desde então, estes marcos entram em conflito com o *espaço social*, terreno das práticas espaciais concretas, onde os sujeitos e grupos disputam a apropriação material e simbólica do espaço urbano.

Figura 8 - Dourados/MS: projetos de parques para os córregos urbanos, idealizados por Ribeiro.



Fonte: extraído e adaptado de LUCIANO, 2008, p. 156, 185 e 197.

Sobre o *espaço abstrato*, Lefebvre (2006) tece os seguintes comentários:

Esse *espaço abstrato* assume a sequência do espaço histórico, que também nele persiste como sedimento e suporte, que vai se debilitando, de espaços de representação. O espaço abstrato funciona “objetalmente” como conjunto de coisas-signos, com suas relações formais: o vidro e a pedra, o cimento e o aço, os ângulos e as curvas, os plenos e os vazios. Esse espaço formal e quantificado nega as diferenças, as que provêm da natureza e do tempo (histórico), assim como as oriundas do corpo, idades, sexos, etnias. A significância de um tal conjunto remete a uma sobre-significância que escapa ao sentido: o funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo estilhaçante e dissimulado. O espaço dominante, o dos centros de riqueza e de poder, se esforça para aprestar os espaços dominados, os das periferias. Ele reduz a si, por uma ação frequentemente violenta, os obstáculos e resistências. Quanto às diferenças, são remetidas por sua própria conta a simbolismos que tomam obrigatoriamente a forma de uma arte ela própria abstrata. De fato, o simbólico derivado do mau conhecimento do sensível, do sensual, do sexual, mau conhecimento inerente às coisas-signos do espaço abstrato, se objetiva de maneira derivada: aura fálica de monumentos-edificações, arrogância das torres, autoritarismo (burocrático-político) imanente ao espaço repressivo. (LEFEBVRE, 2006, p. 48).

Os discursos decorrentes da concepção urbanística expressa em Lerner e seus associados evidenciam como se dá a constituição do *espaço abstrato*.

Finalmente, a cidade é um sonho coletivo. Construir esse sonho é vital. Sem ele, não haverá o envolvimento essencial de seus habitantes. Portanto, aqueles responsáveis pelos destinos da cidade precisam desenhar cenários claros – cenários que sejam desejados pela maioria, capazes de motivar os esforços de toda uma geração⁴⁵.

A problemática que aí reside se deve ao conflito que se verifica na medida em que o espaço social pode ser entendido como o “[...] espaço dos valores-de-uso produzidos pela complexa interação de todas as classes no cotidiano”. Em função disto ocorre “[...] a tensão entre valor-de-uso e valor-de-troca que produz o espaço social de usos, produzindo também, simultaneamente, um espaço abstrato de expropriação”. (FERREIRA, 2007).

O Estado consiste, deste modo, num dos agentes de maior participação no processo de valorização desigual das localizações por promover, de modo socioespacialmente desigual, os meios de consumo coletivos, tais como avenidas, rede de água, redes de drenagem de águas pluviais, esgoto e de telefonia, escolas, centros comerciais, bancos, hipermercados, dentre tantos outros. Com isto, vantagens locais são estabelecidas, quando da comparação dos locais contemplados com as localizações onde o aporte destes bens de consumo coletivo é mais escasso.

⁴⁵ Trecho extraído da Home Page “**Jaime Lerner - Arquitetos Associados**”. Disponível em: <https://jaimelerner.com.br/pt/arquitetos-associados/>. Acesso em: 22 de abril 2018.

A cidade de Dourados não difere desta realidade e o Estado também manifesta, historicamente, uma atuação digna de destaque, sobretudo quando se considera o papel desempenhado na intensificação da diferenciação socioespacial promovida na passagem da década de 1970 para 1980, notadamente, época das maiores transformações pelas quais a cidade havia sido submetida até então. Tornou-se, assim, importante responsável por produzir diferenciação nas localizações, o que viabilizou a extração de taxas cada vez mais elevadas de renda diferencial do solo urbano.

Como já mencionado, este quadro de desigualdade socioespacial intraurbana se consolidou e se intensificou a partir da década de 1970, com o aporte de investimentos do CURA. Na esteira deste processo de valorização diferencial do espaço urbano, ativado localmente desde a década de 1970, os agentes locais de produção do espaço urbano que passaram a demonstrar apoio ao projeto do Parque Ecológico do Córrego Laranja Doce na década de 1990, provavelmente vislumbraram a possibilidade de agregar a esta valorização diferencial outra valorização simbólica, que resultaria da incorporação de novas práticas espaciais acionadas pela introdução do ideário conservacionista local. Isto fica explícito no trecho a seguir:

Quando Luiz era diretor do IPLAN, um grupo de empreendedores quis lotear o Jardim Mônaco. Ele disse que a área do parque precisava ser preservada e os empresários não apenas concordaram como aproveitaram para tirar proveito comercial ao anunciar lotes próximos ao futuro Parque Ecológico Laranja Doce. Ganhou a cidade e ganharam os empreendedores. (LUCIANO, 2008, p. 168).

No entanto, desde então, percebe-se que a repercussão desta ideia específica de natureza na reprodução simbólica e material do espaço urbano tem-se dado de modo diferenciado e em ritmo desigual, porém, combinado. As figuras 7 e 8, juntamente com o quadro a seguir, expressam essa condição. Embora a conservação dos fundos de vale urbanos⁴⁶ consista numa singularidade do rebatimento local da matriz discursiva global do desenvolvimento sustentável, dentro dos projetos estabelecidos para a grande

⁴⁶ “A gente sempre tentou trabalhar com os projetos com áreas de preservação, remoção de famílias em áreas de fundo de vale.[...] nós temos uma visão, nós aqui da secretaria, em termos de preservação de fundo de vale, de você criar um divisor, com uma rua se cria uma divisão, da parte da cidade, a parte urbanizada e esses fundos de vale que são áreas hoje que já estão com problema de invasões, já possuem algumas problemáticas, então a gente tem que criar esses parques lineares pra não ficar igual em Campo Grande, onde em qualquer chuva inunda tudo. [...] Quem monta sempre é a secretaria. E muitas vezes é dinheiro tanto via município como via estado. Mas a maioria dos deputados coloca via município”. (Entrevista concedida ao autor pelo servidor público municipal Jorge Hamilton Marques Torraca, em 23 de maio de 2011, e complementada pelo diálogo estabelecido em 30 de janeiro de 2017 com vistas à obtenção de maiores informações).

maioria dos córregos urbanos da cidade, o desprendimento de esforços na defesa de tais propostas e, sobretudo, na viabilização de suas respectivas execuções, tem se dado em ritmo eminentemente desigual como pode ser observado pelo quadro a seguir.

Quadro – Cronologia dos esforços políticos pela criação de parques nos córregos urbanos.

| Ordem | Movimento | Início do movimento em torno do projeto | Início de obra de execução do projeto |
|--------------|--|--|--|
| 1º | Movimento pró-Córrego Laranja Doce (Criação de Parque) | 1994 | Obra não executada |
| 2º | Movimento pró-Córrego Rego D'Água Parque Ambiental Rego d'Água | 1997 | 2004 |
| 3º | Movimento Parque Água Boa (parte das discussões pelo Parque Ambiental Rego D'Água) | 1997 | 2002 |
| 4º | Movimento "Vida para o Parque" (Córrego Engano) | 1997 | Obra não executada |
| 5º | Proposta do Parque Natural do Paragem | 2004 | 2005 ⁴⁷ |

Fonte: LUCIANO, 2008. Org. CAMPOS, 2019.

A priorização à parte mais alta consistiu num marco, pois foi a primeira grande alocação diferencial de investimentos na cidade. Desde então, tais investimentos têm permeado a reprodução social do espaço intraurbano. Isto contribuiu para firmar, concreta e simbolicamente, o imaginário local, uma diferenciação socioespacial. Com isto, o fato de, no limiar do planejamento urbano e ambiental, ter-se propagado localmente o germe do ideário conservacionista, não significou o rebatimento do mesmo enquanto totalidade no espaço intraurbano. Estes permearam o imaginário local de forma também desigual e têm atendido, desde então, os anseios das frações dominantes locais na reprodução do espaço urbano.

⁴⁷ Em verdade houve apenas uma transformação da área de 158 mil m², do Horto Municipal, e não a efetivação da proposta de parque, de 1 milhão de m².

Considerações Finais

Inicialmente, dentre as considerações finais, cabe destacar a utilização do arcabouço teórico-metodológico proposto por Rodrigues (2016), uma vez que se demonstrou coerente para a análise de como a matriz discursiva global tem rebatido nas práticas socioespaciais em Dourados. A implementação das políticas por parte dos países que assinaram a Agenda 21 (todos os países participantes da conferência), tidos por Rodrigues (2016) como agentes executores, se deu de modo multiescalar. Em Dourados, um amplo conjunto de agentes e sujeitos confere destaque à sua viabilização que, notadamente, possuem articulação com outras escalas, como no caso do escritório e trabalhos de Jaime Lerner, na Curitiba dos anos 1970, os vínculos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e seus projetos de cunho ambiental, já no neoliberalismo da década de 1990.

Conformando um rearranjo produtivo a partir dos anos 1970, marcado pela radicalização na alienação entre sociedade e natureza, o ideário conservacionista acoplado aos discursos do desenvolvimento e do planejamento, muito tem servido à constituição de uma nebulosa ambiental própria. Esta nebulosa ambiental foi entendida como o marco político-institucional gestado sob o conteúdo conservacionista, que amparado no imaginário social local, serve de instrumental à operação de ajustes nas permanentes tensões entre o *espaço abstrato*, campo subjetivo dos marcos institucionais e inerente ao espaço do capital, e o *espaço social*, terreno das práticas espaciais concretas e multifacetadas, onde os sujeitos e grupos disputam a apropriação material e simbólica do espaço urbano.

Em suma, ao desfechar este capítulo, é possível delimitar dois processos que merecem relevantes considerações para o caso de Dourados, pelo quão influem nesta dinâmica desigual e, ao mesmo tempo, combinada: 1) o econômico, ativado substancialmente pelos investimentos públicos e privados da década de 1970/1980, interferindo na renda diferencial das localizações “*pra cima da Marcelino*”, em relação às localizações que se situam “*pra baixo da Marcelino*”, de perfil popular; e 2) um segundo fator, político, atrelado ao primeiro, decorrente da redefinição da relação do local com o global, como por exemplo pela intermediação direta de instâncias como a

do Projeto Renascer/Habitar Brasil-BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)⁴⁸, na década de 1990, e o alinhamento dos governos petistas nas três esferas executivas⁴⁹ nos anos 2000/2010.

Os aspectos destacados e discutidos neste capítulo servem para evidenciar que a política definida para os fundos de vale, na forma de áreas parques, desde o transcurso da década de 1970 para a década de 1980, passando pela década de 1990, e consolidada nos anos 2000, se firmou em Dourados como pauta central na agenda ambiental. Assim, a definição local destas áreas ambientais tem cumprido funções e expressado conflitos e contradições, que se complementam dialeticamente. Ou seja, se dão em ritmo espaço-temporal desigual e combinado, em razão de sua repercussão simbólica, também desigual no imaginário social e nas práticas espaciais.

Desde então, isto vem servindo a uma realidade urbana que é construída na esteira na diferenciação socioespacial, e que muito bem se ajustou à constituição de certos discursos de natureza como possibilidade de realizar-se como mais um dos vetores de sua “valorização”. Não se deve perder de vista que, apesar dos discursos da natureza como “bem comum”, não houve, desde Estocolmo (1972), uma modificação substancial na forma dominante de apropriação e de relações de produção. Pelo contrário, radicaliza-se, desde então, um conjunto de relações, agora em escala profundamente global, que se dão sob a égide da propriedade privada e da mercadoria. Desse modo, não raro, áreas verdes e suas localizações adjacentes, concretamente, consistem em imóveis que podem ser intercambiados no mercado de localizações-mercado imobiliário-, evidenciando seu valor de troca e o mecanismo de renda diferencial como parte das soluções mercadológicas a mais uma das crises de desvalorização do capital.

⁴⁸ Organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, EUA, e criada no ano de 1959, com o propósito de financiar projetos viáveis de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.

⁴⁹ “Porque esses projetos da época do PT, na época do Lula, são projetos que estavam naquele grupo do Ministério das Cidades, que eram onde estavam os arquitetos dessa área. Então eles gostavam. E foi quando eu fiquei sabendo que essa era também a visão do PT, essa visão do Lula, que eles também gostavam”. (Entrevista concedida ao autor, em 30 de junho de 2018, com o Ex-prefeito José Laerte Cecílio Tetila).

Referências

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Interior. SUDECO. **II Plano Nacional de Desenvolvimento; Programa de ação do governo para a Região Centro-Oeste – 1975-1979**. Brasília, 1975.
- CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. **Produção, apropriação e consumo do espaço urbano**. Uma leitura geográfica da cidade de Dourados- MS. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Parques urbanos de Curitiba: De espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n. 14, p. 53-73, dez. 2006. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/832/804>. Acesso em: 11 mai. 2018.
- CASTORIADIS, Cornelius. **Encruzilhadas do labirinto II**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Tradução em português www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540. Livro virtual do Projeto Periferia, Ed.2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2017.
- FERREIRA, Alvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, v. XI, n. 245 (15), ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm> Acesso em: 02 abr. 2018.
- GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, nº 1, p. 21-47, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, Brasília, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). fev. 2006.
- LIMA, Pedro de Alcântara de. **Ocupação do fundo de vale do Córrego Laranja Doce na cidade de Dourados**. Análise da proposta de criação de um Parque Ecológico. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 1999.
- LUCIANO, Luís Carlos. **Ribeiro: arquitetura, urbanismo e meio ambiente - exercício de cidadania**. Dourados: Edição do autor, 2008.
- MARX, Karl. A mercadoria. *In*: MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 113-158.

- MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- PEBAYLE, Raymond; KOECLHLIN, Jean. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. **Espaço e Conjuntura**. São Paulo: USP, 1981.
- PIQUET, Rosélia Perissé da Silva; RANDOLPH, Rainer; MANNARINO, Rosane Pimentel; MIRANDA, Wânia Monteiro. **Intervenção do Estado na Estruturação do Sistema Urbano Brasileiro**. Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional – PUR/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1982.
- QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. A Matriz Discursiva Sobre O “Meio Ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 207-230.
- SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 207-230.
- SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Expansão do complexo agroindustrial e o processo de mudança no espaço de Dourados**. 1992. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- SILVA, Mário Cezar Tompes da. **Os novos rumos da política habitacional e o processo de urbanização de Dourados**. 2000. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E DINÂMICA PRODUTIVA DA AQUICULTURA EM DOURADOS – MS⁵⁰

Adriano Chaves de França

Introdução

As reflexões e diálogos, quando realizadas em grupo, certamente podem apresentar resultados, leituras, intervenções e pesquisas muito profícuas pela capacidade de articulação, estruturação e amadurecimento. Não só no campo das ciências, mas em contextos gerais, os grupos fortalecem seus sujeitos, demonstram condições e realizam mudanças significativas na produção socioespacial, na luta por direitos, nas contribuições reais do dia a dia, entre outras possibilidades.

No Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), estas mesmas condições sempre foram e permanecem presentes. Neste espaço, mais do que fazer Geografias com o rigor científico, aprendemos a olhar, respeitar, dialogar e compreender as complexidades que permeiam a relação sociedade-natureza, tendo como fio condutor uma perspectiva crítica de base no materialismo histórico e dialético.

A categoria “natureza” na Geografia tem sido o elo que norteia parte significativa das pesquisas e, neste capítulo, não será diferente. Nele abordaremos, a partir da relação “sociedade-natureza”, as práticas produtivas da aquicultura de água doce em Dourados-MS como tema analítico e propositivo, para apreender a fragmentação da relação homem (Homem) e natureza na perspectiva do modo de produção capitalista, que tem colocado em lados opostos o Homem (sociedade) e a Natureza, desconstruindo a condição ontológica do Homem enquanto natureza.

Na pesquisa apresentada neste capítulo, nos chamou a atenção, como algo fundamental, a necessidade de compreender e analisar a produção da Geografia que se estabelece pela dinâmica produtiva de peixes. Partindo-se do princípio de que existe, nesta

⁵⁰ Este texto é um dos resultados da pesquisa de Mestrado “Do peixe ao recurso: as territorialidades da piscicultura em Dourados – MS”, sob orientação do Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti e defendida no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG-UFGD) em 2013 - financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior); e acrescenta-se a sua interlocução com demais pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA).

atividade, a apropriação da natureza apenas com fins de valor econômico e externo ao Homem/Sociedade, cujas justificativas, para a manutenção da qualidade e quantidade de água requerida nos empreendimentos, dos solos protegidos, firmes e em condições favoráveis de saturação hidrológica, das paisagens e topografias planas, da preservação dos fundos de vale e, ainda, da existência de políticas públicas para o setor, entre outros elementos, são meramente uma preocupação do setor produtivo, ou mesmo do mercado.

Neste sentido, podemos afirmar que existe um consenso da sustentabilidade e preservação só fazer sentido quando apropriadas pelas dinâmicas produtivas e, fora disso, tudo que conhecemos como natureza não tem sentido algum em existir. Com tal complexidade, as visões de natureza e suas formas de apropriação nos auxiliam a romper com a ideia da natureza puramente utilitarista e externa ao homem, e não nos fazer cair nos ideários de uma natureza romantizada.

Historicamente, o conceito de natureza foi modificado conforme a evolução do pensamento humano e da ciência, e construído segundo as necessidades de cada sociedade em seu determinado período histórico. Assim, há vários conceitos para o termo natureza, segundo os períodos que antecedem ao presente século.

Segundo Costa:

A natureza, na sociedade capitalista adquire valores totalmente diferentes daqueles estabelecidos na Idade Média, e o mais incrível é que o capitalismo, à medida que busca novas formas de reprodução do capital, através de novos modelos, acaba por imprimir novas ideias na concepção de natureza (COSTA, 2005, p. 1).

A concepção de natureza é um ideário construído socialmente no decorrer da história, segundo as necessidades de cada sociedade em seu período histórico, assim como observa Gonçalves (1998) em sua obra *“Os (Des)caminhos do meio ambiente”*, que apresenta um conceito de natureza não natural, sendo esta uma construção social, ou seja, desenvolvida pelo homem.

Desta forma, para a Geografia, a ideia de natureza é de grande relevância, pois é através dela que se desenvolve a base do espaço e da sociedade, se encontrando subjacente a tudo que se faz e se pensa sobre meio ambiente (SPRINGER, 2007).

A discussão realizada neste texto converge à ressalva de Moretti (2007, p. 29): “a natureza e a transformação de seus elementos, através do trabalho, em valor de troca estão inseridas na produção do espaço pelas leis do mercado”. O peixe, ao ser convertido em produto, passou por um processo em que a sua produção de maneira comercial também

converge para a produção do espaço, em suas diferentes categorias - analítica, social, econômico e ambiental - por meio das relações de trabalho em meio a regras e padrões necessários para que seja um produto aceito no mercado.

A Dinâmica Produtiva da Piscicultura em Dourados

A inserção da piscicultura nas propriedades rurais em Dourados-MS advém do processo em que as raízes histórico-geográficas estão presentes em vários elementos constituintes da produção do espaço regional. Existe uma dinâmica no setor agrícola que demonstra uma grande capacidade em incentivar a implantação de várias possibilidades econômicas, bem como a atribuição de interesses sociais capazes de promover novos sentidos, mas com a manutenção da diversidade socioprodutiva (WANDERLEY, 2009).

Nossas análises das ações de órgãos públicos na pesca e aquicultura, permitem concluir que elas ocorreram de maneira descontinuada. Nem sempre as demandas de acesso a linhas de crédito, ao estímulo da organização dos trabalhadores e à assistência técnica - demonstradas pelo setor no cenário nacional - foram consideradas para a elaboração de instrumentos legais e de fomento para o desenvolvimento deste setor.

A visão de institucionalizar políticas concretas e direcionadas para o setor aquícola no Brasil passou a ser desenvolvida a partir do ano de 2003, com a criação da SEAP/PR (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República), vinculada ao Governo Federal. Neste momento, se estabeleceu algo único, até então, para o setor no Brasil: uma política em nível nacional, com a missão de realizar a formulação e implementação de políticas públicas e de fomento, no que tange às atividades da produção do pescado (FAO, 2011).

Antes mesmo da criação do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), o Governo Federal realizou, de maneira mais pontual, através de outros programas de escala nacional, um olhar diferenciado sobre a piscicultura no Mato Grosso do Sul, sobretudo em alguns municípios na região de Dourados-MS. Cabe aqui dizer que o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), foi um dos programas que destacou o apoio a uma política diferenciada para a piscicultura na faixa de fronteira em que está o município supracitado.

Entre os setores produtivos avaliados no Mato Grosso do Sul, a piscicultura foi destacada pelo PDFF como de grande potencial produtivo para Dourados e região da faixa

de fronteira, através de um levantamento que apontou uma grande produção de alevinos que vinham sendo exportados para demais estados brasileiros e para o exterior. Foi identificado um grande potencial na expansão do setor da piscicultura, com o aproveitamento da pele do pescado como matéria-prima na produção de acessórios e também no processamento de ração.

No âmbito do projeto, o arranjo produtivo local da piscicultura recebeu um recurso superior a R\$ 400 mil reais, que fora investido na capacitação de produtores de pescado e aquisição de materiais para assistência técnica. Outra ação conjunta se concretizou com a aquisição de três veículos e um caminhão para a cooperativa MSPeixe (criada em 2003), com a finalidade de dar apoio logístico às ações no desenvolvimento da atividade (GOMES; SOUZA. 2009).

Em entrevista realizada junto a um delegado federal do MDA em Mato Grosso do Sul, em Dezembro de 2012, obtivemos a informação que o programa do *“Território da Cidadania possibilita que vários projetos que seriam realizados separadamente, sejam realizados juntos. É um trabalho de várias mãos”*. Segundo ele, através do programa do território seria possível aproximar e conversar em apenas um nível com vários atores, sejam federais, via ministérios, ou com os atores em escalas locais. Esse seria seu papel, a saber, o de aproximar as instituições dos produtores, fazer parcerias e unir forças.

O olhar estratégico do MPA neste território para a produção do pescado resultou, entre outras ações, via Superintendência do MPA no Mato Grosso Sul, a implantação de um escritório com sede em Dourados-MS. Conforme relatou o representante do MPA, este teria a finalidade de aproximar os produtores de todo o arcabouço político-institucional do Governo Federal e das demais instituições em escala regional, possibilitando a articulação com as ações do ministério.

De acordo com as informações colhidas junto ao representante da Superintendência do MPA de Dourados em outra entrevista, em Maio de 2012, havia uma estimativa de que, no Território Rural da Grande Dourados, estariam implantados 1.200 hectares de lâmina d'água disponíveis para a piscicultura, sendo que apenas 600 hectares estão com a atividade em funcionamento. Segundo ele, a intenção das políticas e ações que vinham sendo desenvolvidas seria a de que, até 2014, fosse possível reativar a produção nos 1200 hectares de lâmina d'água existentes no período pesquisado.

Estes números vão ao encontro de que, na região, conforme os dados colhidos junto a AGRAER (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) poderiam ser encontradas 380 propriedades com piscicultura e, mais de 150 destas, localizadas no município de Dourados-MS.

No contexto das parcerias realizadas pelos governos nas escalas nacional, estadual e municipal, especificamente nesta região, no ano 2010 foi lançado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado na Região de Dourados, baseado em 16 projetos elaborados por instituições como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Embrapa Agropecuária Oeste, Banco do Brasil, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Cooperativa de Aquicultores de Mato Grosso do Sul (MS-PEIXE), Prefeitura Municipal de Dourados, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER-MS), Agência de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE-MS) e a Câmara Setorial da Piscicultura do Estado de Mato Grosso Sul.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Pescado foi composto por diversos projetos que, somados, representavam investimentos da ordem de R\$ 24 milhões. Estes recursos poderiam ser aplicados em assistência técnica aos produtores, na rede de economia solidária, em centros de tecnologias, em infraestrutura para processamento do pescado, entre outros programas que estão previstos dentro do plano.

Entre as estratégias apresentadas para o fortalecimento da piscicultura, segundo o plano estratégico, consta o atendimento às demandas por peixes, bem como possibilitar o desenvolvimento de uma atividade que mantenha os pequenos proprietários em suas terras e que as tornem mais produtivas, assegurando o provimento das famílias, conforme os objetivos dispostos no plano estratégico.

Em termos de escala local, por parte do poder público municipal, a política adotada está se dando na forma de apoio à piscicultura por meio dos órgãos de produção, meio ambiente ou planejamento. Para o poder público municipal, as possibilidades de produção de peixes em Dourados, no discurso, são apresentadas como inúmeras, pois esta atividade atende à diversificação presente na região, seja pelo tamanho dos lotes, pela demanda de mão de obra, pelo incentivo estatal ou, ainda, pela maneira de uso da terra (DOURADOS, 2013).

Na prática, a política municipal para o campo, até 2013, era pautada na valorização das estruturas vinculadas ao agronegócio. Especificamente relacionados à piscicultura, não foram identificados programas ou ações.

As principais ações de incentivo à piscicultura em Dourados, por parte do Ministério da Pesca e Aquicultura, no interior do Programa Territórios da Cidadania e Territórios Rurais, se deram através de projetos com institutos de ensino e pesquisa (EMBRAPA e Universidades Federais). Estas buscavam promover o avanço tecnológico na produção com parcerias com empresas e cooperativas, e têm melhorado a infraestrutura de abate, transporte e comercialização da produção de peixes.

Na pesquisa desenvolvida, verificamos duas possibilidades para o encaminhamento da política: uma direciona e define que a atividade estaria sob controle de empresas privadas, frigoríficos de peixes, restando, aos produtores rurais, a alternativa de produzir matérias-primas para as empresas; a outra alternativa estava na constituição de cooperativas de produtores, que poderiam controlar todas as etapas do processo produtivo do peixe, desde sua criação, seu abate até a sua comercialização. Este nos pareceu o grande embate, que perdura até então, no interior do poder público, em suas diferentes escalas, e no interior do Ministério da Pesca e Aquicultura.

Nas entrevistas realizadas com os produtores, identificaram-se grandes inseguranças quanto ao desconhecimento do caminho a ser adotado pela política pública. Vivenciava-se um momento de espera de definição, sem muitas perspectivas de um pesado investimento pelos Governos no setor.

Mesmo com as dificuldades elencadas e com os gargalos políticos enfrentados, a pesquisa identificou que a região da Grande Dourados e, em especial o município de Dourados/MS, apresenta condições climáticas, topográficas, pedológicas, bem como disponibilidade de recursos hídricos, considerados tecnicamente adequados para o desenvolvimento da piscicultura. Estas condições, aliadas a outros fatores, como buscas por alternativas produtivas, fizeram com que, por volta do ano de 1984⁵¹, a piscicultura começasse a se desenvolver em Dourados-MS, por parte de produtores isolados.

⁵¹ Foi no ano de 1984, em que um agricultor de Dourados-MS, decidiu fazer uma experiência ao criar, em sua propriedade, peixes em cativeiro. Como os alevinos não eram criados no estado de Mato Grosso do Sul, ele trabalhava com espécies trazidas de outros estados, como São Paulo, Paraná e Santa Catarina (Trabalho de campo, 2012).

A piscicultura se fortaleceu em Dourados/MS, ao longo das últimas três décadas, tornando-se uma atividade de suma expressão econômica e social, contribuindo para a geração de renda de pequenos proprietários, pescadores, assentados rurais e comunidades indígenas. Tornou-se, portanto, uma atividade extremamente adequada à manutenção da composição financeira doméstica, sobretudo para os grupos de baixa renda (GONTIJO *et al.*, 2005). Entretanto, atualmente, não se observa tamanha pujança, conforme a pesquisa demonstrou nos cenários de incertezas e desconfianças recorrentes ao esperado papel, por parte do poder público.

Pode-se destacar que a escala espaço-tempo tem um caráter intrinsecamente baseado na organização local da piscicultura que, ao longo destes anos, partiu de uma base de microescala dentro do município, para uma escala com expressividade, capaz de atrair o fomento de políticas públicas e privadas em um patamar que passou a interessar às políticas em nível estadual e nacional.

Em linhas gerais, o arranjo produtivo do pescado na região é composto por um conjunto de fatores econômicos que interagem com os investimentos e se relacionam com as políticas do Estado para atender às necessidades dos mercados consumidores de peixes, não apenas no Mato Grosso do Sul, mas também no Brasil e no mercado internacional.

Assim, se pode afirmar que o arranjo produtivo da piscicultura, na Grande Dourados, apresenta todas as etapas de compra e venda, constituindo uma correlação de interdependências em seu desenvolvimento, desde o abastecimento de insumos, por meio de alevinos, ração, adubos (químicos e orgânicos), equipamentos e máquinas imprescindíveis ao setor desenvolvido, até a modificação e a distribuição por frigoríficos, peixarias, restaurantes, supermercados, feiras e pesqueiros particulares (no formato “pesque-pague”).

Entretanto, este arranjo não tem promovido ações concretas de transformações sociais, por fatores relacionados a conflitos de interesses, sejam eles entre as forças políticas locais e nacionais, ou a infraestrutura organizacional deficiente nos diversos agentes da atividade. Aliada a estas deficiências, ocorre uma desarticulação entre os órgãos dos governos federal, estadual e municipal, bem como entre estes e o setor privado. Isso é observado quando nas políticas desenvolvidas, cada uma das esferas aqui analisadas toma um partido. Os conflitos também interferem diretamente na relação entre a MS Peixe e a

ASSOCISPO, entidades representativas dos produtores que poderiam favorecer na articulação e o desenvolvimento da atividade produtiva.

Isso é visível no sentido de que, mesmo com os trabalhos desenvolvidos por cada um desses agentes, pouca eficiência havia sido demonstrada para atender às prioridades necessárias ao desenvolvimento da piscicultura em Dourados-MS e seu entorno, tamanha a fragmentação e desarticulação, embora apareçam alguns resultados exitosos de maneira isolada.

Outra forte característica por nós encontrada, é a de que, em paralelo à produção em pequenas propriedades, há o que aqui se denomina por aquicultura industrial, configurada por um regime intensivo de produção com difusão de tecnologia, recursos humanos capacitados, incentivos do Estado e assistência técnica (PESTANA, 2008).

Em Dourados/MS se desenvolvem atividades tanto de escala macro (nacional) como micro (municipal). Quando investimentos e formas de assistência são aplicados, a piscicultura supera a lacuna entre a produção e o consumo, fato demonstrado pela inclusão da Festa do Peixe⁵² no calendário de eventos municipais.

Praticamente em todas as edições da festa dispõe-se de uma infraestrutura para praça de alimentação, palco para atrações culturais e musicais, parque recreativo, escritórios da Prefeitura de Dourados e das instituições parceiras na festa. São disponibilizadas barracas para a venda de peixe. O evento ainda contempla um concurso de pesca no lago Parque Antenor Martins com premiações para os participantes que físgarem os maiores peixes; a premiação da edição de 2013 foi do primeiro até o décimo segundo colocado.

Trata-se de uma ação pontual, mas que destaca o grande incentivo para realização do evento e a busca por consolidar a piscicultura como uma nova matriz produtiva no município e região que, junto com uma participação expressiva da população no consumo do pescado, fortalece a sua produção.

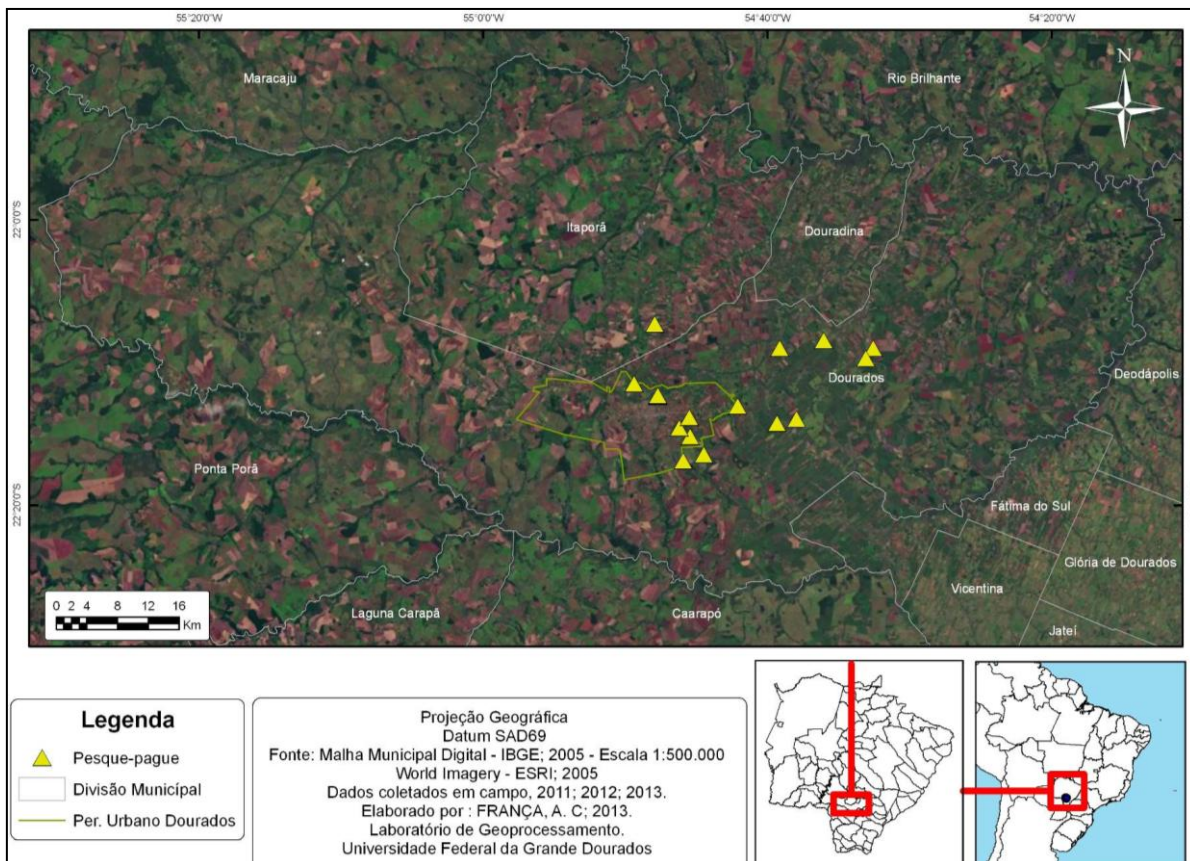
Uma peculiaridade da atividade em Dourados e municípios circunvizinhos, diz respeito a que as concentrações do sistema produtivo da piscicultura estão, em sua maioria,

⁵² Ocorrendo anualmente, com sua décima edição em 2013, a Festa do Peixe reafirma, não somente o processo de valorização da natureza como recurso, mas também o fortalecimento desta nova matriz produtiva em Dourados/MS e região. A festa é organizada pelo poder público municipal com o apoio de diversas instituições como o MPA, MDA, EMBRAPA, AGRAER, SEBRAE, Cooperativa MS PEIXE e universidades onde se promove um festival com a comercialização do pescado produzido no município e procurando fomentar o aumento da produção aquícola e seu consumo em escala local.

localizadas em pequenas propriedades e no entorno da cidade. Trata-se de pisciculturas e “pesque-pague” que fazem parte da diversificação e/ou complementação de renda para a propriedade. Segundo Lamoso *et al.* (2000), próximo às cidades, os produtores contam com a rede de estradas de acesso e eletrificação rural.

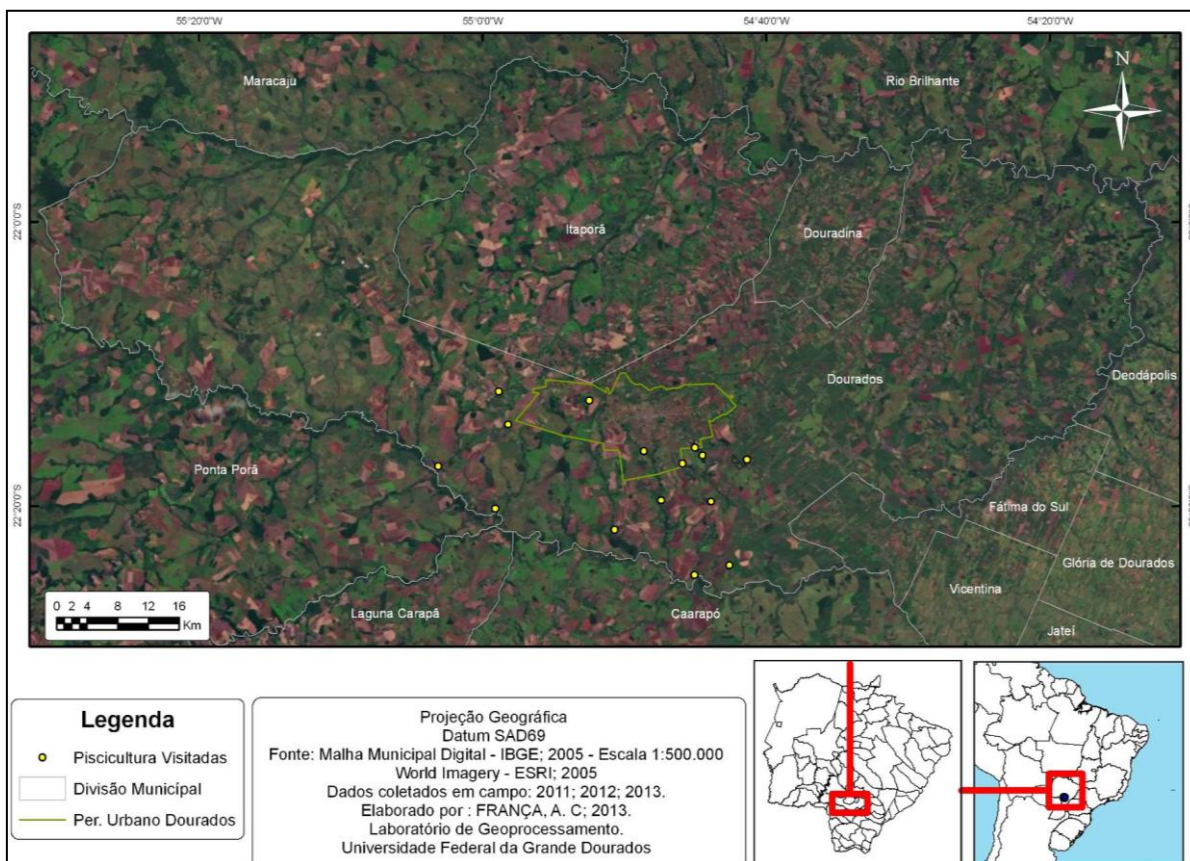
Na pesquisa, a espacialização referente aos “pesque-pague”, que em sua maioria estavam próximos à cidade. No mesmo período, uma lei municipal aprovou a expansão do perímetro urbano de Dourados, implicando que vários “pesque-pague” agora são urbanos como demonstrado na figura 1. Já, com relação as pisciculturas, uma parte significativa também passaram a estar em área urbana com a mudança da lei, como apresentado na figura 2 que traz a localização dos estabelecimentos no contexto municipal.

Figura 1 - Distribuição dos “pesque-pague” pesquisados.



Fonte: FRANÇA, A. C; 2013.

Figura 2 - Distribuição das pisciculturas pesquisadas.

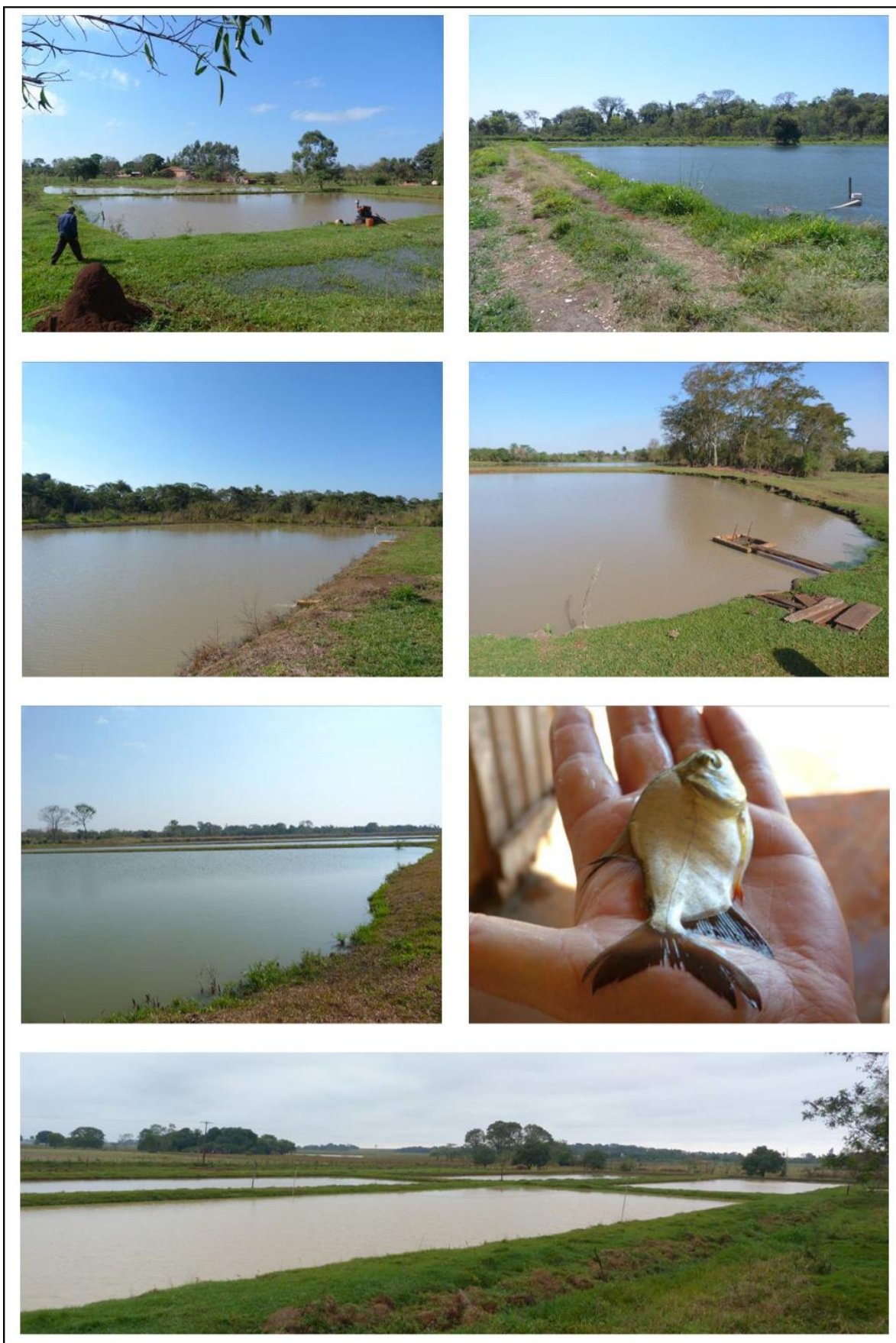


Fonte: FRANÇA, A. C.; 2013.

Esta condição espacial pode influir diretamente em novos desdobramentos sobre o uso da terra frente às peculiaridades requeridas ao desenvolvimento da aquicultura, sobretudo aos atributos físico-geográficos já destacados anteriormente. Observamos que a localização é um elemento imprescindível, em função da necessidade de acesso, disponibilidade e qualidade das águas que abastecem os tanques de produção, da topografia aplainada, das condições climáticas e das propriedades do solo, exemplos mínimos que a atividade requer.

Tanto na figura 1 como na figura 2, os estabelecimentos mapeados e representados são aqueles que visitamos, e que cujos proprietários e/ou responsáveis participaram da pesquisa realizada no decorrer do mestrado. As características paisagísticas descritas e abordadas neste trabalho sobre os estabelecimentos de produção aquícola podem ser visualizadas na figura 3, que apresentamos a seguir.

Figura 2 - Tanques do sistema produtivo da piscicultura no município de Dourados/MS.



Fonte: FRANÇA, A. C; 2012.

A figura 3 demonstra, principalmente, os tanques de criações de peixes, que podem variar em comprimento, largura e profundidade e, dependendo do lugar, da espécie a ser criada e das técnicas empregadas para o manejo. No caso dos pesquisados, foram encontrados tanques com vários tamanhos e profundidades conforme, também, a diversidade de espécies criadas em Dourados.

Os tanques nas pisciculturas e nos “pesque-pague” estão predominantemente localizados próximos a cursos d’água, como se pode observar nos mapas. A construção dos tanques nestas áreas propicia que se aproveitem os cursos d’água e as minas, mesmo não sendo recomendável o constante uso da água do lençol freático, pela possível variação do nível no decorrer do ano. Segundo um dos produtores, em geral a água das minas é *“boa, satisfatória e nunca faltou”*, fato observado pela maioria, além do fato de não existirem outros alevinos de espécies indesejadas que podem chegar a concorrer com a espécie criada.

Chamou-nos atenção que a diversidade, como alternativa produtiva da piscicultura, adentrou nas aldeias indígenas de Dourados. No início da década de 2000, um projeto da prefeitura municipal iniciou o apoio à produção de pescado com a construção de quatro tanques e disponibilidade de quase dez mil alevinos. Seu objetivo era o aproveitamento da disponibilidade hídrica existente, além de servir como uma fonte de alimentação nutritiva e oferecer uma nova atividade para geração de trabalho e renda (PROCHMANN, 2007).

No ano de 2013, as aldeias contavam com cerca de 30 tanques construídos. Grande parte deles está desativada por questões relacionadas à falta de recursos para o apoio à produção, a conflitos internos na comunidade indígena, e dificuldades de manejo e escoamento da produção. Existem informações de que a produção deverá ser retomada, a partir da viabilização de novos recursos, por meio de uma carteira de projetos junto ao governo federal.

Identificou-se, ainda, que a produção é predominante familiar e, esporadicamente conta com contratação de pessoas cujo treinamento fica a cargo do produtor que, em sua maioria, não possui nível superior ou técnico. Ensinam o que sabem e aquilo que aprenderam com a prática ao longo dos anos, problemática que converge para informações levantadas por Michels e Prochmann (2003) ao realizar estudos sobre piscicultura no Mato Grosso do Sul.

Para entender melhor a atividade e ter informações sobre a organização dos sistemas produtivos, alguns produtores recebem indiretamente e sem formalidades apoio

de órgãos e instituições para sanar dúvidas ou alguns problemas que surgem no decorrer das safras. Conforme relatos dos piscicultores [sic]: “(...) *a gente busca MS Peixe, da Mar & Terra, há muito tempo atrás e às vezes a gente recebe da UFGD e da EMBRAPA; outro informou que “a cooperativa salva a gente, não tem empresa especializada...a UFGD também ajuda; às vezes a gente corre pra AGRAER.”*”

A organização dos produtores no município encontra-se efetivada, atualmente, por duas associações: a Cooperativa MS Peixe (com cerca de 50 cooperados) e a ASSOCIPISCO (Associação Piscícola de Interesse Coletivo). Dos entrevistados, pelo menos 18 estão associados à MS Peixe (de um total de 43 associados no período da pesquisa), entre os quais quatro estavam se associando à MS Peixe, durante o período em que a pesquisa foi realizada e apenas dois piscicultores, naquele momento, estavam associados à ASSOCIPISCO.

Mas um olhar é comum entre os produtores: todos afirmam que não existe mão de obra especializada na produção, não há manejo e acompanhamento profissional como exigido pelo mercado, e que a falta de equipamentos é bastante presente; inclusive há piscicultores sem redes para fazer a despesca.

Outra problemática identificada, se dava pela ausência do beneficiamento do pescado sem o funcionamento do frigorífico. O discurso político, entretanto, demonstrava que o entreposto era uma realidade que tinha os dias contados para iniciar as atividades de processamento de pescado. O frigorífico recebeu apenas recursos públicos para as obras de alvenaria e infraestrutura, faltando ser equipado, também com recursos públicos. Ele é uma promessa política antiga para alavancar o arranjo produtivo local da piscicultura, podendo chegar a processar cerca de 15 toneladas por dia. O mesmo está em fase final de implantação.

Outro mercado que a pesquisa identificou ser potencial na demanda por espécies nativas, tem sido o de restaurantes e petiscarias. Estas espécies são apreciadas pelo valor menor diante de outras e por outro elemento bastante interessante, que sustenta que, mesmo não tendo grande aceitação no mercado externo, o mercado interno vem se destacando, segundo os produtores. Isso tem sido possível porque os peixes nativos da região são saborosos.

Os “pesque-pague”, segundo os piscicultores, conseguem absorver boa parte da produção, muitas das vezes pelas condições que oferecem e pela infraestrutura confortável.

Nestes ambientes, o consumidor pode pescar em um lugar limpo, com facilidade na pesca, sendo possível consumir o produto na hora ou levá-lo para casa.

Entre estes elementos se podem elencar:

(...) pesqueiros são os clientes mais desejados, pois compram o ano todo com aumento do fluxo na época da piracema, em que o prazer da diversão é o maior influenciador no preço do produto. Os peixes mais procurados nesses estabelecimentos são os de pesca esportiva, que conferem certa dificuldade ao serem retirados do lago; e aqueles que têm sabor mais apreciado na região, dentre eles destacam-se: o Pacu, o Piauçu, o Pintado e a Tilápia (MELO *et al.*, 2009, p. 209).

Com relação à compra de pescado pelos governos, foram encontrados produtores que passaram a entregar parte da sua produção ao projeto “Mesa Brasil” e ao “Programa de Aquisição de Alimentos”. Tais iniciativas adquirem alimentos para o combate à fome em comunidades carentes, distribuídos via alguns projetos do MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) e, outros, em parceria do MSD com a Prefeitura de Dourados, através da SEMAIC (Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio e da AGRAER. Segundo os autores França e Pimenta (2012), em Dourados, a compra por órgãos públicos é destinada a doações de alimentos em instituições carentes.

De acordo com informações obtidas junto a AGRAER Regional Dourados-MS, a instituição está organizando um projeto, em cooperação com a CONAB, para o fornecimento de 1,5 toneladas/ano por produtor, em um universo de 95 piscicultores, para prover às demandas dos programas de assistência à alimentação familiar do Governo Federal.

No caso específico aqui analisado, o processo de inserção da piscicultura como atividade racionalizada nas propriedades da Grande Dourados está associado às transformações na produção da natureza e sua valorização.

O peixe, antes um animal livre nos rios da região, era capturado em atividades de lazer e mesmo produtivas, destinado ao mercado, muitas vezes informal, mas com o significado de extrativismo. Com a destruição da capacidade de reprodução dos peixes nos rios, em função da destruição da qualidade da água, são produzidos territórios da pesca, os “pesque-pague”, e a inserção da produção de peixes em cativeiro nas propriedades rurais.

Com o advento da industrialização, o homem passou a ter como preferência seu estabelecimento nas cidades, pelas condições de vida oferecidas pela mesma. Neste ambiente, a sociedade estabelece primordialmente relações de trabalho. Assim, os pesqueiros “pesque-pague” oferecem serviços e equipamentos que se mostram como uma

alternativa de lazer, contato com a natureza e interação homem e ambiente. Esta relação, como mostrado nos resultados da pesquisa realizada naquele momento, é inteiramente direcionada a uma população diferenciada, que observa em tais ambientes a possibilidade de se sentir parte da natureza.

Em pesquisa realizada anteriormente, foi possível refletir sobre as motivações que levaram indivíduos de determinadas classes socioeconômicas a frequentarem tais locais como territórios de natureza, mesmo que privados. Os “pesque-pague” se constituíram como elementos da paisagem, territórios de consumo da natureza domesticada e transformada em recurso para o seu consumo. Entendemos, com a pesquisa, o processo pelo qual o homem produz a natureza, tendendo a dinamizar as relações na exemplificação de que as pessoas procuram tais ambientes na intenção de se relacionar com o meio natural, mesmo que artificializado, por se tratar de um ambiente passivo na relação homem/natureza. No entanto, a pesquisa apontou alguns aspectos na constituição de reserva natural, onde o homem, neste meio, se refugia da vida cotidiana e das áreas que o separa de uma natureza “intocada”.

Verificou-se que, assim como ressaltado por Rodrigues (2001, p. 213): “a natureza também é mediada pelo valor de troca”. Os elementos da natureza tornaram-se recursos naturais que, apropriados, devem ser transformados e modificados pela sociedade. Neles, a natureza é entendida pelos indivíduos que delas se apropriam e utilizam os “pesque-pague” como uma fonte para recuperação das forças perdidas no dia a dia.

O processo de marketing está presente na relação de consumo da natureza, principalmente, sobre os aspectos da propriedade privada. Não foi raro encontrar nos “pesque-pague” o comércio que proporciona um contato direto com a natureza e, segundo o caso acima, “conhecer o sabor da natureza”. Portanto, a venda da natureza é explicitada nestes locais. Uma observação importante, na mudança de olhares sobre a natureza como um produto a ser transformado em mercadoria, no caso deste trabalho, é corroborada pela seguinte explanação: “(...) o pescado precisa ser visto com outros olhos. Nós temos que entender que peixe não é bicho, é recurso⁵³.”

As evidências do sentimento de estar em contato pleno com a natureza aparecem como um dos resultados relevantes daquela pesquisa. Todos os entrevistados acreditam

⁵³ Palavras do Superintendente do Ministério da Pesca e Aquicultura em Mato Grosso do Sul, durante a concessão de uma entrevista ao autor em dezembro de 2012 na cidade de Dourados-MS. A mesma frase foi posteriormente divulgada em alguns meios de comunicação.

que, ao frequentar os “pesque-pague”, estão em sintonia direta com a natureza. A pesquisa apontou que tal relação proximal provoca uma sensação de relaxamento nos indivíduos, sob uma dimensão mercadológica.

A inserção da piscicultura nas propriedades rurais da Grande Dourados possui relação com as necessidades não apenas econômicas, mas também sociais e culturais. Nas pequenas propriedades, os primeiros tanques de peixes instalados tinham a função de proporcionar momentos de lazer para as famílias dos proprietários, em função da destruição da qualidade das águas dos rios. Estes primeiros tanques eram destinados ao banho de rio e à pesca.

Posteriormente, esses tanques, que foram utilizados como motivação para as ações do poder público na instalação dos projetos de piscicultura destinados à produção de pescado para o mercado, definiriam a ideia de existência de uma “vocação regional” para a piscicultura.

Portanto, tanto nos “pesque-pague”, como nas piscicultura, a rela o moderna entre cultura e natureza está presente e proporciona a existência de condi oes produzidas historicamente para a implanta o dos projetos de produ o de peixes em cativeiro.

A jun o da ideia de “voca o natural” e a promessa de gera o de emprego e de renda constr iram o ideário da piscicultura como participante do processo de desenvolvimento regional. São construçoes que podem ser sintetizadas pela fala de um dos produtores rurais: *“Olha,   uma atividade lucrativa e que fornece um alimento saudável”*. (Entrevista realizada em agosto de 2012).

Não   objetivo deste trabalho, mas   bastante questionável a ideia de alimento saudável, considerando que os peixes produzidos em cativeiro são alimentados com ra o produzida com aditivos químicos destinados a ganho de tamanho e peso em tempo cada vez menor. Este tipo de ra o provoca altera oes na qualidade da carne do peixe modificando, portanto, as características que conferiam a este tipo de carne qualidades nutricionais superiores a outras carnes utilizadas na alimenta o humana (LINK; SCHNEIDER; TOL, 2004.)

Quanto   gera o de renda, a estrutura produtiva construída, a chamada cadeia produtiva da piscicultura, promove a concentra o da renda obtida com a produ o, o abate e o comércio de peixe nos frigoríficos e indústrias fornecedoras de insumos para a produ o. A concentra o da renda tem provocado debates entre os participantes da cadeia

produtiva, e gera a desconfiança dos produtores rurais quanto à vantagem do investimento feito e à capacidade de independência em relação às pontas da cadeia, tanto no início da produção da infraestrutura para a produção, quanto no momento da comercialização.

No âmbito regional, a piscicultura possui as estruturas necessárias para o seu desenvolvimento, como insumos (ração, adubo, alevinos), equipamentos, estrutura de industrialização (frigorífico), comercialização (“pesque-pague”, peixarias, supermercados, feiras e restaurantes), além da infraestrutura educacional para a pesquisa e ensino.

No entanto, há problemas crônicos que comprometem a atividade, como a ausência de políticas públicas efetivas quanto a custos elevados de insumos, baixo índice de difusão e desenvolvimento tecnológico voltado aos pequenos produtores, falta de assistência técnica, e ausência de uma relação profissional no manejo da atividade.

Somam-se a estes elementos, irregularidades ambientais e altos custos para o cumprimento da legislação, problemas de acesso aos possíveis financiamentos e, ainda, enormes problemas de ordem organizacional entre os produtores do setor. Estes, atrelados ao desconhecimento sobre o perfil pormenorizado do setor no município, impedem o acesso a dados e informações confiáveis, inviabilizando, em parte, a mobilização político-socioeconômica dos produtores.

Considerações finais

No caso deste trabalho, a contribuição crítica é proveniente de algumas incoerências das políticas públicas em escalas local, estadual e nacional por conta das disparidades observadas entre a formulação e a ação das propostas políticas. O estudo demonstrou que as contradições presentes nas escalas apresentadas são um grande obstáculo a ser superado por conta da confusão empírica no território das divergências em relação a quem se deve recorrer, esperar ou ainda cobrar as ações.

Em águas sul-mato-grossenses, a piscicultura tem enfrentado dificuldades idênticas às da esfera nacional. Dentre elas, destacam-se os baixos níveis de agregação de valor e especialização em cada setor do arranjo produtivo.

Os pequenos produtores, em grande medida, enfrentam dificuldades em competir por preços que tornem sua atividade mais rentável e confiável. A assistência técnica

pública não tem hoje condições de atender à demanda que está acima do contingente de pessoal capacitado em promover assistência técnica de forma equitativa.

Existem distanciamentos, entre os pesquisados, com relação ao acesso de informações sobre o seu setor. Isso implica em dizer que a pesquisa aponta para uma variação das fontes confiáveis das quais se tem acesso, formando assim núcleos de conversas ou diálogos, em certa medida, fechados.

Este fator decorre das relações que foram perceptíveis com a forma de cooperação, existindo aspectos que a tornavam como fundamental em alguns momentos e, em outros, aparecendo como interessante. Implicam, neste sentido, os problemas que foram identificados sobre a incapacidade em produzir pescado em escala e qualidade que o mercado tem exigido. Isso tem se refletido, não apenas sobre o manejo em si, mas também sobre a qualidade de todo o processo.

Em linhas mais gerais, a pesquisa conseguiu identificar que, do ponto de vista estrutural, Dourados atende, na produção do pescado, a todos os requisitos necessários para uma produção organizada, competitiva, inclusiva, lucrativa e de baixo impacto ambiental, entre outras características. Esta condição implica em um ciclo produtivo ótimo dentro da lógica do mercado.

Por conseguinte, isso esbarra na relação em que a piscicultura é vista dentro da propriedade como complementar, mas que requer atenção e dedicação integral. Portanto, seu caráter complementar não é real, do ponto de vista do trabalho.

A relação da atividade com os impactos gerados ao ambiente envolvendo todos os processos aqui destacados, também é algo que não pode passar despercebido. A utilização de água é essencial, mas é imprescindível que ela tenha a qualidade requerida para o sistema produtivo. Além da água, são requeridos aos tanques condições como localização e ocorrência de solo favorável ao represamento da água.

Para tanto, a legislação ambiental deve ser cumprida, e mais, o sistema ambiental local precisa ser respeitado para que se processe o menor impacto possível. Como é sabido, toda e qualquer atividade humana produtiva oferece risco potencial de impacto no ambiente. No entanto, a legislação não resolve todos os problemas com relação aos impactos da atividade.

Todos os elementos destacados convergem ainda àquele que esta pesquisa identifica como fundamental em todos os aspectos do ciclo produtivo. A política pública é

o ponto de encontro destes fatores, uma vez que ela perpassa todas as etapas ligadas à produção de pescado.

Frente a isso, verificou-se que a piscicultura em Dourados enfrentou momentos de intenções e desejos e, ora, parece cair no esquecimento. Existem alguns ciclos de desejo político, onde é vendida a ilusão com propagandas que afirmam aqui é um “mar de peixe” com a elaboração de planos que não são comportados na atual estrutura produtiva e política dos produtores no município. Historicamente, as políticas para o setor não se consolidam como de Estado, mas demonstram ficarem no plano das políticas de um governo ou outro, fator que leva instabilidade aos elementos que se referem ao papel do Estado na atividade.

Percebemos um distanciamento entre os projetos e a realidade dos que vivem da terra e tão somente dali, em grande parte, tiram o seu sustento. Estes, quando possível dentro dos seus limites, trabalham com aquilo que lhes confere uma aproximação que tenha sentido, além do âmbito econômico. Estamos diante de duas dimensões que ainda não se encontraram de maneira convergente, que possam fazer daquilo que se tem, como política pública viável, a materialidade da produção aquícola.

Com relação à análise da produção do território relacionada à ideia de natureza, é possível concluir que os produtores que optam pela piscicultura possuem um histórico relacionado à produção de peixes, no sentido do peixe enquanto animal destinado à captura nos momentos de lazer.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 24 de Maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012. Acesso em 26 Outubro de 2012.

BRASIL. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira.** Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

COSTA, J. M. **A multiconcepção de natureza.** 2005. Disponível em: <http://universia.com.br>. Acesso em: 18 janeiro 2009.

DOURADOS. **Projeto Piscicultura.** SEMAIC. Prefeitura Municipal de Dourados/MS. 2013. Disponível em: <http://www.dourados.ms.gov.br/>. Acesso em: 21 março de 2013

ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE (ESRI). **ArcGIS Professional GIS for the desktop**, versão 9.3, USA, 2006.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Roma, Departamento de Pesca y Acuicultura de la FAO, 2012.

FRANÇA, A. C. **Análise sócio ambiental da produção dos territórios pesqueiros a partir da privatização da natureza em Dourados – MS**. Monografia de Bacharelado em Geografia Dourados, FCH/UFGD, Dourados, 2010.

FRANÇA, A. C. **Do peixe ao recurso: as territorialidades da piscicultura em Dourados – MS**. Dissertação de Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados, 2013.

FRANÇA, I; PIMENTA. P. P. P. A viabilidade da piscicultura para o pequeno produtor de Dourados. Dourados, **Comunicação & Mercado**, vol. 01, n. 01, p. 36-51, jan-jul 2012.

GONÇALVES, C. W. P **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo. Contexto, 1998.

GOMES, M. R; SOUZA, A. O. A faixa de fronteira: estudo da sub-região de Dourados. *In*: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina – EGAL, **Anais [...]** Montevideu. 2009.

GONTIJO, V. P. M. *et al.* **Diagnóstico das Pisciculturas do Programa Peixe Vida em Mato Grosso do Sul**. Documentos/Embrapa Agropecuária Oeste. Dourados. 2005.

LAMOSO, L. *et al.* A atividade da piscicultura como alternativa de diversificação econômica no município de Dourados-MS. **Revista de Geografia**. UFMS. n. 12, p.55-62, jul/dez. Campo Grande. 2000.

LINK, P. M; SCHNEIDER, U. A; TOL, R. S. J. Economic impacts of changes in fish population dynamics: the role of the fishermen's harvesting strategies. Working Papers FNU-50, **Research unit Sustainability and Global Change**. Hamburg University, revised Nov, 2004.

MATO GROSSO DO SUL. **Arranjo produtivo da piscicultura na região de Dourados-MS**. Núcleo Estadual de Apoio aos APL's. SEPROD. Campo Grande, 2007.

MELO, A. X; SPROESSER, R. L; CAMPEÃO, P. Comportamento estratégico da cadeia produtiva do peixe na região de Dourados, MS, Brasil. **REBRAE. Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 203-213, maio/ago. 2009.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. **Aquicultura - informações: o potencial brasileiro**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/#aquicultura/informacoes/potencial-brasileiro>. Acesso em 03 janeiro. 2014.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA - MPA. **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012, 2013, 2014**. Disponível em: <http://www.mpa.gov.br/>. Acesso em 22 outubro. 2012.

MICHELS, I; PROCHMANN, A. M. **Piscicultura: Cadeias Produtivas do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS: UFMS, 2003.

MORETTI, E. C. **Do público ao privado: a implantação de unidades de conservação e a atividade turística**. (Relatório de Pós-Doutoramento). UNICAMP. Campinas. 2007.

MS Peixe. **Cooperativa de Aquicultores de Mato Grosso do Sul**. Dourados. 2008. Disponível em: <http://www.mspeixe.com.br/>. Acesso em: 23 set. 2009.

PESTANA, D; *et al.* Organização e Administração do Setor para o Desenvolvimento da Aqüicultura. *In:* OSTRENSKY, A; *et al.* **Aqüicultura no Brasil: o desafio é crescer.** Brasília, 2008.

PROCHMANN, A. M. O papel do ambiente institucional e organizacional na competitividade do arranjo produtivo local da piscicultura na região de Dourados – MS. **Dissertação de Mestrado.** Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2007.

RODRIGUES, A.M. Produção do Espaço e Ambiente Urbano. *In:* SPOSITO, M.E.B. (Org). **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas.** Presidente Prudente. 2001.

SEPLANCT. **MS 2025.** Caminhos para o desenvolvimento: cenários e estratégias de longo prazo. Secretaria de Estado de Planejamento de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. SEPLANCT. Campo Grande. 2006.

SPRINGER, K.S. A apropriação do conceito de natureza pela produção do conhecimento geográfico. **Revista Eletrônica Geografia.** Curitiba, v. 2. Resumos do VI Seminário Interno de Pós-Graduação em Geografia, junho/2007. Disponível em: <http://www.ser.ufpr.br/geografa>. Acesso em: 12 dezembro 2011.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre. UFRGS, 2009.

A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS DA CONSERVAÇÃO E A ESTRATÉGIA DA IMPLANTAÇÃO DE GEOPARQUES⁵⁴

Cecilia Aparecida Costa

Introdução

Desde a graduação em Geografia, iniciada no ano de 2000, vinha participando das atividades desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA. Através desse envolvimento, foi possível uma maior aproximação com as discussões referentes às relações sociedade-natureza, resultando na escolha dos objetos de estudo das pesquisas realizadas durante a trajetória acadêmica. Deste modo, tem-se trabalhado, na Iniciação Científica e nas monografias de graduação e especialização, com pesquisas que tinham como objeto de estudo a produção geográfica de áreas de conservação, especificamente o Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema/MS.

Durante a realização dessas pesquisas, as questões que foram centrais eram referentes: a) à importação do modelo norte-americano de conservação - os parques nacionais – que, ao serem implantados, desconsideravam que a realidade (social, ecológica e cultural) era diferente entre os países; b) ao modelo adotado, que reforçava a dicotomia homem-natureza porque entendia que, para preservar, é preciso retirar a população do interior das áreas transformadas em parques; e, c) à contradição nos discursos correntes, porque, ao mesmo tempo que proíbe-se a moradia de pessoas no interior, admite-se a construção de infraestrutura apta para o desenvolvimento da atividade turística.

Houve mudança no objeto pesquisado no decorrer do mestrado⁵⁵, passando-se a analisar a concepção de natureza produzida no urbano. Naquele momento, existia uma inquietação para compreender como se deu o processo de valorização da natureza nas

⁵⁴ Este texto é um dos resultados da pesquisa intitulada “A criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal no mundo da sustentabilidade: a mercantilização da natureza e a produção de territórios”, sob a orientação do Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti e defendida no Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD em 2018, financiada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior)/FUNDECT (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul). A tese encontra-se disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/400>.

⁵⁵ O Mestrado em Geografia realizado junto ao PPGG/UFGD, orientado pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, foi concluído no ano de 2012. A dissertação intitulada “A construção da concepção de natureza na fronteira de Ponta Porã/BR - Pedro Juan Caballero/PY e a produção do urbano” está disponível em: <https://tede.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/tede/366/5/CECILIACOSTA.pdf>.

idades de Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan Caballero, no Paraguai, e como a problemática ambiental tem participado na produção desses espaços urbanos, que são tão influenciados nas relações estabelecidas na situação de “fronteira”. Afinal, o entendimento de divisão desse lugar se dá apenas pelos seres humano e, não, pelos demais elementos da natureza, pois fronteira é uma construção humana.

É importante destacar que a participação no GTA sempre foi muito importante durante a realização das pesquisas. As discussões feitas, principalmente, nas reuniões ajudavam a pensar, a construir ou a “desconstruir” entendimentos sobre diversos temas, muitas vezes polêmicos, como por exemplo, problemas ambientais. Sendo assim, na dissertação foi apresentado o entendimento de que ocorre um erro na denominação de “problemas ambientais”. Para corrigi-lo, é preciso alterar o adjetivo “ambiental” para “social”. Isso ocorre em razão de que esses problemas só existem porque dizem respeito diretamente ao ser humano, uma vez que, de alguma forma, ameaçam a manutenção da espécie. Portanto, não existe “problema ambiental”, o que existe “problema social”.

O uso da denominação “problema ambiental” possui uma carga ideológica que visa convencer a sociedade de que o planeta está em risco, e que todos são responsáveis. Agindo assim, evita-se despertar um possível sentimento de revolta e indignação dos cidadãos que são afetados diretamente por esses problemas. Salienta-se que alterar o adjetivo (ambiental para social) não significa negar a existência de danos provocados pela relação que essa sociedade tem estabelecido com os demais elementos da natureza, mas compreender que os referidos problemas ambientais só permanecerão assim reconhecidos, enquanto forem um problema para o ser humano.

Quanto ao doutorado, a opção pelo estudo de geoparques se mostrou interessante. Como já possuía carga de leituras e reflexões sobre a produção de áreas de conservação e de natureza, foi motivador pensar em uma proposta de pesquisa que permitisse investigar o modelo que surgia como uma alternativa para a conservação ambiental. Na realidade, o que instigava era entender até que ponto o interesse em criar áreas de conservação teria relação, de fato, com a preocupação em superar a chamada crise ambiental produzida pelo modelo de desenvolvimento adotado no mundo moderno.

Vale a pena apresentar alguns dos autores como: Antônio Carlos S. Diegues, Arlete Moysés Rodrigues, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Clarence Glacken, Enrique Leff, Neil

Smith, Keith Thomas, entre outros que, ao longo desses anos, foram fundamentais para o embasamento teórico das pesquisas realizadas.

Neste trabalho, visando comemorar os 20 anos do GTA, optou-se por apresentar, como discussão teórica, a junção de dois temas que foram pesquisados durante a maior parte do tempo de participação nesse grupo de pesquisa: os parques e os geoparques. O objetivo é, a partir de uma digressão sobre a origem dos parques nacionais, discutir as motivações que conduziram à implantação de geoparques, no final do século XX.

Da origem dos parques nacionais à sua participação na idealização dos geoparques

Ar puro, água potável, sons da natureza, paisagem agradável ao olhar. Essa descrição dificilmente não irá instigar a imaginação a ilustrar mentalmente o cenário e despertar o interesse em usufruí-lo. Isso porque o sentido e a utilidade dados aos elementos naturais pertencem somente à espécie humana. Assim, discutir conservação ambiental, é primeiramente procurar pensar nos seguintes questionamentos: conservação de que, para quem e, por quê? Usando de dois modelos de conservação – parques e geoparques –, tentar-se-á apresentar entendimentos que contribuam com reflexões referentes às indagações.

A começar pelos parques. Primeiramente, salienta-se que existe uma classificação reconhecida internacionalmente das categorias de manejo de áreas protegidas⁵⁶, instituídas pela União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN. Dentre elas, há a categoria de Parque Nacional, pertencente à categoria II que o define como sendo:

[...] grandes áreas naturais ou próximas de áreas naturais reservadas para proteger os processos ecológicos em larga escala, juntamente com o complemento de espécies e ecossistemas característicos da área, fundação para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitantes ambientalmente e culturalmente compatíveis⁵⁷.

⁵⁶ **Category Ia:** Strict nature reserve; **Category Ib:** Wilderness área; **Category II:** National park; **Category III:** Natural monument or feature; **Category IV:** Habitat/species management área; **Category V:** Protected landscape/seascape; **Category VI:** Protected area with sustainable use of natural resources. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-021.pdf>. Acesso em: 29/12/2017.

⁵⁷ “Category II protected areas are large natural or near natural areas set aside to protect large-scale ecological processes, along with the complement of species and ecosystems characteristic of the area, which also provide a foundation for environmentally and culturally compatible spiritual, scientific, educational, recreational and visitor opportunities”. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-021.pdf>. Acesso em: 29/12/2017. Tradução nossa.

Esse modelo de conservação no formato de “Parque Nacional” surgiu nos Estados Unidos, no ano de 1872, quando seu Congresso criou o *Yellowstone* e fez determinações quanto ao uso. Tais determinações, segundo Diegues (2001), embasado em Kenton Miller (1980), definiam que:

[...] a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos E.U.A. e dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo; e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes (exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada (DIEGUES, 2001, p. 27).

Essas determinações estabelecidas pelos Estados Unidos se firmaram como características do modelo que era cunhado, passando a ser reproduzidas pelo mundo. No entendimento de Steiman (2008, p. 9), o referido país definiu “um papel para o Estado na proteção e administração de áreas protegidas”, ao criar o Yellowstone.

É importante ressaltar que a prática de criar parques na Europa, de acordo com o Relatório da European Environment Agency – EEA (2012), intitulado “*Protected areas in Europe - an overview*”, remonta ao Período Feudal. Naquele momento, os parques visavam proteger uma área para as caçadas reais.

Além de atender a interesses humanos, as áreas protegidas do Período Medieval e início do Período Moderno também representavam o individualismo, pois, por muito tempo, de acordo com o relatório citado, essas áreas caracterizavam um instrumento isolado que visava à conservação de recursos individuais.

A utilização de áreas da realeza somente passou a ter um maior uso público após as revoluções americana e francesa. Segundo Runte (1947), isso ocorreu porque seus ideais igualitários “desafiavam de forma semelhante os pressupostos históricos relativos ao privilégio⁵⁸”. Assim, de acordo com o autor, na França, em 1852, Napoleão III efetiva essa transformação através da criação do Bosque de Bolonha, que é uma área de floresta no subúrbio da cidade de Paris.

A Inglaterra, no século XVIII, também seguia o mesmo viés. Runte (1947) afirma que a monarquia deste país passou a permitir o acesso a áreas abertas de Londres para que a população em geral tivesse suas necessidades atendidas. Nesse contexto, o *Victoria Park*, criado em 1845, tornou-se um ícone no quesito de democratização da paisagem, pois ele foi o primeiro parque comprado e gerenciado para uso público, como destaca o autor.

⁵⁸ Tradução nossa. “[...] similarly challenged historical assumptions regarding privilege”. (RUNTE, 1947, s.n.).

Já nos Estados Unidos, Runte (1947) relata que a criação de cemitérios rurais teria tido papel importante no processo de estabelecimento dos parques. De acordo com o autor, a cidade de Boston, em 1831, teve a aprovação da legislatura de Massachusetts para criar o primeiro cemitério rural (cemitério jardim) do país. Essa ação era de grande importância, uma vez que os cemitérios urbanos caracterizavam uma ameaça à saúde.

Tal cemitério, denominado de *Mount Auburn*, conforme salienta Runte (1947), teria surpreendido os visitantes porque “atendia às necessidades dos vivos e dos mortos”⁵⁹, ou seja, às necessidades humanas. Runte acrescenta ainda que *Mount Auburn* se tornou muito popular, virando destino certo para os piqueniques e passeios em Boston; afinal, como destaca o autor “espaço aberto era espaço aberto”⁶⁰. Assim, esse modelo logo se difundiu, inspirando o de Brooklyn, em Nova York, o da Filadélfia e de outras cidades. A grande aceitação pública acabou influenciando no crescimento da ideia de parques, tanto que, no ano seguinte (1832), “o Congresso Americano decidiu estabelecer reservas de carvalho para a Marinha na Flórida e protegeu Hot Springs, Arkansas, como uma ‘reserva’ federal”⁶¹. Este último é considerado, pelo autor citado, como sendo “indiscutivelmente, um parque público”⁶².

O seguinte ato que merece menção, aconteceu em 1853 com a criação do Central Park em Nova York. Ele foi instituído através da compra de uma área pelo governo local e submetido a adequações sob a orientação de arquiteto para torná-lo mais agradável. Runte (1947) observa que estava claro que a preocupação não consistia em manter a paisagem original. Assim, sua organização espacial contou, em um primeiro momento, com a criação de lago, remoção de rochas e plantio de bosques; posteriormente, adicionou-se pista de caminhadas e estatuetas. Tratava-se de formato bem diferente daquele que seria proposto pelos parques nacionais. Entretanto, o que eles teriam em comum era, primeiramente, a busca pela contemplação de interesses humanos e, não, a preocupação ambiental.

Portanto, os parques urbanos surgiram visando atender às necessidades dos cidadãos, caracterizando um lugar para fugir das tensões, barulho e viver momentos de maior proximidade com os elementos naturais, mesmo sendo uma paisagem produzida. Enquanto isso, os parques nacionais nasceram de um contexto que, segundo os autores

⁵⁹ Tradução nossa. “[...] *serving the needs of the living and the dead*” (RUNTE, 1947, s.n.).

⁶⁰ Tradução nossa. “[...] *open space was open space*” (RUNTE, 1947, s.n.).

⁶¹ Tradução nossa. “[...] *Congresso established oak preserves for the navy in Florida and protected Hot Springs, Arkansas, as a federal ‘reservation’*” (RUNTE, 1947, s.n.).

⁶² Tradução nossa. “[...] *arguably a public park*” (RUNTE, 1947, s.n.).

Runte (1947), Kupper (2008) e Jones (2015), envolviam questões ligadas, principalmente, ao nacionalismo e ao patriotismo. Desta forma, a explicação para o surgimento do Parque Nacional do *Yellowstone* só faz sentido quando analisada a partir do contexto histórico que era vivido pelos Estados Unidos, no momento de sua criação.

É preciso lembrar que o parque foi criado um século após os Estados Unidos terem conseguido sua independência da Inglaterra e, apenas, sete anos após o término da Guerra Civil (1861-1865). Logo, seus cidadãos precisavam, com urgência, produzir uma identidade, a partir de um referencial nacional, que os representassem enquanto país. Afinal, como observou Karnal *et al.* (2011), mesmo que o lema do país fosse representado pela frase em latim “*E pluribus unum*”, que significa “**de muitos um**” – uma vez que teria surgido da unificação de 13 colônias -, essa unidade, como ressaltam os autores, se restringia por serem contrários aos ingleses e, não necessariamente, por existir um sentimento nacional.

Tratava-se de estados nascidos através da conquista da independência e que possuíam características totalmente diversas⁶³ entre Norte e Sul. Apesar de estabelecerem relações econômicas entre si, suas divergências acabaram culminando em uma tentativa de separação através de um conflito armado: “A Guerra Civil”, também, conhecida como “Guerra da Secessão”. Karnal *et al.* (2011, s.n.) afirmam que, “após a Independência de 1776, a nação estava incompleta e só foi decididamente formada com o fim da Guerra Civil. Agora era preciso recolher os destroços”. Nesse sentido, tudo o que envolvesse unidade e identidade nacional, desenvolvimento econômico e, até mesmo, reputação internacional, era válido para o país. Analisando as obras de Runte (1947), Kupper (2008) e Jones (2015), conclui-se que o *Yellowstone* atenderia um pouco de tudo isso.

Antes da existência desse parque, o referencial turístico do país eram as Cataratas do Niágara. Entretanto, apesar de ser uma paisagem maravilhosa, como observa Runte (1947), elas estavam inteiramente sucumbidas pela propriedade privada, onde os prédios e cercas comprometiam a visualização de suas quedas.

O autor afirma que os norte-americanos, assim como os europeus, acompanhavam com tristeza e críticas o processo de apropriação das cataratas, que era intensificado à

⁶³ De acordo com Karnal *et al.* (2011, s.n.), os interesses e estruturas entre o Norte e o Sul eram totalmente diversos. O Norte era “mais avançado em termos industriais, tinha uma classe média nascente e uma indústria de importância crescente”, seus trabalhadores eram “livres, assalariados, pequenos proprietários [...]”. Enquanto o Sul era “fundamentalmente agrícola, baseava-se no sistema de *plantation* e escravidão”, e tinha o escravo como mais uma de suas mercadorias.

medida que mais turistas chegavam trazidos pelas ferrovias. Seguindo a “Lei da oferta e procura”, a mercantilização da paisagem se dava a preços exorbitantes.

Diante disso, o governo sentia-se pressionado a encontrar uma solução para o problema que, a aquela altura já havia tomado proporções internacionais. As críticas eram muitas e, para salvar as Cataratas do Niágara, já era tarde demais. No entanto, o governo via, no oeste, uma possibilidade de se redimir.

Cumprе ressaltar que o oeste, diferentemente do leste, ainda estava sendo colonizado. Porém, com a aprovação do *Homestead Act* (Lei de Terras)⁶⁴, durante a Guerra Civil, foram estimuladas sua ocupação e exploração, o que levava a concluir que as terras dessa região não permaneceriam públicas por muito mais tempo. No entanto, até aquele momento as paisagens mais espetaculares ainda estavam sob o domínio público graças à sua localização, pois esses locais não eram atraentes aos colonos, por compreenderem montanhas e desertos.

Além de ter que lidar com o constrangimento referente às Cataratas do Niágara, o país também sofria com as frequentes comparações com a Europa. Ela possuía um acúmulo de muitos séculos de história, representado através de suas catedrais, museus, ruínas, pinturas de mestres, artistas renomados, enquanto que os Estados Unidos, até meados do século XIX, se agarrava somente às Cataratas do Niágara.

Essa situação não permaneceria assim por muito mais tempo. De fato, o governo tinha razão. No oeste se escondia o orgulho dos norte-americanos; no oeste haviam paisagens que ilustravam o passado através de uma história natural. Ali os “grandiosos monumentos naturais, sob a forma de árvores milenares, picos altos e abismos acidentados”⁶⁵ afirma Jones (2015), igualavam-se na grandeza dos monumentos europeus. O Vale do *Yosemite*, localizado na Serra Nevada, no Estado da Califórnia, descoberto em 1851, foi o primeiro exemplo disso pois, além de cachoeiras e falésias, existiam ainda, no lugar, as sequoias gigantes⁶⁶.

⁶⁴ Trata-se de “uma lei federal que entregava um quarto de um distrito ainda não desenvolvido no oeste para qualquer família ou indivíduo maior de 21 anos dispostos a migrar para a região” (KANAL *et al.*, 2011, s.n.).

⁶⁵ Tradução nossa. “[...] *grand natural monuments in the form of ancient trees, soaring peaks and rugged chasms*” (JONES, 2015, s.n.).

⁶⁶ De acordo com informações disponíveis no *site* do “*National Park Service*”, essas são as maiores árvores do mundo, quando medidas por volume, podendo viver até 3.000 anos. Sua longevidade está relacionada ao componente químico tanino, presente em grande concentração em sua casca. O tanino lhe confere resistência ao fogo, a insetos e ao apodrecimento. Disponível em: <https://www.nps.gov/seki/learn/nature/bigtrees.htm>. Acesso em 16/11/17.

Naquele momento, como relata Runte (1947), tais sequoias gigantes eram reconhecidas por políticos, pesquisadores e jornalistas como uma antiguidade americana e que, no entendimento do geólogo e explorador Clarence King, “nada no Velho Mundo tinha sua capacidade mágica de medir o tempo na ‘antiguidade verde’”⁶⁷ como elas.

Apesar desse entendimento, na prática não houve nenhuma atitude voltada à conservação da região, até que o país fosse criticado novamente pelos europeus. Eles alegavam que os Estados Unidos haviam mais uma vez falhado. Os motivos eram referentes à exposição das cascas da “*The Mother of the Forest*”⁶⁸ em Nova York e Londres e, também, as reivindicações feitas por colonos de terras no Vale do *Yosemite*. De acordo com o autor, os europeus afirmavam que se aquelas maravilhas naturais (as árvores gigantes) fossem nativas no Velho Mundo, com certeza seriam conservadas por lei.

Deste modo, relata Runte (1947, s.n.), em 30 de junho de 1864, o Parque Estadual de *Yosemite* foi criado pelo governo federal, tendo sua concessão entregue ao estado da Califórnia, com a exigência de que fosse “inalienável para todos os tempos”, e cuja destinação era para “uso público, refúgio e recreação”. A área a ser conservada correspondia, segundo o autor citado, “somente ao Vale do *Yosemite* e seus picos circundantes, com aproximadamente 56 milhas quadradas, [...] uma restrição similar aplicada à unidade do sul, o *Mariposa Grove* de sequóias gigantes”⁶⁹. Runte (1947) observa que, na delimitação da área, foi ignorada a estrutura biológica e, principalmente, as bacias hidrográficas.

Portanto, além da necessidade de criar uma identidade nacional e evitar reincidir nos erros cometidos com as Cataratas do Niágara, de acordo com o autor, ainda havia essa questão da fragilidade na delimitação da área a ser conservada. Diante desse contexto é que Runte (1947) conclui que o nacionalismo e, não o ambientalismo, foi quem determinou a criação desse parque.

Porém, essa ausência da preocupação ambiental como prioridade nos projetos de criação de parques não se limitou no *Yosemite*. Ele sobreviveu e, oito anos depois, se

⁶⁷ Tradução nossa. “*Nothing in the Old world had their magic ability of measuring time in “green old age”* (RUNTE, 1947, s.n.).

⁶⁸ Segundo Runte (1947), os promotores da exposição selecionavam espécies para apresentar no leste do país e na Europa. A princípio, a ideia era derrubar a gigante, porém como isso duraria dias, resolveram apenas remover sua casca. Elas foram tiradas na altura de 116 pés e cortadas em tamanhos que permitissem o transporte. O ato foi reconhecido por muitos como algo terrível, uma profanação à natureza.

⁶⁹ Tradução nossa. “*Only Yosemite Valley and its encircling peaks – approximately 56 square miles, [...] A similar restriction applied to the southern unit, the Mariposa Grove of giant sequoias*”. (RUNTE, 1947, p. 505, s.n.).

repetiu na criação do Parque Nacional do *Yellowstone*, onde ganhou força para se proliferar pelo mundo.

Não é necessário um grande esforço para compreender o que se buscava quando *Yellowstone* foi idealizado. Basta ter conhecimento de que a principal interessada era a empresa *Jay Cooke and Company*, que financiava *Northern Pacific Railroad*. De acordo com Nash (2014, p. 111), o interesse da ferrovia era transformar o *Yellowstone* em um polo turístico popular, como eram as Cataratas de Niágara, ou *Saratoga Springs*, para lucrar com o transporte uma vez que detinham a única linha da região. O autor ressalta que “uma região selvagem (*wilderness*) era a última coisa que eles queriam”⁷⁰. Portanto, o interesse embutido era econômico.

Ainda segundo o autor, a empresa agiu procurando por Ferdinand V. Hayden⁷¹ para que ele liderasse um projeto que visava reservar “*the Great Geysers Basin*” como um eterno parque público sob o argumento de que “havia reservado essa maravilha muito inferior, o Vale de *Yosemite* e as grandes árvores”⁷². Assim, Hayden, junto com Nathaniel P. Langford e o delegado do congresso de Montana, William H. Clagett, iniciaram o movimento de reivindicação do parque. De acordo com o autor, eles alegavam que a região corria perigo, pois especuladores e invasores a cobiçavam; por isso era preciso que o governo agisse rápido.

A reivindicação chegou ao Congresso e, no dia 18 de dezembro de 1871, o projeto de lei do parque começava a ser analisado. Como afirma Nash (2014, p. 112), o foco da discussão foi mantido na necessidade de “proteger ‘curiosidades notáveis’ e ‘maravilhas raras’ de reivindicações privadas”⁷³. A estratégia usada pelos defensores, segundo o autor, não foi apresentar o quão era importante a conservação da área, mas demonstrar à população que seu uso era inviável ao cultivo, pois se tratava de uma região alta e fria. Sendo assim, o parque não traria prejuízos econômicos.

É interessante observar que o embate com os proprietários de terras, que sempre foi um dos principais problemas enfrentados durante um processo de criação de áreas de conservação de proteção integral, foi gerado concomitantemente com os parques. Afinal,

⁷⁰ Tradução nossa. “*A wilderness was the last thing they wanted*”. (NASH, 2014, p.111).

⁷¹ Segundo Nash (2014), Hayden foi diretor de Pesquisas Geológicas e Geográficas dos Territórios. Ele liderou expedições científicas anuais no oeste, incluindo o *Yellowstone* em 1871.

⁷² Tradução nossa. “[...]reserved that far inferior wonder the *Yosemite Valley* and the big trees” (NASH, 2014, p. 111).

⁷³ Tradução nossa. “[...] protecting ‘remarkable curiosities’ and ‘rare wonders’ from private claims” (NASH, 2014, p.112)

no momento de discussão do projeto de lei do *Yellowstone*, seus propositores já previram que privar áreas da exploração agrícola e pecuária lhes causaria problema. Trata-se de uma questão tão cara para os parques que, além de influenciar na estruturação de outros modelos de conservação, também interferiu na idealização dos geoparques. Uma discussão mais detalhada a esse respeito será feita mais adiante.

Ainda sobre a ausência da preocupação ambiental como prioridade, Nash (2014) reforça a discussão, informando que a importância da região selvagem foi ignorada tanto nos documentos produzidos por pesquisadores e artistas entregues aos legisladores, quanto no debate do Congresso, como até mesmo, no próprio projeto. Portanto, no documento assinado pelo Presidente Grant, no dia 1º de março de 1872, **não constava a existência de nenhuma conservação intencional**, sendo criado, de fato, “**um parque público ou lugar agradável**”⁷⁴. Porém, destaca Nash, o sentido de conservação nasceu posteriormente, através de interpretações que foram dadas à determinação de proibição de uso do parque:

[...] a estipulação de que "toda a madeira, depósitos minerais, curiosidades naturais ou maravilhas" dentro do parque sejam mantidos "na sua condição natural", deixou o caminho aberto para posteriores observadores para interpretar seus propósitos como o de preservar o país selvagem (NASH, 2014, p. 112-3)⁷⁵.

Ainda contribuindo para pensar sobre os questionamentos iniciais, a questão da determinação da extensão da área – mais de três milhas quadradas – destinada ao parque é um ponto importante. Afinal, embora o tamanho (grandes áreas) tenha surgido como uma das principais características dos parques nacionais, sendo reproduzida em várias partes do mundo, sua origem, mais uma vez, não foi pensada enquanto importância para a conservação em si, mas, como elucidada o autor, porque acreditavam que poderiam encontrar mais paisagens interessantes nas áreas que ainda não haviam explorado.

Portanto, como já mencionado, aquele que se tornou mundialmente um exemplo de modelo de conservação, não foi planejado para esse fim. Os Estados Unidos tinham muitas outras necessidades a serem satisfeitas com a criação do Parque Nacional do *Yellowstone* e, dentre elas, não constava a questão ambiental.

Se ele acabou contribuindo para a conservação da natureza, isso foi apenas um bonus. Segundo Kupper (2008), as questões contempladas com sua criação, que eram realmente importantes, dizem respeito à sua ajuda na unidade interior do país; na sua

⁷⁴ Tradução nossa. “[...] a public park or pleasuring ground” (NASH, 2014, p. 112, grifo nosso).

⁷⁵ Tradução nossa. “[...] the stipulation that “all timber, mineral deposits, natural curiosities, or wonders” within the park be retained “in their natural condition” left the way open for later observers to construe its purposes as preserving wild country”.

visualização externa; e, também, na emancipação do patrimônio cultural daqueles americanos nascidos na Europa. Jones (2015) corrobora com a discussão que, ancorada em Judith Meyer, argumenta que os americanos estavam convencidos de suas limitações nas questões culturais, quando comparados à Europa, mas que a natureza “dada por Deus” se responsabilizaria em produzir algo que superasse as maravilhas europeias.

Quanto ao status de “nacional” que o país acabou cunhando – uma vez que criar áreas e denominá-las de parque não era algo novo, mas instituí-las como nacional, foi algo inédito –, segundo a autora, se encaixava na “remodelação do mito nacional americano após a Guerra Civil”, explicado por Judith, como “uma combinação de religião, patriotismo e a ideia da natureza como sublime”⁷⁶.

Assim, salienta Jones (2015), o grupo - de brancos, burgueses e, geralmente, homens profissionais que emergiam na sociedade americana, encabeçando a discussão ambiental - foi responsável por apresentar os espetáculos naturais do *Yellowstone* como sendo essencialmente americanos. Portanto, mereciam os cuidados da nação e, conseqüentemente, serem rotulados de “nacional”.

O que também teria favorecido a sua definição de “nacional”, acrescenta a autora, era a sua grande extensão territorial, que acabou abrangendo três estados – *Montana*, *Wyoming* e *Idaho* –, diferente do *Yosemite* que estava localizado somente na Califórnia. Porém, independentemente da origem intencional, ou não, os Estados Unidos conseguiram, com essa criação, que sua “natureza fosse nacionalizada e a nação naturalizada”⁷⁷. Assim, a “invenção” norte-americana não só ficou conhecida, como também foi reproduzida pelo mundo. Segundo Kupper (2008), na lista das Nações Unidas de 2003, já constavam quase 4 mil parques nacionais, o que corresponde, aproximadamente, a 4,5 milhões de km² de área protegida.

Esse, que foi denominado por Kupper (2008) como sendo um **fenômeno global**, é caracterizado por Steiman (2008) como uma “**marca**” (Parque Nacional). Isso porque, além de se destacar dentre as categorias como aquela que apresenta maior percentual de áreas protegidas, também possui uma grande variação nos seus objetivos e extensões territoriais.

⁷⁶ Tradução nossa. “*a combination of religion, patriotism, and the idea of nature as sublime*” (MEYER, 2003 *apud* JONES, 2015, s.n.).

⁷⁷ Tradução nossa. “*Nature was nationalized and nation naturalized*” (JONES, 2015, s.n.).

Para Steiman (2008), um grande responsável por tamanha difusão foi o próprio país, atuando através do seu Serviço Nacional de Parques, ao promover cursos e fornecer apoio técnico e financeiro, especialmente para países da América Latina e Caribe. Nash (2014, p. 314) opina sobre esse serviço prestado de forma crítica. Para o autor, “o pessoal enviado para executar os parques ou para treinar gerentes nativos tem um papel fundamental na transferência de selvageria por dinheiro”⁷⁸.

Essas afirmações vão ao encontro daquelas de Diegues (2001) que, amparado em Ghimire (1993), defende o interesse financeiro como sendo um dos fatores responsáveis pela grande concentração de parques nos países pobres. Neste sentido, entende-se que a criação de áreas protegidas nesses países, ao mesmo tempo em que exige a apresentação de justificativas, mostrando-se como algo complexo, pode ser sintetizada em uma única palavra: “mercadoria”. O contraste entre o estabelecimento de parques em países ricos e pobres pode ser visualizados nas tabelas⁷⁹ seguintes, elaboradas a partir de levantamento de dados disponíveis no *site* do *Protected Planet*.

Tabela 1 - Áreas Protegidas de países norte-americanos

| País | Extensão Territorial Nacional km ² | Número de Áreas Protegidas | Total da área Nacional Protegida % | Número de Parques | Total de Área Protegida por Parques % |
|----------------|---|----------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Canadá | 9.955.032,941 | 7.642 | 9,69 | 1724 | 22,56 |
| Estados Unidos | 9.490.391,294 | 34.075 | 12,99 | 41 | 0,12 |
| México | 5.284,828 | 1.192 | 14,5 | 73 | 6,12 |

Fonte: dados extraídos de *Protected Planet*⁸⁰.

Nota: dados organizados pela autora.

⁷⁸ Tradução Nossa. *Personnel sent to run the parks or to train native managers have a key role in the transfer of wildness for money.*

⁷⁹ De acordo com UICN (2013, p. 11), “o termo “Parque Nacional”, que existia muito antes do sistema de categorias, foi encontrado particularmente adequado para grandes áreas protegidas sob a categoria II. No entanto, é verdade que muitos parques nacionais existentes em todo o mundo têm objetivos muito diferentes daqueles definidos na categoria II. De fato, alguns países classificam seus parques nacionais sob outras categorias da UICN”. Sendo assim, o número de parques apresentados nas tabelas pode não coincidir com aquele apresentado oficialmente por cada país porque os dados foram extraídos do *site Protected Planet* e esse trabalha com as áreas protegidas correspondentes ao sistema de categorias da UICN.

⁸⁰ Disponível em: <https://www.protectedplanet.net>.

Tabela 2 - Áreas Protegidas de alguns países centro-americanos

| País | Extensão Territorial Nacional km ² | Número de Áreas Protegidas | Total da área Nacional Protegida % | Número de Parques | Total de Área Protegida por Parques % |
|----------------------|---|----------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Belize | 22.297,76618 | 120 | 37,68 | 23 | 19,17 |
| Costa Rica | 51.636,14199 | 187 | 27,6 | 23 | 12,3 |
| Cuba | 111.643,2783 | 226 | 16,55 | 48 | 21,24 |
| República Dominicana | 48.509,80547 | 93 | 23,02 | 23 | 24,73 |
| Guatemala | 109.922,2585 | 259 | 31,75 | 13 | 5,02 |
| Haiti | 27.390,24191 | 8 | 1,95 | 2 | 25,0 |
| Honduras | 113.291,4823 | 105 | 28,44 | 24 | 22,86 |
| Panamá | 75.497,94621 | 95 | 20,89 | 12 | 12,63 |

Fonte: dados extraídos de *Protected Planet*.

Nota: dados organizados pela autora.

Tabela 3 - Áreas Protegidas de alguns países sul-americanos

| País | Extensão Territorial Nacional km ² | Número de Áreas Protegidas | Total da área Nacional Protegida % | Número de Parques | Total de Área Protegida por Parques % |
|-----------|---|----------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Argentina | 2.785.327,721 | 385 | 8,89 | 80 | 20,78 |
| Brasil | 8.529.399,243 | 2.197 | 28,94 | 256 | 11,65 |
| Chile | 759.820,962 | 187 | 18,4 | 35 | 18,72 |
| Colômbia | 1.145.032,899 | 621 | 14,16 | 80 | 12,88 |
| Paraguai | 401.498,4235 | 44 | 6,51 | 11 | 25,0 |
| Peru | 1.298.537,038 | 244 | 21,27 | 14 | 5,74 |
| Uruguai | 178.459,889 | 29 | 3,45 | 4 | 13,79 |
| Venezuela | 917.367,6523 | 251 | 54,14 | 43 | 17,13 |

Fonte: dados extraídos de *Protected Planet*.

Nota: dados organizados pela autora.

Tabela 4 - Áreas Protegidas de alguns países europeus

| País | Extensão Territorial Nacional km ² | Número de Áreas Protegidas | Total da área Nacional Protegida % | Número de Parques | Total de Área Protegida por Parques % |
|-----------------|---|----------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Alemanha | 357.584,3854 | 22.907 | 37,75 | 16 | 0,07 |
| Bélgica | 30.683,07213 | 2.013 | 23,29 | 0 | 0 |
| Espanha | 507.013,405 | 4.036 | 8,37 | 97 | 2,4 |
| França | 548.954,0701 | 4.650 | 25,99 | 6 | 0,13 |
| Holanda | 35.205,61182 | 447 | 11,24 | 20 | 0,47 |
| Itália | 301.335,3097 | 3.880 | 21,51 | 24 | 0,62 |
| Portugal | 92.141,09473 | 444 | 22,9 | 1 | 0,23 |
| Reino Unido | 245.247,5873 | 11.684 | 28,73 | 24 | 0,21 |
| Federação Russa | 16.874,835,52 | 11.252 | 9,73 | 61 | 0,54 |
| Suécia | 449.390,1761 | 19.494 | 14,88 | 23 | 0,12 |

Fonte: dados extraídos de *Protected Planet*.

Nota: dados organizados pela autora.

Tabela 5- Áreas Protegidas em alguns países africanos ex-colônias europeias⁸¹

| País | Extensão Territorial Nacional km ² | Número de Áreas Protegidas | Total da área Nacional Protegida % | Número de Parques | Total de Área Protegida por Parques % |
|---------------------------------------|---|----------------------------|------------------------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Angola | 1.255.217,852 | 14 | 6,97 | 8 | 57,14 |
| Botswana | 581.162,9215 | 22 | 29,14 | 6 | 27,27 |
| Chade | 1.276.585,969 | 22 | 20,35 | 3 | 13,64 |
| Guiné-Bissau | 34.015,72123 | 36 | 16,66 | 2 | 5,56 |
| Mali | 1.256.684,114 | 30 | 8,23 | 4 | 13,33 |
| Moçambique | 791.081,8731 | 50 | 21,59 | 5 | 10,0 |
| Níger | 1.190.098,655 | 24 | 17,32 | 1 | 4,17 |
| República Democrática do Congo | 2.344.275,114 | 50 | 13,01 | 9 | 18,0 |
| Ruanda | 25.452,13068 | 10 | 9,11 | 2 | 20,0 |
| República Unida da Tanzânia | 947.252,6908 | 839 | 38,15 | 14 | 1,67 |
| Zambia | 755.640,3907 | 635 | 37,87 | 19 | 2,99 |

Fonte: dados extraídos de *Protected Planet*.

Nota: dados organizados pela autora.

A elaboração das tabelas⁸² teve como intuito mostrar que os parques estão localizados, em sua grande maioria, nos países pobres. Nas tabelas, foi feita a apresentação da extensão territorial de cada país, do número de áreas protegidas, e da quantidade percentual de área abrangida por essas, para expor o número total de parques e o quanto eles representam em termos de área protegida. Desta forma, ficou evidente o contraste que há entre tais países, pois o número de áreas protegidas, compreendendo as diversas categorias de conservação, é muito superior nos países ricos. Entretanto, quando se dilui esse número e se fica com a parte correspondente somente aos parques e a porcentagem de área representada, não resta dúvida que essa categoria não é a mais preferida entre os referidos países.

De acordo com Diegues (2001) citando Ghimire (1993), “a rápida devastação das florestas e a perda da biodiversidade, a disponibilidade de fundos internacionais para a conservação e a possibilidade de geração de renda pelo turismo em parques” são fatores que explicam o aumento da “preocupação ambiental”. Nash (2014) corrobora com essa

⁸¹ Esses países conseguiram conquistar independência nos seguintes anos: Angola (1975), Guiné-Bissau (1973) e Moçambique (1975) - Portugal; Mali (1960), Chade (1960) e Níger (1960) - França; Botswana (1966), República Unida da Tanzânia (1964) e Zambia (1964) - Grã-Bretanha; República Democrática do Congo, 1960 e Ruanda, 1962 (Bélgica).

⁸² A princípio, pretendia-se ilustrar tal realidade fazendo uso de mapas. Porém devido à dificuldade em encontrar aquele que trouxesse, especificamente, a distribuição espacial dos parques, optou-se por substituí-los pelas tabelas.

discussão ao afirmar que a criação de parques e demais áreas protegidas significa, para os governos desses países, oportunidade econômica e, por isso, sentem-se motivados a abraçar a ideia e fazê-los envolver-se em uma relação exportação-importação da natureza selvagem/*Wilderness*.

O autor explica que, nesse processo, a condição de natureza preservada está obviamente nos países onde a industrialização não é tão significativa a ponto de tê-la comprometida. Mas, ironicamente, nesse contexto, “as nações que têm região selvagem não querem isso, e aqueles que querem não a têm” (NASH, 2014, p. 343); seria um fenômeno que o autor chamou de “estômago cheio”, pois é restrito somente aos ricos, urbanos e sofisticados.

Além disso, ele esclarece que os sentidos dados à natureza como valor intelectual e econômico são próprios de sociedades urbanas e tecnológicas. Nessas sociedades emerge uma “classe social e econômica de amantes da natureza, cujas afiliações nacionais não são tão fortes quanto seu interesse comum em desfrutar e salvar a região selvagem (*Wilderness*) onde quer que exista” (NASH, 2014, p. 343). Tal classe é formada por escritores, artistas, pessoas de poder aquisitivo elevado que, além de querer, podem pagar pela preservação da natureza.

Desta forma, a relação de exportação-importação se configura efetivamente como um processo de compra e venda da natureza selvagem e, como salienta o autor, o valor empregado não é pequeno, nem insignificante.

No que se refere ao produto vendido propriamente, Nash (2014, p. 343) comenta que, com exceção dos “troféus”, resultado de caçadas e dos animais capturados com vida para os jardins zoológicos, os elementos naturais comprados permanecem no seu país de origem (país exportador), pois “a mercadoria comercializada é a experiência”⁸³. A forma como os importadores usufruem do produto adquirido é esclarecida pelo autor na sequência.

Os importadores a consomem nas instalações. Além disso, há muitos entusiastas da natureza da poltrona. A sua ânsia de consumir filmes, programas de televisão, revistas e livros sobre animais selvagens, e apoiar a filantropia da natureza é uma importante forma de importação da natureza (NASH, 2014, p. 343-344)⁸⁴.

⁸³ Tradução nossa. “*The traded commodity is experience*” (NASH, 2014, 343).

⁸⁴ Tradução nossa. “*The importers consume it on the premises. In addition, there are many armchair nature enthusiasts. Their eagerness to consume motion pictures, television specials, magazines and books about wildlife, and to support nature philanthropy is an important form of nature importing*” (NASH, 2014, p. 343-344).

Neste contexto, o autor conceitua esse processo de exportação-importação como sendo “‘contêineres’ institucionais que as nações desenvolvidas enviam aos subdesenvolvidos com a finalidade de ‘empacotar’ um recurso frágil”⁸⁵. Para os países exportadores, a conservação da natureza se torna muitas vezes bem mais lucrativa que a sua devastação. Assim, uma vez que seus governantes estejam convencidos disso, inicia-se o processo de convencimento da população local⁸⁶. Afinal, como ressalta o autor, para essa população o sentido dado à natureza será bem diferente daquele dado pelo turista⁸⁷. A exemplo das africanas – que presenciam o ir e vir de turistas, utilizando-se dos safaris para buscar um contato maior com a natureza – conviver com aqueles animais faz parte de sua vida, de sua história; não existe nada de novo que mereça um registro fotográfico nem, muito menos, que exija proteção. Logo, a criação de parques, áreas protegidas que restringem o uso direto, não faz sentido algum.

É interessante pensar que o próprio *Yellowstone* também é fruto desse processo de exportação-importação da natureza, pois, como elucida Nash (2014, p. 348), os norte-americanos não se deslocavam para o oeste em busca de lazer como os estrangeiros. Eles iam “por ciência e descoberta, por peles e ouro, para lutar contra índios e propriedades seguras”⁸⁸. Entretanto, à medida que o país vai conseguindo seu desenvolvimento econômico, inicia-se uma transição de exportador para importador de natureza. Prova disso pode ser obtida através da observação da tabela 1. Verifica-se ali que o “pai dos parques nacionais” possui apenas 41 deles, quantidade muito pequena quando comparada aos seus vizinhos. O Canadá possui 1724 e o México, 73. O número impressiona ainda mais ao

⁸⁵ Tradução nossa. “‘containers’ that developed nations send to underdeveloped ones for the purpose of ‘packaging’ a fragile resource” (NASH, 2014, p. 344).

⁸⁶ “As pessoas locais são lembradas, por exemplo, de que um leão macho adulto no Parque Nacional de Amboseli, no Quênia, gera US\$ 515 mil em receita turística ao longo de sua vida. Para um caçador furtivo, a carne e a pele podem trazer até US\$ 1.150,4. Com base nas receitas que geram atraindo turistas, leões ou elefantes podem ser os animais mais valiosos do mundo” (Tradução nossa). “Local people are reminded, for instance, that an adult male lion in Amboseli National Park in Kenya generates \$515,000 in tourist revenue over the course of its lifetime. For a poacher, the meat and skin might bring as much as \$1,150.4 On the basis of the revenue they generate by attracting tourists, lions or elephants may be the most valuable animals in the world” (NASH, 2014, p. 344).

⁸⁷ Nash (2014, p. 342) cita o comentário feito pelo presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, em 1961, onde afirmou: “Eu pessoalmente não estou muito interessado em animais. Eu não quero passar minhas férias assistindo crocodilos. No entanto, sou totalmente a favor da sua sobrevivência. Eu acredito que, depois de diamantes e sisal, os animais selvagens fornecerão a Tanganyika sua maior fonte de renda. Milhares de americanos e europeus têm o desejo estranho de ver esses animais” (Tradução nossa). “I personally am not very interested in animals. I do not want to spend my holidays watching crocodiles. Nevertheless, I am entirely in favor of their survival. I believe that after diamonds and sisal, wild animals will provide Tanganyika with its greatest source of income. Thousands of Americans and Europeans have the strange urge to see these animals” (NASH, 2014, p. 342).

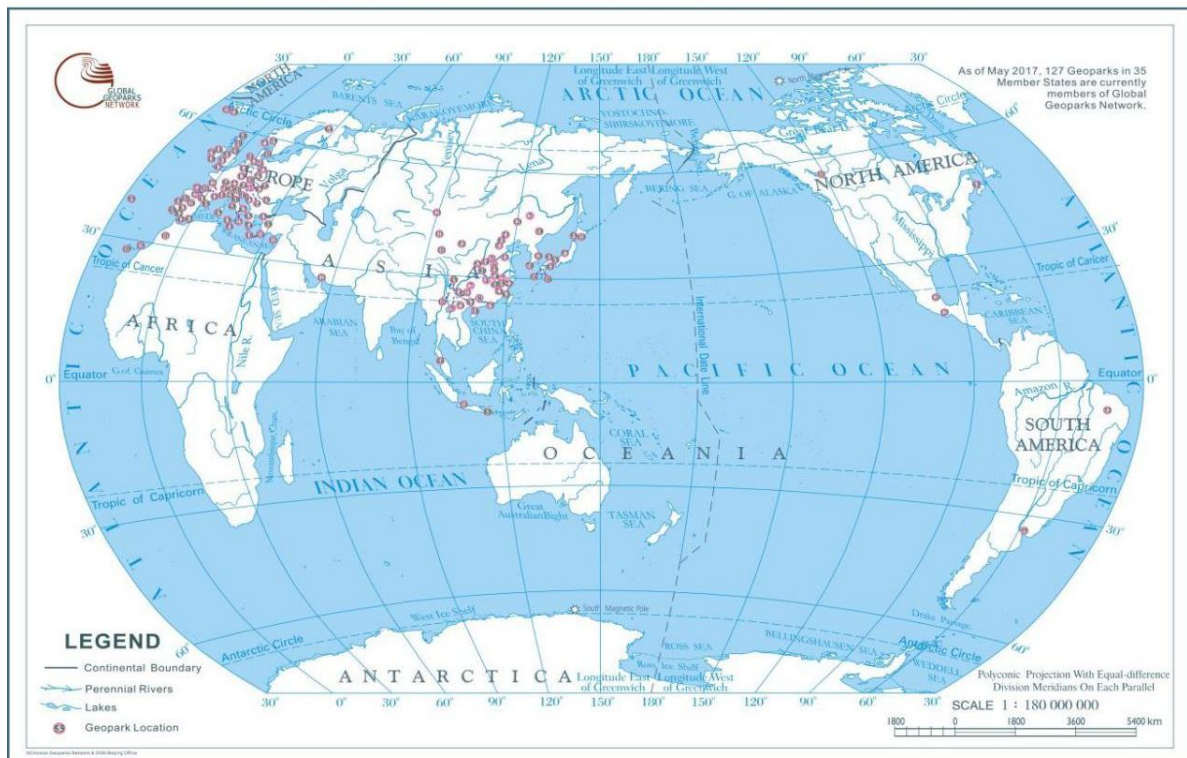
⁸⁸ Tradução nossa. “for science and discovery, for fur and gold, to fight Indians and secure homesteads” (NASH, 2014, p. 348).

somá-lo às demais áreas protegidas do país, pois, nesse montante, os parques nacionais norte-americanos representam apenas 0,12% do total de áreas protegidas do país. Mas, os Estados Unidos não são exceção. Como vem sendo discutido, os parques não estão concentrados em sua grande maioria nos países pobres por um acaso. E esse é um ponto importante porque ajuda a pensar na origem dos geoparques.

Assim, primeiramente é importante voltar para as tabelas, em específico à tabela 4, para verificar como é pequena a quantidade de parques na Europa. E, por que chamar a atenção para a Europa?

Porque foi lá que os geoparques foram criados, e é lá que está localizada a maior parte deles, como é possível verificar nas figuras 1 e 2.

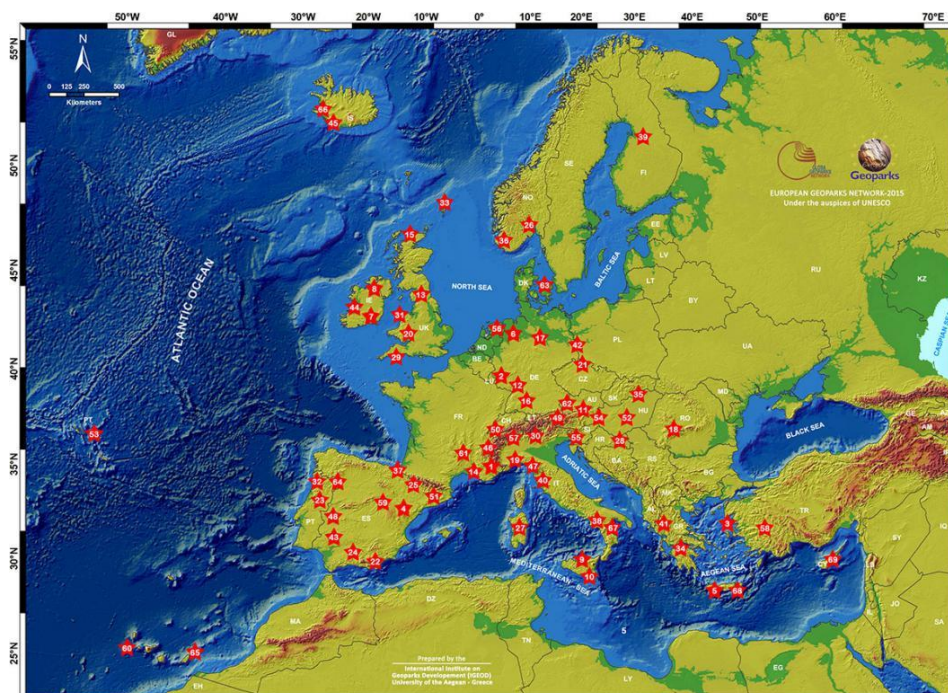
Figura 1 - Distribuição dos membros da Rede Global de Geoparques – GGN



Fonte: Rede Global de Geoparques (2018)⁸⁹.

⁸⁹ Disponível em: www.globalgeopark.org. Acesso em 22/01/2018.

Figura 2 - Distribuição dos membros da Rede Europeia de Geoparques – EGN



Fonte: Rede Europeia de Geoparques (2018)⁹⁰

Nesse continente, quando o modelo dos parques nacionais atravessou o Atlântico e o alcançou, provocou reações diversas. A começar porque esse modelo fora criado pelos Estados Unidos. Assim, a adoção da ideia iria contribuir para a disseminação de algo criado por uma ex-colônia, ou seja, ajudaria a nova nação a formar sua identidade cultural. Outrossim, porque o modelo norte-americano não se encaixava na sua realidade. De acordo com Kupper (2015), a pequena extensão territorial desses países dificultava a reserva de áreas para a conservação da natureza na mesma proporção do *Yellowstone*, pois além de suas áreas pertencerem à propriedade privada, detinham também pouco do principal, ou seja, uma natureza “selvagem” (*wilderness*) para proteger. Eles já a importavam de outros continentes. Nas palavras do autor:

[...] A Europa, no entanto, apresentou uma paisagem intensamente cultivada e densamente povoada, em que os direitos de propriedade privada estavam entrenchados. Quase não restavam territórios que preenchessem os critérios do espaço e da região selvagem não modificada. Quem quisesse fazer uso da ideia do parque nacional na Europa teve que traduzir *Yellowstone* de tal forma que atendeu a condição europeia ou (tendo em conta a diversidade de condições) lugares e discursos europeus (KUPPER, 2015, s.n.)⁹¹.

⁹⁰ Disponível em: www.europeangeoparks.org. Acesso em 22/01/2018.

⁹¹ Tradução nossa. “*Europe, however, featured an intensively cultivated and densely populated landscape in which private property rights were entrenched. Barely were there any territories left that met the criteria of space and unmodified wilderness. Whoever wanted to make use of the national park idea in Europe had to translate Yellowstone such that it met the European condition, or (taking into account the diversity of conditions) European places and discourses*” (KUPPER, 2015, s.n.).

É importante ressaltar que, na Europa, os parques também eram reconhecidos pela população como um grande feito norte-americano. Afinal, eles representavam uma mudança na valorização da natureza; representavam a materialização da preocupação ambiental, num momento em que, no mundo ocidental, o processo da volta à natureza ganhava cada vez mais adeptos. Assim, esse sentimento acabava exercendo pressão em seus dirigentes influenciando na discussão sobre a criação desse tipo de área que, para ser implantado no continente, precisava sofrer ajustes para se encaixar na realidade europeia. Segundo Kupper (2015), o resultado disso foi uma transformação no conceito geral de parque nacional, bem como sua ampliação e diversificação. A Suíça, por exemplo, é tida como o país que se tornou referência no quesito de adaptação do modelo original e na atribuição de novos objetivos. Portanto, o Parque Nacional Suíço nasceu visando atender, em especial, a um público novo – os cientistas. Tal parque, segundo o autor, estava mais para ser um grande laboratório voltado às pesquisas ecológicas, do que uma área de lazer, pois seu acesso era restrito e seu uso regulamentado pela racionalidade científica. Buscava-se, com isso, protegê-lo das contradições produzidas pelo turismo.

Kupper (2015) salienta que “era de extrema importância que a conservação da natureza alcançasse proeminência na Europa, em simultâneo com o avanço das ciências ecológicas e do pensamento”⁹². Desta forma, a ação de combinar parques nacionais com ciência caracterizava-se como um “aprimoramento da inovação” e, por isso, a versão suíça ganhou espaço no meio científico e passou a ser um concorrente do modelo norte-americano.

Outro país que também criou um concorrente para o norte-americano foi a Alemanha. Ela rejeitou o modelo dos parques nacionais e idealizou os Monumentos Naturais, alegando que esse seria mais adequado ao Velho Mundo. Os Monumentos Naturais representaram uma resposta europeia ao modelo norte-americano.

Mas, de fato, quais seriam os fatores que contribuiriam para o surgimento dos geoparques na Europa e o que poderia ter influenciado essa criação?

Muita leitura, pesquisa em fontes nacionais e internacionais, seguidas de reflexões conduziram a alguns entendimentos. Primeiro: o geoparque não é fruto de uma preocupação ambiental isenta do egoísmo e autointeresse. Esses sentimentos estão fortemente presentes e são representados pelo fator econômico e pela disputa de poder.

⁹² Tradução nossa. “[...] was of utmost importance that nature conservation achieved prominence in Europe concurrently with the advancement of ecological sciences and thinking” (KUPPER, 2015, s.n.).

Enquanto os parques nasceram no momento em que a mercantilização da natureza, via atividade turística, ainda estava sendo construída, pois o processo da “volta à natureza” era algo recente, os geoparques foram criados na década de 90 do século XX, quando a discussão ambiental passou a ser pautada, através do modelo de desenvolvimento sustentável, em uma fase em que a atividade turística era valorizada pelo seu retorno financeiro.

Sendo assim, eles foram planejados para conter explicitamente o interesse econômico em seus objetivos. É possível notar isto na definição do geoparque europeu apresentada no site “www.europeangeoparks.org”.

Um Geoparque Europeu é um território, que inclui um património geológico particular e **uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável** apoiada por um programa europeu para **promover o desenvolvimento**. Um geoparque deve ter limites claramente definidos e área geográfica suficiente **para um verdadeiro desenvolvimento** econômico territorial (EGN, 2018, s.n., grifo nosso).

Rocha (2015, p. 13), alega que o interesse econômico foi um motivador para que França, Grécia, Alemanha e Espanha implantassem os geoparques. Afinal, representavam uma alternativa para solucionar os problemas que lhes eram comuns, como a “estagnação econômica, alta taxa de desemprego, êxodo rural, emigração e envelhecimento da população”.

No que se refere à disputa de poder, isso é algo que foi se mostrando pertinente durante as reflexões realizadas. Foi possível perceber que, da mesma forma que os Estados Unidos criaram os parques nacionais buscando, dentre outras coisas, uma visualização externa, no continente europeu não foi diferente com a criação dos geoparques, pois esses se mostraram como mais uma reposta europeia à ex-colônia. No Velho Mundo, o modelo de parques foi ajustado em um formato que “reduzisse” seus problemas, tratando-se de um modelo “melhor” e isso demonstrava superioridade. Assim, os Estados Unidos representando a América, criaram a marca “Parques Nacionais”, enquanto a Europa, a marca “Geoparque”.

Na realidade, é questionável a alegação de serem novas as ideias contidas nessa proposta. Inicia-se pelo quesito da sustentabilidade, pois alguns de seus princípios já existiam na Europa há séculos, materializados na criação das florestas reais e parques de cervos. Quanto à sua presença nos parques nacionais, embora não faça parte da versão

original cunhada em 1872, nas diretrizes elaboradas pela UICN⁹³ em 1994, a “utilização sustentável de recursos derivados de ecossistemas naturais” aparecia como sendo um objetivo potencialmente aplicável aos parques.

Outro ponto refere-se à valorização geológica. Os geoparques foram idealizados por um geólogo e por um geógrafo durante o 30º Congresso Internacional de Geologia em Beijing, em 1996, para atender a necessidade de proteger a história da Terra, que passou a adquirir corpo no meio científico após o 1º Simpósio Internacional sobre a Proteção do Patrimônio Geológico, realizado em 1991. Portanto, teoricamente, os geoparques estariam atendendo de forma inédita a tais questões. Isso era outro grande feito desse modelo, ressaltado no site do *European Geopark* através da afirmação que, “até recentemente, não existiu nenhum reconhecimento internacional do património da Terra de importância nacional ou regional, e nenhuma convenção internacional sobre o património da Terra”⁹⁴.

De fato, nesse contexto, havia algo novo: a valorização e disseminação de uma ciência e seu objeto de estudo em nível nacional e internacional. Todavia, a conservação de especificidades (patrimônio) geológicas através da criação de áreas protegidas não era inédita, pois o próprio Parque Nacional do *Yellowstone*, segundo informações disponíveis no site do *National Park Service*, “foi estabelecido como o primeiro parque nacional do mundo principalmente por causa de seus extraordinários geysers, fontes termais, *mudpots* e aberturas de vapor, bem como outras maravilhas, como o *Grand Canyon* do rio *Yellowstone*”⁹⁵. É válido acrescentar que para dar um tom de novidade à ideia, promovendo-a e agregando-lhe valor, passou-se a adicionar o radical⁹⁶ “geo” – que significa Terra – formando palavras (substantivos) referentes ao geoparque como: (geo)sítio, (geo)turismo, (geo)educação, (geo)história, (geo)preservação, (geo)produto, (geo)cientistas, (geo)ciências, (geo)monitores.

Outro ponto interessante na análise da exploração geológica é a conexão que tal exploração tem com a “superioridade europeia”. Afinal, como apresentado, no momento da criação do Parque Nacional do *Yellowstone*, havia uma “disputa de ego” entre a Europa e a América. As constantes comparações de suas riquezas culturais eram exemplo disso e

⁹³ Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1994-007-Es.pdf>. Acesso em: 29/12/2017.

⁹⁴ Disponível em: www.europeangeoparks.org/?page_id=170&lang=pt. Acesso em 13/12/17.

⁹⁵ Tradução nossa. “*was established as the world’s first national park primarily because of its extraordinary geysers, hot springs, mudpots and steam vents, as well as other wonders such as the Grand Canyon of the Yellowstone River*”. Disponível em: <https://www.nps.gov/yell/learn/nature/geology.htm>. Acesso em 18/12/17.

⁹⁶ De acordo com o “site www.soportugues.com.br”, geo é um radical grego que atua como primeiro elemento na formação de palavras.

influenciaram no estabelecimento do *Yosemite* e do *Yellowstone*, que continham os monumentos do Novo Mundo. Naquele momento, a mensagem era que a Europa contava a história através de construções humanas, e os Estados Unidos, representando a América, a contavam usando de seus elementos naturais.

Entretanto, com a origem dos geoparques, a Europa passa a mostrar que é também detentora de especificidades, raridades naturais, de um patrimônio geológico. E, portanto, usando esse patrimônio, ela é privilegiada por conseguir contar tanto a história da Terra quanto uni-lo ao seu patrimônio cultural e contar a história humana. Sobre a valorização geológica via geoparque, o *European Geoparks* traz a seguinte informação:

Muitas pessoas, quando se pergunta sobre patrimônio geológico pensam em lugares como o Grande Canyon, a Islândia, o vulcão Etna, a Calçada dos Gigantes ou os Alpes.

No entanto, há mais patrimônio geológico do que estes sítios, frequentemente afloramentos excepcionais. **Em toda a Europa existem exemplos de paisagens e rochas que fornecem evidências-chave de um determinado momento na história da Terra** e eles também fazem parte do nosso patrimônio geológico. [...] De muitas maneiras, **o patrimônio geológico da Europa é tão diverso, interessante e dinâmico como a herança multi-cultural de muitas regiões da Europa.** [...] Relativamente ao patrimônio geológico da Europa, é também a nossa história comum, onde a história se encontra escrita e pode ser lida nas rochas que se encontram na paisagem (EUROPEAN GEOPARKS, 2018, s.n., grifo nosso)⁹⁷.

Neste contexto, também merece ser aludida à valorização, “os laços que são criados com o território” advindos das relações políticas, econômicas e sociais que, posteriormente, resultam na produção de uma identidade territorial, que é bem explorada pelo geoparque, e que está imbricada na discussão ligada aos patrimônios e à história de um povo. Porém, outra vez questiona-se a novidade, afinal, como frisado, o *Yellowstone* foi criado buscando esse fim. A diferença, no caso norte-americano, é que se buscava produzir uma identidade nacional, enquanto que, com o geoparque pretende-se produzir, conjuntamente, um território da conservação e uma identidade.

Na verdade, a inclusão da identidade territorial na proposta do geoparque se mostrou mais como uma consequência da junção de várias questões ajustadas do modelo de parques nacionais. Tais questões referem-se: ao tamanho da área de conservação; ao uso permitido e à propriedade da terra; e à relação da comunidade local com a área de conservação. Percebeu-se que, na instituição de um geoparque, os referenciais históricos e geográficos nele presentes acabam exercendo influência na formação identitária da

⁹⁷ Disponível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=6&lang=pt. Acesso em 14/12/17.

comunidade local, e são levados em consideração na organização do mesmo, sendo representados de alguma maneira.

Antes de dar sequência à discussão, é necessário reforçar a questão do egoísmo e autointeresse, uma vez que eles são pertinentes na composição do modelo de geoparque. Afinal, tal modelo foi pensado para atender especialmente as necessidades e especificidades europeias. Sendo assim, é evidente que o tamanho da área seja levado em consideração. De acordo com as diretrizes de 1994 instituídas pela UICN referente aos parques, foi determinado que “[...] *las fronteras se deben trazar con suficiente amplitud como para encerrar uno o más ecosistemas enteros que no estén sujetos a modificación material a causa de la explotación o la ocupación humana [...]*. Nessas diretrizes também foi destacado que o uso da categoria II, correspondente aos Parques Nacionais, não é a mais adequada para ser estabelecida na Europa por possuírem “*espacios naturales colonizados y manejados desde hace mucho tiempo con sujeción a sistemas de propiedad múltiple [...]*” (UICN, 1994, p. 190-191).

Entretanto, ao instituir o modelo de geoparques, a justificativa apresentada para que esses não fossem constituídos por grandes áreas não fez menção à carência de terras europeias, mas à dificuldade que uma grande área poderia causar para que fosse atingido o objetivo de unificar a população e, conseqüentemente, criar uma identidade. Porém, se o tamanho é considerado um problema, por que a propriedade da terra e seu uso não seriam para os europeus?

De acordo com as diretrizes dos parques da UICN, tanto o modo de uso quanto o tipo da propriedade devem ser compatíveis com a obtenção dos objetivos almejados. Deste modo, a orientação é que – para facilitar o manejo dos Parques Nacionais – a área fique sob a posse do poder público (local ou nacional) ou, até mesmo, de um órgão não governamental devidamente constituído e dedicado à conservação ambiental. Todavia, o processo de transferência do título da terra do privado para o público sempre é impregnado de tensões e conflitos.

Embora que, durante a própria criação do Parque Nacional do *Yellowstone* tenha havido preocupação com o choque de interesses entre os proprietários de terras e, ainda que esta concepção tenha procurado fazer uma abordagem que evitasse ou, ao menos, amenizasse o problema, o que se verificou foi haver carência de bibliografia nacional e internacional discutindo a participação dos proprietários de terras no processo de criação

dos parques nacionais e das demais áreas de conservação que necessitem desapropriação. A discussão de maior repercussão recai sobre os problemas que, segundo Diegues (2001, p. 14), são de “caráter ético, social, econômico, político e cultural” causados às populações, denominadas pelo autor como tradicionais (ribeirinhas, indígenas, pescadores artesanais e extrativistas) ao serem consideradas como uma ameaça à conservação local. Segundo Ghimire (1991), além de tal discussão ser abordada por organizações internacionais como as Agências das Nações Unidas, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID, e o Fundo Mundial para a Natureza – WWF, ela tem também constado nas pautas dos Congressos Mundiais de Parques da UICN.

Desta forma, se o intuito era fazer um modelo melhor que aquele dos parques, e a discussão mundial predomina sobre os problemas criados nas comunidades tradicionais, enfatizá-los demonstrando preocupação daria muito mais repercussão que expor o desejo de preservar os interesses dos proprietários de terras. Para reforçar a importância da inclusão da população na proposta do geoparque, Boggiani (2010) cita a frase de Chris Woodley-Stewart, o gerente do *Geopark North Pennine* (Reino Unido): “Geoparques não são apenas pedras, geoparques são sobre pessoas” e a explica afirmando que “através dos geoparques, procura-se a valorização das pessoas e não apenas a conservação da fauna e flora”.

Outro ponto relevante é que os geoparques visavam solucionar os problemas europeus citados (estagnação econômica, alta taxa de desemprego, êxodo rural, emigração e envelhecimento da população). Logo, não seria desapropriando terras nem desterritorializando a população local que tais objetivos seriam atingidos.

Portanto, era evidente que a opção pela inclusão da população fosse aderida porque, além de contemplar o objetivo de prevenir conflitos e dar continuidade ao uso que era feito da terra, o geoparque ainda iria proporcionar uma agregação de valor, pois os produtos oriundos da área levariam a “marca” Geoparque. Porém, para que essa marca fosse reconhecida, conquistando seu espaço no mercado consumidor, era de grande importância haver união dessa população e o reconhecimento de sua identidade territorial.

É importante destacar que os geoparques não constituem categoria de conservação. Eles também não pertencem às categorias da UICN e isso acaba sendo um diferencial bastante frisado pelos seus defensores. Na prática, o que irá interferir é a inexistência de uma legislação específica que os disciplinam. Essa especificidade é entendida por

Boggiani (2010) como uma vantagem porque, “ao enquadrar o conceito em uma lei específica, ou com uma alteração do SNUC, iríamos engessar o processo e tirar o caráter inovador e dinâmico que ele apresenta e o que o torna diferente de outras modalidades de conservação”. Ainda, segundo o autor, tal característica é importante por permitir “uma ampla gama de formas de gestão, podendo até ser privado”.

Essa especificidade também está intimamente ligada ao uso permitido da área do geoparque. Afinal, por não existir legislação específica, acaba não tendo proibição do desenvolvimento de atividades, desde que atenda à legislação (geral) local e nacional; ou seja, se as atividades anteriores à criação do geoparque eram legais, não existe motivo para que essas sejam alteradas. Entretanto, ao mesmo tempo em que é apresentado como algo positivo, permite questionar a eficiência da conservação proposta porque deixa seus geossítios vulneráveis, impondo a obrigação de protegê-los através do uso de legislação apropriada.

Diante do exposto, observa-se que o egoísmo e o autointeresse são a essência da preocupação ambiental e, assim, participam ativamente do processo de construção do chamado mundo da sustentabilidade. Neste contexto, pode se afirmar que tanto os Parques Nacionais quanto os Geoparques, tiveram suas criações motivadas por tais sentimentos. Quando se procura encontrar respostas para os questionamentos iniciais, embasando-se nesses modelos de conservação, mais uma vez o egoísmo e o autointeresse marcam presença. Afinal, a conservação buscada é a de um recurso, de uma mercadoria; que interessa, de uma forma geral, aos seres humanos e, específica, a grupos de poder⁹⁸; enquanto o motivo, não podendo ser diferente, visa satisfazer suas necessidades e que devido a ação do modo de produção capitalista também as transformou em mercadoria. Sendo assim, fez da conservação dos elementos naturais, antes de tudo, mais uma forma encontrada para a obtenção de lucro e manutenção desse modo de produção.

Considerações finais

A sociedade moderna, no mundo ocidental, vem construindo o chamado “Mundo da Sustentabilidade” que, sinteticamente, é caracterizado por uma relação sociedade/natureza complexa, que envolve uma suposta preocupação com os elementos naturais e um “mercado verde” em expansão.

⁹⁸ Tais grupos, de acordo com Ocon (2015, p. 240) podem ser de “poder ideológico, político e econômico”.

Dos produtos resultantes dessa relação, foi explorada nesta pesquisa, a criação de áreas de conservação, em especial, os parques nacionais e os geoparques. Assim, em relação àquele que é tido como o novo modelo de conservação, que apresenta como justificativa da sua criação, a preocupação com a conservação dos elementos naturais, em específico, aqueles relacionados à memória da Terra, verifica-se que a preocupação central não está na preservação dos elementos naturais, devido à importância reconhecida desses.

Apesar de, no nascimento da ideia, a preservação ter ocupado um lugar de destaque e, portanto, o desenvolvimento local ser quase que uma consequência, um bônus, quando da criação dos primeiros geoparques, esta questão já havia mudado de patamar. Ela já seguia lado a lado ao desenvolvimento local, compondo os objetivos desse modelo. Entretanto, esta igualdade de importância está somente no campo teórico, afinal, neste modo de produção, o lucro sempre estará em primeiro lugar, pois a intenção sempre será a de construir formas de reprodução do capital. Essa construção, de fato, é a internalização dos chamados problemas ambientais pelo capital, gerando o “mercado verde”, com a produção de territórios supostamente inseridos na conservação ambiental, mas que reforçam a concentração de renda, a geração de lucros para empresas, e o cercamento de áreas destinadas a frações do capital. A Geografia produzida em nome da conservação ambiental é a Geografia do capital.

Referências

- BOGGIANI, Paulo César. A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Revista Patrimônio Geológico e Cultura**. V. 1, n.1, junho, 2010.
- COSTA, Cecília Aparecida. **A construção da concepção de natureza na fronteira de Ponta Porã/BR – Pedro Juan Caballero/PY e a produção do urbano**. 2012. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.
- COSTA, Cecília Aparecida. **A criação do Geoparque Bodoquena-Pantanal no mundo da sustentabilidade: A mercantilização da natureza e a produção de territórios**. 2018. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.
- DIEGUES, Antônio Carlos Santana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. Disponível em: www.europeangeoparks.org. Acesso em: 22/01/2018.

EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. **Património da Terra**. 2017. Disponível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=170&lang=pt. Acesso em: 13/12/17.

EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. **O que é um Geoparque**. 2018. Disponível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=165&lang=pt. Acesso em: 22/01/18.

EUROPEAN GEOPARKS NETWORK. **Introdução**. 2018. Disponível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=6&lang=pt. Acesso em: 14/12/17.

GHIMIRE, Krishna B. **Parks and People: Livelihood Issues in National Parks Management in Thailand and Madagascar**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), 1991. Disponível em: [http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=326433A58FDC96A180256B67005B62B6&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/\(httpAuxPages\)/326433A58FDC96A180256B67005B62B6/\\$file/dp29.pdf](http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/httpNetITFramePDF?ReadForm&parentunid=326433A58FDC96A180256B67005B62B6&parentdoctype=paper&netitpath=80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/326433A58FDC96A180256B67005B62B6/$file/dp29.pdf). Acesso em: 06/01/2018.

GLOBAL GEOPARKS NETWORK. **About GGN**. Disponível em: www.globalgeopark.org. Acesso em 22/01/2018.

JONES, Karen. Unpacking Yellowstone: The American National Park in Global Perspective. *In: Bernhard Gissibl, Sabine Höhler and Patrick Kupper. **Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective** (Environment in History: International Perspectives); Berghahn Books, 2015. Livro Digital.*

KARNAL, Leandro. *et al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**, 3. ed. – São Paulo : Contexto, 2011.

KUPPER, Patrick. Nationalparks in der europäischen Geschichte, *In: **Themenportal Europäische Geschichte***, 2008. Disponível em: <http://www.europa.clio-online.de/essay/id/artikel-3472>. Acesso em: 16/10/2017.

KUPPER, Patrick Creating Wilnerness: a Transnational History of the Swiss National Park. *In: Bernhard Gissibl, Sabine Höhler and Patrick Kupper. **Civilizing Nature: National Parks in Global Historical Perspective** (Environment in History: International Perspectives); Berghahn Books, 2015. Livro Digital.*

NASH, RODERICK FRAZIER. **Wilderness and the American Mind: Fifth Edition**. Yale University Press. Livro Digital, 2014.

OCON, Débora Cristina Macorini. **Grupos de Poder e Território: Criação e Implantação do Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema – PEVRI – MS**. 2015. 301 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Geografia, Maringá, PR.

PROTECTED PLANET. **Protected area coverage per country/territory by UN Environment Regions**. Disponível em: <https://www.protectedplanet.net/c/unep-regions#Asia%20&%20Pacific>. Acesso em:21/11/17.

ROCHA, Daniela Maria Teixeira da. **Avaliação do alargamento do Geoparque Arouca ao território Montemuro e Gralheira: Um estudo sobre património geológico e proposta de um plano de desenvolvimento territorial**, 2015. 846f. Vol. I e II. Tese (Doutoramento em Ciências da Terra e da Vida) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

RUNTE, Alfred. **National Parks: The American Experience**. Taylor Trade Publishing. Livro Digital, 1947.

SÓ PORTUGUÊS. **Radicais Gregos**. Disponível em: <http://www.soportugues.com.br/morf/morf10.php>. acesso em 12/12/17.

STEIMAN, Rebeca. **Áreas Protegidas nas Zonas de Fronteira Internacional da Amazônia Brasileira. 2008**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro / PPGG, 2008, Rio de Janeiro.

UICN. **Categorías de Manejo de Áreas Protegidas de UICN**. Disponível em: <https://www.iucn.org/es/regiones/am%C3%A9rica-del-sur/nuestro-trabajo/%C3%A1reas-protegidas/categor%C3%ADas-de-manejo-de-%C3%A1reas-protegidas-de-uicn>. Acesso em 03/11/17.

UICN. **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Gland, Switzerland: IUCN. WITH Stolton, S., P. Shadie and N. Dudley (2013). IUCN WCPA Best Practice Guidance on Recognising Protected Areas and Assigning Management Categories and Governance Types, Best Practice Protected Area Guidelines Series No. 21, Gland, Switzerland: IUCN, 2013. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/PAG-021.pdf>. Acesso em: 28/12/2017.

UICN. **Directrices para las Categorías de Manejo de Areas Protegidas**. CPNAP con la ayuda de WCMC. IUCN, Gland, Suiza y Cambridge, Reino Unido, 1994. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/1994-007-Es.pdf>. Acesso em: 29/12/2017

UICN. European Environment Agency. **Protected areas in Europe - an overview**. Report N. 5/2012. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/publications/protected-areas-in-europe-2012>. Acesso: 16/05/18.

USA. NATIONAL PARK SERVICE. **Giant Sequoias**. Disponível em: <https://www.nps.gov/seki/learn/nature/bigtrees.htm>. Acesso em: 16/11/17.

USA. NATIONAL PARK SERVICE. **Geology**. Disponível em: <https://www.nps.gov/yell/learn/nature/geology.htm>. Acesso em 18/12/17.

A PRODUÇÃO DA NATUREZA NO PANTANAL DE PORTO MURTINHO: TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

Lidiane Almeida Costa

Introdução

O presente trabalho é produto das reflexões de dissertação de mestrado defendida em 2012, intitulada *A produção da natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e Diversidade*. Desenvolvida no PPGG-UFGD e inserida na linha de pesquisa *Políticas Públicas, Dinâmicas Produtivas e da Natureza*, sob a orientação do Professor Doutor Edvaldo César Moretti, aponta para um interesse pela temática advindo das necessidades de aprofundamento e, mesmo, revisão de conceitos abordados nas pesquisas no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da Faculdade de Ciências Humanas – UFGD, do qual participo desde 2003, quando cursava a graduação em Geografia e era bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq.

A estrutura física e o arcabouço intelectual disponibilizados no Laboratório de Pesquisas e Estudos Territoriais do, então, Departamento de Ciências Humanas da, ainda, UFMS-Campus de Dourados, me instigaram a refletir sobre a territorialidade nas questões ambientais. Por esse motivo, iniciei pesquisa nessa área, que me serviu de base para a elaboração de monografia no curso de Pós Graduação *Latu Sensu* - Especialização em Educação - da Faculdade de Educação da UFGD, no ano de 2009, na qual pude aliar os conceitos pedagógicos com as pesquisas na questão ambiental. Essa monografia foi defendida no primeiro semestre de 2010.

Para o desenvolvimento da dissertação de mestrado, o desafio norteador, no decorrer do trabalho de pesquisa e de levantamento das fontes, foi o de contribuir e abordar problemáticas cada vez mais presentes no campo da Geografia. Além disso, havia a necessária realização de pesquisas sobre os impactos socioambientais no Pantanal de Mato Grosso do Sul, realidade que vem se agravando nos dias atuais e trazendo preocupações no campo científico.

Portanto, o presente trabalho é fruto dessas reflexões e consiste em refletir sobre a produção de natureza, tendo como área de pesquisa, especificamente, o Pantanal de Porto

Murtinho. Sua constituição se dá desde reflexões baseadas na ciência geográfica, no que se refere à produção e consumo do espaço⁹⁹, a partir da análise da espacialidade, relacionada com a produção de natureza.

De acordo com Costa (2012, p. 19), “o Pantanal é uma região com 250 mil km² de extensão, situado ao sul de Mato Grosso e a noroeste de Mato Grosso do Sul, no Brasil, além de se estender pela Argentina, norte do Paraguai e leste da Bolívia”. A extensão territorial formada por esses três últimos países, compreende uma vasta região territorial boscosa de cerca de 1 (um) milhão de km² (TORRACA, 2006, p. 48 *apud* COSTA, 2012, p. 19), a qual é denominada de *Gran Chaco*, ou *Chaco Sudamericano*, e caracteriza-se como sendo uma das principais regiões geográficas da América do Sul.

Para Costa, essas localidades apresentam características comuns quanto à grande diversidade ambiental, com espécies vegetais e animais consideradas únicas no mundo. Entretanto, “a produção e o uso desse ambiente são diferenciados nos territórios onde ele se situa, gerando territorialidades diferenciadas em um ambiente natural único” (COSTA, 2012, p. 19).

Conforme mencionado, o *Chaco Sudamericano* é uma extensa região boscosa que inclui a Bolívia, Paraguai e Argentina. No entanto, na parte brasileira, compreendida entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, essa região é denominada de Pantanal. Para as ponderações desse trabalho, escolhemos a parte brasileira, localizada no Centro-Oeste do país, no interior da Bacia do Alto Paraguai (BAP) pertencente à bacia do Prata.

Pesquisas realizadas pela Embrapa Informática Agropecuária, em parceria com a Divisão de Sensoriamento Remoto do INPE¹⁰⁰, em 2006, revelam que a área que compreende a BAP, no Brasil, é de 361.666 km² e a do Pantanal, de 250 mil km², ocupando 38,21% da bacia.

O Pantanal é considerado, segundo estudos, a maior planície contínua de alagamento de águas interiores. Existem, nesse ecossistema, diferentes condições de inundações, relevo, solos e vegetação que permitem subdividir essa área em 11 sub-regiões distintas, sendo elas, de acordo com o IBGE, 2005 *apud* ABDON; SILVA, 2006: Sub-

⁹⁹ “O simples registro de transformações espaciais não é suficiente para caracterizar a estruturação ou a reestruturação [do espaço]” (VILLAÇA, 1998, p. 13). Ou seja, não basta identificar as transformações físicas que ocorrem no território Pantaneiro e Chaquenho para denominá-la de reestruturação do espaço, tratando-as como evidências das mudanças no modo de produção capitalista. Também é necessário verificar mudanças estruturais na vida social que justificam a mudança na lógica de consumo do espaço.

¹⁰⁰ BRASIL. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

região de Cáceres; Sub-região de Poconé; Sub-região do Melgaço; Sub-região do Paraguai; Sub-região do Paiaguas; Sub-região de Nhecolândia; Sub-região de Aquidauana; Sub-região de Abrobral; Sub-região de Miranda; Sub-região de Nabilieque; e Sub-região de Porto Murtinho.

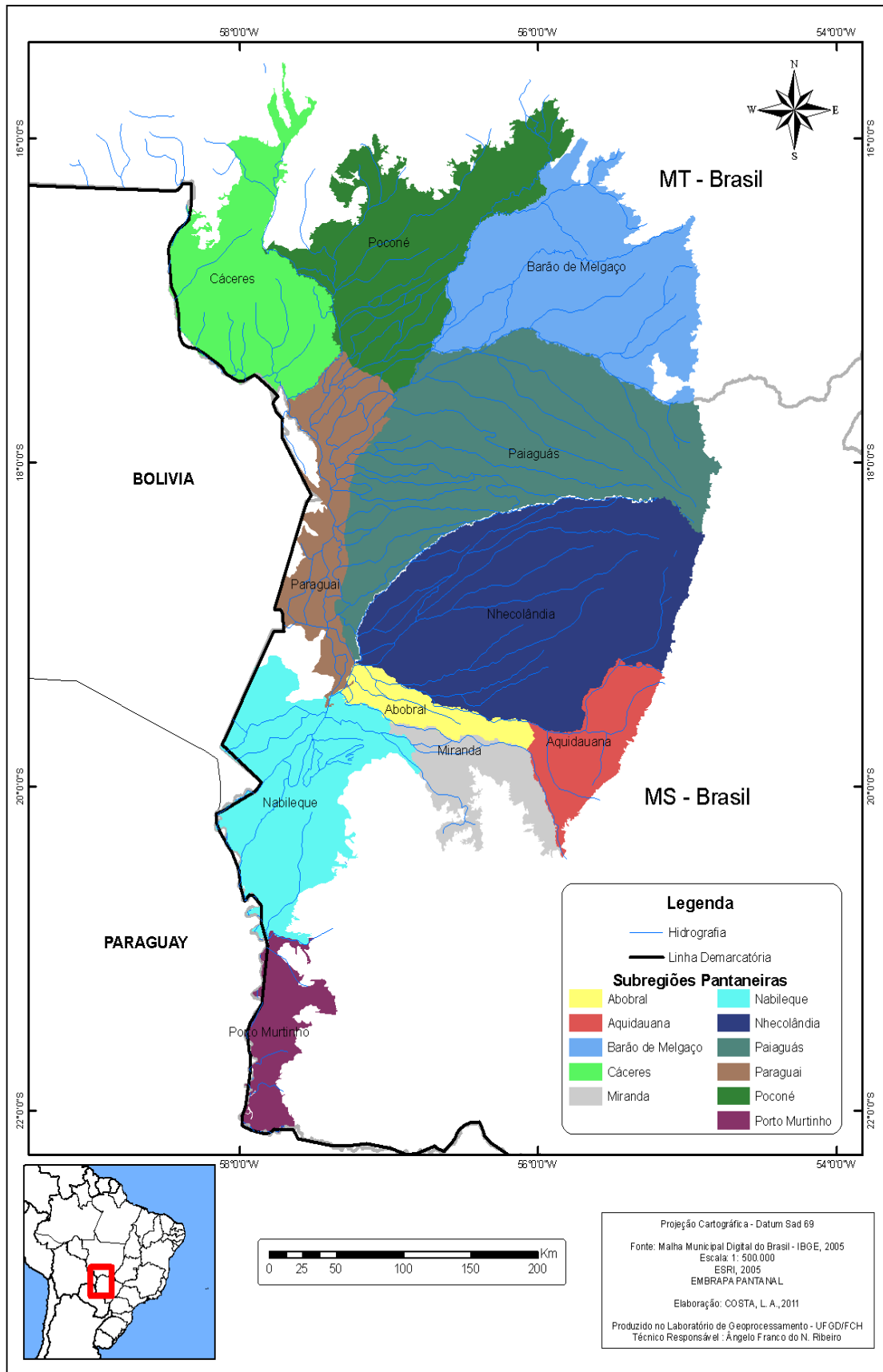
Ainda segundo Abdon e Silva (2006), das terras da planície pantaneira, 48.865 km² encontram-se no estado de Mato Grosso (MT) e 89.318 km² (64,64%) no estado de Mato Grosso do Sul (MS). Essa área úmida ocupa áreas parciais de 07 municípios do MT, sendo eles: Barão do Melgaço, Cáceres, Itiquira, Lambari D'Oeste, Nossa Senhora do Livramento, Poconé e Santo Antônio do Leverger. Também ocupa áreas de 09 municípios do estado de MS: Aquidauana, Bodoquena, Corumbá, Coxim, Ladário, Miranda, Sonora, Porto Murtinho, Rio Verde de Mato Grosso). Conforme ilustra a figura a seguir.

A cidade de Porto Murtinho, localizada na subdivisão do Pantanal de Porto Murtinho, é o nosso objeto de estudo. Esse pequeno centro urbano, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, está distante 443 km de Campo Grande. Situado às margens do Rio Paraguai, a “cerca de 50 km, à montante do Rio Apa, tendo como limites, ao norte, o município de Corumbá, ao Sul e a Oeste, a República do Paraguai e, tendo, a Leste, Jardim e Bodoquena. Sua área total compreende 17.872,90 km²” (KMITTA, 2010, p. 80).

De acordo com Kmitta (2010, p. 80), o relevo de Porto Murtinho é de planície pantaneira, com declives mínimos nas áreas alagáveis no entorno das margens do Rio Paraguai. É formado por sedimentos com argila e calcário, situa-se no Pantanal baixo, (área compreendida entre Corumbá e Porto Murtinho) e apresenta uma feição de pastagens naturais facilmente inundáveis no período das águas.

Já o Pantanal de Porto Murtinho possui uma área de “3.839 km² ou 2,78 % da planície pantaneira. Localiza-se ao sul do Pantanal. Agrega área parcial somente do município de Porto Murtinho” (ABDON; SILVA, 2006. Divisão de Sensoriamento Remoto - INPE). Delimita-se, a oeste, pelo rio Paraguai, ao sul, pelo rio Apa, ao leste, pelo planalto adjacente (Serra da Bodoquena) e, ao norte, pelo rio Aquidaba. Entre os rios que delimitam essa sub-região, estão: “Paraguai, Apa e Aquidaban, os rios Branco, Tereré, Tarumã, Amonguijá e o Córrego Progresso são os principais cursos d'água do interior dessa sub-região” (ABDON; SILVA 2006).

Figura - Mapa das Subregiões Pantaneiras



Fonte: Autoria própria, 2011.

Ab'Saber (2006 *apud* COSTA, 2012, p. 67) expõe que a origem do Pantanal é resultado da separação do oceano há milhões de anos, formando o que se pode chamar de mar interior e foi ocupado por remanescentes de antigos quilombos e comunidades camponesas que se formaram a partir de sesmarias doadas, em finais do século XVIII e XIX. Entretanto, a ocupação por grandes fazendas de criação extensiva de gado teve maior relevância nesse ambiente em finais do século XVIII e XIX.

Em anuência com Wilcox (2001), a pesquisadora Costa (2012) relata que a atividade econômica da pecuária foi uma atividade alternativa implantada no Pantanal pelos habitantes da cidade de Cuiabá, em decorrência da decadência das minas de ouro.

[...] Sin embargo, con la declinación de las minas de oro hacia El final Del siglo los habitantes de Cuiabá adoptaron otras fuentes alternativas de ingreso, y así [sic] empezó la ganadería en norte del pantanal. En las siguientes décadas, estos rancheiros comenzaron en forma gradual a descubrir el exuberante prado natural de la región, y en los años 1830/1840 algunas operaciones rudimentarias se extendieron al sur del Pantanal (WILCOX, 2001 *apud* COSTA, 2012, p. 67).

Portanto, “foi por meio do gado, num movimento que se iniciou na segunda metade do século XIX, que os desbravadores não-índios conseguiram fixar raízes definitivas no contexto da planície alagável do Pantanal” (BANDUCCI JUNIOR, 2007, p. 1). O autor também ressalta que a decadência do ouro e a implantação da pecuária no norte do Pantanal, adjunto ao “processo de exploração e ocupação recente das fazendas pantaneiras, por seu lado, conduzido por agentes estranhos e/ou indiferentes aos padrões culturais da região, tem trazido consigo ruídos às relações de convívio social e com a natureza” (BANDUCCI JUNIOR, 2007 *apud* COSTA, 2012, p. 68).

Segundo o autor, muitas propriedades têm sido desmembradas por força de heranças e do comércio de terras, impulsionado, nos últimos anos, pela crise que se abateu sobre a pecuária de corte tradicionalmente praticada na região.

Visando aumentar a produtividade das fazendas, Banducci Júnior (2007 *apud* COSTA, 2012, p. 68) afirma que a introdução de gramíneas exóticas, que garante alimento para um número maior de cabeças de gado, tem sido “responsável por um processo de desmatamento descontrolado dos capões e cordilheiras da planície, que são locais de abrigo e alimento para os animais silvestres”. Situações constantes de desmatamento podem ser observadas nos dias atuais.

Dados divulgados pela ONG WWF-Brasil, em evento comemorativo ao Dia do Pantanal 2017, informaram que 18% do Pantanal já foi desmatado. Entre as causas da devastação está a expansão das *commodities*, principalmente para a produção extensiva de

gado. O preço dessa perda é altíssimo, com custo total de R\$ 19 milhões ao ano para a sociedade.

[...] Isso é terrível porque estamos reduzindo a quantidade das populações animais e vegetais, podendo haver um sério risco em extinções de espécies, com a perda da biodiversidade e ainda afetando processos que garantem a disponibilidade de água para as populações¹⁰¹.

No segundo semestre do ano de 2020, a mídia brasileira passou a noticiar que o Pantanal passa pela fase mais crítica das últimas décadas. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o bioma enfrenta uma de suas maiores secas da história recente, sofre com o desmatamento, e tem o pior período de queimadas desde o fim dos anos 90.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revela que os primeiros sete meses de 2020 foram os que registraram mais queimadas em comparativo ao mesmo período de anos anteriores, ao menos desde o fim do anos 90, período em que o Inpe desenvolveu a plataforma que se tornou referência para monitorar focos de calor no Brasil.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) revelou que os primeiros sete meses de 2020 foram os que registraram mais queimadas em comparativo ao mesmo período de anos anteriores, ao menos desde o fim do anos 90, período em que o INPE desenvolveu a plataforma que se tornou referência para monitorar focos de calor no Brasil. Conforme o Instituto, foram registrados 1.684 focos de queimadas. No mesmo mês de julho, no ano passado, foram 494 focos. O recorde de queimadas, até então, havia sido em 2005, com 1259 registros¹⁰²

Conforme a BBC News Brasil, especialistas consideram que, durante o primeiro semestre de 2020, o Pantanal vivenciava a maior tragédia ambiental das últimas décadas¹⁰³. "Esse cenário de redução de chuvas no primeiro semestre do ano, o menor nível do rio (em período recente) e, principalmente, os incêndios de grandes proporções indicam isso"¹⁰⁴, disse o Engenheiro florestal Vinícius Silgueiro, coordenador de inteligência territorial do Instituto Centro de Vida (ICV).

¹⁰¹ Afirmação de Júlio César Sampaio, coordenador do Programa Cerrado Pantanal do WWF-Brasil em entrevista concedida à jornalista Sabrina Rodrigues em novembro de 2017. Com *informações da Assessoria de Comunicação do WWF-Brasil*. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/desmatamento-do-pantanal-ja-consumiu-18-do-bioma/>

¹⁰² BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações. Instituto de Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <http://www.inpe.br/>

¹⁰³ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53662968>

¹⁰⁴ Informações da Assessoria de Comunicação do WWF-Brasil. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/desmatamento-do-pantanal-ja-consumiu-18-do-bioma/>.

Dados divulgados pelo Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul, para o site Campo Grande News em setembro de 2020, revelam que as cidades pantaneiras de Corumbá, Porto Murtinho e Aquidauana correspondem a 81% dos focos de incêndios de Mato Grosso do Sul, todas nestes nove primeiros meses do ano. “No ranking nacional, a cidade de Porto Murtinho está na 16ª colocação em número de focos¹⁰⁵.”

De acordo com a Polícia Federal que investiga os motivos dos focos de incêndio no Pantanal, que já destruiu 25 mil hectares de áreas de preservação ambiental, em Mato Grosso do Sul, os mesmos não foram acidentais. “A suspeita é que o fogo tenha sido utilizado para remover a vegetação natural com o objetivo de transformar a área em pastagem para gado¹⁰⁶.”

Dessas causas, a expansão da pecuária bovina é a mais importante em função da remoção temporária, ou parcial, da vegetação para a sua conversão em áreas de pastos. Um levantamento do Ministério Público de Mato Grosso do Sul apontou que cerca de 40% do desmatamento na área do Pantanal do Estado podem ter ocorrido de forma ilegal, pois não foram identificadas autorizações ambientais, conforme podemos observar na fala do diretor do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul.

Para as áreas desmatadas e consideradas 'possivelmente ilegais', nas quais não encontramos autorização de desmate, é emitido um relatório e encaminhado para a Polícia Ambiental, para o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente) e para o Imasul (Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul). Conforme o caso, vão a campo (para apurar)¹⁰⁷”

Estudos científicos realizados recentemente apontam que a principal causa da expansão do desmatamento no Pantanal se dá devido à expansão de atividades econômicas do agronegócio: “Há décadas, o bioma convive com a produção extensiva de gado. Um levantamento do Instituto SOS Pantanal aponta que, cerca de 15% da área do Pantanal, foi convertida em pastagem.¹⁰⁸”

¹⁰⁵ Afirmação do Tenente-Coronel Waldemir Moreira, em entrevista concedida ao Campo Grande News. Setembro de 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/corumba-porto-murtinho-e-aquidauana-tem-81-dos-focos-de-incendio-em-ms>.

¹⁰⁶ Delegado Alan Givigi da Polícia Federal. Coordenador da operação que analisa os focos de incêndio por imagens de satélite.

¹⁰⁷ Promotor de Justiça Luciano Furtado Loubet, diretor do Núcleo Ambiental do Ministério Público de Mato Grosso do Sul. Entrevista concedida para a BBC News Brasil, São Paulo. Agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/08/05/por-que-pantanal-vive-maior-tragedia-ambiental-em-decadas.htm>.

¹⁰⁸ BBC News Brasil, São Paulo. Agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/08/05/por-que-pantanal-vive-maior-tragedia-ambiental-em-decadas.htm>.

Assim sendo, entendemos que a aceleração das queimadas e dos desmatamentos verificados no Pantanal tem como motivadores a constituição de pastagens e a produção de carvão para a siderurgia. Eis as faces de uma mesma moeda, formando um círculo vicioso: a produção de carvão permite a geração de recursos para o estabelecimento de pastagens.

Sobre essa realidade, autoridades políticas de Mato Grosso do Sul afirmam que:

Está mais que provado que medidas mais drásticas são imprescindíveis para garantir a proteção do Bioma Pantanal e, como o Mato Grosso do Sul aparece como principal responsável pelo desmatamento é dever desta casa de lei propor medidas de proteção.¹⁰⁹

Além das problemáticas apontadas, outras atividades econômicas estão interferindo na conservação do ambiente pantaneiro como, por exemplo, o garimpo situado ao norte do Pantanal. A agricultura, e também o processo de urbanização e industrialização são outros fatores de interferência. No que se refere à agricultura, o impacto é perceptível.

[...] Nos últimos anos, houve mudança na cultura do Pantanal. Muitas terras foram substituídas por áreas de grãos. Há bastante plantação de soja na região. Com isso, temos observado muitas áreas desmatadas [...] denunciemos, há muito tempo, que existe uma frente de desmatamento muito grande no Pantanal nos últimos anos. Muitas dessas queimadas estão ligadas à prática agrícola do uso do fogo, que, infelizmente, é cultural em nossa região. É uma situação que tem se expandido, porque o Governo Federal fortalece a sensação de impunidade.¹¹⁰

De acordo com Costa (2012), no Pantanal de Porto Murtinho, observa-se a remoção da vegetação nativa nos planaltos para implementação de lavouras e de pastagens, sem considerar a aptidão das terras, nem a adoção de práticas de manejo e de conservação de solo. Como resultado tem-se, além da destruição de habitats, a aceleração dos processos erosivos nas bordas do Pantanal. “A consequência imediata tem sido o assoreamento dos rios na planície, intensificando as inundações, causando prejuízos sociais e econômicos para a região” (COSTA, 2012, p.69-70).

Sobre o processo de urbanização e industrialização, tem-se que os

impactos da urbanização e industrialização, que tem intensificado o crescimento populacional nas cidades do planalto mato-grossense causando o lançamento do esgoto doméstico e industrial nos cursos d’ água da bacia pantaneira, isso devido à falta de infra-estrutura [sic] nas cidades (COSTA, 2012, p.69).

Partindo-se dessa premissa, é perceptível que os problemas socioambientais aqui apresentados são frutos da expressiva demanda dos elementos naturais como um produto das atividades econômicas ligadas ao modelo capitalista.

¹⁰⁹ Deputado Estadual de Mato Grosso do Sul, em entrevista concedida ao jornalista Paulo Fernandes do Portal ALMS. Divulgado no site Campo Grande News. Informações atualizadas em setembro de 2020.

¹¹⁰ Biólogo André Luiz Siqueira, diretor da ONG ECOA - Ecologia & Ação. Entrevista concedida à BBC News Brasil, São Paulo. Agosto de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2020/08/05/por-que-pantanal-vive-maior-tragedia-ambiental-em-decadas.htm>.

Observamos que os elementos naturais do Pantanal de Porto Murtinho são apropriados pelos seres humanos que os transformam em mercadoria, dentro de uma lógica capitalista de produção.

Sobre a análise do consumo dos elementos da natureza, Mendonça (2011, p. 54) nos propõe a pensar que, para atingir a condição de ser social e, portanto, formar a sociedade humana, o homem é primeiramente constituído de matéria e vida biológica e “essa condição impõe à [sic] ele uma determinação natural básica, que o coloca na dependência de recursos variados para lhe assegurar a vida”.

Desse modo, buscando entender como se dá a produção da natureza e as consequências socioambientais no ambiente pantaneiro, passaremos a elucidar as reflexões de pesquisa realizada no Pantanal de Porto Murtinho, região que tem a pecuária como base econômica.

Considerando a particularidade e a especificidade da temática, optamos por utilizar a metodologia da entrevista oral, a qual foi direcionada para moradores do local, agentes públicos, órgãos públicos de planejamento e para a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. Por meio dessas, buscamos apreciar as experiências dos sujeitos, a partir de suas próprias vozes e das suas práticas cotidianas, o que possibilitou conhecer suas trajetórias de vida, assim como um entendimento do modo de viver e a relação desses indivíduos com os elementos da natureza.

Assim, surgiu o eixo da pesquisa: homem, sociedade e natureza. Nesse amálgama de relações, os homens modificam a paisagem, operam transformações, reordenam o espaço ao seu redor e são modificados por ele.

A Produção da Natureza no Pantanal de Porto Murtinho: Impactos Ambientais e Socioeconômicos

De acordo com Fernandes (2004), nos últimos anos tem havido uma preocupação mundial crescente com a conservação dos recursos naturais, cujo foco principal são as áreas que possuem grande biodiversidade, como é o caso do Pantanal Mato-Grossense¹¹¹. A maior parte da região pantaneira é constituída de propriedades particulares, caracterizadas pela presença de extensas áreas de campos nativos, favorecendo a atividade de pastejo, razão pela qual, a principal atividade econômica é a pecuária de corte extensiva.

¹¹¹ Com dados publicados no Simpósio sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal, realizado em Corumbá-MS de 23 a 26 de novembro de 2004.

Essa realidade também é observada no Pantanal de Porto Murtinho.

Nos últimos anos, face à globalização da economia e criação de mercados competitivos, “têm-se intensificado as pressões por aumento de produtividade em todas as regiões do país que criam bovinos exclusivamente a pasto” (FERNANDES, 2004, p. 02).

Desse modo, no Pantanal, essa necessidade de aumento de produtividade, agravada ainda pelas constantes divisões das fazendas, seja por venda ou herança, pode comprometer a sustentabilidade de seus sistemas de produção, dada a fragilidade dos ecossistemas. Todavia, dada a importância dos sistemas de produção de gado de corte, “praticados há mais de 200 anos, para a conservação do Pantanal, qualquer plano de desenvolvimento sustentável da região deve necessariamente levar em consideração a pecuária extensiva” (SANTOS *et al.*, 2002, *apud* FERNANDES, 2004, p. 02).

Verificamos, portanto, que a pecuária se destaca como uma atividade econômica de relevante importância no que se refere à produção e ao consumo do espaço pantaneiro, pois, de acordo com Fernandes (2004), a pecuária de corte extensiva é a principal atividade econômica do Pantanal, que se caracteriza por grandes propriedades (FERNANDES; ASSAD, 2002).

O tamanho médio das fazendas é de 1.787,50 hectares, sendo que 4,98% têm área superior a dez mil hectares e ocupam 54,74% da área de todo o Pantanal. Constatam-se inúmeras fazendas que possuem entre 30 mil e 80 mil hectares e algumas ultrapassam 200 mil hectares (FERNANDES; ASSAD, 2002).

Observa-se que as fazendas são, geralmente, extensas. Por outro lado, segundo estudos realizados pela EMBRAPA PANTANAL (2007), no período das águas, em função da inundação, as áreas de pastejo são também reduzidas. Além disso, nessa época, as longas distâncias, as dificuldades de transporte, locomoção, comunicação e tamanho das invernadas tornam difícil o manejo frequente dos rebanhos. Por isso, o sistema de criação é extensivo, com ênfase na fase de cria¹¹².

De acordo com Rosa *et al.*, (2007) trabalha-se o gado, basicamente, duas vezes ao ano. Em maio-junho, após a estação chuvosa e de inundação, são realizadas práticas de manejo tais como: desmama de bezerros, aplicação de vermífugo, castração, marcação, vacinações e descarte de animais. Em setembro-outubro, antes da estação chuvosa, selecionam-se vacas e avaliam-se os touros para a nova fase de reprodução, com inclusão

¹¹² ROSA *et al.*, 2007, p. 08.

e/ou repetição de outras práticas de manejo que se fizerem necessárias. Em geral, a reprodução é feita por monta natural, durante todo o ano, “embora venha se tornando mais frequente a utilização de estação de monta, com duração variável, conforme a região, entre os meses de setembro a maio.” (ROSA, *et al.*, 2007, p. 08).

Os índices zootécnicos são baixos, principalmente em decorrência da baixa qualidade genética do rebanho, da estacionalidade das forrageiras e da grande proporção de áreas não aproveitadas, visto que o Pantanal de Porto Murtinho é possuidor de solos de boa fertilidade e de pastagens de boa qualidade. (ALMEIDA, *et al.* 1996; FERNANDES; ASSAD, 2002; FERNANDES, 2007).

Nas condições ambientais do Pantanal, a construção de instalações, abrigos e a adoção de práticas mais sofisticadas de manejo sanitário, alimentar e reprodutivo podem aumentar consideravelmente os custos de produção, inviabilizando economicamente a atividade.

A história evolutiva do tipo de gado criado na região é um exemplo clássico da alternativa proposta por Dickerson (1969), qual seja, a utilização da raça melhor adaptada ao meio ambiente.

A pecuária pantaneira foi iniciada na região no final do século 17, com a introdução de gado de origem europeia (*Bos taurus*), introduzido no continente sul-americano pelos colonizadores portugueses e espanhóis, vindo da bacia platina, via Paraguai.

Esses animais, originalmente de clima temperado, após se adaptarem às condições do meio ambiente local, de características tropicais, vieram a formar o tipo crioulo denominado Tucura ou Pantaneiro (CORREIA FILHO, 1926, *apud* ROSA *et al.*, 2007).

No início do século XX, iniciou-se a introdução de gado zebu, de origem indiana (*Bos indicus*), por iniciativa de comerciantes de touros do Triângulo Mineiro, denominados mascates. Essa atividade foi facilitada pela construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1914, que ligava a região do Pantanal ao sudeste do país.

Esse processo iniciou-se com as raças Gir, Guzerá, Nelore e seus mestiços, sendo que, a partir da década de 60 do século passado, acentuou-se o predomínio da raça Nelore¹¹³. A partir de então, por meio de cruzamentos contínuos, as raças zebuínas absorveram praticamente toda a população original do Tucura (CORREIA FILHO, 1955;

¹¹³ EMBRAPA PANTANAL, 2007.

VALVERDE, 1972; CPAP, 2006; ROSA, *et al.*, 2007) de modo que o rebanho pantaneiro “é hoje constituído por animais com predominância de características da raça Nelore” (EMBRAPA PANTANAL, 2007).

Em Porto Murtinho, vem ocorrendo concentração dos produtores na atividade de cria, havendo recria apenas das novilhas de reposição¹¹⁴. Os principais produtos do sistema de produção de bovinos na região são os animais representados pelas seguintes categorias: bezerros/as desmamados/as, novilhas de recria, garrotes, tourunos (touro de descarte) e vacas boiadeiras (vacas de descarte) (ABREU *et al.*, 2001, *apud* EMBRAPA PANTANAL, 2007).

O solo é de origem sedimentar, ocorrendo em fases argilosas e arenosas de forma alternada e descontínua.

Em Porto Murtinho em geral os solos são argilosos impermeáveis, orgânicos escuros de boa fertilidade, o que devido as [sic] enchentes, a área mais baixa permanece verde durante [sic] primeira fase da estação seca, promovendo forragens nutritivas aos bovinos num período em que a parte alta do Pantanal está seca. (ALMEIDA, *et al.*, 1996; FERNANDES; ASSAD, 2002, FERNANDES, 2007).

O Pantanal de Porto Murtinho é reputado como pantanal de excelentes forragens nativas. As espécies de forragens nativas que predominam na região são: *Axonopus purpusii* (capim mimoso), *Paspalum plicatulum* (capim felpudo), *Panicum laxum* (grama do carandazal), *Paspalum virgatum*, *Hymenachne amplexicaulis*, *Leptocloha virgata*¹¹⁵.

É uma das sub-regiões que mais sofre com as cheias do Rio Paraguai. Assim, a ocorrência das enchentes, enquanto fenômeno cíclico no espaço que compreende o Pantanal de Porto Murtinho, traz a ambiguidade, uma “possibilidade de criação da vida”¹¹⁶ e, ao mesmo tempo, um elemento de destruição, de desgaste.

Kuhlmann, que ao se referir aos ciclos das águas no Pantanal afirma que o que “mais impressiona é a alternância dos fenômenos climáticos. Excessiva umidade, durante a estação chuvosa é sucedida por meses de secas extremas, em que a falta d’água (d’água) se alia à temperatura excessiva” (KUHLMANN, 1954, p. 110). Essa foi a primeira impressão sobre o espaço pantaneiro que se deu de maneira lenta e gradual, inserindo-se e formatando a região. Essas observações permitem mostrar que “essa ambivalência, típica de todos os símbolos, pode ser vista sobre dois planos opostos, mas não irreduzíveis: as águas como

¹¹⁴ ROSA *et al.*, 2007, p 08

¹¹⁵ FERNANDES, 2004, p. 02.

¹¹⁶ CUNHA, L. de O., *Significados múltiplos das águas*, 2000, p. 159.

fonte da vida e da morte, criadora e destruidora” (KMITTA, 2010, p. 26).

Notemos, nesse contexto, que a ação gradual do homem, enquanto sujeito que atua como elemento de intervenção, tem, como resposta de suas ações, as transformações na organização social do objeto, sejam de caráter ambiental ou demográfico.

Nesse caso, o Pantanal é deixado de fora “desse imaginário com nuances midiático e paralelamente a esse fato, o homem é alijado desse espaço” (KMITTA, 2010, p. 26). O alijamento está associado à ideia do “paraíso ecológico.”

Eu moro aqui faz mais de 20 anos, não consigo viver longe daqui... vim para cá em busca de tranquilidade, aqui tudo é muito bonito, não tem aquela agitação de cidade grande, a gente fica perto da natureza... O Rio Paraguai é minha inspiração de vida, aqui é um paraíso¹¹⁷.

Nesse imaginário midiático, os elementos da natureza são os subsídios que encerram significados e atuam como evocadores de múltiplos aspectos. Para Kmitta é ousadia dizer “que a água, no caso das enchentes cíclicas no Pantanal, traz em si o limite e o encantamento, visto que atua como elemento portador de dualismo em sua significância e simbolismo”. (KMITTA, 2010, p. 27).

O estereótipo construído do Pantanal como um “paraíso”, para Rossetto, transmite a ideia de que as sociedades que habitam tais pantanais “vivendo temporalidades específicas” (ROSSETTO, 2004, *apud* KMITTA, 2004, p. 28) não provocam alterações substanciais como a introdução de novos elementos e técnicas que permitam a sua continuidade no referido espaço.

Assim, para Kmitta (2010, p. 28) não há a menor possibilidade de se pensar que os habitantes das planícies pantaneiras mantiveram esse ecossistema estanque, vivendo em harmonia com a natureza, sem que essas “comunidades” adentrassem no processo gradual da “modernidade”, aqui pensada como transformações que possibilitam o desenvolvimento de atividades, como a pecuária e o turismo. Para a autora, o Pantanal de Porto Murtinho,

é um centro urbano no Pantanal, pois preserva em suas particularidades traços inerentes à região pantaneira. Traços estes que fazem parte em suas superstições, implícitos nas canções, nos causos, nas marcas das cheias nas paredes de suas casas, na culinária, nos costumes e nos hábitos particulares e peculiares da região (KMITTA, 2010, p. 24).

Kmitta completa suas explanações afirmando que estamos diante do primeiro equívoco ao qual o Pantanal é exposto diariamente pela mídia mundial: como um estereótipo de “paraíso intocado,” um santuário ecológico livre das constantes

¹¹⁷ Morador do Pantanal de Porto Murtinho com residência fixa nas margens do Rio Paraguai, em entrevista concedida a esta autora em 14 de novembro de 2010.

transformações pelas quais passa cotidianamente toda a extensão terrestre. Esse ideário também é reforçado pelos poderes públicos local, estadual e federal que utilizam os elementos da natureza como fontes de atrativos turísticos.

[...] Devido à diminuição dos peixes nessa área, nessa região a gente tem enfrentado o turismo de pesque e solte esportiva e o ecoturismo. Nós estamos mobilizando, e até, sensibilizando aquele pecuarista né, que só pensavam em desmatar, desmatar, só para a pecuária... Nós temos feito um trabalho para eles se abrirem para o turismo rural, hoje já existe um projeto inclusive, entre o Brasil e o Paraguai, de turismo voltado para o ecoturismo, e preservação ambiental; nós temos um roteiro chamado o Pantanal do Nabileque, que é um roteiro que vai de Porto Murtinho até Fuerte Olimpo, onde os turistas têm a oportunidade de estar vivenciando todo o Pantanal sem estar praticando o turismo da pesca, sem estar denegrindo o meio ambiente. Então eles fazem trilhas, observação de pastos, tem focagem noturna, todas as atividades que o ecoturismo dispõe¹¹⁸.

Observamos que o Pantanal de Porto Murtinho está sendo apresentado, em âmbito midiático, como um espaço de “rara beleza, paraíso idílico”, sendo alvo de ações preservacionistas por parte do governo local.

O Ecoturismo de Porto Murtinho à Assunção, são os projetos mais fortes que temos com parceria com o Paraguai para estar diminuindo a degradação, porque só a degradação, degradação do turismo que só se degrada e não se preserva, este turismo passa também pelas cidades de Vallemi, Concepción, cidades da parte baixa que vai até Assunção. Então alguns barcos hotéis só fazem esse roteiro, Porto Murtinho até Assunção ou Porto Murtinho até Fuerte Olimpo¹¹⁹.

Entretanto, podemos pensar que, ante a complexidade do ambiente e das transformações pelas quais tem passado, de acordo com Moretti, é possível visualizar “um lugar com diferentes facetas: aquele que é transformado em símbolo para ser vendido e aquele construído pela sociedade local, por meio de sua história, o real” (MORETTI, 2006, p. 18). Assim, citamos a fala de um morador do Pantanal de Porto Murtinho descrevendo suas simbologias reais:

O que a gente tem percebido é o seguinte, é essa vinculação do homem atual, do morador atual, do habitante do Pantanal com o meio é muito precário, tanto que chega ao ponto que a gente vê as pessoas devastando o Pantanal sem nenhuma reação do povo pantaneiro. Porque você está aqui em uma região, onde o povo original daqui, eles viviam da água, eles dependiam da bacia hidrográfica como todo lugar, como todo lugar da terra o homem que se vincula a bacia hidrográfica, aqui é muito mais, o morador que foi vamos dizer assim, assimilado pelo espanhol, quando o espanhol chegou aqui era o índio que vivia nas águas, eles dependiam da água para tudo, para viver, para transporte, alimentação. E hoje o que a gente percebe, é que as pessoas que são descendentes não herdaram essa vinculação, hoje a gente se vincula a São Paulo, Rio de Janeiro por causa das novelas, dos filmes¹²⁰.

¹¹⁸ Secretária Municipal de Turismo de Porto Murtinho-MS, relatando os projetos turísticos da cidade. Em entrevista concedida a esta autora em novembro de 2010 no município de Porto Murtinho-MS.

¹¹⁹ Secretária Municipal de Turismo de Porto Murtinho-MS em entrevista concedida a esta autora em novembro de 2010.

¹²⁰ Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

Nesse contexto, designar o Pantanal como “área de preservação não é um ato explicativo, suficiente pela força da expressão” (KMITTA, 2010, p. 30). Trata-se aqui da necessidade de entender o longo processo de formação dessa região e procurar explicações que contemplem os diversos pantanais sem alijar o homem, elemento participante e constitutivo desse processo, considerando uma complexa interação entre processos naturais e humanos.

A população, o que eu sinto é que eles não são sensíveis para a proteção do seu meio, não há uma independência do meio, então a dependência hoje de grande parte da população é das fazendas que contrata, que emprega. Então o fazendeiro vem lá não sei de onde e diz “arregaça” tudo isso ai. Esses dias aconteceu um fato aqui, com uma fazenda grande e o fazendeiro mandou destruir a fazenda e jogar a mata ciliar dentro do rio com trator de esteira, e as pessoas não tem uma opinião formada sobre isso. Nós temos uma unidade de Conservação e Proteção integral que, Parque Natural Municipal Cachoeira do Apa. Esta cachoeira ela é uma área de reprodução; cerca de sessenta por cento das espécies do Pantanal se reproduzem ali, o turista, aquele pescador predador que vem com convite de turista, ele chega, rebenta o meio ambiente [...] O turista vem e isso a gente entende como sendo processo de exclusão social, dificuldade financeira, mas o turista vem e depreda o parque, pesca no parque, e a população ela não incentiva a dizer não é para fazer isso, nós não queremos isso, então isso é decorrente de outros fatores, ausência de ação pública, não tem o apoio da prefeitura resolvendo o problema de geração de renda, o estado não vai lá só vai para fiscalizar com a polícia. Então são vários fatores, não há uma legislação própria para o Pantanal, que leve o pantaneiro a entender que seu meio ambiente é diferente de outros lugares, então aqui o fazendeiro compra terra e ele não mora aqui, ele não depende daqui, da água, nem do ar. Ele chega aqui e mete fogo em tudo, mata os bichos, então falta uma legislação especial para o Pantanal. Segundo a identidade com o homem pantaneiro com o Pantanal eu penso que passa por um trabalho de restauração, porque ela já houve, tanto que os pantaneiros, os índios que formaram que viviam aqui antes do colonizador chegar, ele dependia da água do Rio Apa, do Rio Paraguai¹²¹.

Desse modo, é perceptível notar que a realidade dos habitantes locais é bastante diversa da concepção de paraíso intocável, haja vista que esses indivíduos estão inseridos dentro de uma dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção e ao processo de globalização como um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial. Analisemos a fala do Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho ao falar sobre os pontos negativos desse processo:

Como negativo eu poderia dizer o desenvolvimento desenfreado. Hoje nós vemos uma grande quantidade de gado, nesses locais (Pantanal) quando enche o rio e quando está na época da seca como agora, antes existiam poucos animais nessa região. Hoje estão diminuindo as propriedades e aumentando o gado, então esse desenvolvimento está prejudicando porque não está tendo um certo controle, nós vemos muitas lagoas que não secavam e que agora estão secas, e então poucas coisas sobrevivem ali¹²².

¹²¹ Secretário Municipal do Meio Ambiente de Porto Murtinho-MS, ao relatar sobre a relação Homem e Natureza. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

¹²² Tenente da Polícia Ambiental de Porto Murtinho-MS. Entrevista concedida a esta autora em 16 de novembro de 2010.

Para Kmitta (2010), esse espaço, que compreende a planície pantaneira, está inscrito no cenário local, nacional e mundial como uma Reserva da Biosfera. Mas, se considerarmos as “escalas local e regional, elas encontram-se limitadas, em âmbito local, pela exploração da pecuária e, em âmbito estadual, limita-se à expansão agrícola” (KMITTA, 2010, p. 34).

Ainda com base na autora citada, é compreensível pensarmos que é dentro dessa lógica que devemos ampliar o conhecimento da realidade desse espaço, e a compreensão de uma gama de fatores que possibilitam novos entendimentos no que tange à dinâmica territorial e à consequente desterritorialidade: o uso do solo, os problemas sociais oriundos e específicos de cada comunidade, seja ela ribeirinha ou urbana, além de outros aspectos como o exercício da sustentabilidade. Todavia, não se deve esquecer as especificidades e singularidades de cada espaço geográfico com seus elementos e formas tão diferenciadas.

A fim de compreender melhor o problema, acrescenta-se a essa análise, que as transformações no Pantanal de Porto Murtinho estão “relacionadas à dinâmica atual de reprodução e expansão do modo capitalista de produção e ao processo de globalização como um novo fenômeno de reestruturação produtiva da economia mundial” (CORRÊA, 1980, p. 15).

A sociedade atual vive cada vez mais enquadrada e modelada pelos interesses do capital e da globalização, promovendo um conflito entre o ser cidadão e o ser capitalista, dentro de cada um, modificando a vida da sociedade. Para Moretti (2008), nesse processo de transformação territorial o Estado tem papel fundamental, participando das relações entre o local e o global. O Estado é participante do processo de acumulação capitalista, tendo como funções:

- a) criação das condições materiais genéricas da produção (infra-estrutura); b) determinação e salvaguarda do sistema geral das leis que compreendem as relações dos sujeitos jurídicos na sociedade capitalista; c) regulamentação dos conflitos entre trabalho assalariado e capital; d) segurança e expansão do capital nacional total no mercado mundial (GOZZI, 1992, *apud* MORETTI, 2008, p. 77).

Isso nos leva a refletir que o papel do Estado, na intervenção da economia de tipo capitalista, passa ainda por criar condições para que o mercado, em sentido lato, possa funcionar e fornecer bens e serviços a contento. Moretti explica que, mesmo que ideologicamente se apresente um Estado fragilizado frente ao global e incapaz de

solucionar os problemas decorrentes das relações capitalistas dominantes nesse final de século, as suas funções básicas mantêm-se. O que se transforma “é o como realizar essas funções, quando o importante não é mais apenas o domínio territorial, mas também, e principalmente, o domínio do conhecimento sobre a natureza e sobre as relações sociais locais” (MORETTI, 2008, p. 77).

Para esse autor, o Estado passa, então, a ter também, como função, garantir a abertura econômica e social dos locais que apresentam possibilidades de participação no sistema global, permitindo, por meio de seu poder de regulação, a inserção desses locais no mercado competitivo.

Nesse contexto de consumismo, a questão ambiental surge indiretamente, visto que, para que haja produção, é necessária matéria prima (que é, praticamente, toda retirada do meio ambiente). Desse modo, a questão do consumo vem tornando-se cada vez mais importante, o que nos leva a uma outra indagação crítica com relação a como o planeta pode gerar tudo o que é necessário para a produção cada vez maior de variados setores industriais, visto que, com o consumo em expansão, aliado ao processo de obsolescência programada, o consumo de matéria-prima retirada do meio ambiente é cada vez maior. “Cantada em prosa e verso a “natureza” está sendo destruída” (RODRIGUES, 1998, p. 13).

Todo esse processo é preocupante, já que temos um processo de deterioração intenso do meio ambiente, juntamente com um processo de crescimento populacional ainda em larga escala e, conseqüentemente, um significativo acréscimo no consumismo.

O consumo descontrolado no mundo desenvolvido erodiu os recursos renováveis, a exemplo dos combustíveis fósseis, florestas e áreas de pesca, poluiu o ambiente local e global e se curvou à promoção da necessidade de exibir conspicuamente o que se tem, em lugar de atender às necessidades legítimas da vida. Enquanto aqueles de nós que fizeram parte dessas imensas gerações de consumidores precisam consumir menos, para mais de 1 bilhão de pessoas consumirem mais é uma questão de vida ou morte e um direito básico – o direito de libertar-se da carência (SANTOS, 2003, p. 123).

Diante desse cenário, os elementos naturais passam a serem valorizados, sendo entendidos no modo de produção capitalista como mercadorias a serem produzidas e consumidas. Visando a manutenção desses elementos e a lógica capitalista de consumo, o Estado passa então a intervir por meio de ações diretas que, segundo Moretti (2008), podem também serem inseridas “na política de transferência de recursos do setor público para o setor privado. Isso ocorre inclusive por meio do financiamento externo e dos investimentos estrangeiros no País” (p. 78-79).

Para o autor:

Estes interesses globais são hoje parcialmente representados pelo Banco Mundial que consegue, principalmente, nos países pobres, por meio de seu poder de financiamento, impor, na maioria das vezes, as condições que interessem ao mercado global. Este domínio é viabilizado por meio de fatores econômicos, com a liberação de recursos financeiros para projetos que se enquadrem nas diretrizes traçadas pelo Banco Mundial, em suma, as diretrizes dos países ricos, estão definindo o padrão de apropriação e uso do território (MORETTI, 2008, p. 79).

Para Moretti, o Pantanal é produzido e consumido de acordo com estas perspectivas, que se apresentam para a sociedade como o novo, como o moderno. “Destruir as relações locais (sociais e com a natureza) é destruir a forma como este lugar foi produzido até então” (MORETTI, 2007, sem paginação). O novo está no fato da produção deste território, que ao mesmo tempo é destruição, utilizar como parâmetro de quantificação, o global.

Desse modo, concordamos com Moretti (2007) quando o mesmo afirma que o que mede o desenvolvimento da região é sua capacidade de inserção no mercado global e, conseqüentemente, sua capacidade de competitividade econômica com outros locais, como é o caso de Porto Murtinho que utiliza a pecuária como uma das bases de sua economia.

A pecuária é um dos pilares da economia do município de Porto Murtinho e vem ganhando espaço e importância na região pantaneira, mas necessita de uma atenção maior com relação às transformações ocasionadas pela sua expansão sobre o Pantanal, pois, essa região tem uma importância fundamental na preservação da biodiversidade no planeta (VAREIRO; BALBUENA, 2020, p. 10).

A respeito disso, argumenta-se que a agropecuária vem tendo maior participação na formação do Produto Interno Bruto do Município de Porto Murtinho ao longo dos anos, “confirmando a existência de uma agropecuária forte, principalmente, com relação à pecuária de corte bovina, onde o município tem um dos maiores rebanhos.” (VAREIRA; BALBUENA, 2020, p. 12).

Assim, entendemos que a expansão da atividade econômica da pecuária no Pantanal de Porto Murtinho é responsável por profundas transformações regionais, que resultam em problemas socioambientais, com impactos diretos sobre a fauna e a flora, reduzindo, a cada dia, a biodiversidade no bioma pantaneiro e alterando o modo de viver das pessoas que vivem nesse ambiente.

Considerações Finais

Marchesini Júnior ressalta que “a questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza. Diz respeito não apenas a problemas relacionados à natureza, mas às problemáticas decorrentes da ação social” (MARCHESINI JUNIOR, 2012, p. 9), ou seja, os problemas ambientais vêm justamente do processo de apropriação do espaço natural por parte do homem.

Marx afirma que “toda produção é a apropriação da natureza pelo indivíduo, no seio de uma determinada forma social e por intermédio dela” (1989, p. 112). Isso se aplica ao Pantanal de Porto Murtinho, pois verificamos que os elementos da natureza são apropriados para atender uma lógica capitalista, como é o caso da atividade econômica da agropecuária.

Percebe-se, também, que essa atividade é o pilar da economia de Porto Murtinho, gerando renda e emprego. No entanto, a mesma modifica a paisagem e transforma o espaço, assim como a sociedade e a economia do município. Essa realidade é percebida com o avanço de áreas desmatadas, das quais são retiradas coberturas naturais para dar espaço à pastagem artificial.

Dentro desse processo, o Rio Paraguai também é afetado, pois com a retirada das matas e aplicação de produtos químicos para pastagens, todos os rejeitos são despejados no rio em períodos de chuva, alterando os ciclos de reprodução dos peixes e causando a morte de muitas espécies.

Nota-se, também, que a população local, que antes vivia e dependia da pesca, está migrando para a pecuária, haja vista a escassez de peixes, que vem diminuindo consideravelmente. Tal situação reafirma a lógica de que a pecuária vem se tornando a principal atividade econômica no Pantanal de Porto Murtinho.

As queimadas que estão ocorrendo na atualidade acabam forçando animais a fugirem da área afetada, o que pode interferir na dinâmica ecológica das regiões próximas, além de causar a intoxicação e morte de inúmeras espécies de animais, consideradas únicas no mundo, o que pode resultar na redução e/ou extinção das mesmas.

Outra preocupação é a poluição atmosférica que vem causando danos à saúde respiratória da população local e de outras regiões do Brasil. Assim sendo, entendemos que a produção do Pantanal de Porto Murtinho pode ser compreendida por meio de relações de

poder, que se manifestaram no seio de um processo histórico de ocupação humana.

As relações capitalistas de produção são sempre de exploração, mas há particularidades em cada território, o que possibilita desigualdades, explicadas pelo fato destes serem espaços socialmente construídos. Dessa maneira, comungamos com a ideia de Lefebvre (2000) quando aponta que o espaço é “um espaço feito território.” O território é fruto de um processo de apropriação e dominação que, na questão apresentada, começa pela apropriação da própria natureza, característica da sociedade moderna capitalista.

A diferença é que o espaço aparece de forma difusa para a sociedade e deve ser distinguido conforme esses sujeitos controlam ou dominam esse espaço, com importância para como tais processos sociais se estruturam. O Pantanal de Porto Murtinho se insere nessa temática, ao apresentar diferenças na forma e no conteúdo, na aparência e na essência de sua produção.

Referências

- ABDON, M. de M.; SILVA, J. dos S. V. **Fisionomias da vegetação nas sub-regiões do Pantanal brasileiro**/Myrian de Moura Abdon, João dos Santos Vila da Silva. São José dos Campos. INPE; Campinas: Embrapa Informática Agropecuária, 2006. 1 CD ROM.
- AB' SABER, A. N. O Pantanal Mato-Grossense e a teoria dos refúgios. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, (número especial 1-2), p 9-57, 1988.
- ADAMOLI, J.A. A Dinâmica das inundações no Pantanal. *In: I Simpósio sobre Recursos Naturais e sócio econômicos do Pantanal (EMBRAPA. CPAP. Documentos 5). Anais [...]* Corumbá, 1984. p. 51-61
- ADAMOLI, J.A. Fitogeografia do Pantanal. *In: I Simpósio Sobre Recursos Naturais e Socioeconômicos do Pantanal (EMBRAPA. CPAP. Documentos 5). Anais [...]* Corumbá MS, 1984. p. 105-106.
- BANDUCCI JUNIOR, A. **A natureza do pantaneiro: relações sociais e representação de mundo no Pantanal da Nhecolândia**. 1. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007
- BANDUCCI JUNIOR, A. **Dando nome aos bois**. A representação simbólica do gado no Pantanal. Texto apresentado pelo autor na disciplina Campesinatos Comparados. FFLCH/USP. s/d, 30p.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologias e Inovações. **Instituto de Nacional de Pesquisas Espaciais**- INPE. Disponível em: <http://www.inpe.br/>
- BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. **Estudo do Desenvolvimento Integrado da Bacia do Alto Paraguai-EDIBAP**. Brasília: SUDECO, 1979.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. **Dados ambientais do Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/dadosambientais.pantanal>. Acesso em 10/08/2020.

COSTA, L. A. **A Produção da Natureza na fronteira do Brasil com o Paraguai. O Pantanal e o Chaco: Unidade e Diversidade.** Dourados-MS. 2012, 220 p. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Grande Dourados. PPGG/FCH.

CUNHA, L. H. O. **Significados múltiplos das águas.** In: DIEGUES, A. C. (Org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec, 2000.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Embrapa Florestas.** Erva Mate, Projetos em Foco, 1995. Disponível em: <http://www.cnpf.embrapa.br>. Acesso em setembro de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA **Embrapa Pantanal.** Pantanal, Projetos em Foco, 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/pantanal>. Acesso em agosto de 2020.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA **Embrapa Centro-Oeste.** Pantanal e solos, 2007. Disponível em: <https://www.embrapa.br/contando-ciencia/regiao-centro-oeste>. Acesso setembro de 2020.

FERNANDES, D.D. **Pecuária de corte e desenvolvimento sustentável do Pantanal sulmatogrossense.** Brasília, Universidade de Brasília, 2001. 104 p. (Dissertação de Mestrado).

FERNANDES, D.D.; ASSAD, M.L.L. **A Pecuária bovina de corte da região pantaneira.** In: ROSSETTO, O. C.; BRASIL JÚNIOR, A. C. P. (Org.). Paisagens pantaneiras e sustentabilidade ambiental. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade de Brasília, 2002. (Coleção centro-Oeste de Estudos e pesquisas, 7). p. 99-125.

KMITTA, L. DO ROCIO. **Experiências Vividas, Naturezas Construídas: Enchentes no Pantanal de Porto Murtinho-1970-1990.** Dourados-MS. 2010, 238 p. (Dissertação de Mestrado em História) FCH-UFGD

KUHLMANN, E. **A vegetação de Mato Grosso. Seus reflexos na economia do Estado.** Rev. Bras. de Geografia. n.1 janeiro-março, 1954.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace.** Paris: Anthropos, 2000. 366p.

LEFF, Henrique. **Epistemologia ambiental.** São Paulo: Cortez, 2001

MARCHESINI JUNIOR, A. **A produção e o consumo do espaço na atual “Sociedade do Consumo.”** Mestrando em Geografia - Instituto de Geociências (IG) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2012, 13 p. (Artigo).

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Livro 1. Vol I. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MENDONÇA, F. **Território e Paisagem: uma articulação moderna e conflituosa.** In: Território e fronteiras-(re)arranjos e perspectivas. Nilson Cesar Fraga (org). Florianópolis: Insular, 2011.

MORETTI, E.C. **Problemática ambiental no urbano: análise da ocupação do espaço e sua relação com a natureza no Pantanal (Corumbá).** Presidente Prudente: Faculdade de Ciência e Tecnologia da UNESP “Júlio de Mesquita Filho”. 1996. (Dissertação, mestrado em Geografia).

MORETTI, E.C. **A atividade turística e a sustentabilidade ambiental.** In: Pantanal, Paraíso Visível e Real oculto. O Espaço Local e o global, IGCE, curso de pós-graduação em geografia, UNESP- Rio Claro, tese de Doutorado, 2002.

MORETTI, E.C. **Relatório de Pós Doutorado apresentado ao Instituto de Geociências da UNICAMP**, 2007.

MORETTI, E.C. **Paraíso visível e real oculto**. A atividade turística no Pantanal. Dourados-MS, FCH/UFGD, livro a ser publicado, 2008, 140 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo. Ática, 1993.

RODRIGUES, A.M. **Produção e Consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1998

ROSA, A. N; ABREU.P.G.U; SILVA, C. O. L; NOBRE, C.R..P; GONDO, A. **Pecuária de Corte no Pantanal Brasileiro: Realidade e Perspectivas Futuras de Melhoramento**. EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Corumbá-MS, 2007

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2002.

SANTOS, L.G. **Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

TOCANTINS, M.A.C, SOUZA JR, PEREIRA, GUIMARÃES & LOURIVAL. **Diagnóstico de Política e Economia Ambiental para o Pantanal**. Megadiversidade. Volume 2, nº 1-2, dezembro de 2006, p 80-101.

TORRACA, M.M.E. **Imigração e Colonização Menonita no processo de legitimação do Chaco Paraguai (1921-1935)**. Dourados /UFGD. Departamento de Ciências Humanas, curso de pós-graduação em História, dissertação de Mestrado, 2006.

VAREIRO, L. R; BALBUENA, E. **Expansão da agropecuária e transformações socioeconômicas, ambientais e espaciais no município de Porto Murtinho/MS: o avanço da pecuária bovina de corte no Pantanal**. Revista de Educação a Distância. Coordenadoria de Educação a Distância. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS, 2020, 16 p. Disponível em: <https://faeng.ufms.br/files/2017/09/Expans%C3%A3o-da-agropecu%C3%A1ria-e-transforma%C3%A7%C3%B5es-socioecon%C3%B4micas-ambientais-e-espaciais-no-munic%C3%ADpio-de-Porto-Murtinho.pdf>. Acesso em setembro de 2020.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, Lincoln Institute. 1998..

WILCOX, R.W. **La ley del menor esfuerzo: El medio ambiente y la industria da ganado en Mato Grosso, Brasil 1870-1980**. In: ARRUDA, Gilmar, et.al, eds. Natureza: Apropriações e Representações na América, Londrina- Brasil: Universidade Estadual de Londrina, 2001.

O PANTANAL TRANSFRONTEIRIÇO (BOLÍVIA, BRASIL E PARAGUAI) E AS ÁREAS PROTEGIDAS: NATUREZA E A PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS¹²³

Karoline Batista Gonçalves

O processo de inserção no Grupo de Pesquisa Território e Ambiente e a construção da pesquisa

Em março de 2009, ao término do Bacharelado em Relações Internacionais, o despertar para a pesquisa na graduação serviu de motivação para cursar uma disciplina como aluna especial no Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). A temática “Fronteiras, Territórios e Territorialidades” motivou o interesse em entender a fronteira e suas particularidades e, ao mesmo tempo, conciliar tudo isso com os conhecimentos advindos da formação inicial.

No decorrer do Mestrado em Geografia da UFGD, a partir de 2010, foi desenvolvida a pesquisa intitulada: “Migração Brasileira para o Paraguai: territórios e identidades na colônia *Nueva Esperanza* (Yby Yaú- Concepción)”, quando surgiu a possibilidade de aprofundar os conhecimentos a respeito do país vizinho, seu território e suas territorialidades, além de conhecer e vivenciar as dinâmicas presentes na fronteira. Nesse período conheci o Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA) e passei a acompanhar algumas ações desenvolvidas pelo mesmo.

Decorrido um período, após o término do mestrado, foi proporcionada a oportunidade de participar das discussões do GTA, o que possibilitou adquirir um outro olhar acerca do conceito de natureza bem como da pauta ambiental. A partir de então, surgiu o desejo de comparar as legislações ambientais entre os países fronteiriços: Bolívia, Brasil e Paraguai.

¹²³ A presente análise advém de parte das reflexões produzidas na tese de doutorado intitulada: Pantanal Transfronteiriço (Bolívia-Brasil- Paraguai) e as áreas protegidas: da produção de territórios as iniciativas de conservação, cujo objetivo central era identificar como as áreas protegidas instituídas na zona de fronteira do Pantanal Transfronteiriço produzem novos territórios e, partindo dessa análise, como pensar em conservação para esses ambientes. A Tese de doutorado foi defendida em novembro de 2020 no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2444>.

A ideia inicial foi cativante, porém, para ser executada, deveria ser melhor delimitada. Após diversos diálogos e reflexões, definimos o ponto de partida para nossa análise: o Pantanal, pelo fato de abarcar área dos três países e por ser gerenciado de distintas formas. Em 2016, ao ingressar no Doutorado em Geografia da UFGD, tínhamos um objeto a ser pesquisado; contudo, ainda havia a necessidade de determinar os aspectos a serem analisados e, posteriormente comparados. Foi então que definimos as legislações a serem utilizadas: aquelas que dispõem sobre o gerenciamento das áreas protegidas. Na Bolívia, foi estudado o Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNAP); no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC); e no Paraguai, o Sistema Nacional de Áreas Silvestres Protegidas (SNASIP). Tendo em conta esses sistemas de gerenciamento, identificamos que, no Pantanal, existiam diversas áreas protegidas em distintas categorias de manejo, o que tornaria difícil conseguir abarcar todas em nossa análise.

Posto isso, embasamo-nos em analisar as áreas de proteção integral situadas na zona de fronteira, sendo elas: na Bolívia, Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado (ANMI) Otuquis e ANMI San Matías; no Brasil, Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e Parque Estadual Pantanal do Rio Negro; e, no Paraguai, o Parque Nacional Río Negro. Após a delimitação do objeto de pesquisa, nos propusemos a identificar como essas áreas produzem novos territórios em um ambiente transfronteiriço, no qual a fronteira é uma construção dos homens e não para os elementos da natureza.

Portanto, a presente análise apresenta-se como possibilidade para mapear, caracterizar e analisar as áreas protegidas localizadas no Pantanal Transfronteiriço, mais precisamente na zona de fronteira entre Mato Grosso do Sul e os respectivos países, levando em consideração como as legislações ambientais de conservação e os sistemas de gerenciamento acabam influenciando na produção de territórios, cujo objetivo principal é a conservação.

Em relação aos procedimentos metodológicos adotados para a construção da presente reflexão, optamos por realizar uma análise interpretativa, que envolveu a pesquisa exploratória, bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica abrangeu a consulta a livros, artigos e teses que continham dados e categorias teóricas trabalhadas por outros autores, com o intuito de fundamentar nossa análise.

No caso da pesquisa documental, foram utilizadas as seguintes fontes: jornais, sites de notícias, fotos e documentos legais que contribuíram para apontar como cada país realiza ações voltadas à conservação do Pantanal. A documentação foi obtida por meio de documentos legais e/ou em sites oficiais das seguintes instituições: na Bolívia, o Ministério de Medio Ambiente y Agua; no Brasil, o Ministério do Meio Ambiente; e no Paraguai a Secretaria del Ambiente.

A pesquisa de campo foi realizada entre os anos de 2017-2018. Inicialmente, foram feitas visitas a algumas instituições para realização de entrevistas semiestruturadas: na Bolívia, no Ministerio de Medio Ambiente y Agua (MMAya), no Servicio Nacional de Áreas Protegidas (SERNAP) e na ONG Liga de Defensa del Medio Ambiente (LIDEMA); no Brasil, no Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL), na ONG ECOA- Ecologia e Ação e na ONG Instituto Homem Pantaneiro (IHP); e, no Paraguai, na Secretaria del Ambiente (SEAM)¹²⁴ e na sede da ONG Guyra Paraguay. Também foram realizadas visitas nas áreas analisadas.

As entrevistas usaram um roteiro de perguntas abertas que possibilitavam ao entrevistado sentir-se à vontade para compartilhar informações, vivências e problemáticas que apareciam com mais frequência nesse ambiente. Estas foram realizadas com funcionários dos departamentos estatais responsáveis por adotarem iniciativas de conservação para este ambiente, com gestores, com guardas-parque e com analistas de ONGs, que desenvolvem ações voltadas à conservação do Pantanal.

A produção do mapa evidenciando o Pantanal Transfronteiriço (Bolívia, Brasil e Paraguai) e as áreas protegidas delimitadas na pesquisa, só foi possível graças aos materiais compartilhados nas visitas às instituições oficiais dos três países, bem como pela captação de imagens e inserção de dados no Google Maps. Por meio do uso de um Sistema de Posicionamento Global (GPS), foram coletados pontos com as coordenadas geográficas nas pesquisas de campo para serem espacializados nesse ambiente.

Além disso, foram utilizadas as bases de mapeamento das unidades territoriais do Brasil e de Mato Grosso do Sul, elaborados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), da Bolívia, adquiridos no SERNAP, e do Paraguai, na SEAM. A base hidrográfica utilizada foi a da ANA (Agência Nacional de Águas) para a representação do

¹²⁴ No decorrer da pesquisa a Secretaria del Ambiente- SEAM tornou-se Ministerio del Ambiente y Desarrollo Sostenible através da Ley N° 6123 de 27 de agosto de 2018 que elevou ao nível de Ministério esta secretaria.

Rio Paraguai no Bioma Pantanal. Através de banco de dados atualizado, foram produzidos mapas de localização das áreas protegidas, em parceria com o Laboratório de Geoprocessamento da UFGD/LABGEO, que detém a licença de uso do software ArcGIS versão 10.6.1 e que disponibilizou toda a assistência necessária, que, juntamente com o auxílio de integrantes do GTA, proporcionou a produção dos mapas.

Em nossa análise, optamos por trabalhar com o termo Pantanal Transfronteiriço por abarcar esse ambiente em sua totalidade, que se estende pela Bolívia, Brasil e Paraguai. Além disso, a fronteira é um elemento presente tanto na delimitação das áreas protegidas pesquisadas quanto na soberania de cada estado nacional ao determinar os cuidados, as políticas e ações para esse ambiente; sendo ainda uma área de transição, na qual são estabelecidas relações transnacionais e a jurisdição dos estados é o poder central.

Contudo, a presente pesquisa indaga: as áreas protegidas delimitadas produzem novos territórios nesse ambiente? Buscando encontrar resposta para essa indagação, apresentaremos os elementos que justificarão como se dá essa produção, em cada uma das áreas analisadas.

Caracterização do Pantanal Transfronteiriço

O Pantanal é um ambiente transfronteiriço localizado na América do Sul. Sua extensão varia de acordo com cada país. Na Bolívia, ele abrange uma área de aproximadamente 53.320 km²¹²⁵, situado no Departamento de Santa Cruz, nas províncias Ángel Sandóval e Germán Busch. No Brasil, está localizado na Região Centro-Oeste, abarcando parte dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com uma área 151.134 km² (IBGE, 2017)¹²⁶. No Paraguai, compreende um total de 8.520,1 km² formando a *Ecorregion del Pantanal* no Departamento de Alto Paraguay¹²⁷, além de 15.000 hectares pertencentes a uma Reserva Privada da ONG Guyra Paraguay. A área onde o Pantanal está inserido é caracterizada pela Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, que abrange uma

¹²⁵ Dado obtido junto a SERNAP (2017) e *El Diario Economia* (2015). Vale ressaltar que a extensão original foi calculada em hectares, cujo total é 3.189.888.

¹²⁶ De acordo com o IBGE (2004) para a delimitação do Bioma Pantanal levou-se em consideração os limites da Depressão Pantaneira combinados com os limites considerados pela Convenção de RAMSAR.

¹²⁷ Consultar Horton (2010, p. 12) e a *Resolución N° 614/ 2013 da Secretaria del Ambiente – SEAM “establece las Ecorregiones para la Región Oriental y Occidental del Paraguay”*, desta forma, se estabelece a superfície do Pantanal.

superfície de aproximadamente 600.000 km², da qual, cerca de 70% encontra-se em território brasileiro e, o restante, na Bolívia e no Paraguai¹²⁸.

Em relação à caracterização desse ambiente, Ab'Sáber (2006) apresenta que o cientista francês Ruellen foi um dos pioneiros a descrever aspectos da depressão pantaneira denominando-a de *boutonnière*¹²⁹ (em algum tempo do passado aquilo que hoje é uma depressão teria sido uma vasta abóbada de escudo), cuja localização estava na área de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, ou seja, uma região geomorfologicamente elevada que separava as Bacias do Paraná e do Chaco, podendo ser considerado um divisor de águas.

Além disso, Assine (2010) salienta que, devido à sua posição geográfica, histórica e geológica, o Pantanal acaba incorporando elementos de três biomas distintos: a floresta amazônica (noroeste), cerrado (leste) e a savana estépica chaquenha (sudoeste). Ao mesmo tempo, é possível encontrar espécies da Caatinga, bioma genuinamente brasileiro, o qual, provavelmente, ocupou uma área mais ampla no território brasileiro no pleistoceno tardio. O autor define o Pantanal como “um lugar de contrastes e de mudanças, geograficamente localizado numa encruzilhada de três grandes biomas, cujos limites avançam, e recuam com as flutuações climáticas”¹³⁰.

É justamente por sua importância ecossistêmica e biológica que o Pantanal tem despertado uma atenção ambiental diferenciada na Bolívia, no Brasil e no Paraguai, em função de se tratar de uma região que aparenta características de um ecótono¹³¹, ou seja, um ambiente resultante do encontro de dois ou mais ambientes. Levando em consideração esses aspectos entre diferentes biomas e combinações de espécies e de fatores, observamos que, provavelmente, foram eles que contribuíram para o povoamento da região pantaneira.

¹²⁸ Consultar LOURIVAL, et al. (2000).

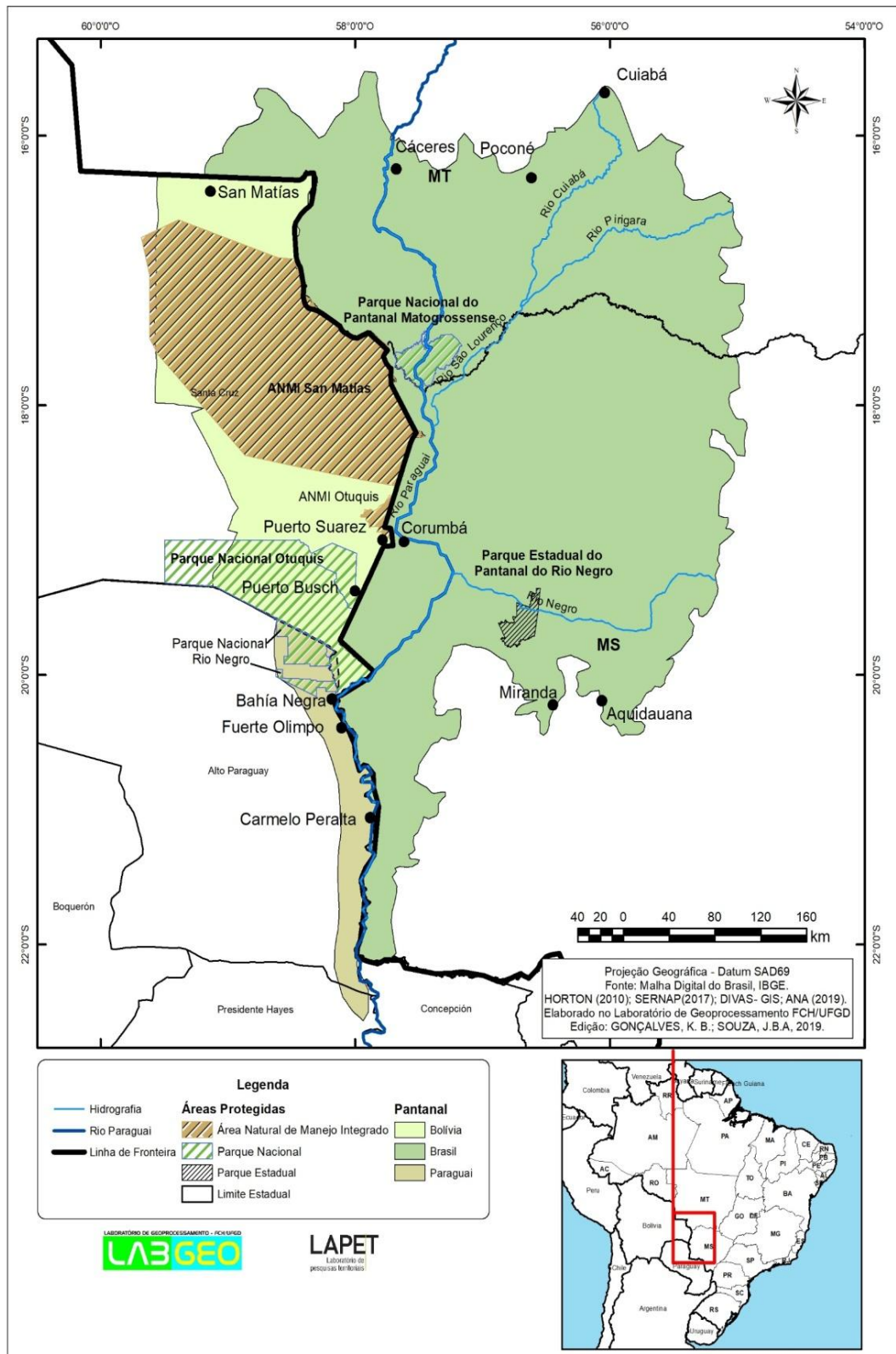
¹²⁹ Para Ab' Sáber (2006, p. 15-17) o termo *boutonnière* é uma expressão não muito consolidada na terminologia científica internacional. Trata-se de uma expressão simbólica “casa de botão”, onde se procurou caracterizar uma depressão aberta ao longo do eixo maior de uma estrutura dômica, de grande expressão regional. É um tipo de relevo estrutural que envolve uma notável inversão topográfica a partir de uma estrutura dômica de grande extensão comportando-se como uma depressão alongada escavada a partir da abóbada central do doma. A vantagem da aplicação do conceito de *boutonnière*, a grande depressão do alto Paraguai, liga-se ao notável processo de esvaziamento erosivo sofrida pela região durante o soerguimento pós-cretácico.

¹³⁰ Características apresentadas por Assine (2010, p. 487).

¹³¹ Segundo o dicionário ambiental da associação o Eco (2018) um ecótono pode ser caracterizado como uma região resultante do contato entre dois ou mais biomas fronteiros. São áreas de transição ambiental, onde entram em contato diferentes comunidades ecológicas - isto é, a totalidade da flora e fauna que faz parte de um mesmo ecossistema e suas interações. Por isso, os ecótonos são ricos em espécies, sejam elas provenientes dos biomas que o formam ou espécies únicas (endêmicas) surgidas nele mesmo.

O mapa a seguir permite observar a extensão do Pantanal Transfronteiriço e as áreas protegidas, objeto de nossa análise.

Mapa – Pantanal Transfronteiriço e as áreas protegidas delimitadas



Fonte: GONÇALVES (2019, p. 65).

Tendo em consideração as áreas protegidas apresentadas, bem como sua localização no Pantanal, elencaremos algumas características importantes deste em cada país, destacando as particularidades e singularidades de cada área. Além disso, evidenciaremos como ocorre a produção de territórios através destes no Pantanal Transfronteiriço, os sujeitos envolvidos nesse processo, e as relações de poder.

A produção de territórios no Pantanal Transfronteiriço: uma análise a partir das áreas protegidas

O conceito de território tem uma centralidade na Geografia, porque permite entender os diferentes movimentos históricos e sociais, as intensidades de apropriação e dominação do espaço advindas das relações de poder. Tomando como referência Foucault (1999, p. 90) “não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos”. Identificamos que essas relações de poder vêm sempre acompanhadas de intenções, que impõem organização, ordem e estratégias no espaço, podendo vir cercadas de processos de exploração, transformação, identificação, subordinação e, até mesmo, destruição do ambiente.

Nessa lógica, para se ter uma concepção de território, tomamos como referência a soberania estatal, que delimita a esfera espacial, a organiza e a controla desde o interior até as fronteiras do Estado nacional, proporcionando diferentes formas e intensidades de apropriação e dominação do espaço.

Partindo das considerações de Saquet (2011), tem-se que o território é produto e condição das relações sociedade-natureza, com objetivações, formas, relações sociais e subjetivações/significados econômicos, políticos e culturais, que contém componentes fixos (naturais e construídos socialmente), redes e fluxos, juntamente com o movimento da natureza. O território é construído historicamente com discontinuidades espaços-temporais. Logo, constatamos que o território é um produto das relações sociedade-natureza, produzido através do poder exercido por um grupo que determina objetivos, metas, programas, técnicas, estratégias e interesses econômicos, políticos e sociais a ele associados.

O território é marcado por relações sociais, apropriações e poder, que acabam determinando sua dinâmica, sua própria produção e reprodução através das relações

estabelecidas em sociedade. Assim, o território é inerente à vida na natureza e sociedade, como observamos a seguir.

Na natureza o homem vive relações; na sociedade, o homem vive relações. Em ambas, o homem vive relações construindo um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial, animal, social e espiritual. O homem vive relações sociais, construção do território, interações e relações de poder: diferentes atividades cotidianas que se revelam na construção de malhas, nós e redes constituindo o território [...] no território, há mudanças, continuidades e movimentos (SAQUET, 2011, p. 70).

As relações de poder, as diferentes atividades e as mudanças, influenciam na construção do território. As relações estabelecidas dentro de um território acabam originando vínculos com este por meio das territorialidades que Raffestin (1993, p. 158) define como o espaço vívido e as relações de alteridade e exterioridade presentes na sociedade. Essas múltiplas relações dos homens entre si e com a natureza, caracterizam o território.

Isso posto, entendemos que a relação sociedade-natureza é fundamental na construção de territórios, pois é evidente que, nas atividades cotidianas, ela é fundamental para a manutenção da vida, onde é possível perceber que o homem é natureza e sociedade ao mesmo tempo. Encontramos em Foucault como ocorre esse reconhecimento:

[...] o desenvolvimento dos conhecimentos a respeito da vida em geral, a melhoria das técnicas agrícolas, as observações e medidas visando à vida e sobrevivência dos homens contribuíram para esse afrouxamento: um relativo domínio sobre a vida afastava algumas das iminências da morte. No terreno assim, conquistado, organizando-o e ampliando-o, os processos da vida são levados em conta por procedimentos de poder e de saber que tentam controlá-los e modificá-los. O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo. Condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político (FOUCAULT, 1999, p. 133- 134).

A esse respeito, entendemos que a relação sociedade-natureza oferece elementos que criam laços, vínculos e o “ser” de cada grupo social produzindo territórios. Por meio das relações, o homem constrói um mundo objetivo ou subjetivo, material ou imaterial, animal, social e espiritual.

Raffestin (2015, p. 13) salienta que o ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território. Ao observarmos a produção de territórios na antiguidade verificamos que, no estado de natureza orgânica, a agricultura produziu territórios como uma função do sistema cultural e dos instrumentos

que as sociedades tinham à disposição; com o tempo a formação territorial foi se modificando. O autor aponta que os territórios passaram a ser criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano, onde a distinção entre ambos passou a ser facilmente decifrada.

Tendo em consideração tais aspectos, como é possível pensar na produção de territórios? Visando entender esse processo, para posteriormente utilizá-lo na análise feita sobre as áreas protegidas, tomamos como ponto de partida as considerações de Raffestin que afirma ser necessário esclarecer algumas definições.

Espaço e territórios não são termos equivalentes e nem sinônimos[...] Utilizando-os indiferentemente, os geógrafos introduziram em suas análises algumas confusões notáveis. É fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente de um espaço, o ator o “territorializa”. Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas as necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade (RAFFESTIN, 2015, p. 22).

As transformações que ocorrem no processo de territorialização refletem-se na estrutura e na dinâmica do território. Quando observamos a instituição de áreas protegidas, elas são estabelecidas a partir de uma legislação vigente, que tem o controle sobre os recursos naturais. Então, ocorre a ocupação e o uso passa a ser controlado. Diante disso, temos a produção de um novo território, onde a questão da conservação ambiental é latente e, ao mesmo tempo, os conflitos passam a ser evidentes.

Em nosso entendimento, as áreas protegidas de proteção integral, a partir do momento em que são estabelecidas, são apropriadas pelo Estado e as relações sociais, econômicas, políticas e culturais são reconstruídas. Assim, concordamos com Saquet (2011) ao afirmar que, na produção do território, há mudanças sociais que substantivam em rearticulações e redefinições, em novas relações que combinam o local com o global.

Evidenciamos que o território é um produto e condição da vida em sociedade e natureza, sendo caracterizado pelas transformações e movimentos que vão modificando sua dinâmica e a sua organização, produzindo, assim novos territórios. Seguindo essa lógica, apresentaremos, a seguir, como as áreas protegidas estabelecidas no Pantanal Transfronteiriço produzem novos territórios e os conflitos que resultantes desse processo, partindo das múltiplas relações, dos elementos sociais e naturais, de normativas societárias e as apropriações que o acompanham e que foram identificados nas pesquisas de campo.

Território e conflitos no Parque Nacional e ANMI Otuquis e ANMI San Matías (Bolívia)

Quando delimitamos as áreas protegidas do Pantanal boliviano a serem analisadas nesta pesquisa, elencamos o Parque Nacional e ANMI Otuquis e ANMI San Matías por estarem localizados na zona de fronteira e pelas múltiplas relações de apropriações, rearticulações, redefinições e conflitos que ocorrem nessas áreas e produzem novos territórios no lado boliviano.

Ambas as áreas protegidas são gerenciadas pelo SERNAP. O ingresso nestas áreas, com intuito de visitação ou para desenvolvimento de pesquisas científicas, é condicionado a uma autorização prévia frente à instituição, através dos formulários de visitas disponíveis no site da mesma¹³², que determinará ao chefe da área, o acompanhamento e a realização da atividade.

Tanto o Parque Nacional Otuquis quanto a ANMI San Matías, estão situados no Departamento de Santa Cruz. Posto isso, iniciaremos nossa análise pelo Parque Nacional e pela ANMI Otuquis, localizados ao leste do departamento, nas províncias de Cordillera e Germán Busch. A área está dividida em duas partes, sendo a maior referente ao parque na cidade de Puerto Suárez, que circunda o município de Charagua, e a parte menor refere-se à ANMI localizada ao norte da cidade de Puerto Suárez, conhecida como bloco do Rio Pimiento, abrangendo parte dos municípios de Puerto Quijarro e Carmen Rivero Tórrez.

No que tange às estratégias adotadas visando um melhor gerenciamento da área, notamos que a presença do exército boliviano e do SERNAP determinam um controle sobre os sujeitos que acessam a área, sejam eles visitantes, a comunidade que vive no entorno ou, até, os proprietários de terras que possuem estâncias no interior do parque. A área é bem sinalizada e os caminhos existentes facilitam o deslocamento.

Quanto às debilidades, verificamos que as obras de infraestrutura e de desenvolvimento executadas, tanto dentro do parque quanto em seu entorno, têm gerado inúmeros debates, dos quais destacamos: a exploração de minério de ferro no Cerro Mutún, a construção da Hidrovia Paraguai-Paraná. Esta hidrovia é apresentada como sendo um avanço na integração econômica política e social, a partir de um acordo fluvial englobando Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, instituindo uma área navegável de 3.442

¹³² Modelo do formulário disponível em: <http://sernap.gob.bo/formularios-de-permiso/>.

km¹³³, com um dos trechos navegáveis passando por Puerto Busch. Esse projeto seria uma opção de logística para escoar a produção de soja, algodão, trigo, minério de ferro e outros produtos agroindustriais e industriais. Somado a isso, temos o avanço da fronteira agrícola nos países vizinhos Brasil e Paraguai.

Com respeito a ações que possam contribuir para um melhor gerenciamento da área, que possui um plano de manejo que serviu de referência para outras áreas protegidas, foram estabelecidos convênios com universidades bolivianas e ONGs. Além do mais, a Bolívia tem buscado desenvolver ações para estruturar o turismo no Pantanal Boliviano. O SERNAP lançou, em 2018, o projeto Rote Otuquis, que originou o “*Reglamento de Operación Turística Específica del Parque Nacional e ANMI Otuquis*”, cujo objetivo é regular as atividades turísticas, a prestação de serviços turísticos, a autorização para ingresso na área, as obras e a infraestrutura. Através dessa normativa, o SERNAP consegue fazer o controle da área e determinar as atividades turísticas que podem ser desenvolvidas, tais como: observação da fauna, de aves, da paisagem natural e prática de *camping*.

No que se refere aos conflitos existentes no Otuquis, esses são desencadeados pela estrangeirização das terras localizadas no interior do parque, pela exploração do minério de ferro no Cerro Mutún e pela execução do Projeto Vial Portuário Motacucito Mutún- Puerto Busch. Conforme definição do *Ministerio de Obras Públicas, Servicios y Viviendas* (2015)¹³⁴, este projeto consiste na construção de uma via férrea de aproximadamente 131 km entre Motacucito-Mutún-Puerto Busch, com quatro estações (Empalque, Mutún 1, Mutún 2 e Puerto Busch), cujo início seria a 16 km ao oeste de Puerto Suarez, saindo da atual via férrea que une Santa Cruz de la Sierra a Puerto Quijarro, ambas na Província de Germán Busch, no Departamento de Santa Cruz.

A grande questão que se apresenta, mediante a execução desse projeto, é que uma parte do trajeto passará por dentro do Parque Nacional Otuquis. No documento de condições para contratação, o estado boliviano, por meio do Ministério da Obras Públicas, Servicios y Viviendas, exige que a empresa responsável pela execução das obras elabore um plano de manejo ambiental visando conter, ou minimizar, os impactos ambientais negativos no meio físico, biótico e social. E, ainda, no intuito de diminuir os impactos, impõe a realização de um diagnóstico para recuperação do ambiente.

¹³³ Dados obtidos através da Comité Intergubernamental de la Hidrovía Paraguay Paraná -CIH (2018, p. 04).

¹³⁴ Ministério das Obras Públicas, Serviços e Habitação.

Posto isso, podemos identificar que o Parque Nacional e a ANMI Otuquis produzem um novo território e territorialidades no Pantanal Boliviano. Seu uso não está ligado apenas às iniciativas para manter a conservação da área protegida, mas envolve os interesses do estado boliviano através das obras de infraestrutura e desenvolvimento, as comunidades que vivem no entorno do parque, e o interesse dos proprietários de terras que estão estabelecidos no interior do parque.

Já a ANMI San Matías abrange área de quatro províncias, sendo elas: Ángel Sandovál, Germán Busch, Chiquitos e Velascos e sete municípios: San Matías, El Cármen Rivero Torres, Puerto Quijarro, San Rafael, San José de Chiquitos, Roboré e Puerto Suarez. Com uma extensão de 29.185 km², é considerada a segunda maior área protegida da Bolívia¹³⁵.

A unidade administrativa do SERNAP, responsável pelo gerenciamento da área, fica junto ao escritório do *Ministerio de Medio Ambiente y Agua*, na capital Santa Cruz de la Sierra. Dados do plano de manejo da ANMI San Matías¹³⁶, confirmados junto ao SERNAP, indicam que existem vinte e seis comunidades indígenas, das quais, vinte e duas são de origem Chiquitano, vindas de diversas regiões do país; e quatro comunidades Ayoreo.

Através das entrevistas realizadas junto ao SERNAP, identificamos que nessas comunidades não existem apenas indígenas chiquitanos e ayoreos, mas descendentes de japoneses e de brasileiros que vivem na área como pequenos produtores e se dedicam à pecuária. No que se refere à propriedade da terra na ANMI San Matías, esta é comunal, ou seja, pertence a um grupo de pessoas.

De acordo com Bolivia (2009), a organização social da área está pautada no sistema de *Participación de la Organización Territorial de Base* (OTB), em conjunto com o sistema indígena, onde a autoridade maior é a figura do cacique. A extensão de terra, de acordo com o regime comunal, pode variar de 240 hectares, em Palmeras, até 90.000 hectares, em Santo Corazón.

As atividades econômicas desenvolvidas, tanto pelas comunidades chiquitanas quanto pelas ayoreos, dependem do regime climático, que apresenta um período de seca entre os meses de maio a outubro, e um período de chuvas de novembro a abril. A pecuária

¹³⁵ Informações obtidas em Bolivia (2009, p. 06).

¹³⁶ Ver Bolivia (2009, p. 22).

é desenvolvida por parte das comunidades da zona norte e central, o que acaba gerando ingressos econômicos expressivos. O artesanato é desenvolvido apenas pela comunidade Santo Corazón que, por ser a maior e mais antiga da área, possui uma tradição na produção de artesanato. No tocante à mão de obra, todas as comunidades chiquitanas a oferecem para as pequenas estâncias pecuaristas que existem na ANMI. Já algumas comunidades da zona sul oferecem mão de obra para o setor de mineração.

Em relação às estâncias privadas estabelecidas na ANMI San Matías, conforme dados de Bolivia (2009, p. 280), existem 61 estâncias de propriedades privadas que se encontram em alguma etapa do processo de titulação frente ao Instituto Nacional de Reforma Agrária e representam 10, 5% da área protegida. Em sua maioria, dedicam-se à pecuária e, muitas vezes, os donos não habitam no local, o que acaba contribuindo para que as pessoas das comunidades passem a trabalhar na função de capatazes, peões e/ou caseiros. As estâncias ganadeiras têm suas atividades controladas, tanto pelos guardas-parque quanto pelo *Comite de Participación Social Activa*, cuja principal função é o controle e manejo dos recursos naturais. Desta forma, a área é gerenciada e cuidada pelo SERNAP.

A ANMI San Matias produz um novo território no Pantanal Boliviano, devido a sua dinâmica territorial abarcar distintos interesses, que permeiam comunidades, madeireiros, pecuaristas e mineiros. Ao analisarmos a área, entendemos que esta foi classificada nessa categoria de manejo devido a sua extensão e em função das comunidades que a habitam, visando compatibilizar a conservação com o desenvolvimento da população local. Desta forma, identificamos que novas territorialidades são lá produzidas, pois a apropriação e o uso desse território definem as relações sociais dentro da mesma e, ao mesmo tempo, determinam as relações de poder.

Portanto, ao observarmos as áreas protegidas que se encontram no Pantanal Boliviano, identificamos que, ao mesmo tempo em que estas produzem novos territórios pautados nos interesses de diferentes grupos, se faz necessário também repensar qual o modelo de conservação a ser aplicado a esse ambiente. O objetivo de limitar, controlar e impedir o acesso já não é cabível frente aos processos de desenvolvimento que têm avançado tanto sobre o Parque Nacional e a ANMI Otuquis quanto sobre a ANMI San Matías.

Território e conflitos no Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e Parque Estadual Pantanal do Rio Negro (Brasil)

Ao delimitarmos as áreas protegidas a serem analisadas no Pantanal Brasileiro, é importante observar que elas estão localizadas na zona de fronteira e cada uma em um estado diferente. O Parque Nacional (PARNA) do Pantanal Mato-Grossense é uma área de proteção integral federal e sua área de abrangência engloba os municípios de Poconé e Cáceres, no Mato Grosso e Corumbá, no Mato Grosso do Sul. Já o Parque Estadual do Rio Negro é uma área de proteção integral estadual localizada nos municípios de Aquidauana e Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

No que tange ao gerenciamento dessas áreas, o PARNA do Pantanal Mato-Grossense é gerenciado pelo ICMBio, enquanto o Parque Estadual do Rio Negro é conduzido pelo IMASUL (órgão vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar - SEMAGRO).

O PARNA do Pantanal Mato-Grossense está localizado em uma área que estabelece uma conexão com a ANMI San Matías na Bolívia. Além disso, em seu entorno, existem duas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Acurizal e Penha. Levando em consideração todas essas áreas, forma-se um mosaico de áreas protegidas. Dados do plano de manejo da área¹³⁷, revelam que a planície fluviolacustre, onde está situado o parque, é formada por lagoas de dimensões diversas, sendo as mais expressivas as de Uberaba e Gaíva, localizadas na zona de fronteira do Brasil/Bolívia. Esse cenário contribui para que a área do Parque e sua zona de amortecimento sejam consideradas de extrema vulnerabilidade.

Sabemos que a presença da fronteira delimita o gerenciamento aplicado às áreas protegidas no Pantanal, pois mesmo com uma proximidade à ANMI San Matías, o PARNA do Pantanal Mato-Grossense é gerenciado conforme a legislação brasileira, o que muitas vezes dificulta o estabelecimento de aproximações com os responsáveis por gerir a área vizinha.

No que diz respeito ao funcionamento do PARNA Pantanal Mato-Grossense, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é classificado como sendo uma unidade descentralizada. Nela, são lotados funcionários com uma chefia, ou seja, um analista responsável pela área do parque e por desenvolver todas

¹³⁷ Consultar IBAMA/TNC/GASMAT (2003, p. 32).

as atividades ligadas à gestão da unidade. Dentre as principais tarefas a serem executadas na área, podemos elencar: fiscalização e monitoramento, apoio à pesquisa, e gerenciamento das brigadas de combate a incêndios florestais, renovadas e treinadas anualmente.

Sobre os aspectos culturais e históricos que permeiam a região do PARNA do Pantanal Mato-Grossense, antes de ser instituído como parque nacional, tem-se que a região foi habitada por diversos grupos étnicos que viviam dos recursos naturais existentes na área. Conforme, dados do IBAMA/TNC/GASMAT (2003), a diversidade dos sítios arqueológicos identificados na região do PARNA revelam que uma série de culturas, de origem amazônica, platina e do chaco ocupavam a área. A condição natural da área, que envolve o ciclo das águas, contribuiu para que esses sujeitos vivenciassem constantes modificações na paisagem devido aos períodos de cheia e seca. No que se refere aos aspectos culturais dos sujeitos que vivem no entorno do parque, identificamos as comunidades ribeirinhas que vivem da pesca e da comercialização de iscas, e a figura do “peão de boiadeiro”, os trabalhadores das fazendas que se dedicam a pecuária.

O PARNA do Pantanal Mato-Grossense possui um plano de manejo completo que dispõe de regulamentações específicas acerca da pesca e da caça na zona de amortecimento. Além disso, tem buscado compartilhar os esforços e as responsabilidades através de parcerias com as comunidades do entorno, bem como com algumas ONGs. Além disso, possui uma sede física que facilita a logística para atividades ligadas ao monitoramento e fiscalização da área.

Quanto às debilidades, parte destas estão ligadas às diferenças existentes entre as legislações e normas do MT e MS para o Pantanal. Podemos englobar, por exemplo, o período da piracema, a cota para o pescador e as normas para o turismo de pesca. Outro aspecto a ser pontuado é o da instalação de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH), bem como as atividades ligadas à mineração e ao garimpo de ouro em regiões próximas ao parque. Tais atividades têm causado uma visível alteração no ciclo hidrológico, afetando não apenas o parque, mas as comunidades ribeirinhas que vivem, tanto na zona de amortecimento quanto nas áreas próximas.

Acerca do potencial da área, constatamos que a zona de amortecimento pode abarcar o turismo contemplativo¹³⁸. No entanto, para que se torne realidade são necessárias

¹³⁸ Em concordância com Schwab et. al. (2012) entendemos que o turismo contemplativo, está intimamente ligado ao turismo de natureza e ao ecoturismo. Ele surge como uma alternativa inovadora, que corresponde às necessidades da sociedade contemporânea de se adaptar de forma muito consciente às características culturais e ambientais de determinadas regiões.

regulamentações e normativas específicas, além de uma readequação na infraestrutura da área como, por exemplo, uma melhor adequação da sede física para que as atividades de monitoramento e fiscalização sejam frequentes. Ainda, é preciso que a conectividade hídrica que o parque estabelece com a Bolívia e Paraguai, através do rio Paraguai, seus afluentes e as baías, garantam a manutenção do ciclo hidrológico.

Quanto aos conflitos existentes na área do PARNA Pantanal Mato-Grossense, destacamos a pesca ilegal e a divergência em relação às normativas que regulam a pesca nos estados de MT e MS. O ideal seriam normativas específicas para o ambiente, pois como estão instituídas têm diferenciado o período da piracema e da cota do pescador.

Uma das grandes ameaças para o parque é a instalação da hidrovia Paraguai-Paraná. A expansão desta poderá repercutir nas iniciativas de conservação adotadas para a área, uma vez que a parte brasileira da hidrovia abrangerá um trecho do Rio Paraguai, localizado entre a cidade de Cáceres e a confluência do Rio Apa, com uma extensão de 1.278 km¹³⁹. Todo o embate contra a instalação da hidrovia está no fato que, para sua concretização, é necessário o melhoramento das atuais condições de navegação e implantação de ações visando garantir uma infraestrutura adequada para a navegação.

Durante a pesquisa de campo no parque, tomamos conhecimento do conflito territorial existente em relação à comunidade da Barra de São Lourenço. Composta por 23 famílias¹⁴⁰ que moram em uma área dentro da zona de amortecimento do parque, com uma extensão de 8.147 km², enfrentam inundações durante o período de cheia no Rio Paraguai. O conflito territorial que envolve a comunidade está ligado ao fato de que parte da área utilizada pelas famílias foram vendidas em 1995, e tornaram-se RPPNs. Com isso, esses moradores ficaram em um território que enfrenta períodos de inundações, além de serem proibidos de desenvolverem algumas atividades que garantem sua sobrevivência.

Siqueira *et al.* (2018) ressaltam que as limitações que a comunidade da Barra do São Lourenço passaram a sofrer resultaram em uma transformação no modo de vida desses ribeirinhos, que já não conseguem desenvolver suas atividades como antes, além de vivenciarem situações conflituosas por manterem suas tradições e seu modo de vida. Posto isso, entendemos que, a partir do momento em que são impostos limites territoriais advindos do estabelecimento de uma área protegida, como é o caso do PARNA do

¹³⁹ Dados obtidos em IBAMA/ TNC/GASMAT (2003, p. 352).

¹⁴⁰ Informação obtida através de Siqueira et al (2018).

Pantanal Mato-Grossense e das RPPNs situadas no entorno, a dinâmica territorial desse ambiente acaba sendo alterada, o que origina conflitos de interesses.

Esses conflitos surgem justamente por pensar em conservação sem levar em consideração os sujeitos que existem no ambiente muito antes de se instituir uma área protegida independente da categoria de manejo. Diante disso, entendemos em concordância com Heidrich (2015), que o território e a territorialidade decorrem de uma ação que permite fixação, separação, uso, posse e busca do domínio sobre o espaço. Assim, o território articula nação e estado, ele permite a fusão entre um espaço delimitado de manifestação de poder e uma identidade de pertencimento e se organiza a partir de uma combinação de espaço público e provado de modo a permitir que interesses diversos possam ter coexistência com uma finalidade geral.

As apropriações que ocorrem no Pantanal Brasileiro, seja por parte do Estado através da delimitação de um parque nacional, seja por parte de proprietários de terras e ONGs que estabeleceram RPPNs, ou pelas comunidades ribeirinhas instaladas na zona de amortecimento do parque nacional, produzem novos territórios e territorialidades nesse ambiente.

Tendo em conta esses aspectos, defendemos que, ao pensar em iniciativas para a conservação do Pantanal, é necessário levar em consideração a apropriação, o uso, as demarcações e as relações sociais que envolvem relações de poder muitas vezes pautadas em interesses políticos e econômicos.

A respeito do Parque Estadual Pantanal do Rio Negro, este é composto por três propriedades que foram negociadas e cedidas ao estado de Mato Grosso do Sul para a criação desta unidade de conservação. Além disso, ao seu entorno foram instituídas três RPPNs, sendo elas: a RPPN Federal Fazendinha, cuja extensão é de 9.616 hectares; a RPPN Estadual Fazenda Santa Sofia, de 8.000 hectares; e a RPPN Estadual Fazenda Rio Negro, com uma extensão de 7.000 hectares¹⁴¹. Apesar do Parque Estadual Pantanal do Rio Negro não fazer fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, a área deste encontra-se localizado na zona de fronteira, e as RPPNs localizadas no seu entorno contribuem para a formação de um mosaico de áreas protegidas.

De acordo com o IMASUL (2008), o parque é a única unidade de conservação do estado de Mato Grosso do Sul a proteger uma área de 0,5% do Pantanal Sul-Mato-

¹⁴¹ Dados obtidos em IMASUL (2008, p. 11).

Grossense. Sabemos que os processos físicos e biológicos são modulados pelos regimes hidrológicos que determinam os períodos de secas e cheias. E é justamente essa alternância do ciclo hidrológico que caracteriza a porção sul do parque, conhecido como “Brejão do Rio Negro”, envolvendo as matas ciliares do Rio Aquidauana, que tem sua paisagem natural alterada no período das cheias, onde ocorrem inundações banhadas pelo Rio Negro, pelas baías e vazantes.

A região norte do parque está na sub-região do Pantanal conhecida como Nhocolândia, que fica situada à margem esquerda do Rio Taquari. Segundo o IMASUL (2008), essa área abarca uma extensão de 26.921 km², onde baías e salinas (lagoas alcalinas) formam lagoas de água doce que ficam fora do alcance das cheias.

Diante dos apontamentos apresentados, verificamos que novas territorialidades são produzidas na zona de amortecimento do Parque Estadual Pantanal do Rio Negro, na qual as RPPNs e as colônias de pescadores desenvolvem atividades humanas regulamentadas pelas normativas específicas para o funcionamento desta área.

Identificamos que as principais atividades desenvolvidas no entorno do parque estão ligadas à pecuária e à pesca, que enfrentam adaptações ocasionadas pelo período das cheias como é o caso da pecuária, e da piracema, no caso da pesca. Desta forma, múltiplas relações são estabelecidas na zona de amortecimento envolvendo sujeitos que podem ser desde grandes proprietários de terras aos funcionários das fazendas, até pescadores e isqueiros, aos turistas da pesca esportiva.

Em relação aos conflitos existentes na área do Parque Estadual Pantanal do Rio Negro, evidenciamos a pesca ilegal que, muitas vezes, atravessa a zona de amortecimento, adentrando no parque. Outra questão que acaba gerando conflitos, diz respeito à situação fundiária da área do parque que não está totalmente regularizada, o que contribui para que parte da população que vive no entorno desconheça a existência da unidade de conservação.

O Parque Estadual Pantanal do Rio Negro é uma unidade de conservação estratégica no Pantanal Sul-Mato-Grossense, cuja visitação só pode ser feita mediante autorização do IMASUL. A área é fruto de uma das iniciativas que o estado tem adotado para conservar esse ambiente. No entanto, ficou visível que as atividades desenvolvidas na zona de amortecimento acabam produzindo novas territorialidades nesse ambiente.

Território e conflitos no Parque Nacional Río Negro (Paraguai)

Por muitos anos, as preocupações com o Pantanal Paraguai apareciam apenas no discurso oficial das ONGs, isso porque o governo priorizava ações e políticas voltadas ao Chaco. Antes do surgimento da *Ley de Ecorregiones*, instituída a partir da resolución N° 614/ 2013, esse ambiente era confundido com o Chaco, pois apresentava reflexos da vegetação chaquenha.

As iniciativas tomadas em prol da criação de uma área protegida no Pantanal Paraguai advém do ano de 2001, quando foi criada a Reserva de la Biosfera del Gran Chaco, através do Decreto 13.202, com a proposta da criação de uma Área de Reserva para o Rio Negro. A proposta de criação, segundo a SEAM (2011), englobava uma superfície inicial de 281.630 hectares, com partes nas mãos de ONGs e proprietários das fazendas. A criação do Parque Nacional Río Negro ocorreu em 2004, por meio do Decreto 14.218, abrangendo uma área inicial 123.786 hectares, separados em dois blocos, pois a área central englobava reservas naturais privadas que o estado paraguaio não pode desapropriar.

O Parque Nacional Río Negro foi delimitado da seguinte forma, conforme dados da SEAM (2011): o bloco norte tem uma extensão de 88.415 hectares, fazendo limite com estâncias privadas, com o Parque Nacional Otuquis da Bolívia, com a Reserva Privada Fortín Pátria e com o Rio Negro; e o bloco sul possui uma extensão de 34.358 hectares e faz limite com estâncias privadas, com a cidade de Bahía Negra, com a Estación Biológica Tres Gigantes e com o Rio Paraguai, que marca seu limite com o Brasil. Situado na *Ecorregión del Pantanal*, o parque encontra-se junto ao município de Bahia Negra, antes conhecido como Puerto Bahía Negra, possui uma população de aproximadamente 3.900 habitantes¹⁴², e localiza-se a 137 km de Fuerte Olimpo, capital departamental. Além disso, está situado na zona de fronteira, fazendo divisa com a Bolívia por meio do Parque Nacional Otuquis. Vale destacar que os limites do Parque Nacional Río Negro compõem a Tríplice Fronteira Pantaneira que engloba Bahía Negra, no Paraguai, Germán Busch na Bolívia e Porto Murinho, no Brasil.

No Parque Nacional Río Negro é possível observar reflexos da vegetação chaquenha e do cerrado. A localização da área encontra-se em uma região estratégica que contribui para a formação de um mosaico de grande importância. Por mais que o Pantanal Paraguai seja um ambiente de grande importância, com uma grande riqueza em

¹⁴² Informações obtidas na Municipalidad Bahía Negra (2019).

biodiversidade, essa área por muitos anos não despertava interesse por parte do governo. Algumas ONGs desenvolviam iniciativas para contribuir na conservação desta área.

Durante as entrevistas realizadas na pesquisa de campo em 2017 e 2018, a ideia de que o Pantanal Paraguai, por um longo período, ficou fora do discurso oficial do estado paraguaio era relatado com frequência. Esse ambiente não tinha incidência nas políticas públicas do governo.

Quando o Parque Nacional do Río Negro foi instituído, a ONG Guyra Paraguay já havia adquirido a área que ficava no interior do parque e que, posteriormente, tornar-se-ia uma reserva privada, e assim, não poderia ser incorporada à área do parque. No entanto, a Guyra Paraguay, ao longo dos anos, vem contribuindo para o gerenciamento da área junto a SEAM, que a partir de agosto de 2018, através da Ley N° 6123, tornou-se Ministério del Ambiente y Desarrollo Sostenible (MADES), realizando um Convênio de *Cooperación Interinstitucional de Gestión Compartida*. Assim, ela contribui para o gerenciamento da área, haja vista que o parque não possui uma área física e nem guardas-parque específicos apenas para o local, pois os que monitoram a área são os mesmos do Parque Médanos del Chaco, também localizado no departamento de Alto Paraguay.

No que diz respeito às áreas privadas existentes no Parque Nacional Río Negro, podemos destacar a Estación Tres Gigantes, gerenciada pela Guyra Paraguay, e o Fortín Pátria, de uma empresa paraguaia que tinha um projeto de explorar o turismo de natureza na região. No entanto, devido à dificuldade de acesso e, somada à falta de infraestrutura, acabou sendo abandonado. Segundo a SEAM (2011), o estado paraguaio, ao instituir o Parque Nacional Río Negro, não tinha condições financeiras para desapropriar as reservas privadas e incorporá-las ao parque. Além disso, elas se encontram sob propriedade de capital estrangeiro.

Durante a realização da pesquisa de campo no parque, o que nos chamou a atenção foi o fato do parque não possuir uma área física e, tampouco, placas de identificação; a única área física dentro do parque é a Estación Tres Gigantes. Assim, o gerenciamento do parque é feito pelos guardas-parque do Parque Nacional Médanos del Chaco, juntamente com os funcionários da Estación. Estes, além de desenvolverem iniciativas de conservação no Pantanal Paraguai, ainda desenvolvem o turismo de contemplação, que engloba passeios nas trilhas, uso de mirantes, passeio de barco e observações noturnas da fauna, recebendo turistas do mundo inteiro. Devido à dificuldade de acesso ao Pantanal

Paraguai, Guyra Paraguay tem trabalhado com o seguinte slogan para os turistas “*Somos la estructura y infraestructura del Pantanal Paraguayo*”.

Ao chegar à área do Parque Nacional Río Negro, nos chamou a atenção a proximidade existente entre Paraguai e Bolívia na realização de ações conjuntas para os cuidados com o Pantanal. Isso acontece porque o Parque Nacional Otuquis e o Parque Nacional Río Negro fazem fronteira, então as ações de monitoramento e fiscalização no Rio Negro ocorrem de maneira conjunta, seja com a SEAM/MADES ou com a Guyra Paraguay.

Em relação aos principais conflitos territoriais identificados no parque, podemos elencar: o avanço da fronteira agrícola, que já chegou ao Chaco e, aos poucos, adentra parte do Pantanal Paraguai; ausência de um posto de controle governamental na área para fiscalizar o parque; e a pesca ilegal. Além disso, devemos destacar que as reservas privadas estabelecidas no interior do parque produzem novos territórios e, ao mesmo tempo, atendem demandas do capital estrangeiro e de grupos de interesse.

Ficou visível que o Parque Nacional Río Negro, dentre todos os analisados é o que menos apresenta atividades produtivas desenvolvidas em seu entorno. Até porque o acesso a essa área é difícil. O que nos chamou atenção foi a dinâmica territorial que a ONG Guyra Paraguay desenvolve em sua reserva privada, que acaba refletindo na área do parque. Tais atividades são ligadas ao turismo de contemplação mas, ao mesmo tempo, desenvolvem ações e parcerias visando contribuir para o gerenciamento do parque, que deveria receber um melhor zelo por parte do governo paraguaio.

Os levantamentos realizados durante a pesquisa de campo permitiram identificar que o Parque Nacional Río Negro foi criado pelo governo paraguaio, visando contribuir para a conservação do Pantanal Paraguai. No entanto, o seu gerenciamento apresenta inúmeras debilidades, ainda persistindo a priorização dos cuidados com o Chaco em relação ao Pantanal, até porque a extensão deste ambiente é mínima se comparado ao outro.

A existência de reservas privadas na área do parque nacional revela uma grande dificuldade do estado paraguaio em implementar, no parque, o gerenciamento de uma área silvestre protegida conforme sua legislação. Essas reservas são mantidas com recursos de fundos internacionais e passam a atuar onde ocorre a ausência do estado. Posto isso, um dos principais problemas que acarreta conflitos no gerenciamento da Parque Nacional do

Río Negro é justamente essa ausência do estado paraguaio, atrelado à expansão da fronteira agrícola que já permeou grande parte do Chaco Boreal, e já está presente na zona de amortecimento do parque.

Diante de todas as características apresentadas nas áreas protegidas analisadas no Pantanal Transfronteiriço, entendemos que elas produzem novos territórios nesse ambiente, que perpassam as fronteiras. As relações políticas, econômicas e sociais estabelecidas nessas áreas são distintas e envolvem apropriação, dominação, redefinições e rearticulações, onde as partes se interagem e se completam.

É importante notar que cada área protegida estabelece uma determinada dinâmica territorial conforme as relações de poder, os interesses embutidos por detrás da ideia de conservação, e de organização e gerenciamento dessas, ou seja, elas produzem novas territorialidades.

Considerações Finais

As apropriações e o uso do território feito por Bolívia, Brasil e Paraguai, nesse ambiente, revelam que as relações de poder, os interesses e a política determinam o gerenciamento que cada país aplica às suas áreas redefinindo um território no mesmo. Ao observarmos a gestão das áreas protegidas que se encontram no Pantanal, é possível evidenciar que cada país gerencia sua área de acordo com suas próprias leis, o que acaba dificultando a criação de ações e práticas que possam cuidar do ambiente como um todo. No entanto, os reflexos de uma gestão deficitária, ou dos conflitos que surgem em uma determinada área, poderão ser sentidos em toda a extensão do Pantanal.

Deste modo, as unidades de conservação fazem parte de uma natureza modificada e transformada, pois a criação da mesma, ou de áreas protegidas como são denominadas pela Bolívia e Paraguai, representam a produção de um território em que os objetivos estão voltados para a conservação da natureza, acompanhados de outros interesses que podem ser econômicos, políticos e sociais, e perpassam a ideia de conservar.

Posto isso, concordamos com Saquet (2015, p. 77) que apresenta a ideia do território ser uma construção coletiva e multidimensional, com uma multiplicidade de elementos e múltiplas territorialidades, marcado por três características principais: as

relações de poder, redes e identidades. Assim, entendemos que as mudanças sociais que ocorrem possuem ritmos diversos e resultam da organização, do modo de viver e produzir.

O território é considerado produto histórico de mudanças e permanências ocorridas num ambiente no qual se desenvolve uma sociedade. Território significa apropriação social do ambiente; ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas. O homem age no espaço (natural e social) de seu habitat, produzir, viver, objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social, historicamente organizado e produzido (SAQUET, 2015, p. 77).

Entendemos que as áreas protegidas, a partir do momento em que são delimitadas e instituídas pelos Estados, passam a estabelecer permanências, bem como rupturas e mudanças na organização de um espaço, constituindo novos territórios. Quando se estabelece uma área protegida no Pantanal, percebemos que o uso, o trânsito, as ações e os cuidados passam a ser regulados pelo Estado.

No entanto, também notamos que os processos culturais, econômicos e sociais inerentes às relações de poder constituem a produção de territórios. Dessa forma, ao analisarmos as áreas protegidas delimitadas para essa pesquisa, verificamos que elas foram instituídas visando garantir a conservação desse ambiente; porém à medida que as mudanças sociais ocorreram, outros interesses acabam sobrepondo a ideia de conservar, como, por exemplo, a execução de megaprojetos de desenvolvimento e a expansão da agricultura e da pecuária.

Durante as pesquisas de campo, evidenciamos que cada área protegida possuía particularidades e especificidades representadas através dos elementos da natureza, das comunidades que vivem ao seu entorno e das atividades que, mesmo sendo reguladas, transitam essas áreas. Assim, quando o Estado delimita uma área protegida, ele se apropria e regula as relações que ali serão estabelecidas. Esta área se torna um território de domínio e de apropriação, onde as iniciativas de conservação estão pautadas na legislação ambiental de cada país.

Diante dessas perspectivas, como pensar em conservação para o Pantanal Transfronteiriço, tendo em conta as múltiplas territorialidades produzidas nesse ambiente? Entendemos que para se pensar em conservação no Pantanal é necessário, primeiramente, considerar a totalidade deste ambiente, fator que muitas vezes é ignorado pelos sistemas de gerenciamento das áreas protegidas nos três países.

Nas áreas protegidas analisadas, ficou evidenciado que o gerenciamento que cada país adota é distinto e não leva em consideração a totalidade do Pantanal, mas sim as

particularidades que esse ambiente apresenta na parte que cada um abrange. Nesse sentido, acreditamos que as divergências que envolvem o gerenciamento por parte de cada Estado contribuem para o surgimento de conflitos.

Para se pensar em um modelo de conservação territorial das unidades de conservação que possa ser aplicado à multiplicidade territorial do Pantanal, a relação sociedade-natureza deve ser analisada conjuntamente. Somente essa junção pode oferecer suporte para entender as problemáticas e os conflitos relacionados à delimitação e ao gerenciamento das áreas protegidas.

É fundamental ter em conta que não podemos pensar em natureza sem o homem e sem as relações de poder que envolvem os interesses econômicos, políticos e sociais. Para o Pantanal Transfronteiriço, é necessário pensar em um modelo de conservação que considere tanto a existência do ambiente nos três países quanto as relações de poder. A partir disso, devem ser desenvolvidas ações que possam promover aproximações, na busca por iniciativas que visem amenizar conflitos que, em muitos casos, advêm do distanciamento e desconhecimento quanto ao gerenciamento das áreas protegidas existentes nos três países.

Como um possível caminho em busca de um novo modelo de conservação para o Pantanal, entendemos que deveria ser acionada uma Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Mais especificadamente, deveria ser adotado um instrumento de desenvolvimento entre os países do eixo sul baseado na solidariedade de seus atores, como um intercâmbio horizontal de conhecimento e experiências entre os países, através de iniciativas bilaterais e multilaterais, que poderiam desencadear ações e parcerias visando cuidar deste ambiente como um todo. Logo, a Cooperação Sul-Sul entre Bolívia, Brasil e Paraguai, em relação à conservação do Pantanal Transfronteiriço, possibilitaria aproximações, desenvolvimento de ações e iniciativas para a conservação desse ambiente.

Por fim, acreditamos que essa reflexão trouxe, como contribuição para as sociedades boliviana, brasileira e paraguaia, uma apresentação de aspectos importantes nas áreas protegidas do Pantanal Transfronteiriço, além de evidências que nos permitem identificar como essas produzem novos territórios. Também enfatizamos como essas áreas produzem novos territórios e conflitos, ressaltando, finalmente, a necessidade de se pensar em outro modelo de conservação que considere a totalidade desse ambiente, os sujeitos e as relações de poder.

Referências

AB' SÁBER, A. N. **Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense**. Ateliê Editorial: Cotia-SP, 2006.

ASSINE, Mario Luis. **Pantanal Mato-Grossense: uma paisagem de exceção**. In: GAUTTIERRI, M. C.C.; BARTORELLI, A.; NETO, V.M.; CARNEIRO, C. D. R. C.; LISCOA, M. B. de A.L. A Obra de Aziz Nacib Ab' Sáber. São Paulo: Beca- BALL Edições, 2010.

ASSOCIAÇÃO O ECO. **O que são Ecótonos**. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28830-o-que-sao-ecotonos/>. Acesso em 02 de jan. de 2018 às 15h55min.

BOLIVIA. Plan de Manejo ANMI San Matías. La Paz: SERNAP, 2009.

COMITÉ INTERGUBERNAMENTAL DE LA HIDROVÍA PARAGUAY PARANÁ (CIH). **Informe de la Secretaría Ejecutiva del CIH: Uma mirada actual**. 16 de Julho 2018. Disponível em: http://www.hidrovia.org/userfiles/documentos/nuevo_informe_hidrovia_rev2.pdf. Acesso em: 18 de nov. de 2018.

EL DIARIO ECONOMÍA. **Potencialidades productivas de Bolivia**. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2015/2015_09/nt150901/economia.php?n=13&-potencialidades-productivas-de-bolivia. Acesso em 21 de novembro de 2017 às 14h02min.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GONÇALVES, K. B. **Pantanal Transfronteiriço (Bolívia- Brasil- Paraguai) e as Áreas Protegidas: Da produção de territórios as iniciativas de conservação**. Dourados- MS, 2019. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza**. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

HORTON, Emily Y. **Gran Pantanal Paraguay**. Asociación Guyra Paraguay: 2010.

IBAMA/ TNC/GASMAT. **Plano de Manejo Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/idades-de-conservacao/plano-de-manejo.html>. Acesso em 14 fev. de 2019.

IBAMA. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil: Série Áreas Protegidas do Brasil, 5**. Brasília: MMA, 2007.

IBGE. **Malha Digital do Brasil**, 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa de Biomas**. Localização: Rio de Janeiro. Ano: 2004.

IMASUL. **Plano de Manejo Parque Estadual Pantanal do Rio Negro**. Campo Grande: IMASUL, 2008.

LOURIVAL, R.; HARRIS, M. B & MONTAMBAULT, J. R. **Introduction to the Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil**. In WILLINK, P.W., CHERNOFF. B.; ALONSO. L. E; MONTANBAULT, JR. & LOURIVAL EDS, R. A. Biological assessment of the

aquatic ecosystems of the Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brazil. Washington, D.C.: Conservation International, p. 28-33, 2000.

MINISTERIO DE OBRAS PÚBLICAS, SERVICIOS Y VIVIENDA. **Presentación Motacucito- Mutun- Puerto Busch**. Disponível em: https://www.oopp.gob.bo/uploads/presentacion_motacucito_-_mutun_-_puerto_busch1.pdf, 2015. Acesso em 01 de nov. de 2018.

MUNICIPALIDAD BAHÍA NEGRA. **Sobre Nosotros**. Disponível em: <http://municipalidadbahianegra.gov.py/sobre-nosotros/>. Acesso em 13 de set. de 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica**. In: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). Territórios e Fronteiras: (Re) Arranjos e Perspectivas. Florianópolis: Insular, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma abordagem territorial**. In: SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.

SCHWAB, Cláudia Brandão; PEREIRA, Taís Natália; MARTINS, Gabriel; DALCHIAVON, Ligia. **A paisagem como produto turístico: turismo contemplativo na região de Santa Vitória do Palmar- RS**. Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do sul (RS), 2012.

SEAM. **Plan de Manejo Parque Nacional Río Negro**. 2011. Disponível em: <https://apps.mades.gov.py/siam/portal/area-prottegida/23>. Acesso em 15 de set. de 2019.

SIQUEIRA, André Luiz; SILVA, Aguinaldo; SILVA, Beatriz Lima de P. **Áreas Protegidas no Pantanal: Comunidade Tradicional da Barra do São Lourenço na fronteira Brasil/Bolívia - Região de Corumbá-MS**. Revista Ra'e Ga. Curitiba, v. 45, nº. 01, p.74-90, dez/ 2018.

PRESERVAR PARA QUEM? UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E AS BATALHAS EM TERRAS DO AGROECOTURISMO EM BONITO/MS¹⁴³

Ângelo Franco do N. Ribeiro

Introdução

A proposta da pesquisa que originou este texto teve sua gênese nas reflexões realizadas no Laboratório de Pesquisas Territoriais – LAPET e no Grupo de Pesquisas Território e Ambiente - GTA, sediados na unidade II, da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Parte das pesquisas realizadas no grupo prioriza a compreensão das transformações territoriais no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente, na Faixa de Fronteira com Paraguai.

Nessa perspectiva, este trabalho se propôs a investigar a alteração no entendimento da relação da terra no Planalto da Bodoquena, especificamente, no município de Bonito/MS. Nesta região, houve uma transformação das áreas tradicionalmente ocupadas por pastagens, configurando uma expansão do cultivo de soja e de milho que pressiona áreas importantes para manutenção da qualidade da água e, conseqüentemente, dos atrativos turísticos e das áreas de preservação lá existentes.

O processo de criação e manutenção de Unidades de Conservação (UCs), no Brasil, é muito burocrático e recheado de entraves para dificultar sua criação e a desapropriação das propriedades, nos casos em que a legislação prevê. Além disso, com o sucateamento dos órgãos responsáveis pela administração das unidades, a gestão das áreas têm se tornado cada vez mais precária.

Estudos realizados por Ribeiro (2010) apontam que a produção das UCs está associada aos interesses privados que, impulsionados pelo mercado, tem invadido todos os recantos da vida social e, em consequência, os espaços, as riquezas e os elementos naturais, encontram-se cada vez mais ameaçados ou isolados em recantos desconexos, em função do ritmo acelerado do processo de apropriação e mercantilização destes elementos. Uma das

¹⁴³ Este texto é parte da tese de doutorado “DESAFIOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS: agricultura, turismo e apropriação da natureza”, orientada pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti e defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG-UFGD) em 2017.

estratégias utilizadas contemporaneamente para conter o processo de produção destrutiva¹⁴⁴ é a transformação de algumas áreas, ainda possuidoras de relevantes características ambientais, em Unidades de Conservação. Segundo Pádua (2002, *apud* Oliveira, 2005):

Na construção da história ambiental do País, a pesquisa de PÁDUA (2002, p.18), centrada no Brasil escravista (1786-1888), comprova que o viés ‘desenvolvimentista’ (grifos do autor) dominou o pensamento ecológico da época, em detrimento da adoção de enfoques alternativos de crítica ambiental. É interessante ressaltar que, ainda em 1876, a proposta de criar Parques nacionais no Brasil, lançada por André Rebouças, privilegiava o progresso que o turismo poderia trazer para as regiões em que seriam implantados, como a das Sete Quedas, em Guaíra, e a da Ilha do Bananal, no rio Araguaia. No entanto, em 1937, em Itatiaia, no Rio de Janeiro, foi criado o primeiro Parque Nacional. (PADUA, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 19).

As Unidades de Conservação no Brasil passaram a constituir um sistema nacional a partir de 2000, com a aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC¹⁴⁵, que garante e organiza a possibilidade da prática turística nas Unidades. De acordo com Oliveira (2005),

[...] o processo iniciado em 1970 teve seu projeto de lei aprovado no Congresso no dia 21 de junho de 2000. No dia 19 de julho do mesmo ano, foi sancionado e publicado no Diário Oficial, agora transformado em norma jurídica (Lei no 9.985/2000), com a finalidade de estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de conservação. Em agosto de 2002 foram regulamentados artigos dessa lei sob o Decreto no 4.340. (OLIVEIRA, 2005, p. 20).

Em função da demora no processo de elaboração e aprovação da legislação, diversas Unidades de Conservação foram criadas sem o devido amparo judicial e, juntamente com elas, muitos conflitos foram gerados para a população que habitava tais áreas e seu entorno, especialmente, os relacionados à reprodução das práticas cotidianas familiares. Tais conflitos poderiam ter sido evitados ou diminuídos se fosse garantida a participação efetiva da população local na criação, na elaboração do plano de manejo e em sua implantação. Tais posturas privilegiariam a ação participativa.

A criação de UCs é conflitante com os interesses de alguns agentes capitalistas e gera limites ao processo de produção agropecuária. Esses limites podem gerar conflitos de interesses em lugares que possuem uma centralidade produtiva na pilhagem ambiental para a produção de *commodities*.

144 Conforme Rodrigues (1997): “[...] da mesma forma como todas as demais atividades do modo industrial de produzir mercadorias e na sua essência é insustentável, pois temos que levar em conta que toda produção é ao mesmo tempo destruição, ou seja, trata-se da chamada produção destrutiva”.

145 SNUC (2000).

Mesmo com todas essas preocupações e medidas tomadas, as populações das áreas seriam atingidas por este modelo de conservação, uma vez que teriam que abandonar suas casas. Ao analisarmos a criação de UCs em Bonito, distinguiremos três tipos de atores com diferentes modos de se relacionar com a terra: o grande latifundiário, que vê a terra como negócio; o camponês assentado, que entende a terra como trabalho; e o indígena, que tem com a terra uma relação sagrada¹⁴⁶. Segundo Martins (1975), a terra para trabalho não tem preço, pois ela é utilizada para produção de alimentos para subsistência e, somente o excedente, poderia ser comercializado. Nesse caso, não há noção jurídica de propriedade e, muito menos, vista como equivalente de capital. A ideia da terra para trabalho é impedida pela restrição imposta pelos órgãos competentes¹⁴⁷, uma vez que, ao implantar a UC, algumas ações antes utilizadas pelos lavradores passam a ser monitoradas.

Vale lembrar que, no passado, existiram vários projetos do governo brasileiro incentivando a ocupação de “espaços vazios”, ou ocupação das áreas de fronteira. Assim, o agricultor mais antigo tem certa resistência em entender este processo de criação de UCs, pois aprendeu que mata era atraso e campo aberto era progresso.

Outro fator que dificulta o entendimento de criação de UCs, diz respeito ao fato de que, no modelo brasileiro, a terra é propriedade privada e serve como uma reserva de valor, pois ela se valoriza sem nenhum manejo ou investimento. Quando se fala em áreas para conservação, os proprietários já pensam em desapropriação e diminuição de suas propriedades, tendo em vista que o valor indenizado é sempre abaixo de mercado, ignorando que existem categorias de UCs que ocorrem em terras privadas. Além disso, o processo é muito lento e, muitas vezes, esbarra na falta de investimento do Estado.

Mesmo com todos os problemas, a política ambiental tem avançado com muita dificuldade no Brasil, ora com avanços, ora com recuos. A bancada ruralista presente no poder legislativo – municipal, estadual e federal – sobreposta ao executivo, por vezes, tem as decisões conduzidas por interesses pessoais. Os setores ligados ao agronegócio são muito influentes política e economicamente e, portanto, relutantes à agenda ambiental.

No estado de Mato Grosso do Sul o cenário não é diferente. As disputas de terras, principalmente entre indígenas e fazendeiros, e a alta concentração de propriedades ligadas

146 Martins (1975).

147 O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é responsável pelas Unidades de conservação.

ao agronegócio, criam barreiras cada vez mais difíceis de serem rompidas na linha da proteção ambiental.

Este trabalho trata, especificamente, da tentativa de criação de três UCs no município de Bonito, no sudoeste de Mato Grosso do Sul, a saber: dois Refúgios de Vida Silvestre e um Parque Natural Municipal.

O exemplo deste processo, que será descrito a seguir, segue o rito de tentativas de criação de áreas de proteção, onde o agronegócio e o capital dominam as propriedades e a política de maneira geral. O município de Bonito, assim como os demais no estado, tem a política municipal dominada por agentes inseridos no agronegócio. O poder político-econômico no estado se dá com o controle dos agentes econômicos dominantes sobre as relações políticas.

Em seguida, descreveremos as características das áreas onde seriam criadas as UCs, e como o processo turbulento e judicializado, levou ao engavetamento da proposta de preservação de áreas importantíssimas para a manutenção da qualidade e do nível da água nos rios da Prata e Formoso.

Unidades de Conservação municipais em proposição

Refúgio de Vida Silvestre Banhado do Rio Formoso

O RVS Banhado do Rio Formoso está localizado na região sudoeste do município de Bonito/MS, no médio curso do Rio Formoso. Ocupando uma extensão de 2.275,41 ha de banhado ou varjão, ou seja, de áreas úmidas margeando o leito principal, a unidade atravessa um total de treze propriedades rurais com áreas variando de cinco a mais de 8.000 ha¹⁴⁸.

Nos limites da área proposta, existe a RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) São Geraldo, que liga essa área ao PNSB (Parque Nacional da Serra da Bodoquena) formando uma espécie de corredor. Vale lembrar que esta é uma área de agricultura, sendo que algumas áreas de banhado já foram ocupados pelas lavouras, tornando-se áreas agrícolas.

Inserida na categoria de Proteção Integral, a RVS, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tem como objetivo proteger ambientes

¹⁴⁸ FNB (2016).

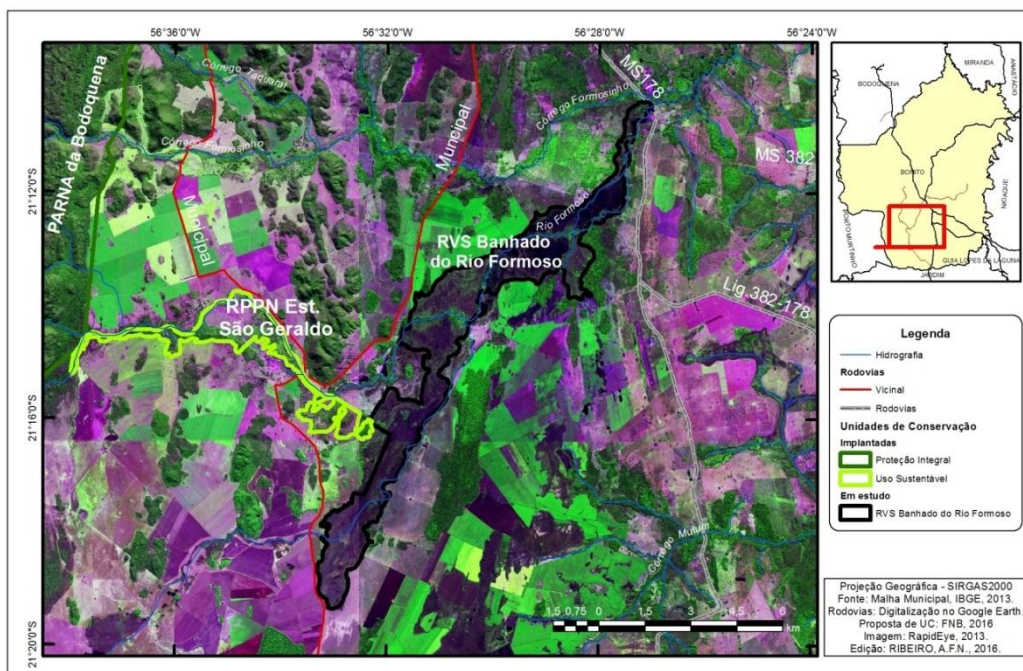
naturais em que se assegurem condições para a existência ou para a reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Esta unidade pode localizar-se em áreas particulares, desde que o uso das terras não inviabilize os objetivos da unidade de conservação¹⁴⁹.

Durante os estudos para a criação das Unidades de Conservação do município de Bonito/MS, foi feito um inventário de fauna e flora das áreas no qual foram detectados vários agentes complicadores na manutenção da área e da biodiversidade presente. Com base nisso, cita-se a recomendação da Fundação Neotrópica do Brasil (FNB).

Preservar e conservar as áreas úmidas como o banhado do Rio Formoso, é fundamental, pois as ações antrópicas estão ocasionando a perda da biodiversidade e a desestruturação das comunidades vegetais locais, com consequências sérias também para os cursos d'água na região. As comunidades herbáceas destas áreas estão fortemente ameaçadas tanto por perturbações locais como desmatamentos e queimadas, quanto por mudanças no uso da terra da bacia hidrográfica (conversão de áreas nativas por campos de pastagens e lavouras). Essas intervenções influenciam diretamente na redução da quantidade e da qualidade das águas que formam as áreas de banhado. (FNB, 2016,)

A figura 1 apresenta o mapa de localização da RVS Banhado do Rio Formoso e seu entorno, detalhando a proximidade com a RPPN São Geraldo, com formação de corredor entre as UCs.

Figura 1 – Localização do Refúgio de Vida Silvestre - RVS Banhado do Rio Formoso e seu entorno.



Fonte: RIBEIRO (2017).

¹⁴⁹ SNUC (2000).

Refúgio de Vida Silvestre Banhado do Rio da Prata

O RVS Banhado do Rio da Prata está localizado no limite dos municípios de Bonito/MS e de Jardim/MS¹⁵⁰. O baixo Prata abriga áreas de nascentes e de recarga do rio principal, sendo dividido em duas partes que ocupam uma extensão total de 4.647,08 ha, que atravessa cerca de dez propriedades de 100 a 3.000 ha e parte do assentamento Santa Lúcia. Consiste em uma planície localizada ao sul do complexo da Serra da Bodoquena, onde estão localizadas as nascentes que dão origem ao rio da Prata, um dos principais afluentes do rio Miranda, e onde estão diversos atrativos turísticos da região¹⁵¹.

As alterações nas áreas de cultivo e a substituição da pastagem natural por pastagens exóticas, constituindo novas áreas para agricultura, têm alterado consideravelmente as áreas no entorno do Prata. Isso tem contribuído para a diminuição das áreas de banhado, responsáveis pela manutenção da disponibilidade e qualidade hídrica local. Atualmente, pode-se verificar, além de atividades agropastoris no entorno do banhado, a existência de diversos canais de drenagem, que visam converter áreas naturais em campos para cultivo¹⁵².

Para a FNB (2016), estas áreas contribuem para manter o nível e a qualidade das águas da região, o que vai muito além de uma área de reserva de água.

Estas áreas paludosas, além de proporcionarem a qualidade e disponibilidade hídrica local, são habitat de diversas espécies ameaçadas de extinção, que dependem de áreas campestres para sua manutenção. Diversas aves migratórias ameaçadas necessitam destas áreas naturais para realização e seus deslocamentos anuais. Da mesma maneira, algumas espécies de grandes mamíferos ameaçados ocupam exclusivamente esta área ou a utilizam como corredor para seu deslocamento.

Sua localização geográfica permite a conectividade parcial entre formações campestres adjacentes, como o Banhado do rio Formoso e Banhado do rio Mutum, formando um corredor ecológico que amplia a conservação da biota regional. (FNB, 2016)

Pela proximidade com o RVS do Banhado do Rio Formoso (em estudo), com a RPPN São Geraldo e com o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o RVS Banhado do Rio da Prata pode se constituir em um importante corredor ecológico e um mosaico de UCs. Poderia permitir, assim, a sustentação de recursos fulcrais para a região e para o desenvolvimento do turismo.

¹⁵⁰ Apesar de cada área ficar em um dos municípios, no registro de imóveis todas as fazendas constam como sendo no município de Bonito.

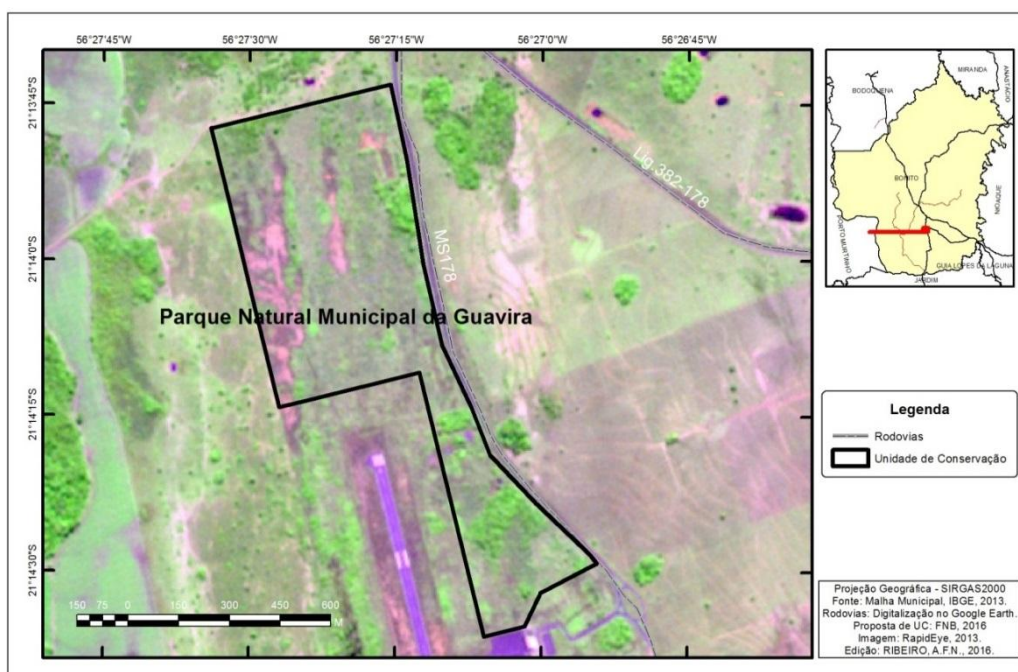
¹⁵¹ FNB (2016).

¹⁵² FNB (2016).

É importante lembrar que esse Parque, em específico, foi pensado pelo fato dos bonitenses terem o hábito de colher guavira¹⁵⁴ no período de novembro e, devido a tal prática cultural, percorrem dezenas de quilômetros para encontrar a fruta nas margens das estradas e fazendas. Nessa perspectiva, o objetivo foi o de que, no Parque, se recompusessem as áreas com este arbusto para que os moradores colhessem as frutas na época de sua maturação.

A figura 3 apresenta o mapa de localização do PNM da Guavira e seu entorno com detalhes para apresentação de uma área com ausência de vegetação e com sinais de degradação, que caso o Parque fosse criado, seria revitalização e reflorestado com plantação de Guavira.

Figura 3 - Localização do Parque Natural Municipal da Guavira.



Fonte: RIBEIRO (2017).

O processo de criação de Unidades de Conservação Municipais em Bonito

A criação de Unidades de Conservação na região da Serra da Bodoquena não é algo recente e, da mesma forma, não é muito tranquilo, assim como em qualquer lugar em que a propriedade privada se sobreponha aos demais interesses coletivos. No Mato Grosso do Sul, temos o agronegócio muito forte em todos os aspectos, sobretudo, no político e no

¹⁵⁴ Guavira, ou guaviroba, é uma fruta do cerrado típico do Mato Grosso do Sul que dá em arbustos nos campos do cerrado.

econômico, os quais, na maioria das vezes, adquirem privilégios sobre todas as demais categorias.

Desde a década de 1980, tínhamos a indicação de vários estudos que defendiam que a área onde está localizado o Parque Nacional da Serra da Bodoquena deveria ser preservada, considerando a singularidade das paisagens, suas formações geológicas, flora e fauna. Mesmo com o conhecimento da riqueza e da limitação de uso daquele ambiente houve uma batalha judicial, até que, em 2016, foi proferida uma decisão favorável ao Parque, pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), em uma ação que tramitava desde 2006¹⁵⁵.

Citamos aqui o processo de criação do PNSB pois, acompanhando a tentativa da gestão passada da Prefeitura de Bonito em criar três Unidades de Conservação Municipais, verificou-se que as discussões/proposições dos ruralistas eram as mesmas utilizadas na década de 1990, durante o processo de criação do Parque da Bodoquena¹⁵⁶. A preocupação com as áreas úmidas do Município de Bonito/MS foi um assunto recorrente, tanto por parte da gestão pública¹⁵⁷ quanto por instituições conservacionistas. A importância desses ambientes, assim como sua fragilidade, há muito tempo é entendida como questão prioritária para a conservação dos recursos naturais e sustentabilidade das atividades locais.

No caso específico de Bonito/MS, a discussão teve início com o Projeto Formoso Vivo, que foi uma iniciativa do Ministério Público Estadual – Comarca de Bonito.

O Projeto Formoso Vivo teve início em março de 2003, por iniciativa da Promotoria de Justiça de Bonito, que por meio de indenização ambiental por danos pretéritos decorrentes da exploração de calcário por uma empresa de médio porte do Município, angariou recursos para viabilizar a contratação de uma equipe especializada em diagnósticos ambientais para proceder a um levantamento total das condições das áreas de até 150 metros às margens do Rio Formoso. A partir daí foram surgindo mais parceiros para o Projeto, que hoje já expandiu sua execução para outros rios da bacia e conta com uma ação integrada de órgãos governamentais ambientais como a SEMA/IMA-P, IBAMA/PNSB, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura de Bonito e organizações não-governamentais como a Fundação Neotrópica do Brasil, que juntos com o Ministério Público têm construído excelentes resultados de conservação na bacia hidrográfica do Rio Formoso.¹⁵⁸

¹⁵⁵ <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-trf3-extingue-processo-que-questionava-a-criacao-do-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em: 1 de janeiro de 2017.

¹⁵⁶ Para saber mais sobre o processo de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena ver: Batarce (2004); Ribeiro (2010).

¹⁵⁷ Podemos citar Conselho de Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA e Conselho Municipal de turismo – COMTUR.

¹⁵⁸ <http://www.mp.ms.gov.br/formosovivo>. Acesso em: 15 de janeiro de 2017.

O objetivo do projeto¹⁵⁹ era mapear as propriedades de toda a extensão da bacia do Rio Formoso e verificar as Áreas de Preservação Permanente – APPs de acordo com a legislação vigente. Nesse processo, foram verificadas diversas irregularidades, como: supressão total da mata ciliar; desvios para abastecimento de piscinas naturais; bebedouros diretamente no rio; criação de animais nas margens fora dos padrões; etc. A base para todos os levantamentos foi a “famosa” lei dos 150 metros¹⁶⁰.

De acordo com a legislação, base do projeto e em vigência atualmente, nos Rios Prata, Formoso e seus afluentes ficam proibidas as atividades de agricultura, extração de madeira, indústria de qualquer tipo e porte, extração mineral de qualquer substância, e criação de pequenos animais dentro da Faixa de Proteção Especial de 150 metros de cada lado. As únicas atividades permitidas nesta faixa são: ecoturismo, pecuária e apicultura¹⁶¹. Contribuindo como mecanismo de proteção, a lei orgânica de Bonito, no seu artigo 179, aborda o assunto.

Fica proibido o desmatamento, a descaracterização e qualquer outro tipo de degradação ao meio ambiente no trecho de cinquenta metros das margens de todos os rios e mananciais na área rural e de trinta metros das margens de todos os rios e mananciais na área urbana do Município.

Parágrafo único – Os infratores promoverão a devida recuperação, através dos critérios e métodos definidos em lei, sem prejuízo da reparação dos danos, eventualmente causados¹⁶².

Esta lei, em específico, constantemente é alvo de ações de setores ligados ao agronegócio. Uma delas foi a tentativa da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária Mato Grosso do Sul), juntamente com a bancada ruralista da Assembleia de Mato Grosso do Sul, de votar um projeto de lei alterando os pontos de obrigatoriedade da faixa de 150 metros de restrição. O projeto chegou a ser aprovado, mas foi vetado pelo governador¹⁶³.

Relatos apontam que o Projeto Formoso Vivo promoveu importantes mudanças em Bonito/MS, o que fez com que os ruralistas se posicionassem de modo mais incisivo contra os envolvidos, principalmente, com o promotor da época (Luciano Loubet), que teve atuação decisiva no processo de recuperação de área de APP na bacia do Rio Formoso e se tornou uma referência na área ambiental no Brasil e na América Latina e também contra a Organização não governamental – ONG que elaborou os estudos técnicos.

¹⁵⁹ Para saber mais sobre o Projeto Formoso Vivo, ver: Loubet. et al. (2017); <http://www.mp.ms.gov.br/formosovivo>.

¹⁶⁰ Mato Grosso do Sul (1998).

¹⁶¹ Mato Grosso do Sul (1998).

¹⁶² Bonito, (2013).

¹⁶³ <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/03/fazendeiros-do-mato-grosso-do-sul-querem-mudar-blei-que-protege-bonitob.html>. Acesso em: 12 de janeiro de 2017.

Como desdobramento deste projeto, houve a indicação para o COMDEMA da criação de três Unidades de Conservação com o propósito de preservar regiões estratégicas identificadas durante os estudos. Esse assunto foi pauta na reunião do dia 03 de setembro de 2014 e aprovado como plano de ação para 2015 e 2016. A Prefeitura de Bonito firmou um convênio¹⁶⁴ com a Neotrópica do Brasil para realizar os estudos técnicos para a criação das três unidades, conforme encaminhamento do COMDEMA: Banhado do Formoso, Banhado do Prata e adjacências do aeroporto.

De posse do convênio, foram feitos os estudos, os quais foram disponibilizados no *site* da prefeitura municipal de Bonito/MS. Como parte do processo, foi convocada uma Audiência Pública para o dia 25/02/2016 na Câmara de Vereadores. Com base nos estudos, as áreas do banhado do Formoso e Prata foram categorizadas como Refúgios de Vida Silvestre – RVS e, a do aeroporto, pelas características encontradas, como Parque Natural.

Como estávamos acompanhando o processo, fomos participar e, antes da hora marcada, era possível verificar uma movimentação de proprietários em frente à Câmara de Vereadores, local onde seria a audiência. Na sequência, fomos informados de que o Sindicato Rural havia conseguido uma liminar na justiça que impediria a audiência. A alegação era desconhecimento dos estudos, além do fato de que os proprietários não teriam condições de participar por desconhecer se suas propriedades seriam ou não atingidas.

Concomitante ao processo de estudos para criação das UCs, começaram a surgir na mídia, notícias de autuações milionárias a proprietários rurais por crimes ambientais diversos; inclusive o prefeito de Bonito/MS foi multado. A maioria dos crimes estava relacionada às áreas em proposição por desmatamento, abertura de drenos nos banhados, degradação de nascentes e armazenamento irregular de agrotóxicos¹⁶⁵.

Além da questão das autuações, a imprensa local e regional passou a veicular as polêmicas em torno da criação das UCs em Bonito/MS e as ameaças que os banhados vinham sofrendo¹⁶⁶. Mesmo sem tais holofotes, o município vizinho de Jardim/MS, também estava passando por semelhante problema de batalha judicial¹⁶⁷ com interferência

¹⁶⁴ Convênio FNB-PMB N° 010/2015.

¹⁶⁵ <http://www.bonitoinforma.com.br/policial/advogada%ADe%ADmultada%ADem%ADr32%ADmilhoes%ADpor%ADdegradar%ADnascente%ADde%ADrio%ADem/19761/>.
<http://www.bonitoinforma.com.br/noticias/pma%ADautua%ADfazendeiro%ADcampo%ADgrandense%ADpor%ADdesmatamento%ADilegal%ADem%ADbonito/19898/>. Acesso em: 12 janeiro de. 2017.

¹⁶⁶ Pellegrini (2016).

¹⁶⁷ <http://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/na-justica-sindicato-rural-tenta-impedir-criacao-de-unidade-de-conservacao>. Acesso em: 12 janeiro de 2017.

direta do Sindicato Rural, que disponibilizou mandado de segurança para barrar a audiência pública, com as mesmas alegações do sindicato de Bonito.

Tentando mediar a situação que se tornou tensa entre o Sindicato Rural de Bonito/MS e a prefeitura, o Ministério Público, por meio da Promotoria de Bonito/MS, promoveu uma audiência pública no dia 05 de junho de 2016, convidando todos os envolvidos no processo para discutir e fomentar as decisões do Promotor Titular. Por problemas de saúde, o promotor da comarca de Bonito/MS não pode estar presente, portanto, o antigo promotor Luciano Furtado Loubet foi convidado para coordenar os trabalhos.

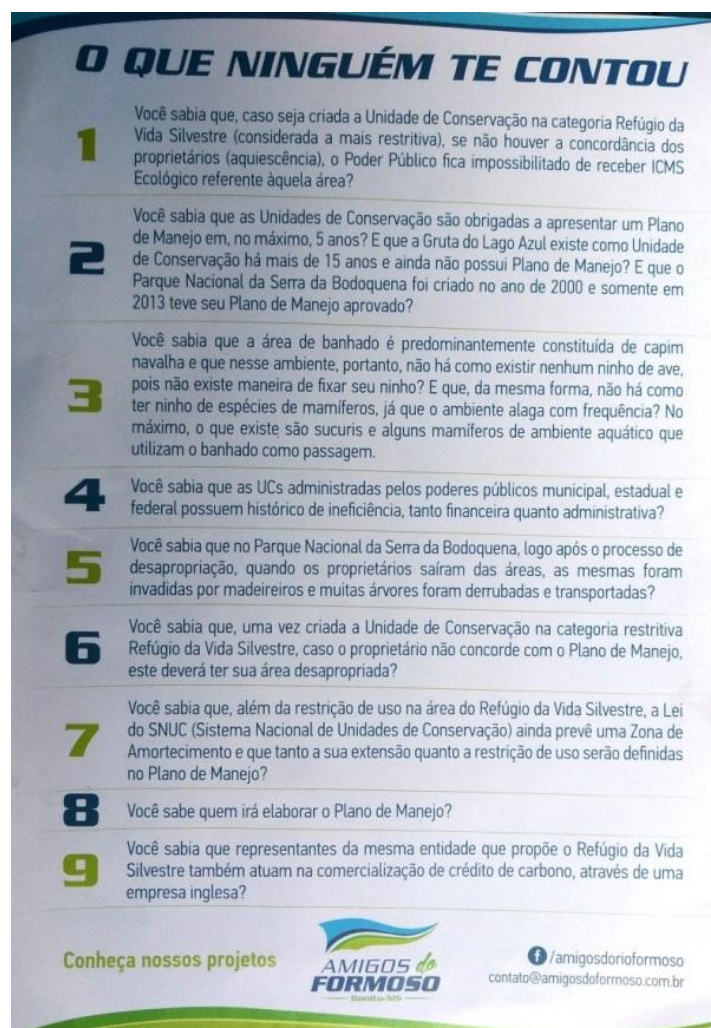
Com o auditório do Centro de Convenções de Bonito lotado, o promotor fez uma apresentação do histórico que levou à proposta de criação das Unidades de Conservação e sobre o projeto Formoso Vivo. Na sequência, foi apresentada uma palestra com o promotor de justiça de Juiz de Fora/ MG, Alex Fernandes Santiago, sobre o procedimento de criação de UC e as obrigações de cada ator envolvido.

Após a palestra, o prefeito de Bonito Leonel Lemos de Souza Brito, conhecido por “Leleco”, fez o uso da palavra. Posteriormente, a Neotrópica do Brasil, que foi responsável pelos estudos, fez o mesmo para explicar o processo de estudo e escolha da categoria de cada UC.

Na sequência, o representante da Associação Amigos do Formoso, que é uma entidade de proprietários de chácaras às margens do Formoso, esta associação foi formada no decorrer dos estudos da criação das UCs. A mesma tem propostas muito semelhantes às do Sindicato Rural, no dia da audiência distribuiu um folheto (Figura 4) muito confuso e superficial. O palestrante, promotor Alex Fernandes Santiago até falou sobre o material distribuído pela associação: *De acordo com este panfleto, de amigo do Formoso vocês não tem nada!*

Seguindo com as apresentações, o Presidente do Sindicato Rural fez uma breve fala juntamente com o advogado do Sindicato, e um biólogo, que já cumpriu cargo público como Secretário de Meio Ambiente de Bonito/MS. Eles apresentaram uma proposta de decretar Área de Interesse Social em toda a extensão do Formoso. Na sequência das apresentações, abriu-se espaço ao debate.

Figura 4 – Panfleto entregue pela Associação Amigos do Formoso no dia da audiência.



Fonte: RIBEIRO (2017).

No momento da audiência ficou claro que havia uma discordância de pensamento entre o prefeito e o presidente do sindicato rural. O Sindicato alegava que a Prefeitura não procurou os proprietários, enquanto que o prefeito afirmava que os proprietários não quiseram recebê-lo para explicação. A Secretária de Meio Ambiente também se pronunciou a respeito das dificuldades enfrentadas.

Nós tivemos dificuldade desde o começo, lançamos as UCs, e o primeiro telefonema que recebi foi do atual promotor, dizendo: ‘como é que vocês irão fazer um negócio deste enfiando de goela abaixo’. Aí eu disse: ‘não estamos enfiando nada de goela abaixo, isto vem de muito tempo’. Só que ele também não estava aceitando muito as ideias que vinham do antigo promotor. A ideia das UCs já vinha há muito tempo. Lá em 2006 a promotoria já convocou para estudar os banhados do Formoso. Na gestão passada o secretário engavetou o projeto porque o prefeito não tinha interesse. Nesta gestão foi feito um planejamento no COMDEMA e uma das prioridades era o cuidado com os banhados, aí veio à tona novamente. Vamos criar a UC nos banhados e o ‘Leleco’ comprou a ideia na hora, e isto está documentado nas atas do COMDEMA que o Sindicato Rural participa.

(...)

Penso que os proprietários não quiseram ouvir os benefícios, eu não tive oportunidade de falar com ninguém, meu telefone está lá à disposição, está no site, nas matérias. Teve jornalista me procurando. Os estudos estão em cima de uma mesa na secretaria com uma lista e não veio uma pessoa. Então é difícil manter esta conversa, eu coloquei três pessoas para ir de propriedade em propriedade levar um envelope com os estudos e todos os documentos em CD e *pendrive* com toda a documentação em relação às UCs. O primeiro recebeu e os demais disseram que estavam orientados a não receber. Eu não sei qual é a posição do proprietário rural, porque eu não tive a oportunidade de dialogar com ele, não tivemos a abertura. O ‘Leleco’ tentou ligar pessoalmente de um a um e também não teve sucesso. (VASQUES. Entrevista gravada. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016).

Como acompanhamos o processo, pudemos constatar o incômodo experimentado e as articulações realizadas por parte do Sindicato Rural. Sempre foi clara a intenção de problematizar e trazer questões típicas dos grandes proprietários quando a questão é a agenda ambiental. É claro que os proprietários rurais, atualmente, respeitam mais as questões ambientais e alguns, inclusive, desenvolvem práticas interessantes de manejo do solo e proteção de recursos hídricos. Porém, infelizmente, isso não é regra e entendemos que, mesmo estes, estão muito mais com medo de multas, que propriamente conscientes da ação.

As discussões sempre se davam em torno da posse da terra, ou seja, a questão da propriedade privada sobrepor os demais direitos, como é regra onde o agronegócio impera. É comum ouvir em reuniões como a que acompanhamos a seguinte fala: *Os produtores rurais não estão interessados neste assunto, eles não querem conversar sobre isso*¹⁶⁸. Com a intenção de entender os argumentos por parte do Sindicato Rural, tentamos, por diversas vezes, realizar entrevista com seu presidente, seja pessoalmente em reuniões, por telefone, na sede do Sindicato, ou por correio eletrônico, mas nunca nos foi dado qualquer retorno.

Continuando o processo, novamente foram marcadas audiências públicas para criação das UCs para os dias 04, 05 e 06 de julho de 2016, em obediência às recomendações legais, e às orientações da audiência do Ministério Público realizada no mês anterior. Novamente, o Sindicato Rural entrou com Mandado de Segurança Coletivo, quando lhe foi concedida liminar favorável¹⁶⁹.

As audiências foram remarcadas para os dias 16, 17 e 18 de novembro de 2016, no auditório da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. No primeiro dia, foram iniciados os trabalhos com a apresentação do Refúgio de Vida Silvestre – RVS do Rio da

¹⁶⁸ Esta fala é típica do representante sindical dos ruralistas.

¹⁶⁹ <http://www.bonito.ms.gov.br/noticias/consultaspublicasparaapresentacaodapropostadecriacaodearea protegidasaonovamentesuspensas>. Acesso em: 20 dezembro de 2016.

Prata. O representante da Neotrópica do Brasil fez uma breve apresentação e abriu os debates. Havia poucas pessoas presentes; por parte dos ruralistas, apenas o presidente do Sindicato Rural e um proprietário de terras. Os dois fizeram uso da palavra repetindo o mesmo discurso, que persistia no propósito de que, daquela forma nada seria feito. De forma tranquila, finalizou-se a audiência com alguns questionamentos e propostas que foram acatados e que seriam analisados pela equipe técnica. A Figura 5 exibe uma foto da audiência.

Figura 5 – Audiência Pública para criação do Refúgio de Vida Silvestre – RVS do Rio da Prata.



Fonte: Autoria própria, 2017.

No dia seguinte, 17 de novembro, seria debatida a criação do Refúgio de Vida Silvestre – RVS do Rio Formoso. Entretanto, no início dos trabalhos, a Secretária de Meio Ambiente relatou que fora informada que o Sindicato Rural teria recebido parecer favorável da justiça em outro Mandado de Segurança. Na sequência, o Presidente do Sindicato Rural chegou com o oficial de justiça para entregar o mandado à secretária, cancelando a audiência realizada no dia anterior e impedindo as demais.

O fato do oficial de justiça chegar acompanhado do representante do Sindicato Rural chamou muito a atenção dos presentes, assim como seu desdém para com o público presente. Tudo foi muito simbólico, mostrando quem mandava na “terra dos coronéis”. Infelizmente, as brechas da justiça e o poder econômico desse setor fizeram com que pessoas apaixonadas (ou iludidas) pela causa ambiental saíssem chorando daquele auditório.

Para a Secretária de Meio Ambiente, os proprietários não perceberam os benefícios financeiros que poderiam ter com a criação das UCs.

O problema não é a desapropriação, não precisa. E outra coisa, a lei já diz, tem a lei de 50 metros de Bonito e a lei estadual dos Rios Cênico, Formoso e Prata de 150m em que os 50 metros da margem não pode nada e nos outros 100 não pode agricultura mecanizada, então teoricamente eles não vão perder. Se eles já estão ali dentro, já estão errados, está faltando fiscalização e multa. Eles cegaram de uma forma que não viram o benefício que podem passar a ter, porque a partir do momento que se cria uma UC ele pode vender como cota de reserva legal, e eles não estão conseguindo enxergar isso; e o `Leleco` viu isso, tanto que ele jogou o banhado da fazenda dele inteiro, mais de 2000 ha. (VASQUES. Entrevista gravada. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016).

Realmente, a situação se tornou muito truncada, principalmente pela forma como os dois lados conduziram as coisas, e os entraves pessoais acabaram dificultando o processo, conforme relatou a Secretária de Turismo, Indústria e Comércio de Bonito.

É um processo um pouco tumultuado e talvez tenha faltado um pouco de comunicação, de ligar para as pessoas e chamar para conversar, fazer um grande fórum de debate. É aí que eu falo de não ter a politicagem, porque isso atrapalha demais, a partir do momento que começa a ter interesses pessoais e políticos sobrepondo ao que é realmente importante. Tem que ter muita seriedade, para você discutir um assunto tão sério, porque se você começa a envolver outras questões... Ah, eu tenho birra com o prefeito! Mas também pode ter sido uma falha da prefeitura a forma como começou, talvez tenha que recomeçar. Mas é bem preocupante, as Unidades de Conservação não vão salvar Bonito, se não tiver fiscalização, outras ações como o aterro, os córregos urbanos, as estradas vicinais que necessitam de um planejamento sério e consistente. (SALVADORI. Entrevista gravada. Bonito – MS, 18 de novembro de 2016).

A falta de comunicação aparentemente foi superada após a audiência do Ministério Público, pois foi acordado publicamente, entre sindicato e prefeitura, que a Secretária de Meio Ambiente seria a mediadora do debate; o representante dos ruralistas aceitou esta proposição. Contudo, de acordo com a mediadora, o acordo não se concretizou, e os proprietários continuaram não a recebendo para dialogar sobre a questão.

Para Nicholas Kaminski, Superintendente Executivo da Fundação Neotrópica do Brasil, responsável pelos estudos técnicos, foram tomados todos os cuidados possíveis, até na escolha da categoria que poderia gerar menos conflitos, não obrigando a desapropriação. Aparentemente, isso não foi suficiente.

A criação das UCs virou uma polêmica pela aversão do setor ruralista como um todo dentro deste contexto, porque o processo de criação seguiu todo o rito previsto em lei. Foram feitos os estudos e a ideia era apresentar para a comunidade. E os estudos foram até mais completos que de outras UCs. Levamos para discussão, foi feita a chamada pública com tudo que é previsto, só que esta aversão e judicialização do processo gerou todo este imbróglio.

(...)

Além da judicialização, teve o papel do Ministério Público se posicionando contra as UCs com um parecer totalmente descabido que gerou várias discussões na mídia, e depois voltou atrás dizendo que estava tudo certo com os estudos.

Agora, até onde a gente sabe, estão liberadas novamente as discussões. A possibilidade de consulta, no entanto, mudou o prefeito e a nova gestão provavelmente não vai tocar este projeto adiante; e depende do executivo para avançar. (KAMINSKI. Entrevista gravada. Bonito – MS, 20 de janeiro de 2017).

Esse processo em muito se assemelha à época de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, momento em que ruralistas, amparados pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) dispuseram de todas as artimanhas para impedir a criação da UC e ainda tentam, na justiça, reverter a criação do Parque. Segundo o Chefe do PNSB, a lembrança da criação do Parque contribuiu muito para repulsar a ideia de criação de mais UCs em Bonito¹⁷⁰. Em um país onde o Estado se faz cada vez menos presente, é inegável que forças econômicas e políticas de setores abastados desconsiderem completamente os direitos coletivos. Estamos aqui discutindo a questão ambiental, mas poderiam ser outras, como a indígena, reforma agrária, etc., ou seja, tudo aquilo que ameaça a propriedade privada acaba gerando movimentos contrários por parte outros interessados.

Mesmo com todos os impasses e contratemplos, os estudos foram feitos e estão à disposição da atual gestão, caso ela entenda que deva encaminhar a criação das Unidades de Conservação, ou simplesmente engavetar a proposta, e desconsiderar os valores investidos no processo de estudo e nas tentativas de implantação das UCs.

A não proteção destes ambientes pode significar aumento de sedimentos nos rios e, como vem acontecendo em períodos chuvosos, os passeios permanecerem fechados por dias, pelo turvamento da água dos rios. Em uma cidade, onde mais de dois mil empregos são ligados diretamente ao setor de turismo que depende da qualidade das águas para continuar atuando e gerando empregos, esse fato mereceria um pouco mais de seriedade dos envolvidos, pois gera mais de 50% dos empregos no município¹⁷¹.

Durante a entrevista, o chefe do PNSB Sandro Pereira, que já trabalhou na APA das Ilhas e Várzeas do Rio Paraná, chama a atenção para os banhados, as “joias” de Bonito e destacou que muitos não perceberam que as relações no privado possuem a lógica do mercado.

Mas eu acho que nós temos que arrumar algum meio de proteger os banhados que são as grandes joias do município de Bonito, que sustentam todo o desenvolvimento do turismo na região. Se você quebrar isso certamente vai influenciar na atividade turística, e muita gente não enxerga isso ainda. Os proprietários se apegam na ideia de que se eles protegeram até agora, para que criar UCs?

¹⁷⁰ Pereira (2017).

¹⁷¹ Dados do inventário turístico de Bonito e Região. OTB (2016).

(...)

O privado protege hoje, mas se adiante tem uma oportunidade de negócio para aquela área que vai gerar mais renda, talvez ele mude de ideia. Grifo nosso (PEREIRA. Entrevista gravada. Bonito – MS, 21 de janeiro de 2017).

É necessário criar regras, pois, com organização, é possível que todos desenvolvam suas atividades sem prejudicar os outros. Para isso, é necessário que se respeitem os limites legais e, sobretudo, o ambiente onde estão inseridos, pois, muitas vezes, ocorre de o agricultor vir de outra localidade, arrendar terras em Bonito/MS, e manter as mesmas práticas que tradicionalmente aplicava. Do mesmo modo, o Poder Público realiza obras em ambientes como os do Planalto da Bodoquena, sem os necessários estudos e planejamentos. Precisamos conhecer e entender Bonito/MS para que ele continue bonito para turistas e moradores.

Considerações Finais

O processo de transformação de áreas de interesse ambiental em UCs, na região da Serra da Bodoquena, tem se mostrado desgastante. Os detentores das áreas onde estas unidades se instalariam cegaram-se de tal maneira, que não percebem os benefícios que poderiam usufruir com a implantação de uma área de proteção em sua propriedade.

Primeiramente, observou-se que o processo de criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi bastante conturbado. Na ocasião, ruralistas e sindicatos ligados a esta categoria tentaram de todas as formas impedir a criação de uma UCs de Proteção Integral e, após sua criação, lutaram na justiça para anulá-la.

Neste segundo momento, verificou-se a tentativa da prefeitura buscar, por meio de estudos técnicos, a preservação de áreas que estão sendo “engolidas” pelas lavouras de soja/milho, os banhados do Rio Formoso e do Rio da Prata. A classe ruralista, por meio do Sindicato Rural, impediu o avanço do processo com uma série de medidas judiciais.

Após períodos de chuvas intensas foram veiculados, em jornais, fotos dos atrativos de Bonito e Jardim com as águas “vermelhas” de lama carregada pelas enxurradas, via áreas limítrofes aos rios ocupadas por lavouras e com má conservação dos solos. Nestes períodos, os representantes municipais e, até estaduais, vêm a público manifestar pesar e dizer que é preciso tomar medidas emergenciais.

Acreditamos que a manutenção da qualidade das águas e de todo o habitat desta região, dependem de medidas enérgicas, para além do discurso político. As atividades que

estão causando esta avalanche de sedimentos para os rios de águas límpidas, que sustentam o chamado “ecoturismo”, devem ser identificadas e notificadas como prevê a legislação.

A região da Serra da Bodoquena pratica o que chamamos de “agroecoturismo”, onde os proprietários de terras são “empresários do turismo”. Como as atividades seguem caminhos opostos em alguns casos, chega-se a este imbróglio, onde esses “empresários do turismo” não apoiam a criação de áreas que pretendem preservar a qualidade da água utilizada no seu próprio empreendimento turístico. Isto se dá pelo fato de que imaginam que sua fazenda será desapropriada, algo que sequer estava em cogitação, uma vez que a categoria prevista de UCs não exigia tal encaminhamento.

Os municípios localizados na Serra da Bodoquena, que exploram o turismo, necessitam criar mecanismos de proteção de nascentes, e áreas de banhados que controlem o nível e a qualidade das águas dos principais rios da região. Há risco de perderem o principal objeto do turismo e, ainda mais grave, a aniquilação de animais e plantas que dependem da qualidade e quantidade de água para se desenvolverem.

Dados apontam que, no município de Bonito, mais de 50%¹⁷² dos empregos dependem diretamente do turismo. Isso já seria um dado relevante para o poder público pensar em estratégias de curto, médio e longo prazo para rever atividades poluidoras e discipliná-las de acordo com a legislação vigente. Assim, a atividade que transformou Bonito na capital do ecoturismo poderia ser mantida.

Por fim, entendemos que é urgente a manifestação do Poder Público em relação a medidas que freiem o avanço da agricultura sobre as áreas remanescentes, faixas protegidas, margens dos rios e, mais importante, sobre banhados e terrenos úmidos responsáveis pela manutenção da qualidade hídrica da região.

Referências

- BATARCE, A. P. A. **Unidades de conservação e Produção do Espaço**. O Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Dourados-MS: UFMS, 2004. (Dissertação de Mestrado).
- BONITO. **Lei Orgânica do Município de Bonito**, Estado de Mato Grosso do Sul, 2013.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de conservação - SNUC**. Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

¹⁷² OTB, (2016).

FNB, Fundação Neotrópica do Brasil. **Criação de duas Unidades de conservação em Bonito, Mato Grosso do Sul.** (Convênio FNB-PMB Nº 010/2015): Bonito-MS, 2016.

KAMINSKI, N. **Entrevista gravada.** Bonito – MS, 20 de janeiro de 2017.

LOUBET, L. F. *et al.* **Projeto Formoso Vivo.** A aplicação do direito ambiental para a conservação da biodiversidade na bacia hidrográfica do rio Formoso em Bonito/MS. Disponível <http://www.fundacaoneotropica.org.br/downloads>. Acesso em: 12 jan. 2017.

MARTINS, J.S. **Capitalismo e tradicionalismo.** São Paulo: Pioneira, 1975.

MATO GROSSO DO SUL. **Lei nº 1.871, de 15 de julho de 1998.**

OLIVEIRA, I. A. de. **Gestão de conflitos ambientais: estudo de caso do entorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.** Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. (Tese de Doutorado).

OTB – Observatório de turismo e Eventos de Bonito – MS. **Inventário Turístico de Bonito e Região 2015/2016.** Bonito Convention & Visitors Bureau. Bonito, 2016.

PELLEGRINI, F. **Banhados de Bonito em perigo.** Correio do estado segunda-feira, 19 de setembro de 2016. Meio Ambiente. P.12

RIBEIRO, A.F.N. **DESAFIOS E CONFLITOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS: agricultura, turismo e apropriação da natureza.** Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS, 2017. (Tese de Doutorado)

RIBEIRO, A.F.N. **Unidades de conservação e reforma agrária: o social e o ambiental no parque nacional da serra da Bodoquena.** Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS, 2010. (Dissertação de Mestrado)

RODRIGUES, A.M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística, *in*: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.). **Turismo e meio ambiente.** Coleção Textos Didáticos. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 31(2), 1997.

SALVADORI, Juliane. **Entrevista gravada.** Bonito – MS, 18 de novembro de 2016.

VASQUES, Chris. **Entrevista gravada.** Bonito – MS, 18 de novembro de 2016.

O TURISMO NO PANTANAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Mara Aline Ribeiro

Amilton Luiz Novaes

Compreender a dinâmica territorial e o viver em terras pantaneiras compõe uma das especificidades científicas do Grupo Território e Ambiente – GTA, o qual, desde sua criação, analisa a organização e a reorganização do território. Pesquisar o Pantanal e suas vertentes corroboram na integralidade e multiplicidade do GTA, considerando a diversidade de linhas de pesquisa e uma rede de pesquisadores e pesquisadoras tidos/as como suporte teórico metodológico da investigação. No grupo, a interação e integração entre as mais variadas áreas e categorias do conhecimento geográfico, oferece a cada membro a segurança técnica e científica de profissionais comprometidos/as com as questões territoriais no estado de Mato Grosso do Sul.

Ao "navegar" por águas pantaneiras, é possível conhecer as transformações espaciais locais desde a década de 1970, conforme a proposta do GTA.

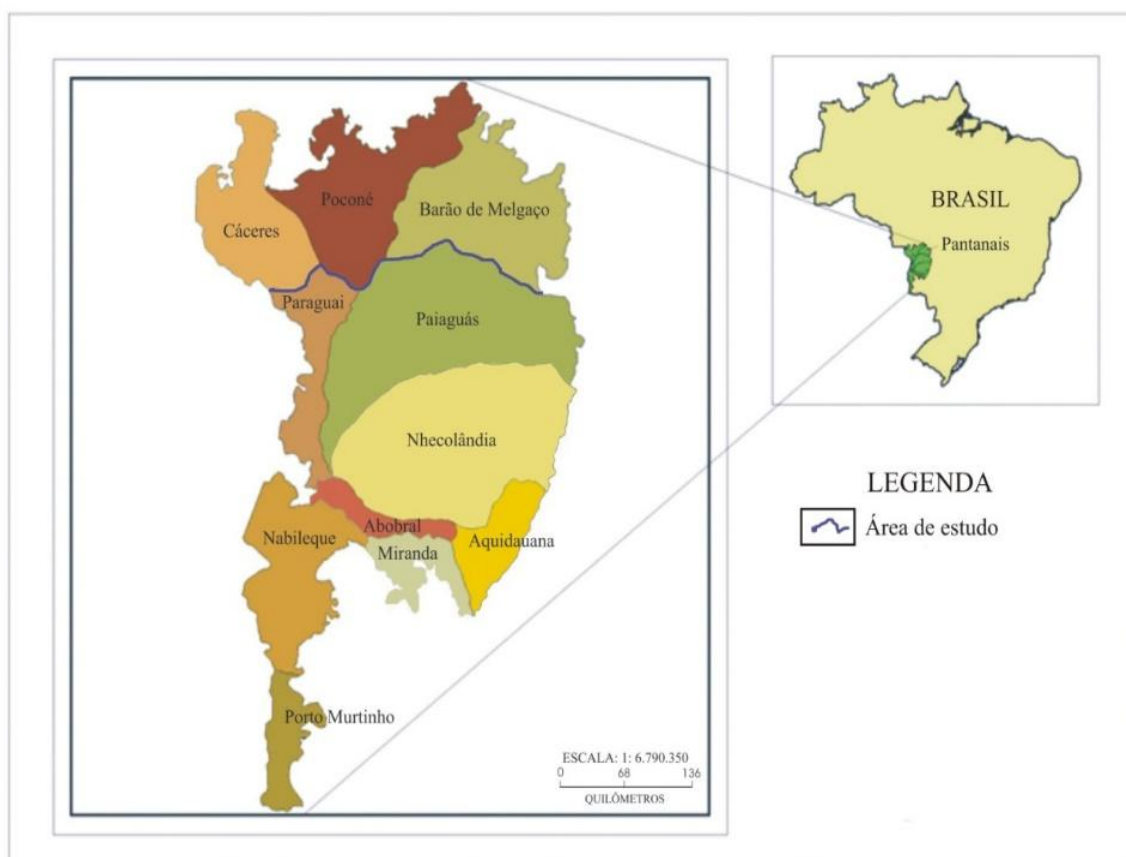
O Pantanal, objeto dessa investigação, possui mais de 150 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2020), conforme pode ser observado na figura 1, está distribuído em 11 subdivisões (SILVA; ABDON, 1998) que abarcam diferentes ambientes naturais e sociais.

A delimitação espacial deste trabalho se concentra ao longo da Estrada-Parque Pantanal¹⁷³, especificamente na região do Pantanal do Abobral. Esta foi escolhida por estar em uma região de fácil acesso, por dispor de um pequeno comércio, mas também por desenvolver a atividade turística, com uma movimentação representativa no turismo de pesca e contemplativo. Tais atividades influenciam na dinâmica social e econômica da localidade, porém sem sobrepor a principal atividade econômica do Pantanal, com cerca de duzentos anos: a produção bovina (ARAÚJO, 2009). Ademais, é possível observar

¹⁷³ Estrada-Parque é um Museu Permanente de Percurso que atravessa Unidades de Conservação ou áreas de relevante interesse ambiental e paisagístico, implantada com o objetivo de aliar a preservação ambiental ao desenvolvimento sustentável da região, através do fomento ao ecoturismo e às atividades de educação ambiental, de lazer e culturais. (FUNDAÇÃO S.O.S. MATA-ATLÂNTICA. **Estrada-parque: conceito, experiências e contribuições.** São Paulo, 2004. 60p).

características urbanas, tanto no setor econômico quanto nas relações sociais e culturais e, sobretudo, por ter sido “afetada” economicamente pela pandemia.

Figura 1 - O Pantanal e as sub-regiões internas.



Fonte: Araújo (2009).

Esse trabalho, sustentado em uma análise preliminar do turismo em tempos de pandemia, tem como delineamento temporal o ano de 2020, para entender como a pandemia da covid-19 tem afetado o Pantanal. Logo, o recorte é pontual, do momento do tempo presente que, sabe-se, recebe influência dos anos anteriores e o que acontece hoje ainda influenciará futuramente. Tal como se pode perceber que, desde o início do século XXI, houve um fortalecimento do turismo e da pecuária em pleno processo de modernização em terras pantaneiras (RIBEIRO, 2015). Isso se deu devido à expansão da rede de energia elétrica, o que ampliou e, para muitos, oportunizou o uso de equipamentos eletrônicos e o acesso à rede mundial de computadores na área de estudo. Os elementos indicados reforçam e justificam a importância dessa pesquisa, considerando que, nas últimas décadas, o desenvolvimento do turismo está alterando a dinâmica local frente ao impacto de algo inesperado e desconhecido: a pandemia da covid-19.

Desde a metade do século passado, o desenvolvimento do turismo está transformando a paisagem local, inserindo fixos e fluxos (SANTOS, 2010) e introduzindo novos/as sujeitos/as no Pantanal. A rotina social e econômica local se mantinha na mesma “toada”, com insignificantes alterações, até que, subitamente, nos primeiros meses de 2020, a pandemia da covid-19 promoveu abruptas mudanças na ordem mundial, alastrando-se rapidamente por todas as partes do planeta. Em um ambiente onde o rural e o urbano se convergem (pode-se dizer que as comunidades analisadas estão na fronteira entre o rural e o urbano) e, considerando-se a extensão mundial do coronavírus, esse capítulo tem como objetivo “analisar os aspectos rurais e urbanos na dinâmica do turismo no Pantanal em tempos de pandemia”.

Por se tratar de um estudo do tempo presente, a opção metodológica foi de uma abordagem exploratória analítica, com elementos fundamentalmente qualitativos, analisados sob a ótica da ciência geográfica. Os contextos considerados foram os do turismo, do movimento entre o rural e o urbano, da pandemia da covid-19, dentre outros. Além da revisão bibliográfica sobre as categorias elencadas, o referencial teórico de pesquisadores/as do Pantanal, foi essencial para a compreensão das especificidades da área de estudo. Há também a condição do autor e da autora, que se colocam na pesquisa enquanto observador/a participante da engrenagem social local, em uma dinâmica que possibilitou a aproximação com os/as sujeitos/as da investigação.

O ato de observar é um dos meios mais frequentemente utilizados pelo ser humano para conhecer e compreender as pessoas, as coisas, os acontecimentos e as situações. Observar é aplicar os sentidos a fim de obter uma determinada informação sobre algum aspecto da realidade. É mediante o ato intelectual de observar o fenômeno estudado que se concebe uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados (QUEIROZ *et al.*, 2007, p. 277).

Na ciência geográfica, o trabalho de campo se apresenta como um referencial analítico importante, porque constitui a experiência empírica das pessoas. Esse estudo teve duas etapas de pesquisa de campo, sendo a primeira presencial (pré-pandemia), no mês de dezembro de 2019 e outra virtual (após o início da pandemia), no mês de junho de 2020. O primeiro encontro foi de aproximação com o “viver pantaneiro”, enquanto que a segunda etapa se deu através da efetivação das entrevistas e de interação *on-line*.

Foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas sobre o modo de viver em um padrão rural e urbano e, também, acerca dos efeitos da pandemia na vida de homens e mulheres que vivem e produzem no Pantanal.

[...] os fatos sociais dificilmente podem ser tratados como coisas, pois são produzidos por seres que sentem, pensam, agem e reagem, sendo capazes, portanto, de orientar a situação de diferentes maneiras. Da mesma forma o pesquisador, pois ele é também um ator que sente, age e exerce sua influência sobre o que pesquisa (GIL, 2011, p. 05).

A compreensão dos aspectos que constituem o rural e o urbano, em meio a uma pandemia que assolou o mundo inteiro em curto período de tempo, (re)ordenou a dinâmica territorial e social na maior planície alagada do mundo.

A região pesquisada é fronteira e está localizada a, aproximadamente, 120km da fronteira, na divisa com a Bolívia. Com o avanço do capitalismo e com o processo de globalização, a região passou por transformações sociais, econômicas e culturais ao longo do tempo, tanto que foi possível observar que, nos dias atuais, as comunidades instaladas ao longo da Estrada-Parque Pantanal assumiram características que remetem à compreensão de um viver urbano, com novos sujeitos/as e novas funções (encontradas principalmente nas “cidades”).

A atual organização territorial e os elementos que a compõem nos instigam à alguns questionamentos: as comunidades locais se consideram urbanas ou rurais? A circulação de pessoas e de produtos colocam as comunidades na condição de urbanas? Quais os efeitos, como impactou, o que alterou, como as comunidades pantaneiras sentiram/vivenciaram a pandemia da covid-19? A prática do turismo parou nos períodos de fechamento de qualquer atividade que promovesse aglomeração, conforme determinação dos órgãos federais, estaduais e municipais? Como os/as trabalhadores/as do turismo sentiram as perdas de rendimento? Quantas pessoas foram infectadas pelo coronavírus?

Embrenhando pelo Pantanal em meio a pandemia da covid-19: alguns resultados e constatações.

Nota-se que a instalação estratégica das comunidades (às margens da Estrada-Parque Pantanal) as deixa suscetíveis às transformações estruturais de ordem social (RIBEIRO, 2015), econômica e espacial na vida das pessoas que ali vivem e produzem. Tais transformações são resultantes da modernização da pecuária de corte e da atividade turística e suscitaram o reordenamento territorial e facilitaram a inserção de elementos urbanos em um ambiente, a princípio, tipicamente rural.

O desenvolvimento do turismo desencadeou, ao longo da Estrada-Parque Pantanal, a instalação de pousadas, ranchos, barcos de pesca e, conseqüentemente, a entrada de

novos/as sujeitos/as na engrenagem local, dando origem a diferentes postos de trabalho, tais como: pilotoiros¹⁷⁴, pescadores¹⁷⁵, camareiras, diaristas, arrumadeiras, babás¹⁷⁶, marceneiros, artesãos, serralheiros, cozinheiras, entre outros. Algumas dessas profissões já se encontravam disponíveis nas comunidades, mas precisaram ser ampliadas e outras passaram a ser requisitadas. Para atender à demanda, foram conduzidos trabalhadores/as de outras regiões do estado e do país.

Com o aumento da movimentação de pessoas, maior quantidade de moradores nas comunidades e aumento no fluxo de turistas, o capital “criou a necessidade” de fomentar o comércio local para atender aos/às moradores/as, que por ali já se encontravam, ou que se instalaram de forma irregular e precária, entre palafitas construídas de madeira, papelões e plásticos. O rearranjo espacial para a circulação de mercadorias, contou com empreendimentos comerciais dos mais variados produtos que instigam a compreender a dinâmica da população local em viver a contradição entre ser urbano, ser rural, ou ser ambos.

Uma das comunidades ribeirinhas, denominada de Passo da Lontra, instalada às margens do Rio Miranda, conta com “fixos” que eram tipicamente atribuídos ao espaço urbano. Dentre estes, pode-se citar: acesso à internet, utilizada para lazer e estudos (adultos/as podem fazer cursos na modalidade à distância); coleta quinzenal de resíduos secos; e atendimento médico, odontológico e jurídico periódicos, tanto nas instalações da Base de Estudos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, que desenvolve projetos de extensão e pesquisa, quanto nas embarcações da Marinha do Brasil. Além disso, a uma distância de, aproximadamente, dez quilômetros, as pessoas têm acesso ao transporte rodoviário pela BR-262, o que lhes permite chegar a Campo Grande (310 km), Corumbá (130 km) e Miranda (110 km). É importante destacar que se tratam de exemplos de infraestrutura, sem necessariamente atribuir qualidades às condições de funcionamento e periodicidade das mesmas.

O avanço do capitalismo no mundo moderno e o processo de globalização acabaram por alterar o viver pantaneiro nos primeiros anos dessa década, desafiando pesquisadores/as a compreender a forma como o rural se conecta e se relaciona com o

¹⁷⁴ Referência aos homens e às mulheres que pilotam os barcos.

¹⁷⁵ Profissionais que acompanham os turistas na prática do turismo de pesca.

¹⁷⁶ No texto, babás têm duas referências: profissionais que cuidam dos/das filhos/filhas dos hóspedes enquanto os/as pais/mães estão em roteiro turístico e às pessoas que cuidam dos/das filhos/filhas dos/das trabalhadores/trabalhadoras do turismo.

urbano, a partir da reorganização espacial e da instalação de elementos característicos da cidade. Dentre essas alterações, foi possível constatar a existência de conveniências, bares, restaurantes, pousadas, escola, internet, computadores, energia elétrica, juntamente com os estabelecimentos para a comercialização de mercadorias tipicamente encontradas em ambiente urbano, tais como: produtos de beleza, roupas masculinas, femininas e infantis, bebidas, artesanatos, doces e chocolates. Estes preceitos caracterizam os/as moradores/as como uma comunidade “urbana”.

Nesses espaços compartilhados entre diferentes sujeitos/as, culturas e interesses e, ainda, visando atender às necessidades (ou desejos), sejam “novas” ou não, gerados/intensificados pelo processo que tais comunidades passaram nos últimos anos, o capital, impulsionado pela globalização e pela tecnologia, dinamizou o pequeno comércio local. Este é apresentado como uma modalidade econômica de suporte, tanto à atividade turística quanto à pecuária, servindo como uma alternativa para a geração de emprego e renda, resultando ainda mais na invisibilização das diferenças entre cidade e campo.

Evidentemente, não é exclusividade das comunidades estudadas; porém, devemos considerar que os/as moradores/as, a partir do acesso à internet, passaram a ter ao “alcance das mãos” a possibilidade de compras *on-line*. Este tipo de comercialização afetou a dinâmica comercial local, ampliando a concorrência entre alguns dos estabelecimentos ali instalados. No entanto, certamente possibilita o acesso a diversos produtos, máquinas, equipamentos, tecnologias, etc. que normalmente não estariam disponíveis localmente.

É bem verdade que as compras realizadas pela internet não ocorrem, em tais comunidades, da mesma forma que aquelas praticadas por moradores das cidades, até porque os “caminhos” não têm registro de Código de Endereçamento Postal (CEP), elemento identitário tipicamente urbano. Todavia, ainda assim, os/as sujeitos/as que habitam tais comunidades realizam compras *on-line* utilizando-se de suas redes de contato (em geral familiares ou amigos) em cidades próximas de onde residem, tornando-os entrepostos¹⁷⁷ para as entregas.

Desde os anos 70 do século passado, a dicotomia entre o urbano e o rural vem sendo discutida no Brasil, sobretudo, pelos estudiosos da Geografia, como, por exemplo

¹⁷⁷ Os moradores das comunidades pantaneiras fazem suas compras pela internet colocando como endereço de entrega algum local nas cidades próximas (Aquidauana, Corumbá ou Miranda). Após recebida a encomenda, quando alguém da comunidade se desloca para tais cidades, pode levar a encomenda. Os produtos também podem ser despachados pelos ônibus intermunicipais até o posto de policiamento florestal (que fica relativamente próximo às comunidades) para que lá seja retirado.

Bicalho (1998), Miglione e Pugliese (1987), além de Carlos (2008). Nos dias atuais, porém, levam-se muito mais em consideração as questões humanas e suas multifacetadas relações (MIGLIONE; PUGLIESE, 1987). Percebe-se que as relações entre a cidade e o campo se intensificaram a tal ponto que se fala de “urbanização do campo” (ARAÚJO, 2009) com o aparecimento de instrumentos e características da cidade no campo.

Desta forma, entende-se que as demarcações rígidas utilizadas para determinar (ou classificar) o que é rural ou urbano, “no qual os perímetros urbanos (e os rurais, por exclusão) são delimitados por decisão legislativa dos municípios” (IBGE, 2017), não se encaixam na dinâmica das comunidades analisadas. Nesse sentido, Silveira (2006, p. 82) aponta que, anteriormente, “os limites eram fixos e a vida, circunscrita aos lugares” e tais linhas eram traçadas em função da natureza, algo que se percebe muito particular no caso do Pantanal. Mas, a mesma autora ainda reforça que, com o passar do tempo, os limites “tornaram-se uma construção política” (SILVEIRA, 2006, p. 82), mas não como as definições de perímetro nos municípios¹⁷⁸.

Existem diferentes estudos sobre a relação entre o rural e o urbano em construção desde o século passado. A partir dos anos 2000, as correntes teóricas metodológicas da sustentabilidade e da multifuncionalidade começaram a se destacar, e as ideias, de alguma forma, se cruzaram. Para um grupo de pesquisadores/as a análise se respalda na conexão entre autoridade e dependência, enquanto que outros a compreendem a partir da complementariedade (ARAÚJO, 2009).

Sendo assim, é possível observar a urbanização do rural e, até mesmo, uma valorização da ruralização do urbano¹⁷⁹, principalmente a partir da inserção de elementos que transitam em ambos espaços. Dentre eles, podemos citar o uso das caminhonetes, a maneira de se vestir e de se falar típicas de ambientes rurais, que transportam a dinâmica e os símbolos do campo para a cidade e, ao mesmo tempo, leva o urbano para o rural. Exemplo disso é a expansão da rede de energia elétrica, que possibilitou a ampliação do uso de equipamentos eletrônicos, dentre eles a televisão, o computador, o acesso à internet, o forno de micro-ondas, os aparelhos de telefonia móvel, etc. Tanto que, do ponto de vista

¹⁷⁸ Com isso não se quer dizer que as decisões e delimitações das câmaras de vereadores dos municípios, ao aprovar e determinar o perímetro urbano não seja uma decisão política.

¹⁷⁹ Na relação entre o rural e o urbano, o primeiro era sempre visto como atrasado e o segundo o moderno, acarretando em uma desvalorização dos aspectos que caracterizavam o rural. A pandemia da covid-19, intensificou a valorização que já ocorria de aspectos do rural no cotidiano da vida urbana.

tecnológico, é possível ter à disposição os mesmos recursos tanto em ambientes urbanos quanto rurais.

Na relação de autoridade e dependência, uma análise simplificada conduz para a compreensão do rural como dependente do urbano, em função de todo aparato científico e tecnológico produzido na cidade, representados pela fabricação de insumos, de máquinas e de equipamentos. Em contraponto, o urbano precisa dos alimentos vindos do campo, caracterizando uma relação de complementariedade. Trata-se de uma perspectiva diferente das concepções anteriores da relação urbano/rural, pois é importante:

[...] considerar o espaço rural em interação com o urbano; ambos se integram e se complementam, seguindo um *continuum* na forma e densidade da ocupação e no uso e na troca de recursos, refletindo uma maior integração rural-urbana em áreas próximas a grandes centros urbanos e gradativamente menor na passagem para espaços tipicamente rurais, [...] (BICALHO, 2014, p. 15).

Sobre a representação simbólica do campo, o sentido de lugar, a territorialidade e os vínculos das comunidades ribeirinhas estão construídos no rural; a despeito das mazelas comumente reproduzidas pelos processos de analfabetismo, de precariedade da moradia, de educação, de saúde e de saneamento básico serem assustadoras e, muitas vezes, desumanas. Porém, essa relação com o campo é facilmente rompida pela evolução dos processos de urbanização, alterando a estrutura cultural que está em constante movimento de repensar, de reconectar e de absorver coisas novas. Afinal, os problemas trazidos pela modernização conservadora (ditadas pelas forças hegemônicas) se mantêm até os dias atuais, mesmo com o avanço dos aspectos de “urbanidade” em tais comunidades.

Nesse sentido, é importante considerar/destacar o perfil agrário exportador do Brasil (em especial o do Estado de Mato Grosso do Sul, onde está localizado o Pantanal do Abobral) que avança na perspectiva tecnológica, mas retrocede nas relações sociais de produção; isso tanto no rural quanto no urbano e em lugares como as comunidades estudadas que apresentam características tanto urbanas quanto rurais.

Embora a definição de cidades já tenha sido extensamente discutida no âmbito acadêmico, o Brasil ainda não possui nenhuma legislação para definir o que é cidade, vila, povoado ou qualquer outro conglomerado com ou sem características urbanas. A identidade territorial é capaz de separar ou unir os territórios previamente estabelecidos, logo, é importante entender o modo de pensar da população para estabelecer planos de ação junto ao Estado para promover ações mais efetivas em localidades instaladas fora do chamado limite urbano.

Indiferente às delimitações entre o rural e o urbano, a pandemia da covid-19, leva as pessoas a reinventarem formas de sobrevivência em uma sociedade que se mostra, a cada dia, mais desigual e frágil diante do desconhecido. A falta de informação (algo comum nesse contexto de pandemia) e de um direcionamento político-administrativo promoveu transformações avassaladoras em maior ou menor grau na vida de brasileiros e brasileiras, inclusive de quem vive e produz no Pantanal. Sim, constatou-se que a pandemia alcançou terras pantaneiras e, além dos estragos na saúde física e mental das pessoas, atinge de forma destruidora a organização econômica local. O desconhecido é invisível e, às vezes, inacreditável, tanto que muitas pessoas o negam.

De forma repentina, simplesmente, “parou tudo”: pousadas e ranchos de pesca fechados, sem turistas, sem circulação de pessoas e mercadorias; e o que restou aos/às trabalhadores/as que tinham na atividade turística a renda familiar? Como as pousadas poderiam manter seus/suas empregados/as se, historicamente, as relações trabalhistas no Pantanal são referendadas por acordos verbais entre patrões e empregados? Como as pessoas teriam acesso ao Auxílio Emergencial “disponibilizado” pelo Governo Federal se vivem em localidades distantes das cidades, que não contam com nenhum totem de caixa eletrônico para, caso conseguissem o recurso, retirar o dinheiro? O/A leitor/a deve estar imaginando se essas pessoas são invisíveis? De algum modo, pode-se afirmar que sim; tal como o coronavírus, elas são invisíveis aos olhos dos políticos e das políticas públicas.

O que todos temiam, acabou acontecendo: o coronavírus se alastrou por todos os espaços e, em março de 2020, o (des)Governo Federal declarou por meio da Portaria nº 454, de 20 de março de 2020, que o país se encontrava em “estado de transmissão comunitária¹⁸⁰ do coronavírus (covid-19)” (BRASIL, 2020). Com isso foi “solicitado” que houvesse a interrupção de diversas atividades não essenciais e, também, que fosse evitada a circulação de pessoas.

Essa determinação federal, teoricamente, teria interrompido as atividades turísticas e hoteleiras nos primeiros meses da pandemia. Oficialmente, as pousadas e ranchos de pesca que margeiam a Estrada-Parque Pantanal interromperam o funcionamento. No entanto, em conversas com funcionários/as dos estabelecimentos hoteleiros e trabalhadores/as autônomos/as do turismo na região, as atividades efetivamente não pararam nas localidades estudadas.

¹⁸⁰ “A transmissão comunitária é uma modalidade de circulação na qual as autoridades de saúde não conseguem mais rastrear o primeiro paciente que originou as cadeias de infecção, ou quando esta já envolve mais de cinco gerações de pessoas” (VALENTE, 2020).

Constatou-se que houve uma diminuição da demanda, mas não um completo fechamento das pousadas. As próprias medidas governamentais, desde o início da pandemia, visaram adotar normas restritivas e não impeditivas ao funcionamento dos hotéis, pousadas ou barcos-hotéis. Cita-se, como exemplo, o caso do município de Corumbá que determinou, em 17 de abril de 2020, que os “hóspedes recém-chegados [...] ainda que assintomáticos” ficassem em “isolamento por 7 (sete) dias”, o que era válido também para os barco-hotéis (CORUMBÁ, 2020). Já o Governo do Estado, em 19 de março de 2020, por meio do Decreto nº 15.396, recomendou que a população evitasse aglomeração e reduzisse o contato social (MATO GROSSO DO SUL, 2020).

A despeito da linha tênue que classifica o rural e o urbano, e a flexibilização entre ambas categorias no Pantanal, a impressão é que a pandemia não “chegou” às comunidades pantaneiras, na delimitação espacial da análise, nos mesmos padrões que impactou nas cidades. Segundo um pantaneiro trabalhador no setor do turismo, na comunidade do Passo da Lontra, nenhum/a morador/a foi infectado/a pelo coronavírus; ele ainda garante que “uma pousada fechou, mas já abriu, e as outras funcionaram normal [sic]”.

Sendo assim, entende-se que o fechamento temporário de aeroportos e rodoviárias¹⁸¹ não impediu a circulação de pessoas motivadas pelo lazer. Tampouco houve fiscalização eficiente e rigorosa ao longo da Estrada-Parque Pantanal que dá acesso às pousadas e aos ranchos de pesca. Logo, há uma contradição entre a fala do pantaneiro e as informações dos órgãos oficiais do turismo.

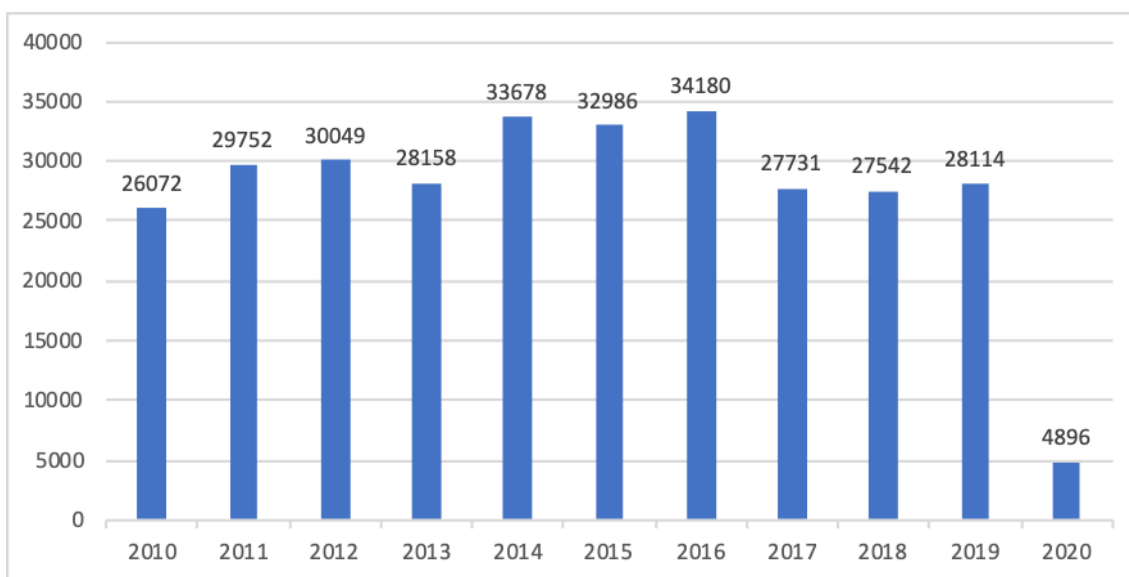
No Brasil há muitos meios de hospedagem que fecharam as portas em definitivo. No Estado ainda não temos notícias disso, mas há empresas agonizando na região do Pantanal, como pousadas, hotéis-fazenda e barcos-hotéis (entrevista do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis em Mato Grosso do Sul - ABIH-MS, ao jornal Correio do Estado, CAMPOS JR., 2020).

Em se tratando dos aeroportos, fica evidente o impacto da pandemia ao comparar o fluxo de passageiros nos aeroportos de Mato Grosso do Sul. A despeito de, nos períodos anteriores, o fluxo aéreo não ter sido exclusividade do turismo para o deslocamento de turistas de regiões mais distantes, o transporte aéreo era uma importante opção para chegar ao Pantanal. O próprio aeroporto de Corumbá tem como característica, inclusive em aspectos visuais, ser projetado/preparado para receber turistas e, segundo um secretário municipal de Corumbá, é o perfil da maioria dos passageiros que ali embarcam e desembarcam (NOVAES, 2019).

¹⁸¹ O fechamento das rodoviárias ficou a critério de cada prefeitura, não houve uma determinação que fosse comum para todo o território estadual.

A relação do turismo com o transporte aéreo pode ser alvo de uma pesquisa específica (deixamos como sugestão para futuros trabalhos) pois, tal como aponta Bettini (2007, p.47), “pode servir como estímulo à realização de negócios e de turismo”. Para essa análise, consideraremos os aeroportos de Campo Grande e de Corumbá, como sendo os principais pontos de fluxo de turistas para o Pantanal (NOVAES, 2019). A Figura 2 apresenta movimentação anual de passageiros entre os anos de 2010 e 2020 (somente até o mês de julho do corrente ano) para o Aeroporto Internacional de Corumbá.

Figura 2 – Movimentação de passageiros por ano entre os anos de 2010 e 2020* no Aeroporto de Corumbá



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados do portal Hórus (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, SAC, 2020). *Os dados de 2020 referem-se somente aos meses de janeiro a março.

Pode-se verificar que a redução é significativa no ano de 2020, mesmo se comparada ao ano de menor movimentação (2010), ainda que se leve em consideração que foram poucos os meses contemplados neste ano. Se, para os gestores deste aeroporto, o mesmo pode ser caracterizado como uma porta de entrada para o turismo no Pantanal (NOVAES, 2019), pode-se dizer que, no ano de 2020, esta porta esteve “praticamente” fechada.

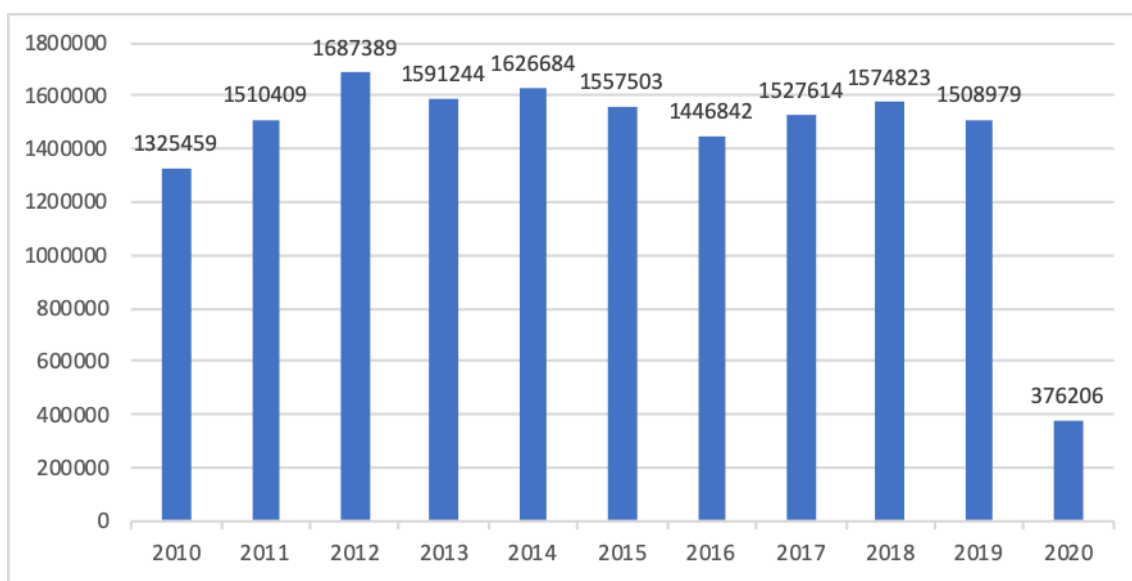
Os registros apresentam embarque e desembarque de passageiros somente nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020, reforçando a contradição apresentada anteriormente, e evidenciando que se o fluxo de turistas está “normal”, como dito nas palavras de um pantaneiro trabalhador do setor em uma das comunidades estudadas: as pessoas continuam se deslocando, por vias terrestres. Evidentemente, não se tem

conhecimento da proporção de turistas que chegam por vias aéreas para saber o quão significativo é esse impacto. Todavia, não se trata do objetivo deste trabalho, mas, pode-se constatar como a pandemia afetou o transporte aéreo no Pantanal.

Ao analisar a média mensal de movimentação de passageiros de todos os meses entre 2010 e 2019, com os meses de 2020, a redução foi de, aproximadamente, 72%. Mesmo que sejam considerados somente os meses com embarques e desembarques, de janeiro a março de 2020, sua média já revelava uma redução de mais de 34%. Sendo assim, mesmo antes da interrupção dos voos para Corumbá, o fluxo de passageiros era menor em cerca de 1/3 do que a média dos últimos 10 anos.

Os impactos da pandemia não foram distintos na movimentação de passageiros no Aeroporto Internacional de Campo Grande, como está apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Movimentação de passageiros por ano entre os anos de 2010 e 2020* no Aeroporto de Campo Grande



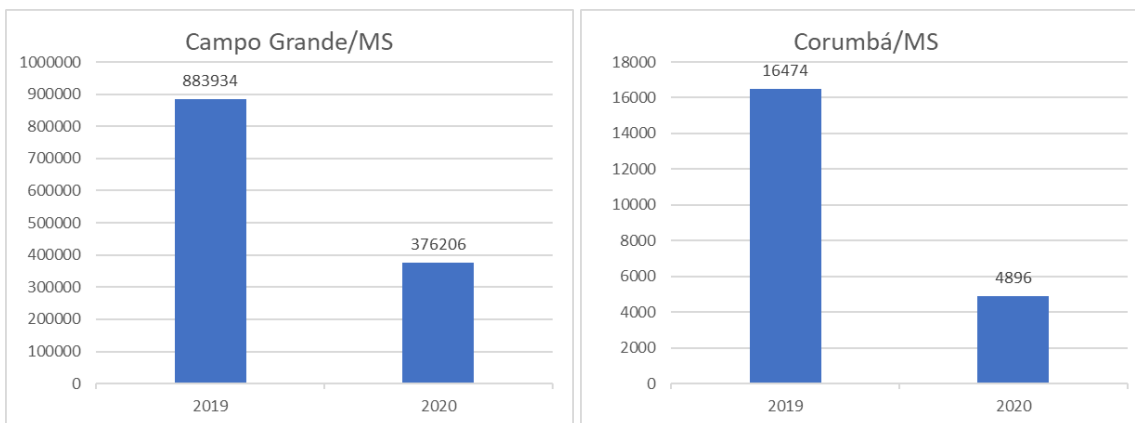
Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados do portal Hórus (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, SAC, 2020). *Os dados de 2020 referem-se somente aos meses de janeiro a julho.

Tal como no aeroporto de Corumbá, em Campo Grande a redução foi bastante significativa na quantidade de passageiros embarcando e desembarcando no ano de 2020, quando comparado aos 10 anos anteriores. Diferentemente de Corumbá, Campo Grande não ficou sem movimentação em nenhum dos meses do ano vigente, admitindo a possibilidade de que alguns turistas tenham acessado o Pantanal, chegando ao Estado por este aeroporto e se deslocando por vias terrestres. No comparativo das médias mensais,

considerando todos os meses de 2010 até 2019, com os meses de janeiro a julho de 2020, a redução no fluxo de passageiros no aeroporto de Campo Grande foi de 58%.

Para melhor compreender os impactos provocados pela pandemia da covid-19 no fluxo de passageiros nos dois aeroportos selecionados, a Figura 4 apresenta os dados dos sete primeiros meses do ano de 2019 e de 2020.

Figura 4 – Movimentação de passageiros nos meses de janeiro a julho dos anos de 2019 e 2020 nos Aeroportos de Campo Grande



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da base de dados do portal Hórus (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, SAC, 2020).

Os dados podem ser comparados por se tratar dos anos mais recentes, fugindo à ideia de comparação de um comportamento isolado. Assim, tem-se que a movimentação no ano imediatamente anterior poderia se repetir, não fosse a pandemia. Sabe-se que os dados e as comparações apresentadas nas figuras anteriores, e em suas análises, também são ilustrativas para uma avaliação preliminar dos impactos no fluxo de passageiros e, conseqüentemente, no desdobramento para o turismo. Nota-se, na Figura 4, que a movimentação reduziu-se em mais da metade em Campo Grande (mais de 57%) e para menos de um terço em Corumbá (redução superior a 70%).

Sabe-se que o setor turístico é retrátil e que, possivelmente, estará dentre aqueles que acumularão maiores perdas econômicas e de postos de serviços, além de ser uma das últimas atividades a retomar plenamente suas operações. Informes nacionais e internacionais dão conta de que o número de viajantes estagnou em 2020, com a frota aérea no chão. Certamente, o turismo no Pantanal sentirá muito essa retração.

O turismo é, certamente, um dos setores mais afetados pela crise econômica advinda do covid-19. De acordo com projeções da Organização Mundial do Turismo (OMT), cerca de 120 milhões de empregos estão ameaçados e estima-se uma perda de mais de 900 bilhões em exportações (TURISMOSPOT, 2020).

Entende-se que a circulação de turistas ficou restrita (apesar dos relatos locais) e, pode-se dizer que, quanto maior a distância de origem, menor a probabilidade do deslocamento de pessoas para realizar turismo. Por isso, acredita-se que os turistas nacionais e estrangeiros, responsáveis por parte da dinâmica econômica local, não chegarão às terras pantaneiras (pelo menos não com o mesmo fluxo pré-pandemia). Nesse sentido, seria importante considerar uma proposta de investimento em marketing e propaganda, que valorize e desenvolva o turismo regional, que exige pequenos deslocamentos e tem sido uma alternativa em países da Europa.

O foco turismo regional, por exemplo, é uma orientação apontada pela OMT que será, certamente, fortalecida ao menos no curto prazo. Isso porque as viagens com deslocamentos mais longos ficarão comprometidas (e menos frequentes) até que se tenha vacina ou tratamento efetivo contra a doença e isso acarretará no aumento da demanda por viagens curtas, realizadas com carro próprio (TURISMOSPOT, 2020).

O fluxo na Estrada-Parque Pantanal é de turistas que adentram a região em veículo próprio, se hospedam nas pousadas, ou utilizam a prática do *day use*. Esse público não “sustenta” o turismo no Pantanal, porque a população do estado não foi incentivada a conhecer o Pantanal, apesar de que, historicamente, são turistas estrangeiros/as e brasileiros/as da região sudeste do Brasil que visitam as terras pantaneiras. Com isso, os efeitos econômicos da pandemia serão imensamente sentidos na delimitação espacial da pesquisa.

A gestão da pandemia no Pantanal entra em conflito com as recomendações de distanciamento social da Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter a propagação do vírus. A princípio, manter-se em um meio rural, oportunizaria a manutenção da atividade turística em funcionamento. Isto se daria, também, em função da necessidade humana de retorno ao ambiente natural, sobretudo considerando o longo período de isolamento ao qual a população mundial está se submetendo.

Os efeitos psicológicos do confinamento social desde março de 2020, resplandecem em decisões, algumas vezes inconsequentes, de efetuar pequenos deslocamentos pelo interior do estado de Mato Grosso do Sul, para fugir da angustiante “realidade” urbana, da sensação de perda da liberdade.

[...] soma-se o estridor de comerciantes em geral, direta ou indiretamente relacionados à economia do turismo, como prestadores de serviços de hospedagem, de alimentação, de lazer, entre outros, todos ávidos por retomar suas atividades, que são, em grande parte dos casos, seu único meio de sobrevivência (CRUZ, 2020).

E assim, entre cheias e vazantes, queimadas e pandemia, urbano e rural, turismo e pecuária, o Pantanal e as gentes pantaneiras (homens, mulheres e crianças que ali vivem e produzem) se reorganizam territorialmente em uma região cheia de contrastes e contradições econômicas, sociais e culturais.

Considerações Finais

As convergências e o movimento entre o rural e o urbano nas comunidades do Pantanal também podem ser compreendidos como resultados de eventos. Estes, de acordo com Milton Santos (2009), operam as ligações entre aqueles ocorridos em determinada localização e com a história em movimento, sendo que cada “evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo” (SANTOS, 2009, p. 108). No Pantanal, ocorreram diversos eventos que foram transformando as comunidades e os/as sujeitos/as do local. Dentre eles, destacamos a chegada da energia elétrica, a incorporação do turismo como atividade econômica e, mais recentemente, a pandemia da covid-19. Esses movimentos refletem o que Silveira (2006, p. 88) aponta: “são os eventos que transformam as possibilidades”; em existência, todavia, “não são alheios nem indiferentes ao que existe”.

As discussões sobre os temas “rural” e “urbano” sempre permearam os estudos da Geografia, com adaptações e compreensões, conforme o momento histórico e social vivenciado. Essa temática também está referenciada na percepção capitalista vigente e no avanço do processo de globalização, da ciência e da tecnologia que constituem fatores de ressignificação social, econômica e cultural.

Um dos elementos promotores das transformações é a incansável busca por emprego que, ao reorganizar o viver das pessoas, promove movimentações humanas para, assim, garantir a manutenção no mercado de trabalho, tornando-as reféns dos ditames da totalidade mundo.

A saga pela garantia do chamado “futuro melhor”, leva pantaneiros e pantaneiras para a cidade. Porém, com o passar do tempo, as expectativas, principalmente, em relação aos estudos, não se concretizam. O desemprego se torna real e uma das opções para sobrevivência é o retorno ao campo. Aqueles que optam pela vida na cidade e não possuem formação técnica para se inserirem no mundo do trabalho formal urbano, acabam se sujeitando ao emprego informal e precarizado. O processo de regresso ao campo está

relacionado às desilusões urbanas, sobretudo, à falta de emprego e de identificação com a rotina urbana.

Sendo assim, os/as moradores/as das comunidades pantaneiras são a expressão máxima da complementariedade e da flexibilidade na engrenagem mundial, pois recebem as interferências econômicas, sociais e culturais, inclusive, das excepcionalidades transformadoras da dinâmica territorial e ambiental como, por exemplo, a pandemia da covid-19. Nesse universo, a invisibilidade das comunidades pantaneiras diante do, também invisível coronavírus, as mantém como reféns dos ditames do Estado, na promoção de ações efetivas de suporte à saúde e à economia de uma população historicamente oprimida, e longe dos olhares das políticas públicas de proteção da dignidade humana.

Referências

ARAÚJO, A. P. C. **Do espaço vivido ao sonho construído: identidade territorial e turismo na estrada parque Pantanal (MS)**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS, nº 9, Ano 6, Maio 2009.

BETTINI, H. Um retrato da aviação regional no Brasil. **Journal of Transport Literature**. v.1, n.1. p. 46-65, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Humberto_Bettini/. Acesso em: 24 ago. 2016.

BICALHO, A. M. S. M. Sustainable Metropolitan Agriculture In Brazil. *In*: I.R. Bolwer; C. Bryant; P.P.P. Huigen. (Org.). **Dimensions on Sustainable Rural Systems**. 1 ed. Groningen, Holanda: Netherlands Geographical Studies, 1998, p. 97-104.

BICALHO, A. M. S. M. Espaço rural contemporâneo: perspectivas teórico-metodológicas. *In*: ARAÚJO, A. P. C.; VARGAS, I. A. (Org.) **Dinâmicas do rural contemporâneo**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

BRASIL. **Portaria nº 454, de 20 de março de 2020**. 20 mar. 2020. nº 454. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587>. Acesso em: 16 set. 2020.

CAMPOS JR, R. Em crise, setor de hotelaria demitiu 150 em Mato Grosso do Sul. **Correio do Estado**. p. on line, Campo Grande, MS. 16 abril 2020. Disponível em: <https://correiodoestado.com.br/economia/em-crise-setor-de-hotelaria-demitiu-150-em-ms/370753>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. 1. ed. 1. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2008.

CORUMBA. **COVID-19: Prefeitura regulamenta medidas de prevenção por hotéis, pousadas, barcos-hotéis**. 18 abril 2020. Disponível em: <https://www.corumba.ms.gov.br/2020/04/COVID-19/>. Acesso em: 20 set. 2020.

CRUZ, R. C. A. **O grito de independência de turistas pelo mundo e no Brasil**. 14 set. 2020 Disponível em: <https://diplomatie.org.br/o-grito-de-independencia-de-turistas-pelo-mundo-e-no-brasil/>. Acesso em: 14 set. 2020.

- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. (6 ed.). São Paulo: Atlas, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Brasil em síntese**. 2020 Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/territorio.html>. Acesso em: 10 set. 2020.
- IBGE, I. B. DE G. E E. (ORG.). **Classificação e Caracterização dos Espaços Rurais e Urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 15.396, de 19 de março de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.coronavirus.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/DECRETODE-19-DE-MAR-2020.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.
- MIGLIONE, E. PUGLIESE, E. **A difícil delimitação do urbano e rural**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 1987.
- MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA; SAC, Secretaria Nacional de Aviação Civil. **Movimentação/Dados Completos**. 2020. Disponível em: <https://horus.labtrans.ufsc.br/gerencial/#Movimentacao/DadosCompletos>. Acesso em: 20 set. 2020.
- NOVAES, A. L. **Política de indução ao transporte aéreo regional, desenvolvimento e integração em Mato Grosso do Sul**. Tese de Doutorado. Dourados, MS: UFGD, 2019.
- QUEIROS, D. T.; VALL, J.; SOUZA, Â. A.; VIEIRA, N. F. **Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações**. Revista Enfermagem, 15(2), 276-283, 2007. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-14792/>. Acesso em 07 set. 2020.
- RIBEIRO, M. A. **Entre cheias vazantes: a produção de geografias no Pantanal**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed., 5. reimpr ed. São Paulo, SP: Edusp, 2009.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. **Revista Pesquisa Agropecuária Brasileira**, 33(13), 1998, p. 1703-1711. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/5050/7203>.
- SILVEIRA, M. L. O Espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**. n. 19, p. 81-91., 30 dez. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73991>. Acesso em: 24 maio. 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73991>.
- TURISMO SPOT. **Recomendações da OMT para a recuperação do setor turístico**. Disponível em: <http://turismospot.com.br/recomendacoes-da-omt-para-a-recuperacao-do-setor-turismo/>. Acesso em: 04 jun. 2020.
- VALENTE, J. COVID-19: governo declara transmissão comunitária em todo o país. **Agência Brasil**. Brasília, DF. 20 mar. 2020. Saúde. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-03/COVID-19-governo-declara-transmissao-comunitaria-em-todo-o-pais>. Acesso em: 16 set. 2020.

TRAJETÓRIAS DO IDEÁRIO DE NATUREZA E SEUS REFLEXOS NO TURISMO CONTEMPORÂNEO¹⁸²

Heros Augusto Santos Lobo

Introdução

O ideário de natureza é uma concepção de base cultural, que muda essencialmente de sociedade para sociedade, em função de aspectos de sua trajetória histórica e dos significados de sua relação com o meio que habita. Diferenças significativas podem ser percebidas entre sociedades de povos tradicionais com vida integrada ao meio natural – sim, eles ainda existem! –, alguns povos orientais – para os quais muitos elementos que compõem a diversidade natural possuem também significado espiritual – e o modelo capitalista ocidental dominante – onde quer que ele se manifeste. Estas diferenças foram sendo desenvolvidas e acentuadas ao longo dos séculos, partindo de um impulso significativo após a revolução industrial e sua consequente urbanização espacial e alienação do tempo ao trabalho.

Em paralelo e, quase no mesmo período, se desenvolveu o turismo, um fenômeno de ordem socioambiental que se relaciona ao deslocamento espaço-temporal baseado em motivações diversas, das quais o presente texto se debruça apenas sobre aquelas relacionadas ao lazer. O turismo de lazer é praticado em todo o mundo, em distintas escalas de intensidade e modos de realização, tendo os elementos do ambiente natural como cenário para sua realização e, também, como um dos principais motivadores para o deslocamento. No entanto, assim como o conceito de natureza adquire traços singulares em função das características sociais e da própria dinâmica temporal de evolução pela qual passou, a motivação do turismo de natureza é igualmente diversa. Assim, a presente reflexão busca contribuir com discussões sobre o tema, apresentando uma revisão teórica sobre os conceitos de natureza e culminando na análise de seus reflexos nas distintas formas contemporâneas de práticas turísticas de lazer na natureza.

¹⁸² Este capítulo é uma reflexão teórica que se iniciou durante o mestrado do autor em Geografia (UFMS). Posteriormente, os temas ora discutidos foram aprofundados em função da continuidade das pesquisas para disciplinas de graduação (Turismo e Meio Ambiente, curso de Turismo da UFSCar) e pós-graduação (Turismo e Natureza, pós-graduação em Turismo da EACH-USP) ministradas pelo autor.

Turismo e natureza na espiral do tempo

As raízes históricas da atividade que, atualmente, é chamada de turismo se fixam nas mais remotas camadas de formação das sociedades humanas. Muitas são as formas e tentativas de se classificar e conceituar esta atividade, as quais variam em função de momentos e espaços sociais distintos. As visões existentes sobre o turismo permeiam os mais diversos aspectos e dimensões da relação entre o ser humano e o meio em que vive, com amplitude variável conforme o foco que se pretende defender. Em todas elas, observa-se um denominador comum inquestionável até então: os deslocamentos espaço-temporais – a viagem. Embora muitos dos aspectos presentes no turismo possuam paralelos em outras atividades, tais como o uso do tempo livre, ou as motivações como fatores determinantes da escolha sobre o que fazer neste tempo livre (TULIK, 1993), é na viagem que o turismo se caracteriza de modo mais concreto e objetivo.

O deslocamento humano pelo globo terrestre se iniciou como estratégia de sobrevivência e adaptação e foi sendo modificado do campo das necessidades para o das vontades (HARARI, 2018). O turismo de lazer se enquadra neste último grupo, não sendo uma necessidade primária de vida, muito embora, cada vez mais, se busque comprovar sobre a importância do lazer e do tempo livre (BARBOSA, 2002). Com isso, criou-se uma nova categoria social, a dos turistas, que corresponde à condição temporária daqueles que estão exercendo suas atividades sociais fora de seu entorno de circulação habitual.

Voltando às origens citadas, é necessário perceber a relação de subsistência entre o ser humano e o meio em que vive para compreender de forma mais ampla a necessidade pessoal de contato com o ambiente primitivo, o qual, como aponta Diegues (1992), pode ser denominado de *natural*. Essa questão, fomentada tanto nos relatos das mais diversas religiões como no meio científico, se acentua a partir da revolução industrial (THOMAS, 2001). O ser humano, à medida que o tempo avançou em direção ao presente, se distanciou cada vez mais de sua natureza primitiva, rumo ao caminho da artificialização.

Neste contexto e, em linhas gerais, as áreas naturais remanescentes culminam por ser o espaço designado à reconciliação, ao retorno do ser humano às suas origens ancestrais. É a busca por si mesmo, tendo o meio externo como catalisador deste processo – uma perspectiva de relacionamento entre dominante (ser humano) e dominado (o meio) que se esforça entre discursos e fatos para ser compreendida como ecológica. A separação cultural provocada pelo Cristianismo entre os seres humanos e o restante do mundo natural

(DIEGUES, 1992) serviu também como marco conceitual fundador de uma linha de conservação *in situ*, na qual a presença humana contínua é entendida como negativa. Suas origens se fundamentam nas justificativas de criação do Parque Nacional de *Yellowstone*, nos Estados Unidos, em 1872. O geólogo Ferdinand Vanderveer Hayden, ao explicar ao Congresso Americano a necessidade de separar uma porção do território da lógica do domínio privado, baseando-se na singularidade e raridade da paisagem (HAYDEN, 1869), talvez não tivesse a noção de estar criando o marco histórico de um modelo internacional de conservação, e de conflitos associados: a categoria “Parque”. Esta, por sua vez, foi a pedra fundamental de uma linha de pensamento com bases ecológicas e sociais que expurgou a presença humana contínua do interior de diversas categorias de áreas protegidas, ao entendê-la como um ser vivo não integrado ecologicamente ao meio, mesmo que, em muitos casos, seu modo de vida fosse tradicional e não-predatório. Além disso, ao criar este distanciamento físico, o processo de criação de áreas protegidas nestes moldes também contribuiu para a fundamentação da motivação de visita à natureza, que se tornou distante do modo de vida das aglomerações urbanas. No entanto, ao longo dos tempos, outras motivações e ideias de natureza foram sendo adicionadas ao imaginário coletivo, a partir da trajetória cultural de cada povo. As ideias de retorno à vida do campo, de contato com a espiritualidade divina e a noção de aventura estão entre tais motivações associadas ao meio natural (THOMAS, 2001), com distintos níveis de adaptação da paisagem.

Este conjunto de formas de compreensão da natureza, com o passar dos anos, foi sendo associado à ideia de deslocamento baseado na motivação - diferente do deslocamento por necessidade - e contribuindo para a formação do fenômeno turístico. As primeiras motivações do fenômeno turístico, da forma como é conhecido nos moldes atuais, surgiram na Inglaterra em 1841, quando o reverendo Thomas Cook passou a organizar retiros em meio a áreas naturais distantes dos centros urbanos, sob a justificativa de renovação espiritual e contato com a criação divina. O foco da discussão sobre o ato formador do turismo sempre esteve sob o aspecto organizacional da proposta de Cook, ao consolidar uma série de serviços em uma lógica que atualmente é conhecida como “pacote”. A motivação inicial de viagem se diversificou, com a inserção de justificativas ligadas ao tratamento da saúde física e, mesmo, para fins de aprendizado acadêmico e cultural, o denominado *grand tour* (REJOWSKI *et al.*, 2005). A relação entre turismo e natureza tem sua origem histórica, conforme aponta Ruschmann (2004), demarcada em meados do Século XVIII. As maiores motivações de viagem à natureza se davam em

função dos centros turísticos nas praias, ou no campo, buscando áreas ainda não industrializadas. No fim do Século XIX e início do Século XX, caracterizou-se a expansão de um turismo elitizado, marcado pela artificialização da natureza por meio da construção de cassinos à beira-mar e estradas de ferro nas montanhas. Rejowski *et al.* (2005) comentam, também, que as montanhas passaram a exercer um fascínio especial à mesma época, em função do clima, para tratamentos medicinais, e do romantismo - aspecto corroborado por Moretti (2001) -, que estimulou o interesse na arte e na literatura pela natureza, cenários e montanhas.

Na atualidade, o turismo é uma atividade que envolve aspectos sociais, econômicos, ecológicos, políticos e culturais e, a exemplo de outras atividades humanas, causa interferências em qualquer uma dessas dimensões. Outras características inerentes ao turismo são a disponibilidade de tempo livre e as facilidades proporcionadas pela evolução tecnológica, com especial destaque para os meios de transporte (BARBOSA, 2002; OMT, 2003).

Diversas correntes de estudo buscam identificar uma delimitação e definições para o que o turismo representa. Os conflitos são comuns, pois os estudos revelam, normalmente, as tendências de pensamento das diversas áreas do conhecimento a respeito do fenômeno. Um de seus entendimentos clássicos, e que atende ao escopo da presente análise, aponta para a limitação em torno das viagens ligadas ao lazer.

O lazer, bem como o turismo, está associado ao tempo livre das pessoas, que é o tempo não-comprometido com atividades fisiológicas obrigatórias como dormir, ou mesmo compromissos rotineiros (trabalho, estudos, rotinas de treino físico, etc.). Rodrigues (2001) acrescenta o entendimento de que a imagem do turismo sequer se aproxima da ideia de trabalho. A autora afirma que até mesmo o trabalho das pessoas envolvidas na produção do turismo é observado pelos turistas sob a ótica do lazer e da atratividade, mas não do trabalho duro que podem vir a exercer. Krippendorf (2006), ao analisar as relações entre o lazer e o turismo, ressalta que ambos podem estar alienados ao mundo do trabalho, pois são praticados em um tempo que é chamado de livre por ser o tempo do não-trabalho.

Uma das definições que refletem bem o conceito de turismo associado ao lazer é dada por Grünewald (2003, p. 141). Para ele, o turismo deve ser entendido como o “movimento de pessoas que não estão a trabalho em contextos diferentes do de origem, seja este o lar, a cidade ou o país”. A definição difere essencialmente daquela proposta pela

OMT (2003), que inclui as viagens de negócios e outras na composição do turismo - uma tentativa de ampliar a importância econômica do setor.

Cabe também analisar o turismo pelo campo das motivações de consumo dos turistas. Swarbrooke e Horner (2002) dividem essas motivações entre as que levam uma pessoa a viajar, e as que determinam uma pessoa a viajar para um destino em um período de tempo específico. O segundo grupo de motivações leva em conta as categorias espaço e tempo para compor o quadro de fatores que influenciam as pessoas em seu comportamento diário. Sem dúvida, estes fatores permeiam as mais diversas dimensões de análise e âmbitos de planejamento e gestão no turismo. Afinal, o turismo está intimamente ligado ao deslocamento espacial e, face ao atual nível de desenvolvimento tecnológico, em um tempo cada vez menor. Outro fator que é frequentemente tido como influenciador no comportamento dos turistas é a fuga da rotina diária, criando um momento que foi compreendido por Graburn (1995) como sagrado e extraordinário na vida das pessoas. Nesse sentido, pode-se dizer que o turismo, quando realizado em áreas naturais, adquire esta dimensão ao permitir a aproximação do *ser turista* de suas motivações de contato com a natureza.

Ao considerar a relação entre o turismo e o ideário de natureza, percebe-se que as motivações turísticas são geradas sobre a influência e lógica do mercado. A natureza intocada é transformada em produto, a partir do momento que sua potencialidade de atração passa a ser encarada como mercadoria.

Modos e consequências das práticas do turismo de natureza

A ideia geral de turismo de natureza, embora possa soar em um primeiro momento como sendo uma abordagem amigável e positiva, é muito mais ampla quando observada na prática, tal como pontuam Pires (2002) e Martins e Silva (2018). Uma praia lotada também é um ambiente natural, de modo que, se tal lotação for composta também por turistas, trata-se de um turismo de natureza. De igual modo, um pequeno grupo de pessoas que se deslocaram de um município ao outro para fazer seu churrasco de fim de semana regado à cerveja e música alta nas margens de um lago de uma cachoeira paradisíaca, também caracteriza o mesmo tipo de turismo. Sem entrar na questão semântica de turismo, excursionismo, ou mesmo de lazer em áreas naturais, o fato é que as formas exemplificadas de utilização do ambiente tendem a ser mais predatórias do que atividades

ordenadas para a lógica do respeito aos limites que os elementos e processos do ambiente podem oferecer. Assim, entendemos que o turismo de natureza corresponde a toda e qualquer atividade turística realizada no ambiente natural ou em condições próximas ao natural, não importando sua finalidade, objetivo ou consequências (infelizmente). Em princípio, a prática do turismo de natureza não leva em conta os impactos negativos que pode causar, nem tampouco as relações entre turistas, ambiente ecológico e ambiente social. A definição, que reflete algumas práticas predominantes no mercado turístico, não acrescenta substanciais contribuições para a conservação ambiental, para as comunidades receptoras locais e para o respeito às diferenças culturais entre visitantes e visitados.

Neste contexto, entendemos ser necessário diferenciar as diversas práticas turísticas em áreas naturais de forma a separar aquelas que mais se assemelham do turismo de massa (ZAOUAL, 2008; KÖRÖSSY, 2008) de outras menos predatórias. Esta análise se refere ao modo de prática do turismo. A diferenciação ocorreu a partir da análise de atividades turísticas desproporcionais ao meio, que se caracterizam tanto pela concentração espaço-temporal de pessoas, quanto por práticas predatórias ao ambiente natural ou social onde é executado (URRY, 2001; ZAOUAL, 2008; KÖRÖSSY, 2008). Para contrapô-lo, emergiram propostas e conceitos que foram derivados da tendência de “sustentabilização” da sociedade, tais como o turismo sustentável, o turismo alternativo e o turismo responsável.

A popularização do termo “turismo sustentável” está ligada ao relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, que versa sobre o ideário do desenvolvimento sustentável (WCED, 1987). Nesse modo de pensar, o desenvolvimento apregoa a possibilidade de um modelo de sociedade que privilegie o desenvolvimento econômico, a equidade social e a conservação ambiental. A ideia central consiste em encontrar equilíbrio entre estes três pilares, o que fica mais complexo na visão de Sachs (1993), que amplia a análise para seis pilares, deixando de lado o consumismo desenfreado e o crescimento econômico como únicos objetivos.

Entretanto, a proposta do desenvolvimento sustentável se esgota, em função dos conflitos que cada um dos alicerces dos pilares apresentados aponta em direção ao outro. Tomando por base o modelo relativamente menos complexo do *Nosso Futuro Comum*, é preciso reconhecer que a conservação ambiental depende da diminuição e da alteração no ritmo e forma de consumo da sociedade. A equidade social depende de uma melhor distribuição dos benefícios gerados pelos sistemas de produção. Ambos conflitam com a

perspectiva de crescimento e acumulação econômicos nos moldes vigentes. Ou seja: mesmo sem aprofundar muito na análise, as barreiras impostas pelo mundo real podem ser facilmente pontuadas.

Ainda assim, o turismo, a partir de meados dos anos de 1980 e 1990, se apropriou oportunamente do discurso do desenvolvimento sustentável. De um modo geral, Rodrigues (2001, p.28) compara o turismo sustentável a um mito, “que impede de analisar a realidade tal como ela se apresenta”. A autora aponta que o termo se apresenta muito mais próximo a uma utopia do que da realidade. Isto porque, para que exista um turismo sustentável, ou o desenvolvimento sustentável – que é seu foco maior de análise – seria necessária a existência de uma sociedade sustentável. Todavia, o termo “turismo sustentável”, ou seu substituto amplamente utilizado em tempos recentes, o “turismo responsável” (GABRIELLI, 2017), merece atenção em função da própria mística gerada em torno de si. Considerar o termo representa compreender a possibilidade de identificar determinados parâmetros para a existência de um turismo que, se não vier a ser sustentável em seu sentido mais amplo, ao menos venha a ser menos predatório (ZAOUAL, 2008; KÖRÖSSY, 2008; GABRIELLI, 2017).

A fundação de um ideário de turismo sustentável veio ao encontro da recomposição dos paradigmas da atividade turística em sua relação com a natureza. Para tanto, primeiramente foi preciso assumir que o turismo, dependendo da forma como é realizado, é tão danoso quanto qualquer outra atividade humana. Com isso, emergiu um esforço no sentido de propor formas de turismo que fossem menos danosas à natureza. Esta tentativa se reflete em conceitos postulados de ecoturismo, a começar por aquele que é considerado como seu marco conceitual fundador, dado em meados de 1983 por Hector Ceballos-Lascurain (CEBALLOS-LASCURAIN, 1998; FENNELL, 2002). No Brasil, uma definição para uso oficial em políticas públicas do setor aponta para uma atividade que seja feita de forma sustentável, incentivando a conservação do ambiente e apoiando a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação ambiental (BRASIL, 1994). Por sua vez, a *The International Ecotourism Society* - entidade mundial que congrega empresas e especialistas do setor - defende que para denominar uma atividade como ecoturismo, ela precisa estar sustentada por um tripé formado pela conservação ambiental, envolvimento comunitário e interpretação ambiental. No detalhamento das diretrizes deste tripé, constam temas como a proteção aos patrimônios naturais e culturais, o uso sustentável dos recursos naturais, a geração de emprego e renda, o empoderamento local, o associativismo, o

enriquecimento da experiência de visitação e a difusão do reconhecimento da importância da natureza para a humanidade e para o planeta (TIES, 2016). A síntese que se faz destes conceitos e diretrizes aponta para uma necessária constatação: o ecoturismo está sendo proposto como um *modo* diferente de fazer turismo, ao invés de ser pontuado apenas como uma *motivação* de visitação; esta última, a ser tratada na próxima seção deste capítulo.

Cabe também ressaltar a frequente associação feita entre o ecoturismo e o turismo sustentável, sendo esta forma de se fazer o turismo uma das tentativas de concepção do ecoturismo (PIRES, 2002). Entretanto, Swarbrooke (2002) traz alguns alertas que auxiliam nesta análise. O autor cita algumas barreiras para que o ecoturismo possa ser considerado como um turismo sustentável: a motivação dos turistas não é conservar a natureza, mas sim ver a natureza conservada; o crescimento do mercado ecoturístico e das operadoras; o fato de ser desenvolvido, por vezes, em áreas de natureza singular, frágil e sob ameaça; e o fato de que os ecoturistas procuram sempre novas áreas, onde o turismo ainda não esteja desenvolvido, o que amplia a territorialidade ecoturística e seus impactos consequentes. Dunne (2018) traz dados sobre as emissões globais de gases do efeito estufa (GEEs) que corroboram esta linha de raciocínio: ao reconhecermos que muitos dos destinos ecoturísticos mundiais estão se preparando cada vez mais para atrair fluxos maiores de turistas estrangeiros, é preciso admitir que o deslocamento será feito majoritariamente por via aérea. Assim, seguindo a lógica apresentada por Dunne (2018) e sabendo que a aviação é a responsável pela parcela mais significativa das contribuições do turismo para a emissão de GEEs, com 40% das emissões totais do setor (GABBATIS, 2018; UNWTO, 2019), questiona-se: como é possível classificar um ecoturismo feito por via aérea como “sustentável”? Os destinos ecoturísticos fazem e farão isso, não restam dúvidas. Por outro lado, também não restam dúvidas de que estamos diante de análises parciais, movimentos de *greenwashing* e da necessidade de induzir a sociedade em se sentir como parte de um processo de preocupação com a conservação da natureza. No entanto, o papel dos destinos precisa ser ampliado, pois ao se limitarem na lógica de atrair turistas desenfreadamente, podem não estar percebendo que o custo é global e o pagamento da conta será cobrado em escala planetária, se as teorias de Lovelock (2006), Scott (2008) e Lenzen *et al.* (2018), entre outros, forem cada vez mais comprovadas.

Ainda que não haja consenso sobre a escala de preocupação que deve ou não compor o planejamento dos destinos de natureza - em especial daqueles que se auto-classificam como sustentáveis, responsáveis ou ecoturísticos -, é preciso relembrar que

qualquer atividade humana causa impactos no meio em que é realizada. Nisso, o turismo não é diferente das demais atividades antrópicas, embora busque ser, em termos de escala de intensidade e magnitude.

Os impactos ambientais negativos do turismo são compreendidos sob a mesma perspectiva fragmentada entre homem e natureza, de forma a dar o entendimento de que as alterações antropogênicas são danosas ao meio ambiente (CONAMA, 1986). De um modo geral, pode-se dizer que os impactos ambientais negativos do turismo de natureza correspondem às alterações geradas de forma direta e indireta durante o seu processo de planejamento, implantação, manejo e gestão. Assim, compreende-se que a questão é de responsabilidade de todos os envolvidos no processo de visitação, partindo do planejador, passando pelo gestor e culminando no turista. Tais impactos podem se dar em variadas escalas de intensidade com abrangência espacial e temporal. Ainda nessa linha, torna-se importante mencionar que, em casos extremos, os impactos ambientais negativos podem resultar em danos ambientais, quando a sua intensidade vier a exceder a capacidade de resiliência do ambiente.

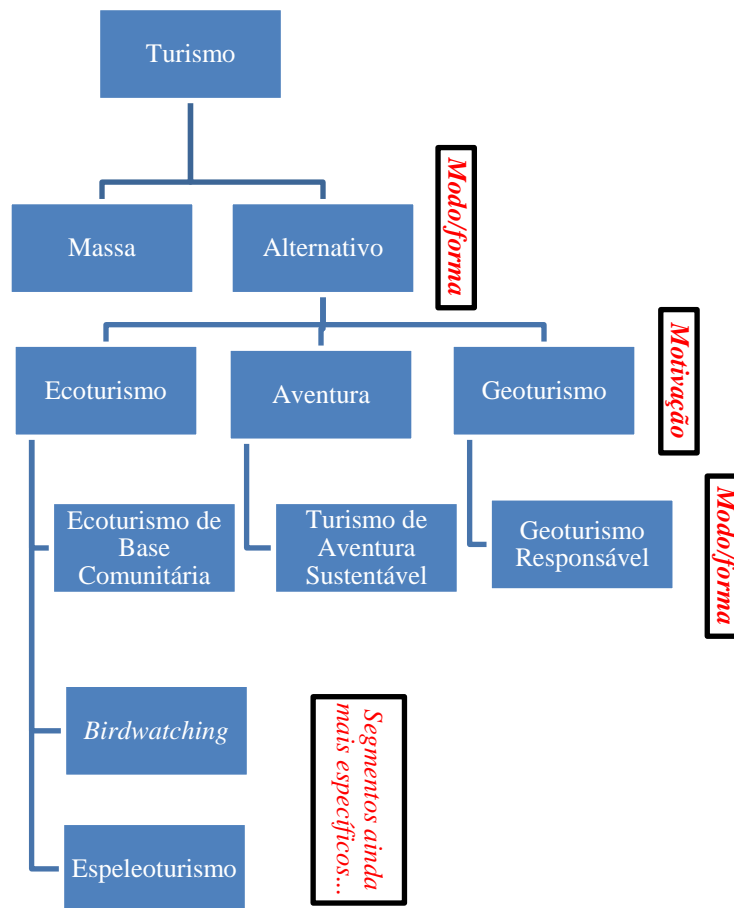
As classes e formas dos impactos podem ser as mais variadas, podendo atingir qualquer uma das dimensões do meio onde a atividade se desenvolve. A falta de planejamento tende a ser um agravante neste aspecto, dado que a visitação desordenada e descontrolada   passível de gerar ainda mais problemas (RUSCHMANN, 2004). A mitigação de muitos dos impactos gerados pelo turismo não   simples, pois demanda a es que vão além do caráter pontual. Isso ocorre porque muitos dos impactos são indiretos, como por exemplo, as altera es no comportamento reprodutivo dos animais (SABINO; ANDRADE, 2003). Outros impactos são difíceis de mensurar, como o atropelamento de animais nas estradas: como identificar se estes ocorrem especificamente em função do turismo? Certamente, não são todos os lugares que permitem tal precisão na análise. Outros, ainda, estão ligados diretamente   essência das práticas turísticas. Afinal, como eliminar completamente o impacto causado pelas vias de escalada em rocha, se a fixa o de suportes   componente básico para sua realiza o?

Os impactos ambientais negativos fazem parte do pacote do turismo, ainda que venham detalhados apenas nas entrelinhas de sua execu o. Admiti-los pode significar uma melhor compreensão da rela o entre o uso turístico e as áreas naturais. Mesmo nas atividades chamadas de sustentáveis ou responsáveis, muitos destes impactos persistem – ainda que em menor escala.

Identities tradicionais e contemporâneas do turismo de natureza

A análise do turismo de natureza também deve ser feita sob o viés das motivações dos turistas, entrando nos aspectos de segmentação do mercado. A proposição de segmentos de turismo de natureza é amplamente baseada nos *interesses* de turistas e nas *possibilidades* do ambiente (LAGE, 1992). Exemplos deste processo de estruturação lógica da atividade no todo, ou no discurso, são o ecoturismo - neste contexto, não sendo analisado como *modo*, mas como *motivação* -, o geoturismo e o turismo de aventura. A figura a seguir apresenta uma sistematização da diferenciação entre os aspectos em discussão, na tentativa de contribuir com a compreensão das nuances do tema.

Figura – Sistematização da compreensão do Turismo Alternativo na base de segmentação por *motivação* associada ao *modo* de execução do turismo de natureza e considerando subsegmentos específicos do ecoturismo



Fonte: autoria própria

A primeira análise das motivações que levam à criação destes segmentos do turismo de natureza ilustrados na figura (ecoturismo, geoturismo e turismo de aventura) é embasada nas proposições, suposições e constatações iniciais que fundamentaram a criação

destes segmentos, sobretudo entre os anos de 1970 e 2000. Fennell (2002) apresenta uma síntese de estudos sobre o tema, evidenciando a importância relativa do contato com a natureza - na lógica *wilderness* (DIEGUES, 2002) - como componente inicial do perfil do ecoturista. Outros elementos também são citados como princípios para a caracterização do ecoturismo e dos ecoturistas, como: a contribuição para a conservação, a redução dos impactos da visitação, a dependência das áreas naturais protegidas, os benefícios para as populações locais e a educação como parte do processo de visitação.

Na continuidade, Fennell (2002) também argumenta sobre os limites tênues entre a lógica do ecoturismo e daquele que o autor denomina de “primo próximo”, o turismo de aventura. Embora a noção de *aventura* não seja exclusiva do turismo de natureza, ela é facilmente associada, de forma direta e indireta e em diferentes níveis de intensidade, com o meio natural. O conceito de aventura é amplo – deriva do vocábulo grego *adventure*, que significa “o que está por vir” – e, por isso mesmo, assume, em diversos momentos, um tom pessoal. Na prática, o conceito de aventura no turismo foi fixado predominantemente em função de determinadas atividades e técnicas esportivas em meio à natureza. Esse entendimento diferencia *esportes de aventura*, também chamados de esportes radicais, de *turismo de aventura*, e leva em conta que o turismo, em muitos casos, se apropria dos esportes de aventura, criando novas possibilidades de consumo (SWARBROOKE *et al.*, 2003; SPINK *et al.*, 2005; SPINK, 2012).

O principal componente do turismo de aventura é o fator risco. A maioria das atividades praticadas sob essa alcunha denota algum tipo de procedimento técnico específico para a superação de condições ambientais adversas, simulando as práticas dos esportes de aventura. A identificação do risco é um componente básico para a validação da identidade da aventura turística (SPINK *et al.*, 2005). Mas o turista, de fato, não corre grandes riscos, em função das técnicas e procedimentos adotados para salvaguardar sua segurança. Essa “falsa aventura” não afeta a qualidade da experiência turística, dado que é conduzida de forma a fornecer autonomia controlada e uma sensação de incerteza aos participantes. Além disso, em função da já comentada amplitude do conceito de aventura, a sensação de risco que os turistas buscam se preserva, em função da adversidade intrínseca dos espaços naturais e da condição psicológica que esta causa nos turistas.

Por fim, neste contexto das diferentes motivações, emergiu, em meados dos anos de 1990, uma nova “bandeira” no âmbito do planejamento e gestão do turismo em áreas naturais, o *geoturismo*. As tentativas de postulação de suas características apontaram para o

fato de que o ecoturismo era demasiadamente voltado para o meio biótico - a parcela viva da natureza - deixando de lado o meio abiótico - com nítido destaque para as rochas e as formas de relevo (HOSE, 1995). No entanto, os apontamentos do *modo* de como o turismo deve ser feito não diferem muito do ecoturismo, pois se baseiam nos mesmos princípios que o norteiam. Na verdade, contrariando o que afirmam os autores críticos às definições de ecoturismo com um suposto viés biocêntrico – conforme afirma Moreira (2001), entre outros –, é em algumas definições de geoturismo que se observa uma especificação literal de atrativos geológicos e geomorfológicos. Exemplos podem ser vistos nas definições de Hose (2000) e Nascimento *et al.* (2008).

Todas estas iniciativas de caracterização e conceituação destes segmentos possuem seus méritos e trazem contribuições para o debate das nuances do turismo de natureza. No entanto, a visão sobre elas não pode ser estanque, pois a sociedade é dinâmica e, cada vez mais, as motivações e intenções de viagem têm sido postas à prova nas lógicas clássicas de segmentação. Começamos a reconstrução das ideias cristalizadas sobre estes segmentos clássicos do turismo de natureza pelo ecoturismo. Não é de hoje que resultados de pesquisas com visitantes têm evidenciado aspectos que fogem ao padrão geral estabelecido; vejamos alguns rápidos exemplos:

- Wigth (1996) para o mercado dos Estados Unidos: ecoturistas buscam atividades mais ativas em regiões de montanhas - não seria então um *turismo de aventura*? - e hospedagem em locais mais “intimistas”;
- Alaeddinoglu *et al.* (2013), em uma pesquisa na Turquia, identificaram como principais motivações dos ecoturistas o interesse em visitar lugares históricos, viver novas experiências, estar com a população local e aprender com sua cultura. Nesta pesquisa, observar a flora e a fauna era uma das alternativas possíveis para a motivação de viagem, mas que não obteve a mesma expressão que as demais citadas;
- Oliveira *et al.* (2020), em uma pesquisa no Parque Nacional do Iguaçu, Brasil, partiram do referencial teórico tradicional que afirma que as atitudes positivas dos visitantes em relação ao meio natural são associadas a maiores níveis de satisfação na visita, o que pode ser prejudicado em locais com maior adensamento na visita, ou com excesso de infraestrutura, como o Parque em questão. Para tanto, foram estabelecidas variáveis que permitiram classificar os visitantes em mais ou menos “ambientalistas”, bem como foram confrontadas as

hipóteses de satisfação em relação ao meio natural mais “selvagem” e aquele com mais adensamento e infraestrutura. Os resultados mostraram que, apesar das multidões e da infraestrutura em grande escala no parque, os ambientalistas ainda estão mais satisfeitos do que os não ambientalistas, com a experiência de visita.

Como se observa, a lógica das motivações que caracterizam o ecoturista não pode ser simplificada para a ideia tradicional do interesse de ver ou sentir a natureza, pois além do ideário de natureza sofrer variações de ordem cultural e social, a mentalidade dos visitantes *ecoturistas* também será diferente em cada contexto espacial e momento do tempo. Crema e Faria (2018) trazem apontamentos que corroboram esta constatação, ressaltando a importância da diversificação da oferta de experiências de visita nas áreas naturais protegidas para atender os diferentes perfis de visitantes. Seguindo esta linha, o geoturismo está entre as possibilidades de diferenciação, desde que seja pensado na lógica apontada por pesquisas de demanda sobre sua caracterização efetiva, ao invés de se basear em pressupostos e discussões acadêmicas biocêntricas ou geocêntricas. Os apontamentos teóricos de Boley e Nickerson (2013) mencionam a existência de uma escala de interesse dos visitantes de áreas naturais em elementos do meio físico, variando entre mínimo, moderado e forte. Nesta mesma linha, comparando os trabalhos citados neste capítulo sobre ecoturismo e geoturismo – com destaque para Fennell (2002) e Moreira (2011) –, pode-se sintetizar que ambos são:

- Segmentos do turismo de natureza baseados nos recursos naturais, mas que usam o aporte de elementos sociais (comunidade e cultura) em sua concepção.
- Segmentos cujas propostas se distinguem do turismo de massa, buscando aproximações ao turismo alternativo por meio de premissas de turismo sustentável, responsável e de base comunitária, tal como ilustrado na figura.
- Baseados em premissas de educação e interpretação ambiental, com o desafio de fazer com que estes aconteçam na prática.

Por outro lado, existem também alguns aspectos ligeiramente contrastantes e ainda em definição sobre estes segmentos:

- Quanto ao ecoturismo que (teoricamente, segundo alguns autores, notadamente os postulantes do geoturismo) enfoca na biodiversidade, e ao geoturismo, que enfoca na geodiversidade.

- A literatura sugere o ecoturismo apenas em áreas naturais, enquanto que o geoturismo também é proposto para áreas urbanas.

A síntese da análise leva ao apontamento de que não existem grandes diferenças de *modo* entre ecoturismo e geoturismo, e que ambos se mesclam com o turismo de aventura, conforme há um grau de dificuldade maior envolvido nas práticas turísticas propostas.

Por fim, mas não menos importante, é preciso considerar as tendências de mudança do mercado de turismo, as quais acompanham, cada vez mais, as modificações profundas pelas quais a sociedade humana vem passando - e nem está sendo considerada aqui a mudança que estava em curso durante a produção deste capítulo, condicionada pela pandemia da (SARS-covid-19). Trata-se de mudanças decorrentes de aspectos como forma, eficiência e criatividade na prestação de serviços, na evolução tecnológica virtual mundial (TRIGUEIRO, 2008; PIRES, 2010; CUNHA, 2011) e no surgimento de novos consumidores, a partir dos *millenials* (EDELMAN; PANROTAS, 2018). Neste contexto, tendências gerais anunciadas para o turismo em geral devem, também, ser consideradas para a especificidade do turismo de natureza. Ainda que seja desejosamente pensado como um modo alternativo de turismo, não é prudente tentar fundamentá-lo como um “foco de resistência” à evolução da sociedade, pois a dinâmica do mercado é forte o suficiente para traçar novos padrões de consumo. Moretti (2001) já pontuava preocupações nesse sentido, alertando para a “espetacularização da natureza”, levantando pontos como a infraestrutura que o turista, mesmo na natureza, exige. O autor afirma que a base da atratividade turística na natureza “é a possibilidade de junção do natural-selvagem com o conforto-segurança do urbano. É a busca do modelo de lugar considerado como ideal, é o ‘reencantamento’ da natureza, mas uma natureza dominada, urbanizada” (MORETTI, 2001, p.54). Com isso, elimina-se, em parte, a ideia de aventura, diminuindo-se também as possibilidades de um contato mais legítimo com a natureza em estado primitivo.

Este último ponto, de redução relativa da percepção de aventura, é uma questão fundamental e uma incógnita para o futuro do turismo de natureza: será que a busca de um turismo mais “domado” eliminará, aos poucos, o caráter de aventura dos roteiros? Índícios nessa linha já foram pontuados em atividades de espeleoturismo - uma vertente dos segmentos apresentados na figura - em regiões como no Vale do Ribeira, SP. Os trabalhos de Borsanelli e Lobo (2015), e Levenhagen e Lobo (2020) detalham a evolução do turismo nas cavernas na região e evidenciam a mudança do perfil dos visitantes, do extremo dos espeleólogos aventureiros dos anos de 1970-1990, para os turistas atuais, que mesclam em

seus anseios, a vontade de visitar cavernas com a necessidade de conforto nos meios de hospedagem. Por outro lado, o modo de vida urbano cada vez mais facilitado, tem levado as pessoas a buscarem atividades que quebrem ainda mais com sua sensação de rotina. Uma pesquisa publicada por uma consultoria especializada em conjunto com um dos principais periódicos do mercado de agências de viagens pontuou dez tendências gerais para o futuro do turismo na América Latina em 2018 (EDELMAN; PANROTAS, 2018) – as quais seguramente podem ser mantidas para os próximos anos. Algumas delas serão aqui detalhadas por sua relação com o turismo de natureza, a começar pela denominada *aventura ao extremo*. Tratam-se dos novos turistas de aventura, cuja marca se evidencia em função da necessidade de protagonizar uma aventura e mostrar para o seu círculo social a sua faceta radical e aventureira, por meio do pronto compartilhamento de suas experiências pela *internet*. Motivações ligadas ao *status*, à aceitação social e à proposição de uma imagem perante a sociedade estão entre os elementos que compõem este perfil de turista de aventura na natureza. Assim, como se observa, o conceito de aventura continua relativo, com turistas buscando a sua relativização durante o seu processo de visitação de atrativos naturais.

Além da questão da aventura, outras tendências apontadas no mesmo material também dialogam com as propostas tradicionais do turismo de natureza:

- *Volunturismo*: refere-se ao perfil emergente de turistas que querem, além de se satisfazer, fazer alguma diferença nos contextos em que interagem. Desta forma, se inserem em propostas ligadas aos modos alternativos de turismo, como o turismo de base comunitária.
- *Ampliação da experiência prática por meio da experiência digital, via bancos de dados, realidade virtual e aumentada*: trata-se da inserção de elementos do universo virtual no mundo real, por meio de dispositivos eletrônicos nos quais o turista pode ampliar a sua interatividade com o meio visitado, a partir de códigos que dão acesso a plataformas de conteúdo, ambientes virtuais ou sobreposição de conteúdos em tempo síncrono à experiência de visitação, a realidade aumentada. Lobo (2018) pontua que não se trata de substituir as experiências reais por outras virtuais, tampouco de espetacularizar o turismo. O que se busca é o uso de ferramentas disponíveis que permitam complementar a experiência de visitação e ampliar os processos de interpretação e percepção ambiental por

meio de atividades dirigidas, sem a necessária presença de um intermediário humano.

- *Evolução e ressignificação do conceito de luxo*: a nova versão da ideia de luxo no turismo é mais próxima da natureza, pois não se refere ao consumo de produtos ou serviços de preços elevados ou com finalidade de ostentação. O luxo para o novo turista está ligado ao aproveitamento adequado do tempo, à experiência de visitação, à personalização, em uma proposta mais intimista e focada na relação entre o ser humano e o meio visitado. É evidente que o mercado cobrará preços elevados por isso, por se tratar de uma tendência, de modo que não se pode fechar os olhos para o viés elitista desta parcela do turismo, marcado pelo consumo experiencial e pela alta qualidade dos serviços.
- *Estar bem*: o conceito vai além do significado óbvio ligado normalmente à saúde corporal e estética. Neste contexto, os turistas estão buscando a vivência de experiências singulares e o compartilhamento, ou mesmo o protagonismo, de histórias com significado mais profundo. A espiritualidade também aparece como marca deste tipo de turismo de natureza, mas também, o contato com as comunidades locais, seus costumes e tradições.

Além dos aspectos observados como tendência no mercado do turismo em geral, existem também aqueles que compõem novas realidades e tendências específicas do turismo de natureza.

Os turistas de natureza, cada vez mais, estão também buscando encontrar na natureza a resposta para suas necessidades subjetivas, motivadas por seus sentimentos ou por desejos criados pela sociedade de consumo (LU; STEPCHENKOVA, 2012; DENG; LI, 2015; ANISHCHENKO, 2016). Das diversas tendências de crescimento do turismo de natureza, destacam-se: os patrimônios da humanidade; a busca por lugares exóticos; os subsegmentos específicos do turismo de natureza, novos ou em fase de crescimento; e as locações de filmes e séries.

Os Patrimônios da Humanidade são lugares que recebem a chancela da UNESCO por serem detentores de características de valor universal, de diferenciação, ou de representatividade natural, cultural ou mista (UNESCO, 2018). No caso dos Patrimônios Naturais ou Mistos, a obtenção do selo da UNESCO é um ato de reconhecimento da necessidade de sua conservação. Como desdobramento deste ato, os sítios naturais com

este selo atraem turistas do mundo todo. Por se tratarem de lugares de destaque, tornam-se mais atrativos em relação aos seus similares de mesma natureza.

A busca por lugares exóticos é outra realidade do turismo de natureza (CORREIA *et al.*, 2007). Entende-se por “exótico”, o lugar que possui características que possam distingui-lo do modelo de sociedade capitalista-ocidental-cristã. Esta realidade está ligada às tendências gerais para o turismo, já comentadas, como a busca por autenticidade – típica dos consumidores que buscam o “estar bem” – e pela aventura. O destino turístico com essas características tende a ser um misto de experimentações naturais e culturais, em acordo com as tendências contemporâneas dos segmentos de natureza analisados.

Os segmentos emergentes do turismo de natureza também podem ter seu papel de revitalização ou alavancagem no fluxo de visitação. Tratam-se, em sua maioria, de novas abordagens ou roupagens para produtos já existentes, os quais são desenvolvidos sob motes temáticos, ou de forma de execução das atividades. Na Europa, as iniciativas ligadas ao geoturismo e aos geoparques têm dado bons frutos (FARSANI *et al.*, 2011; BOLEY; NICKERSON, 2013). Este mesmo sucesso não se repetiu no continente americano, no qual, tanto o geoturismo quanto os geoparques têm se mostrado como redutos de especialistas e entusiastas das geociências, ao menos por enquanto. Outros segmentos crescentes no turismo de natureza são o espeleoturismo e o *birdwatching* (figura). Este último encontrou espaço cativo nas áreas protegidas brasileiras nos diferentes biomas, em função da riqueza e diversidade de aves do país (PIVATTO; SABINO, 2007).

Por fim, têm-se as paisagens naturais que serviram de locação para filmes e séries, massificadas pela mídia e pelas redes sociais. Muitos destinos, inclusive, têm se especializado no tema, contratando equipes de marketing focadas na captação de oportunidades para se inserirem neste mercado. Estudos como os de Riley e Doren (1992) e Riley *et al.* (1998) evidenciam que não se trata de uma estratégia nova, mas que ganhou dimensões sem precedentes em função das novas características da sociedade digital (SILVEIRA *et al.*, 2014; NASCIMENTO, 2016).

Considerações finais

Como dependemos da natureza! Não se trata apenas de uma relação de sobrevivência pautada em recursos naturais e pensando no ser humano como uma espécie animal. Dependemos do ideário de natureza, conforme o assimilamos em nossa rotina

diária e o adaptamos à nossa realidade, ao nosso gosto. Como resultado dessa relação simbiótica, o turismo de natureza também se adapta às diferentes realidades. Desde as atividades predatórias e sem planejamento até os roteiros mais sustentáveis, permitindo a evolução conjunta do ideário de natureza com a profusão da segmentação de mercado.

Se retornarmos algumas décadas no tempo, menos de meio século, encontraremos as raízes do turismo de natureza atual. Este era baseado no contato com um ambiente menos antropizado, em uma lógica de renovação física, mental e espiritual pautada pela estética da paisagem e pela noção de aventura. Com o passar dos tempos, esta forma de contato com a natureza não deixou de existir, pois o turismo, assim como a sociedade, se reconstrói de forma cíclica na espiral do tempo e em função dos múltiplos planos espaciais sobrepostos (LOBO, 2012). O turismo de natureza foi diversificado em função de atender novos anseios - muitos deles, criados pela mídia ou até mesmo por especialistas-pesquisadores do turismo. Chegaremos ao extremo de usufruir da natureza sem ter nenhum contato com o ambiente natural? Somente o tempo nos trará respostas. No entanto, cabe ressaltar que, quanto maior for a artificialização, maior será a inserção do turismo na reprodução de um modelo dominante, massificante e homogeneizador. Sujeitar o turismo de natureza a essa transformação implica no empobrecimento da experiência humana, em função da eventual limitação da sensibilidade e da emoção, que são passíveis de serem geradas nos seres vivos conscientes pelo contato com as formas naturais. Desta forma, o turismo de natureza poderia ser transformado em uma experiência artificializada e demasiadamente previsível. Em consequência, a transformação no ideário de natureza também se processará de forma mais acelerada, o que pode contribuir para a banalização dos recursos naturais, em detrimento do artificial – que pode ser constantemente reconstruído em função dos anseios de consumo da sociedade – e para o aumento dos impactos ambientais negativos gerados pelo turismo.

Devemos propor ou promover mudanças no curso da história para barrar este processo? Lembremos que mudanças radicais ou grandes rupturas, causadas por tragédias naturais, humanas ou induzidas pelo ser humano - furações, tsunamis, guerras, pandemias... - testam nossa capacidade de resposta e adaptação e, geralmente, trazem grandes perdas. Mudar os rumos da história do ideário de natureza e, por consequência, do turismo de natureza, talvez não seja possível nem tampouco desejável. A cada momento da trajetória humana, uma concepção de natureza veio como resposta a uma determinada condição social, contrapondo o ritmo de vida dominante e servindo de refúgio mental e

físico, evidenciando mais uma contribuição ao turismo de natureza. Nesta lógica, interferir neste processo pode trazer consequências desastrosas, considerando que o estado atual da diversidade de opções de turismo é reflexo das necessidades atuais da sociedade. Assim, compete a cada indivíduo refletir sobre seu papel neste processo, sempre tendo em vista que as consequências de seus atos individuais e de sua liberdade de ação e expressão podem interferir no comportamento coletivo e, por consequência, na conservação do ambiente natural, do ideário de natureza e do turismo de natureza em suas mais diferentes propostas.

Agradecimentos e dedicatória

Agradeço ao Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, com quem tive a honra de aprender as bases conceituais que formaram a minha concepção de natureza e de turismo de natureza, refletidas neste artigo. Foram as muitas horas de orientações no mestrado, seguidas de diálogos e reflexões em diversas outras oportunidades, que elevaram o nível das minhas reflexões. Assim, aproveito para dedicar este capítulo ao meu amigo, orientador e companheiro de trajetória acadêmica.

Referências

ALAEDDINOGLU, F.; TURKER, N.; CAN, A.S.; OZTURK, S. Basic characteristics, motivations, and activities of ecotourists: a case of lake van basin area, Turkey. **International Journal of Social Science**, v.6, n.3, p. 91-107, 2013.

ANISHCHENKO, M. **Ecotourists' motivation and its relation to the ecotourism's principles**. Umea University, 41p. 2016. Disponível em: <http://www.diva-portal.se/smash/get/diva2:945964/FULLTEXT01.pdf>. Acesso em: 29.set.2020.

BARBOSA, Y.M. **História das viagens e do turismo**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2005. 99 p.

BOLEY, B.; NICKERSON, N. Profiling geotravelers: an a priori segmentation identifying and defining sustainable travelers using the Geotraveler Tendency Scale (GTS). **Journal of Sustainable Tourism**, v.21, n.2, p.314-330, 2013.

BORSANELLI, F.A.; LOBO, H.A.S. Impactos causados à comunidade local com o fechamento das cavernas turísticas do PETAR em 2008 na visão dos stakeholders envolvidos. *In: 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia, 2015, Eldorado, SP. Anais [...]* Campinas: SBE, 2015. v. 1. p. 719-727.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. IBAMA. EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.

CEBALLOS-LASCURAÍN, H. **Ecoturismo, naturaleza y desarrollo sostenible**. Ciudad del México: Ed. Diana, 1998. 185 p.

CONAMA. **Resolução 001/1986**. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf. Acesso em: 11.abr.2018.

CORREIA, A., DO VALLE, P.O.; MOÇO, C. Why people travel to exotic places. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, v.1, n.1, p.45-61, 2007.

CREMA, A.; FARIA, P.E.P. **Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC**. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018. 82 p.

CUNHA, L. Autenticidade e Inovação: factores de renovação dos destinos turísticos maduros. *Journal of Tourism Studies*, v.4, p.9-28, 2011.

DENG, J.; LI, J. Self-identification of ecotourists. *Journal of Sustainable Tourism*, v.23, n.2, p.255-279, 2015.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 169 p.

DUNNE, D. Tourism responsible for 8% of global greenhouse gas emissions, study finds. **Carbon Brief**, 2018. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/tourism-responsible-for-8-of-global-greenhouse-gas-emissions-study-finds>. Acesso em: 29.set.2020.

EDELMAN; PANROTAS. **10 tendências para viagens e turismo na América Latina em 2018**. 2018. Disponível em: <https://edelman.com.br/propriedades/viagens-e-turismo-latam/>. Acesso em: 10.mai.2018.

FARSANI, N.T.; COELHO, C.; COSTA, C. Geotourism and geoparks as novel strategies for socio-economic development in rural areas. *International Journal of Tourism Research*, v.13, n.1, p.68-81, 2011.

FENNELL, D. A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002. 281 p.

GABBATIS, J. Tourism is responsible for nearly one tenth of the world's carbon emissions. **Independent**, 7.maio.2018. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/environment/tourism-climate-change-carbon-emissions-global-warming-flying-cars-transport-a8338946.html>. Acesso em: 29.set.2020.

GABRIELLI, C.P. Turismo responsável: caminhos possíveis? **Revista de Turismo Contemporâneo**, v.5, n.1, p.81-97, 2017.

GRABURN, N.H.H. Tourism: the sacred journey. *In*: SMITH, Valene. (org.) **Hosts and guests: the anthropology of tourism**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1995. 341 p.

GRÜNEWALD, R.A. Turismo e etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, v.9, p. 141-159, 2003.

HARARI, Y.N. **Sapiens – Uma Breve História da Humanidade**. 32 ed. Porto Alegre: L&PM, 2018. 459 p.

HAYDEN, F.V. **Geological report of the exploration of the Yellowstone and Missouri rivers**. Washington: Government printing office, 1869. p.i.

HOSE, T.A. Selling the story of Britain's Stone. **Environmental Interpretation**, v.10, n.2, p.16-17, 1995.

HOSE, T.A. Geoturismo europeo: interpretación geológica y promoción de la conservación geológica para turistas. *In*: BARRETINO, D.; WINBLEDON, W.P.; GALLEGU, E. **Patrimonio Geológico: conservación y gestión**. Madrid: ITGE, 2000. p.137-159.

KÖRÖSSY, N. Do “turismo predatório” ao “turismo sustentável”: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.2, p.1-14, 2008.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2006. 184 p.

LAGE, B.H.G. Segmentação do mercado turístico. **Turismo em Análise**, v.3, n.2, p. 61-74, 18 nov. 1992.

LENZEN, M.; SUN, Y.Y.; FATURAY, F.; TING, Y.P.; GESCHKE, A.; MALIK, A. The carbon footprint of global tourism, **Nature Climate Change**, v.8, p.522-528, 2018.

LEVENHAGEN, B.S.; LOBO, H.A.S. Sistema de Gestão Integrado de Qualidade e Ambiental para Implantação de Equipamentos Facilitadores em cavernas turísticas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v.13, p.615-638, 2020.

LOBO, H.A.S. La gestión en las cuevas turísticas Iberoamericanas. *In*: VII Congreso Español y II Congreso Iberoamericano sobre cuevas turísticas, 2018, La Vall d'Uixó. **Cuevas: la flecha del tiempo, de la prehistoria a la actualidad**. Madrid: ACTE, 2018. v.1. p. 377-388.

LOBO, H.A.S. Princípios de Incerteza, Estado Estacionário e Evolução Espaço-Temporal na Análise Sistêmica das Relações Socioambientais no Turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, p. 95-108, 2012.

LOVELOCK, J. **Gaia: cura para um planeta doente**. São Paulo: Cultrix, 2006. 192 p.

LU, W.; STEPCHENKOVA, S. Ecotourism experiences reported online: Classification of satisfaction attributes. **Tourism Management**, v.33, n.3, p.702-712, 2012.

MARTINS, P.C.S.; SILVA, C.A. Turismo de natureza ou na natureza ou ecoturismo? **Turismo em Análise**, v.29. n.3, p.487-505, 2018.

MOREIRA, J.C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: UEPG, 2011. 157 p.

MORETTI, E.C. **Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal**. *In*: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001. p.41-73.

NASCIMENTO, L.F. A sociologia digital: um desafio para o século XXI. **Sociologias**, v.18, n.41, p.216-241, 2016.

NASCIMENTO, M.A.L.; RUCHKYS, U.; MANTESSO-NETO, V. **Geodiversidade, geoconservação e geoturismo**: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo: SBGeo, 2008. 82 p.

OLIVEIRA, A.C.R.; SANTOS, G.E.O.; LOBO, H.A.S. Environmental Attitudes and Tourist Satisfaction in Overloaded Natural Protected Areas. **Journal of Travel REsearch**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1177/0047287520957419>

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

PIRES, L.C. Análise dos impactos da tecnologia de informação e comunicação para o turismo. **Observatório de Inovação do Turismo**, v.5, n.4, p.1-20, 2011.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002. 272 p.

PIVATTO, M.A.C.; SABINO, J. O turismo de observação de aves no Brasil: breve revisão bibliográfica e novas perspectivas. **Atualidades Ornitológicas**, n.139, p.10-13, 2007.

REJOWSKI, M.; YASOSHIMA, J.R.; STIGLIANO, B.V.; SILVEIRA, A.S. **Desenvolvimento do turismo moderno**. In: REJOWSKI, M. (org.) Turismo no percurso do tempo. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2005. p. 43-74

RILEY, R.W.; DOREN, C.S.V. Movies as tourism promotion: A 'pull' factor in a 'push' location. **Tourism Management**, v.13, n.3, p.267-274, 1992.

RILEY, R.W.; BAKER, D.; DOREN, C.S.V. Movie induced tourism. **Annals of Tourism Research**, v.25, n.4, p. 919-935, 1998.

RODRIGUES, A.M. O mito da sustentabilidade da atividade turística. In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; MORETTI, E.C. (orgs.). Qual paraíso? Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. São Paulo: Chronos/UFMS, 2001. p.19-35.

RUSCHMANN, D.V.M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 11.ed. Campinas: Papirus, 2004. 199 p.

SABINO, J.; ANDRADE, L.P. Uso e conservação da ictiofauna no ecoturismo da região de Bonito, Mato Grosso do Sul: o mito da sustentabilidade ecológica no Rio Baía Bonita (Aqüário Natural de Bonito). **Biota Neotropica**, v.3, n.2, p.1-9, 2003.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993. 103 p.

SCOTT, D. **Climate change and tourism: responding to global challenges**. 2008. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/42734903/DavosReportOverviewDanScott.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554494818&Signature=Or9MjLhJ3WJ8IHqAxHpTgH2LGss%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DClimate_change_and_tourism_Responding_to.pdf. Acesso em: 29.set.2020.

SILVEIRA, S.A.; BRAGA, S.; PENTEADO, C. (orgs.). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. 342 p.

SPINK, M.J.P.; ARAGAKI, S.S.; ALVES, M.P. Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: Contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.18, n.1, p.26-38, 2005.

SPINK, M.J.P. aventura, liberdade, desafios, emoção: os tons do apelo ao consumo do risco-aventura. **Revista de Ciências Sociais**, n.37, p. 45-65, 2012.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 3.ed. São Paulo: Aleph, 2002. 140 p.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002. 405 p.

SWARBROOKE, J.; BEARD, C.; LECKIE, S.; POMFRET, G. **Turismo de aventura: conceitos e estudos de casos**. Rio de Janeiro: Campos/Elsevier, 2003. 362 p.

TRIGUEIRO, C. Novas tendências do consumidor de turismo na nova economia. *In: III Semana de Turismo da UFOP. Anais [...]* p.1-10, 2008.

TIES - THE INTERNATIONAL ECOTURISM SOCIETY. **TIES & Ecotourism (Español)**. Washington, D.C., 2016. Disponível em: <https://ecotourism.org/ties-ecotourism-espanol/>. Acesso em: 18.fev. 2016.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 454 p.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. **Turismo em Análise**, v.4, n.2, p.26-36, 1993.

UNWTO – UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **FAQ – Climate change and tourism**. 2019. Disponível em: <http://sdt.unwto.org/content/faq-climate-change-and-tourism>. Acesso em: 29.set.2020.

UNESCO. **The criteria for selection**. 2018. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/criteria/>. Acesso em: 10.mai.18.

URRY, J. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001. 232 p.

WIGHT, P.A. North American ecotourism markets: Motivations, preferences, and destinations. **Journal of Travel Research**, v.35, n.1, p.3-10, 1996.

WCED – WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future**. 1987. 300 p. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 29.set.2020.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v.8, n.2, p.1-14, 2008.

VALORAÇÃO E CONCESSÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL NA SERRA DA BODOQUENA/MS

Joyce Avila de Oliveira

Este trabalho aborda a produção do patrimônio natural no processo de mercantilização da natureza na Unidade de Conservação “Parque Nacional da Serra da Bodoquena” e seu entorno. Foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e tem como principais temáticas: a produção do patrimônio natural, as transformações espaciais, e o turismo no Mato Grosso do Sul.

Produção do patrimônio natural

A palavra patrimônio nos remete imediatamente à ideia de herança, de algo herdado de outras gerações. Mas o que herdamos? Faz-se necessário perceber, primeiramente, que todos os ambientes, tanto para convívio humano quanto de produção, assim como as áreas supostamente preservadas, correspondem ao espaço herdado. Da mesma forma, as futuras gerações terão à disposição os espaços e ordenamentos territoriais legados a elas. Especificamente, o patrimônio natural é abordado por Scifoni (2008) como:

O patrimônio natural não representa apenas os testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, ou ecossistemas pouco transformados pelo homem. Na medida em que faz parte da memória social, ele incorpora, sobretudo, paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e se reproduz. (SCIFONI, 2008, p. 10)

No contexto de reprodução da vida humana, os ambientes terrestres foram escolhidos conforme as possibilidades de ocupação, necessidades, potencialidades e interesses diversos. Contudo, a percepção desses quesitos de escolha para ocupação ou não de um determinado ambiente está relacionada à percepção da realidade. Para Santos (2004), os modelos de percepção da realidade são alterados substancialmente cada vez que há uma mudança tecnológica, organizacional e/ou social profunda. Cabe ao geógrafo analisar não somente as mudanças espaciais, mas também, a própria percepção da realidade, objetivando a compreensão da relação entre elas.

A relevância dos estudos relacionados ao patrimônio natural vincula-se ao próprio entendimento das transformações e percepções sociais, pois ele mesmo remete às heranças legadas a nós. Segundo Scifoni (2008):

Longe dessa posição marginal a ele relegada, o patrimônio natural aparece como um tema de relevância para a Geografia. Em primeiro lugar porque essa noção coloca uma nova perspectiva para o entendimento da natureza, possibilitando compreendê-la como parte da vida humana, uma natureza tornada social. (SCIFONI, 2008, p. 9)

A relação entre política, economia e espaço nos permite pensar sobre a forma como utilizamos os recursos naturais, dada a importância dos ambientes para a economia. Para entender estas relações é necessário perceber o espaço como fonte de poder social, fator que gera as relações de conflito. Este espaço demarcado por relações de poder é construído a partir do controle de limites que tendem a ser remarcados.

Ainda que trate da produção do espaço geográfico da cidade, Corrêa (2004) apresenta os principais agentes sociais que fazem e refazem as geografias, sendo eles: o Estado, os proprietários dos meios de produção, os fundiários, os promotores imobiliários e os grupos sociais excluídos. Nesse sentido, conflitos de interesse, constantemente ocorrem entre os agentes de produção do espaço, não somente pelos espaços de uso comum, mas também em espaços que envolvem a relação público-privado.

Na compreensão de Bobbio (2004), a respeito de direito público e direito privado, a afirmação de um destes nos remete à negação do outro. As relações público-privadas extrapolam esta norma direcionada ao direito, de forma que os agentes de produção espacial, algumas vezes, apresentam divergências quanto aos seus interesses, mas também podem estabelecer parcerias. “Na produção espacial torna-se contraditória a relação público-privada, uma vez que Estado, empresas e grupos sociais defendem interesses diferenciados, muitas vezes enfrentando-se ou complementando-se” (PARENTE, 2012, p. 39).

Neste contexto, as instituições privadas, o Estado e os demais grupos sociais atuam diretamente na organização e alteração da natureza, muitas vezes, regulando se estas transformações podem e devem ser de exploração intensa, uso sustentável ou se a área natural deve ser protegida. Estas instituições estão ligadas como um todo social no sentido de serem agentes facilitadores e reguladores (SMITH, 1988).

Cabe à legislação vigente, quando manifestada a intenção de apropriação dos recursos naturais, estabelecer um equilíbrio entre o público e o privado, visto que esta deve

considerar os direitos fundamentais do homem e a necessidade de preservação e conservação da natureza, observando também seus possíveis usos. “Então não podemos perder de vista que a conservação da natureza e a sua patrimonização envolvem saberes, interesses e valores advindos das esferas políticas, econômicas e socioculturais” (LUCHIARI, 2007, p. 26).

Quando pensamos no setor turístico e, sobretudo no turismo de natureza, os conflitos territoriais acabam sendo expostos e regulados devido à importância da preservação do patrimônio natural, que para Luchiari (2007), é sempre um patrimônio cultural. Da mesma forma, a expansão turística enquanto atividade econômica necessita de investimentos, estrutura e de suporte econômico, tornando-se controversa a associação entre turismo e meio ambiente.

Após três décadas de elaboração do que alguns chamam de ambientalismo contemporâneo, é impossível fazer tal associação sem partir da constatação de que a concepção de meio ambiente configurou-se como uma ferramenta política, econômica e indutora de um movimento de revalorização estética das paisagens naturais e de formas culturais específicas – movimento este que tem fortalecido a estetização no consumo de paisagens, de expressões culturais, e legitimado territorialidades sociais seletivas. (LUCHIARI, 2000, p. 2)

As mudanças ocorridas nos últimos séculos, na percepção e interesse da sociedade pelo patrimônio natural, remetem a uma valorização da natureza, sobretudo, pelo uso turístico e ecoturístico, fortalecendo o processo de patrimonialização. Esse novo olhar do turista orienta e prevê novos usos dos territórios, visto que estes adquirem valor de troca. Conforme Parente (2012), o “Turismo é lazer de viagem, é uma atividade econômica como qualquer outra, sendo, ao mesmo tempo, agente produtor e reproduzidor do espaço, isso porque sua principal mercadoria é o lugar”.

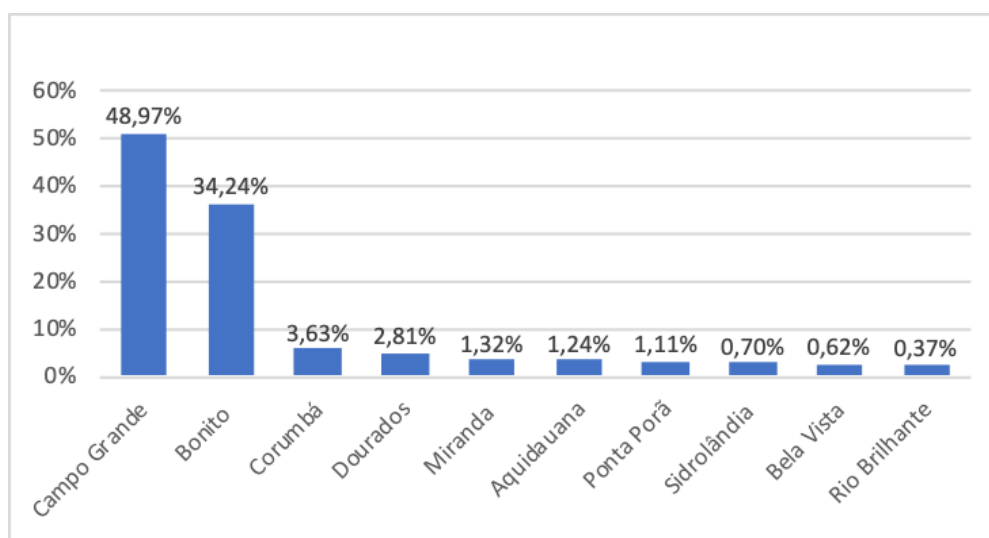
[...] hoje, buscar entender a classificação das paisagens naturais com base no julgamento de valor empreendido pelo olhar e pelos interesses do turismo pressupõe a interpretação de uma prática social e de uma atividade econômica que organiza, normatiza, seleciona, fragmenta e dá nova dinâmica ao uso do território. (LUCHIARI, 2007, p. 26)

A produção do patrimônio natural em algumas áreas está diretamente ligada ao setor turístico como, por exemplo, no caso da cidade de Bonito, no Mato Grosso do Sul (MS). Quando se percebeu que as belezas cênicas naturais tinham potencial para ecoturismo e a estrutura turística foi montada, várias áreas foram destinadas à conservação e ao uso sustentável por meio da criação de Unidades de Conservação (UCs), nos diferentes níveis da administração pública.

A produção do patrimônio natural no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena

O mercado de viagens (turismo) é responsável por mais de 8% da economia brasileira, segundo o Ministério do Turismo (MTUR). Nesse contexto, Bonito, juntamente com a capital do estado, Campo Grande, lideram com 83,21% o ranking dos municípios do MS mais visitados, de acordo com o boletim trimestral do 4º trimestre de 2019¹⁸³, do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, conforme pode ser observado na figura a seguir.

Figura – Ranking dos municípios mais visitados no MS - 4º trimestre/2019.



Fonte: Adaptado do Observatório do Turismo de Mato Grosso do Sul, Boletim do 4º trimestre/2019. Disponível em: http://www.observatorioturismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/04/Boletim_out-nov-dez_2019_.pdf.

O município de Bonito, considerado uma referência mundial em turismo, recebe um grande número de turistas todos os anos. No último trimestre de 2019, recebeu 34,24% dos turistas que visitaram o MS. Apesar de alguns pontos turísticos da região estarem localizados nos municípios de Jardim e Bodoquena, estes vivem à margem do *trade* turístico, pois possuem uma estrutura turística menor do que a de Bonito.

O Programa de Regionalização do Turismo do MTUR delimita algumas áreas e municípios brasileiros, separando-os em regiões turísticas. Esta divisão é apresentada pelo

¹⁸³ Os dados utilizados correspondem ao 4º trimestre de 2019, visto que em março de 2020 as atividades turísticas foram suspensas devido à pandemia de COVID-19. Pesquisas sobre os impactos do novo coronavírus no turismo estão sendo realizadas pelo grupo de pesquisa “Turismo em tempos de pandemia - uma abordagem geográfica multi e trans-escalar” da Universidade de São Paulo, coordenado pela Prof^a. Rita de Cássia Ariza da Cruz. Um dos recortes dessa pesquisa compreende os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena.

Mapa do Turismo Brasileiro, estabelecido pela Portaria nº 271 de 23 de agosto de 2019, composto por 333 regiões turísticas.

A região turística Bonito/Serra da Bodoquena foi selecionada pelo programa. Contudo, devido aos critérios de escolha, dados por constituir-se como “Patrimônio Mundial da Humanidade”, possuir pelo menos um destino consolidado no mercado internacional, incluir aspectos como venda conjunta, acesso, conectividade e existência de projetos de consolidação das rotas como produto turístico (MTUR, 2019). Assim, apenas os municípios de Bonito (classificação B), Jardim (classificação C) e Bodoquena (Classificação D), foram contemplados pelo programa no âmbito da região Bonito/Serra da Bodoquena.

No ano de 2019, o MTUR apresentou o Programa Investe Turismo utilizando, como base, as regiões segundo o mapa do turismo brasileiro. Esse programa contemplou apenas trinta rotas turísticas estratégicas no Brasil inteiro. A viabilidade do programa dar-se-á a partir da parceria entre o MTUR, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e o Instituto Brasileiro de Turismo, hoje denominada de Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

As propostas e metas do MTUR demonstram o interesse em estabelecer a parceria entre o setor público e iniciativa privada. Isso pode ser observado devido aos pacotes de ações de investimentos e incentivos a novos negócios, além de ações de acesso a crédito, marketing e inovação. As normas gerais para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas (PPP) são instituídas pela Lei nº 11.079 de 2004. Além das parcerias com a iniciativa privada, o MTUR estabelece uma rede de incentivos aos governos municipais, estaduais, e para empreendedores locais, os quais possuem muito interesse nos programas e investimentos do governo federal, devido ao retorno financeiro.

Dentro da região turística Bonito/Serra da Bodoquena, encontramos o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (PNSB), criado no ano 2000, por meio de decreto. Durante e, após sua criação, o Parque Nacional (PARNA) passou por diversas etapas e conflitos. O processo de regularização fundiária ainda se estende, conforme registrado nos estudos de Ribeiro (2017). O principal uso público do PNSB corresponde a atividades de pesquisa; contudo, no entorno do PARNA as atividades são diversificadas e, muitas delas, controladas por empresas privadas. Essas atividades, em geral, envolvem exploração

ecoturística devido às belezas naturais da região, englobando atividades de esportes radicais, contemplação, passeios e descanso.

O histórico de conflitos e o processo que envolvem a criação do PNSB são relatados por Batarce (2010) e Ribeiro (2017). A regularização fundiária ainda não foi realizada, mas o processo de implementação do PNSB continua, sobretudo porque essa UC já possui Conselho Gestor e Plano de Manejo aprovado. Conforme esses mesmos autores, o processo de criação deste Parque Nacional envolveu audiências públicas, nas quais os proprietários de terras pressionavam a opinião pública para a criação de uma Área de Preservação Ambiental (APA).

As Áreas de Preservação Ambiental são diferenciadas dos Parques Nacionais por um critério técnico, quanto ao uso dos seus recursos naturais. Enquanto a APA corresponde ao grupo das unidades de uso sustentável e, no caso específico, a uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, e constituída por terras públicas ou privadas, o PARNA, está agregado ao grupo das unidades de proteção integral. Segundo Pádua (2011), assim como as reservas de biosfera, as APAs não apresentam tantos resultados de preservação quanto as outras categorias, pois permitem o uso de recursos e correspondem a uma “proteção”, com pessoas interferindo nas suas dependências.

Uma das concessões aos proprietários de terras, que ocorreu no âmbito da definição dos limites do PNSB, foi a manutenção da estrada Bonito – Baía das Garças, dando outra configuração ao PNSB. Conforme apontado por Moretti (2010):

No processo de implantação do Parque foram feitas algumas concessões, dentre elas (e talvez a mais significativa) destaca-se a fragmentação da Unidade de Conservação em duas partes para manter em funcionamento a estrada Bonito – Baía das Garças, que tem como principal finalidade permitir a transposição da serra, ligando o planalto à planície do Pantanal, atendendo a interesses de fazendeiros, que utilizam esta estrada para o acesso às propriedades. (MORETTI, 2010, p. 116).

Recentemente esta estrada entrou nos planos de infraestrutura do governo estadual, como parte do planejamento de uma rota ecológica e como caminho para escoar a produção pecuária do Pantanal.

Ainda que os PARNAs estejam respaldados por ato legal de criação, as tentativas de diminuição das suas áreas ocorrem, em muitos casos, devido à ausência de regulamentação fundiária, o que acaba gerando os chamados "Parques de Papel". Os conflitos gerados geralmente estão associados ao uso do solo no entorno, e/ou dentro da

área do PARNA que acabou de ser criado. Esse processo de regulamentação, frequentemente, se estende por anos.

Em se tratando da tentativa de manter as suas áreas, uma das estratégias que tem sido utilizada pelos proprietários de terras é o ajuizamento de ação para a caducidade do decreto de criação das UCs, por ter transcorrido o prazo de cinco anos, sem desapropriação das áreas pertinentes. Utilizando este recurso, os antigos proprietários das terras que hoje pertencem ao PNSB, moveram uma ação solicitando a caducidade do decreto de 21 setembro de 2000, visto que ainda não foram indenizados. Caso eles ganhem a ação judicial, o PNSB pode ser reduzido em até 80% da sua área.

A primeira ação movida no sentido de tentar reaver as terras foi realizada pela Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), no âmbito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), que acabou por extingui-la no ano de 2016¹⁸⁴. Uma nova ação foi movida pelos Sindicatos Rurais dos municípios e uma liminar da 4ª Vara da Justiça Federal de Campo Grande determinou a caducidade do decreto que criou o PNSB, conforme a decisão publicada em 19 de julho de 2019¹⁸⁵. Após julgado o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal contra esta liminar, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o parecer do desembargador foi favorável à manutenção de toda a área do PARNA¹⁸⁶.

A4ª Câmara de Coordenação e Revisão (Meio Ambiente e Patrimônio Cultural) do Ministério Público Federal (MPF) por meio da Nota Técnica 4ª CCR n.º 3/2018, alerta e defende a inaceitabilidade da tese de caducidade do ato de criação de Unidades de Conservação, ainda que o prazo de cinco anos de implementação tenha expirado, dado que as UCs são criadas por lei ou decreto; ou seja, qualquer alteração nas mesmas somente pode se dar neste mesmo nível de normatização jurídica. O prazo em questão está pautado na aplicação do Decreto 3.365/1941 (Lei de Desapropriação); contudo, o MPF entende que as restrições ao uso da propriedade decorrem de legislação ambiental, e não da declaração de utilidade pública. Na nota consta, ainda, que ocorre um desacordo em relação à Constituição Federal, na medida em que este entendimento de caducidade

¹⁸⁴ <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/mpf-ms-trf3-extingue-processo-que-questionava-a-criacao-do-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

¹⁸⁵ <https://www.campograndenews.com.br/meio-ambiente/liminar-da-justica-federal-tira-80-da-area-do-parque-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

¹⁸⁶ <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/trf-3-atende-mpf-e-cassa-liminar-que-decretava-a-caducidade-do-decreto-que-criou-o-parque-nacional-da-serra-da-bodoquena>. Acesso em 15 de setembro de 2020.

considera um direito individual acima do direito de toda a coletividade ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Dadas as circunstâncias do processo de criação do PNSB e de outras Unidades de Conservação, podemos perceber que os conflitos políticos e jurídicos ocorrem mesmo quando são levados em consideração os entendimentos da legislação vigente. Gonçalves (2018, p. 51) aponta que “[...] o campo jurídico-político, por sua vez, é o lugar da tensão, do conflito e da luta, portanto, onde menos se pode falar de neutralidade”.

Uma opção que tem sido apontada como alternativa para resolver os problemas da regularização fundiária das áreas dos PARNAs, compreende um dos mecanismos de Compensação de Reserva Legal (CRL). Com este artifício, os proprietários que não possuem a área de reserva legal suficiente em suas terras e que precisam reflorestar ou compensar, podem fazer a compensação por meio da compra de áreas dentro de Unidades de Conservação de Proteção Integral, conforme o art. 66, inciso III e parágrafos 5º, 6º e 7º da Lei nº 12.651/2012.

Essas medidas de compensação demonstram a precariedade de recursos econômicos e humanos, destinados à preservação do meio ambiente. Mesmo que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) tenha se consolidado, algumas carências ainda impedem a proteção efetiva de muitas dessas áreas de conservação.

O novo diploma, no entanto, não resolveu os problemas estruturais mais graves que sempre afetaram e continuam a contaminar o sistema, e que conduzem a uma baixíssima efetividade de todas as categorias de manejo nele contidas. Dentre as questões mais sérias, pode-se citar escassez de recursos, gastos desnecessários, falta de pessoal, ausência de planos de manejo, falta de utilização de critérios científicos para a escolha da categoria de manejo, formato e dimensão das unidades de conservação, existência de populações tradicionais residentes em unidades de proteção integral, baixa aceitação pelas populações do entorno, falta de regularização fundiária, ausência de proteção equânime entre os biomas. (GODOY; LEUZINGER, 2015, p. 225)

Em uma avaliação dos primeiros dez anos de criação do SNUC, Pádua (2011) aponta problemas relacionados à quantidade de categorias e suas funcionalidades, além da falta efetiva de implantação, bem como a falsa impressão de que milhões de hectares estão realmente sendo preservados.

Mesmo com o advento da Lei do SNUC, a situação não mudou, pois embora se tenha estabelecido milhões de hectares em novas unidades de conservação 50% das mesmas carecem de regularização fundiária. O SNUC não conseguiu enfrentar o problema mais sério do Sistema Nacional, que é a regularização fundiária e a consequente implementação, no campo, das unidades estabelecidas. (PÁDUA, 2011, p. 29)

Quanto às categorias de Unidades de Conservação, a Lei 9.985/2000, Capítulo III, art. 8º e 14º, estabelece dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O art. 8º desta lei indica que o grupo das Unidades de Proteção Integral seja composto pelas seguintes categorias de UCs: 1) Estação Ecológica; 2) Reserva Biológica; 3) Parque Nacional; 4) Monumento Natural; e 5) Refúgio de Vida Silvestre. Nas duas primeiras categorias a visitação pública é proibida. O art. 14º determina as seguintes categorias no grupo das unidades de uso sustentável: 6) Área de Proteção Ambiental; 7) Área de Relevante Interesse Ecológico; 8) Floresta Nacional; 9) Reserva de Fauna; 10) Reserva Extrativista; 11) Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e 12) Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Apesar do SNUC ser um sistema que integra as diversas áreas e categorias de conservação e preservação, na prática, o sistema adquiriu uma estrutura de difícil gestão. Além da diversidade de categorias, hoje esta estrutura é composta por 2.446 Unidades de Conservação, das quais, uma área de 1.545.422,18 km² corresponde à área de conservação continental, conforme dados retirados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Biodiversidade (CNUC). Uma diferença curiosa pode ser observada quanto à área dos grupos do SNUC: enquanto as categorias que compreendem o grupo de Proteção Integral correspondem a uma área continental de 513.193,83 km², as unidades de Uso Sustentável abarcam o dobro dessa área, com 1.005.181,95 km².

Os conflitos e contradições no processo de implementação efetiva das políticas de meio ambiente apontam os próprios conflitos da produção do patrimônio natural, visto que, parte da população não compreende os espaços públicos como tais, enquanto o poder público procura apresentar propostas de ocupação destes espaços, na esfera das PPP. Em grande parte dos casos, as metas das políticas públicas são meramente numéricas, demonstrando a ausência de análises consistentes que permitam a efetiva implementação das áreas de preservação e conservação biológica e dos ecossistemas.

Processo de concessão da natureza

A preservação ambiental, de uma forma geral, sempre foi entendida como responsabilidade do Estado, não só pelas políticas de preservação de ambientes naturais, mas também por exercer o poder de delimitação das áreas. Em contrapartida, essas áreas, muitas vezes, e ainda hoje, têm sido encaradas como empecilhos para a produção de

riqueza e desenvolvimento. Nessa perspectiva neoliberal, as políticas públicas e ambientais têm se orientado no sentido de estabelecer relações público-privadas até mesmo para a gestão das UCs, em uma parceria entre Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), Caixa Econômica Federal (CAIXA), entre outros parceiros. Esse novo modelo, que tem como objetivo fomentar e estruturar as alianças ambientais público-privadas, foi denominado de Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP).

Este modelo de gestão compartilhada com a iniciativa privada, sobretudo nos serviços relacionados à exploração econômica do turismo, já ocorria, ainda que em áreas mais restritas. Como exemplo, cita-se o Parque Nacional do Iguaçu (PNI), o primeiro PARNA a conceder à iniciativa privada a exploração econômica do turismo, no final da década de 90 do século passado. As consequências da parceria público-privada no PNI são apresentadas no trabalho de Migliorini (2018).

No final do ano de 2019, novas concessões foram efetuadas para além da prestação de serviços públicos de apoio à visitação. A resolução nº 79/2019, dispõe sobre a qualificação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, do Parque Nacional de Jericoacoara e o do Parque Nacional do Iguaçu, para prestação de serviços públicos ligados à conservação, à proteção e à gestão das unidades, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e pela inclusão destes no Programa Nacional de Desestatização (PND). Outros parques que foram qualificados e incluídos no PND, por meio do Decreto nº 10.447/2020, foram o Parque Nacional de Brasília e Parque Nacional de São Joaquim.

A articulação das concessões dos serviços de gestão e conservação dos PARNAs citados anteriormente, possibilita uma reflexão sobre a intencionalidade da iniciativa privada em assumir a gestão destes, considerando que seu principal interesse nas áreas das UCs consiste na obtenção de lucro, e que a sua gestão viabilizaria uma maior liberdade quanto ao aumento do valor dos ingressos.

A maior parte dos PARNAs ainda se encontra em processo de concessão de serviços de apoio à visitação para iniciativa privada, como é caso do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, concessão essa aprovada pelo ato justificador nº 3/2018, do ICMBio. Além desta concessão serviços de apoio à visitação no PNSB, o entorno deste está incluído na programação de incentivos aportados pelo Programa Investe Turismo do Ministério do

Turismo em parceria com Sebrae e Embratur em trinta rotas turísticas estratégicas do Brasil, entre elas Região Turística Bonito/Serra da Bodoquena (Bonito, Jardim e Bodoquena).

Boa parte da pesquisa aqui realizada está baseada em leis, decretos e processos, pois, justamente as mudanças nessas legislações e ações, demonstram o entendimento político/administrativo para o ordenamento territorial das UCs. “Atentemos para essas palavras tão caras à ciência moderna: lei, regras (regularidade), processo e ordem. São todas palavras de vocabulário político, na medida em que o Direito está bem no centro das relações sociais” (Gonçalves, 2018, p.51).

Esse novo modelo de concessão da natureza, remete à ideia de uma nova maneira de explorar a natureza de forma dita “sustentável”, na medida em que se atribui a ela um valor de troca. A produção de patrimônio natural, neste contexto, passa pela atribuição de valor estabelecido por uma nova necessidade de estar em contato com uma natureza “preservada”. “Valores são atribuídos a partir de qualidades que são reconhecidas nos objetos, mas que variam conforme os diferentes grupos os concebem.” (SCIFONI, 2008, p. 9). O ato de atribuir valor estético, e à experiência, está diretamente relacionado ao valor financeiro que pode ser cobrado dos visitantes; logo, espaços públicos em regime de concessão serão frequentados por públicos específicos.

Se, num primeiro momento, a natureza aparece como uma matéria dada, a ser dominada e transformada, no curso da história da produção do espaço geográfico essa condição se modifica, pois a natureza é recriada como uma nova necessidade social: a necessidade de sua proteção aparece como uma nova condição. (SCIFONI, 2008, p. 14).

O patrimônio natural e público transformou-se em objeto de consumo, incorporado às necessidades de mercado, sobretudo do ponto de vista do comércio turístico internacional. Ao tratar o patrimônio natural como objeto de consumo, a própria patrimonização destas áreas naturais torna-se um aspecto conflituoso. Em se tratando do desenvolvimento da economia local, passa-se a produzir diferentes espaços atribuídos a grupos diversos, utilizados tanto para apropriação e criação da natureza quando para especulação dentro dos espaços urbanos dos municípios.

Referências

BATARCE, Ana Paula Archanjo. Histórico da Criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. *In*: Moretti, E. C. **Território da conservação**: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Dourados: Edições Nicanor, 2010.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.** Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm#:~:text=A%20cita%C3%A7%C3%A3o%20far%2Dse%2D%C3%A1,um%20propriedade%20auton%C3%B4ma%2C%20a%20dos. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Decreto de 21 de setembro de 2000.** Cria o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, no Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. 2000.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 18 jul. 2000.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. 2004.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.** Institui o novo código florestal brasileiro. 2012.

BRASIL. **Nota Técnica 4ª CCR n.º 3/2018.** Nota Técnica sobre a inaceitabilidade da tese de caducidade do ato de criação de Unidades de Conservação. 2018. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Rotas Turísticas Estratégicas: Investe turismo.** 2019. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/Investe%20Turismo/Rotas_Tur%C3%ADsticas_Estrat%C3%A9gicas-InvesteTurismo.pdf. Acesso em: 9 de março de 2020.

BRASIL. **Portaria nº 271, de 23 de agosto de 2019.** Define o Mapa do Turismo Brasileiro 2019 e dá outras providências. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 10.447, de 7 de agosto de 2020.** Dispõe sobre a qualificação das unidades de conservação Parque Nacional de Brasília, localizado no Distrito Federal, e Parque Nacional de São Joaquim, localizado no Estado de Santa Catarina, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. 2020.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** 4 ed. Rio de Janeiro: Ática, 2004.

GODOY, L. R. C.; LEUZINGER, M. D. **O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil: Características e tendências.** Ano 52 Número 206 abr./jun. 2015. p. 223 – 243.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** 15. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. 148p.

LUCHIARI, M. T. D. Turismo e território: sustentabilidade para quem? *In: IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local*, 2000, Caxias do Sul. Redescobrimo a Ecologia no Turismo. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e patrimônio natural no uso do território. *In: LUCHIARI, M. T. D. P.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Orgs.) Patrimônio, natureza e cultura.* Campinas: Papirus, 2007. p. 25-45.

MIGLIORINI, S. M. S. Parceria público/privada na gestão de unidades de conservação: conflitos e desafios no caso do Parque Nacional do Iguaçu. *In*: RIBEIRO, M. A.; MORETTI, E. C. (org.). **Olhares Geográficos Sobre Paisagem e Natureza**. Tupã: ANAP, 2018.

MORETTI, E. C. A Atividade Turística e a Privatização do Patrimônio Público no Parque Nacional da Serra da Bodoquena. *In*: Moretti, E. C. **Território da conservação: o Parque Nacional da Serra da Bodoquena**. Edições Nicanor, 2010.

CNUC. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Biodiversidade**. 2020. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/Investe%20Turismo/Rotas_Tur%C3%ADsticas_Estrat%C3%A9gicas-InvesteTurismo.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

PADUA, M. T. J. Do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *In*: MMA. **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro** / Rodrigo Medeiros, Fábio França Silva Araújo; Organizadores. – Brasília: MMA, 2011. 220 p.

PARENTE, K. M. N. **Espaços públicos e privados de lazer e turismo na orla oeste de Fortaleza: Embates políticos e contradições socioespaciais**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012.

RIBEIRO, A. F. N. **Desafios e conflitos na produção do espaço no Planalto da Bodoquena: agricultura, turismo e apropriação da natureza**. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia e uma Geografia crítica**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 2004, 288 p.

SCIFONI, S. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

NATUREZA: NUANCES, CONCEPÇÕES E OLHARES CONTEMPORÂNEOS

Fábio Pozati

Sandra Julia Gonçalves Albergaria

O estudo aqui proposto se limita às nuances e concepções que o conceito de natureza comporta e integra a essência das coisas. Ao longo do tempo, tal conceito e seu significado vêm sendo abordados, conhecidos e utilizados pelo homem.

Especificamente, nos preocupamos em propor uma discussão sobre o conceito de natureza num espaço-tempo histórico, no qual, também a preocupação com o método, era pertinente para cientistas e filósofos. Diante da importância do objeto deste estudo aqui apresentado, procuramos abarcar olhares contemporâneos através de estudo de caso.

Por outro lado, é perceptível que, agora, as sociedades pontuam para a necessidade de construção de uma consciência ecológica mundial e local, na qual o homem, nas suas várias funções, dialoga com a natureza que o envolve. Vale lembrar que métodos científicos perpetuam e aprofundam tal diálogo. É necessário citar que, entre estes métodos, temos estudos ambientais, viagens investigativas, visitas técnicas e turismo ecológico. Sendo assim, se faz pertinente, neste estudo, aclarar reflexões sobre as relações entre ciência e natureza.

Inicialmente, demonstraremos como se apresenta a generalidade do termo 'natureza' e a persistência tradicional da palavra e de seus derivados, examinando, historicamente, a variedade de significados que este conceito subentendeu e subentende. Posteriormente, é apresentada a necessidade de métodos científicos desenvolvidos no decorrer da história para compreender e utilizar a natureza, nesse momento, já não mais como essência, mas como o mundo exterior ao homem.

No seguinte momento abordaremos o conceito de natureza percebido nas atividades turísticas desenvolvidas em Unidades de Conservação. Utilizamos como estudo de caso a prática vivenciada no Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ.

As atividades turísticas realizadas no Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ nos levam ao entendimento da ideia construída pelo homem urbano/contemporâneo,

quando este dialoga com o significado da natureza representado, em parte, pelo habitat preservado em Unidades de Conservação. Por outro lado, este estudo de caso nos aponta nuances contemporâneas sobre os aspectos que abarcam a complexidade do conceito de natureza.

Sobre as várias reflexões que podemos elencar sobre a natureza, desenvolveremos algumas delas para que o conceito não seja simplificado em alguns aforismos. No decorrer deste estudo, elencamos alguns refinamentos de autores que, com suas contribuições, lapidam os vários significados de natureza.

A Natureza para alguns pensadores é o conjunto dos seres que formam o Universo ou a força ativa que estabelece e mantém a ordem natural da própria existência. É a essência de um Ser, seu temperamento, caráter e índole. O autor compreende que a natureza abrange a constituição de um corpo. No que se refere ao ser humano é a condição do homem anteriormente à civilização porém, se partirmos da palavra natural que é referente à natureza onde não há o trabalho do homem chegaremos a mais definições que nos aproximam de questões que foram levantadas por pensadores com Bacon, Descartes, Espinosa e outros.

Lalande (1966) considera que natureza é o sentido de uma espécie, a essência de um gênero, o conjunto de propriedades que define sua existência, o desenvolvimento desta espécie, por meio da construção de suas ideias, como concepção de sua ciência. Tal abordagem limita-se na temporalidade da existência, no meio em que vive. Este aspecto parece ser fundamental para o autor, sobretudo quanto à representação da palavra natureza.

Lalande (1966) afirma, também, que tudo que é inato, instintivo, espontâneo em uma espécie, opõe-se ao que é adquirido pela experiência individual ou social. A vida do homem primitivo, ao contrário do homem urbano/contemporâneo, seria feliz porque ele sabia viver de acordo com suas necessidades inatas. Ele seria amplamente autossuficiente porque construía sua existência no isolamento das florestas, satisfazia suas necessidades de alimentação e sexo sem maiores dificuldades, e não era atingido pela angústia diante da doença e da morte. As necessidades impostas pelo sentimento de autopreservação presente na vida primitiva impelia o homem selvagem a ações agressivas e, tais ações eram contrabalançadas pelo inato sentimento de piedade, que o impedia de fazer o mal aos outros desnecessariamente.

Para esse sentido de Natureza como mundo visível, Lalande (1966) aclara que o entorno que é oferecido aos olhos dos homens como o mundo visível, o qual abrange o universo vegetal, os campos, os bosques e todos os animais, é o conjunto de seres visíveis, os quais não são os homens, sendo este considerado como agente de vida consciente, abstrata e voluntária.

Ainda em Lalande (1966), podemos compreender outra nuance que a palavra natureza suporta no decorrer do conhecimento humano. Segundo o autor, do ponto de vista semântico, não é possível ordenar de forma linear os sentidos da palavra natureza que parecem ser formulados por irradiação em várias direções, em torno de uma ideia primitiva que, sem dúvida, seria do desenvolvimento espontâneo dos seres vivos, desde a fecundidade até a morte.

O estudo da natureza (mundo material) para Bacon (1973) produz conhecimento das criaturas, mediante as obras e as artes do homem; o autor entende que “saber é poder”. O saber, para o autor, é apenas um meio mais vigoroso e seguro para conquistar o poder sobre a natureza. Esse princípio tornou-se o fio condutor de sua vida e de sua atividade intelectual.

Contudo, dentro do projeto grandioso elaborado por Bacon, a parte construtiva começa com a formulação de um novo método de investigação da natureza. Este permitiria um correto conhecimento dos fenômenos que, partindo de fatos concretos, tais como se dão na experiência, ascende-se às formas gerais, que constituem suas leis e causas. Esse procedimento chama-se método indutivo.

A natureza, conforme Casini (1975), responde às experiências mentais dos homens, sem revelar de uma vez as suas leis e, no que tange aos métodos para a compreensão da natureza do mundo material, vale lembrar as reflexões de Galileu e de seu precursor Descartes. Para Silva (1993), a tarefa de Descartes seria a de refazer o caráter sistemático do saber. E, para pensar essa nova fundamentação, ele contaria com uma concepção de Galileu, que estaria implícita na “nova física”, e que foi formulada pelo astrônomo na sua obra ‘O ensaiador’. Com os feitos de Descartes a natureza passa a ser escrita em linguagem matemática. Isso significa que contaríamos com um poderoso instrumento de conhecimento, plenamente adequado à decifração da realidade natural. A natureza é tal que se prestaria, naturalmente, a um tratamento matemático. É por esse caminho que Descartes

tentaria encontrar os novos fundamentos para o conhecimento não apenas da natureza, mas também de Deus e da alma.

Segundo Casini (1975), as descobertas realizadas por Newton substituiriam, na consciência das novas gerações, os resíduos da escolástica, o cartesianismo e seus derivados. A afirmação e a difusão da síntese newtoniana foi um fenômeno ideológico e cultural, para não dizer político, de vastas dimensões. O conhecimento da natureza, sob a luz das matemáticas e da ciência experimental, constituía a estrutura das discussões sobre o método de investigação e, porque não dizer, sobre o processo dialógico de conhecimento entre o homem e a natureza.

A nuance de natureza que é aclarada por Hegel (1969), abarca o sentido abstrato e ideológico existente na essência humana. É perceptível que, para Hegel, a natureza humana está inserida na natureza construída pelo próprio humano em diálogo com os mecanismos limitantes desta natureza idealizada. O que é de natureza como entorno biofísico deste homem em transformação constante, é considerado como um “(...) jogo polimórfico de seus fenômenos que acarreta certa monotonia (...) a evolução, calma produção da natureza, é para o espírito uma luta dura, infinita contra ele próprio. O que o espírito quer é atingir seu próprio conceito”. (HEGEL, 1969, p. 54-55).

É sabido que Karl Marx não se debruçou nas diversidades epistemológicas da física e da biologia, porém muito contribuiu em avaliar o papel histórico-social da investigação científica. Conforme Casini (1975), Marx aclarou a crise do modelo capitalista avançado e, conseqüentemente, a ameaça real do esgotamento dos recursos naturais do planeta. “Só hoje podemos dar-nos claramente conta de até que ponto a rapina, a exploração, o fim exclusivo do lucro acharam não só nas relações inter-humanas, mas também na relação entre sociedade e natureza.” (CASINI, 1975, p. 128).

Assim sendo, com a sujeição das sociedades à indústria capitalista, fez-se ruir o equilíbrio entre o mundo material e a natureza humana. O processo de sintetização dos elementos constitutivos do homem bio, o fez gerar a natureza artificial, que é a que vivemos hoje.

A aquisição metodológica da matemática tornou possível ao humano não só aprender e decifrar a natureza, mas pelo *corpus* da ciência experimental, subjugá-la, transformá-la e artificializá-la.

Agora, como seres naturais e artificiais, nos resta a conscientização e o comprometimento com o que de natureza biofísica sobrou, sendo esta, traços de uma realidade outrora tão investigada como vimos até agora no decorrer do texto.

De acordo com Diegues (1996), num momento não tão distante, a revalorização do mundo natural ocorre dentro de um contexto social. Nesta conjuntura, a vida da cidade, que antes era valorizada como sinal da evolução humana em detrimento ao campo, rústico e atrasado, passa a ser reconsiderada e criticada, pois a fumaça vinda das fábricas localizadas nos centros urbanos tornava o ar irrespirável e os rios poluídos. A partir disso, a vida no campo passa ser idealizada como algo capaz de trazer a possibilidade de respirar ar puro e fugir da rotina “massificante” vinda das fábricas, principalmente, segundo o autor, por meio das classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola.

A partir desse contexto, é que a proposta de Áreas Naturais Protegidas toma força como um instrumento institucionalizado e legalizado pelos governos nacionais e, amparada pelo apoio da opinião pública de todo o mundo capitalista. A ideia das *ilhas naturais* é concebida como algo capaz de resolver a ameaça eminente de extinção das áreas naturais, agora revalorizadas ou, em uma análise mais crítica, permitir ou justificar o avanço da degradação de áreas não demarcadas para esse fim. Dessa forma, poderiam assim pensar os carentes ou desinteressados por uma análise mais aprofundada sobre o assunto: a partir das ANPs estaríamos a salvo e, até mesmo, livres de qualquer efeito colateral gerado pela urbanização. Nesse contexto, quem tem uma Área Natural Protegida jamais deixará de ter áreas naturais para contemplar, visitar, estudar e, principalmente, garantir a existência de áreas naturais, anulando assim os efeitos colaterais provocados pelo movimento capitalista.

Mesmo assim, toda a preocupação com o meio ambiente ainda não é o bastante para manter o equilíbrio primitivo da natureza que é modificado, ou comprometido pelo homem, tendo em vista sua capacidade de transformação por meios técnicos, aliados ao aumento da população que produz conforme suas necessidades.

Sob a égide de bandeiras ambientalistas, o ser humano traça seu ideário à procura de refino à concepção de natureza, e passa a *turistar*. Seu foco de viagens são as Unidades de Conservação Natural, as quais servem como vitrines turísticas e são comercializadas pela iniciativa privada em comum acordo com o poder político local.

A natureza sob a perspectiva da prática da atividade turística em Unidades de Conservação

As propostas e ações direcionadas aos programas de planejamento e gestão em Unidades de Conservação brasileiras, observadas desde a sua concepção, resultam em aspectos preocupantes e que necessitam de uma eminente reflexão. Uma dessas questões e, talvez a mais preocupante de todas, refere-se à forma como ocorre atualmente a visitação, valorização e visão de algumas das Unidades de Conservação brasileiras. Como exemplo, será utilizada, como estudo de caso, a UC do Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ.

De acordo com Thomas (1988), o crescimento das cidades estimulou um novo anseio pelo campo. Embora o desenvolvimento urbano tenha criado um maior distanciamento entre homem e natureza, esse mesmo progresso permitiu um gosto maior do homem pelos aspectos materiais da natureza, como rios, matas, montanhas, e da própria natureza não dominada pelo fenômeno da urbanização. A recém-obtida “segurança urbana” diante dos animais selvagens produziu, por contradição, um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural.

O mesmo podia ser dito das crianças de hoje que, alimentadas por uma dieta de carne e protegidas por uma medicina desenvolvida através de experimentos com animais levam, não obstante, bichinhos de pelúcia para a cama e prodigam afeição a cordeiros e pôneis. Para os adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças; são fantasias que cultuam os valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver (THOMAS, 1988, p. 357).

Na medida em que a artificialização do natural é evidenciada nas áreas urbanas de megalópoles e avança para as médias e, até, para as pequenas cidades, aumenta a necessidade das pessoas encontrarem refúgios para fugir do estresse e do caos causados pela poluição, trânsito e violência típicos do espaço urbano capitalista. Trata-se de um resgate do contato com a natureza, idealizada no próprio processo de construção do significado de natureza em si. Nesse sentido, é interessante observar o grande fluxo de veículos nas estradas de acesso às cidades que costuma ocorrer em todo feriado, ou início de férias escolares. O mesmo grande movimento é observado nos aeroportos e estações rodoviárias onde, muitas vezes, é difícil encontrar lugares disponíveis nesses períodos.

Ao observar o comportamento de consumo dos turistas, percebe-se uma necessidade de fuga da cidade, de sua moradia, e de sua rotina de trabalho em busca do descanso em locais produzidos com o significado de natureza, que muitos desses precisam

consumir em suas viagens, seja em suas férias ou em algum feriado prolongado, mesmo que para isso tenha que assumir uma dívida que só será paga em até doze meses. Esse processo movimenta recursos financeiros expressivos para importantes elementos da cadeia produtiva do turismo, como agências de viagens, operadoras, companhias aéreas e hotéis, adquirindo, portanto, uma grande valorização no mundo atual.

Para Santos (1999), a concepção de natureza pelo homem nem sempre foi mercantilista tal qual é evidenciada atualmente na sociedade, e que pode ser observada, por exemplo, por meio da prática da atividade turística em Unidades de Conservação. Para o autor, a natureza era no início selvagem, formada apenas por objetos naturais. Porém, com o passar do tempo esses objetos naturais foram sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e até cibernéticos, transformando o conceito de natureza do espaço, ao longo dos anos, a partir da interferência humana.

O autor entende que, atualmente, há uma concepção de natureza denominada de natureza artificial ou tecnificada, caracterizando um período por ele designado de *Técnico Científico Informacional*. Nesta conjuntura, não se permite pensar a natureza como essencialmente *natural*, mas como uma natureza *tecnificada*, repleta de técnicas humanas, que está sobreposta às condições naturais iniciais.

Para Smith (1988) a natureza era inicialmente tratada pelo homem como uma fonte de valor de uso, sendo considerada nesse momento como algo (...) *material e espiritual, dada e feita, pura e imaculada*; e que remete a (...) *ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, trata-se de uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina*. A natureza era, segundo o autor, (...) *um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução*. De forma contraditória, mas ao mesmo tempo complementar, a natureza manifestava-se como uma *história universal a parte*, mas também pode ser observada como *o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim*. Por outro lado, para o mesmo autor, essa natureza passa por uma transformação no decorrer do tempo, na medida em que o processo capitalista é instalado no mundo, o valor de troca que interfere nas condições naturais das mais diversas localidades é estabelecido.

Para Smith (1988), a natureza era inicialmente tratada pelo homem como uma fonte de valor de uso, sendo considerada nesse momento como algo (...) *material e espiritual, dada e feita, pura e imaculada*; e que remete a (...) *ordem e desordem, sublime e secular,*

dominada e vitoriosa, trata-se de uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina. (SMITH, 1988, p. 26). Por outro lado, para o mesmo autor, essa natureza passa por uma transformação no decorrer do tempo, na medida em que o processo capitalista é instalado no mundo, é estabelecido o valor de troca que interfere nas condições naturais das mais diversas localidades.

Evidencia-se a mutação de uma primeira natureza, geralmente relacionada ao valor de uso, para uma segunda natureza, relacionada ao valor de troca. Essas duas naturezas passam, assim, a se diferenciar e, ao mesmo tempo, interagir em uma constante dialética de valor de uso e valor de troca. Assim, no processo de trabalho, os seres humanos tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho a serem transformados em mercadoria.

A dominação da natureza é uma realidade aceita por todos, que ela seja vista com espanto, como uma medida do progresso humano, ou com temor, como um trágico prenúncio de um desastre iminente (...) a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas. (SMITH, 1988, p. 27).

Para Foladori (2001), o processo de transformação da natureza pelo homem não ocorre, historicamente, de maneira isolada. Trata-se de um processo de acumulação onde a realidade vivenciada a cada dia é um resultado do que foi feito nesse dia somado a tudo o que fez até esse dia. Segundo Foladori (2001), outros seres vivos assumem a natureza apenas de maneira imediata, utilizando aqueles recursos necessários à medida de sua necessidade momentânea. Com o ser humano (...) *ocorre algo totalmente diferente*, pois o uso e transformação da natureza é resultado de um processo de acumulação de conhecimento e técnicas que nunca cessa. Ainda segundo Foladori (2001), o homem é o único ser vivo a conseguir isso, ao contrário de outros seres, que até são capazes de transformar a natureza por meio de suas técnicas, mas sempre de forma isolada e pontual.

Segundo Raimundo (2011), é no início da Era Moderna que essa concepção muda radicalmente; quando a natureza passa a ser apreciada e considerada como um espaço que oferecia a sensação de liberdade, o que resultou em um movimento de retorno ao campo ou uma reaproximação da natureza, algo observado até hoje nas motivações dos fluxos de turistas em direção aos espaços naturais considerados, por muito desses turistas, como espaços *intocados* pela ação do homem.

Moreira (2006) defende, no que lhe concerne, a ideia de que a natureza pode até ser observada sobre distintas formas, mas, no final, essas formas sempre podem ser

sintetizadas em duas: a natureza *natural* e a natureza *socializada*. Segundo o autor, essas naturezas não são distintas, nem tão pouco fragmentadas, mas se complementam e se fundem em uma concepção de humanização da natureza e naturalização do homem.

O homem é ele próprio natureza e história: natureza hominizada. A hominização do homem pelo trabalho de transformação da natureza é decorrência de ser ele o sujeito e objeto da sua própria existência. O homem naturaliza-se historicizando a natureza e historiciza-se naturalizando a história. Por isso, dialeticamente, quanto mais o desenvolvimento científico e técnico o homem cresce em poder sobre a natureza, ele mais dela se liberta e mais com ela se funde, porque mais dela e nela se incorpora. (MOREIRA, 2006, p. 80)

Para o mesmo autor, homem e natureza não podem ser divididos ou entendidos de forma separada, como habitualmente seria abordado em um modelo positivista, pois a natureza *socializada* não desaparece com a natureza *natural*. Basta nos lembrarmos de que nosso alimento, vestuário, energia de nossos veículos e relacionamentos humanos são formas socializadas da natureza. Para esse visitante, mesmo que pense e aja de forma inconsciente, homem e natureza são dois elementos distintos.

Esse processo acaba direcionando os visitantes a considerar os espaços naturais que visitam como zoológicos ou parque de diversões. Estão tidos como um produto com atrativos e estrutura comercializados por alguém, similar a algo visitado em um domingo ensolarado, sem qualquer tentativa de compreensão e, por consequência, valorização da complexidade e riqueza da biodiversidade existente no local. A natureza visitada acaba sendo, na concepção do visitante, mais um lugar para ser simplesmente registrado em suas redes sociais, sem qualquer identificação ou tentativa de entendimento; um produto consumido como qualquer outro, de forma racional, objetiva e mercantilista.

Esse visitante trata o cenário natural como um verdadeiro aquário visto por alguém que não pertence necessariamente a esse ambiente aquático e que, para vivenciá-lo, necessita de equipamentos de sobrevivência como roupas especiais, máscaras e tubos de oxigênio. Na concepção de Moreira (2006), essa divisão e distanciamento entre homem e natureza é altamente questionável, pois segundo o autor:

A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existência humana. Mas como é o trabalho que está verdadeiramente tecendo a dialética da história, é ele que faz o homem estar na natureza e a natureza estar no homem. Dito em outras palavras: é ele que faz com que a sociedade seja a dialética história-natureza. (MOREIRA, 2006, p. 81)

A dicotomia estabelecida entre o homem e a natureza tem raízes históricas fundamentadas no pensamento onipresente do homem ocidental através da prática capitalista

e sendo assim é possível verificar o quão longe está o fazer do homem e a essência da natureza. Pouco há de harmonioso na relação do homem com a natureza se no ambiente da dialética houver a submissão do que permanece natural no Planeta a favor da supremacia do lucro.

Estabelece-se assim uma visão unilateral do ser dominante, que é potencializada ainda mais quando esse homem amplia suas relações comerciais com outros lugares. Ocorre, assim, uma lógica da adoção de uma técnica uniforme, universalmente aprovada e utilizada como algo absolutamente normal.

Assim como a natureza em si, os espaços naturais visitados passam a ser produtos precificados, consumidos e, então, descartados pelo homem que, em seguida, anseia por novos espaços naturais para repetir o processo que parece ser infinito. Por outro lado, os espaços naturais disponíveis são finitos, o que compromete a continuidade do processo.

A promoção de atividades de contato, conhecimento e interação do visitante com a natureza dos espaços visitados, como ações promovidas alinhadas aos princípios da educação ambiental (não apenas para escolas de ensino fundamental, mas também para os visitantes de uma forma geral), permite ampliar o conhecimento e valorização pelos espaços naturais visitados. Nesse caso, os visitantes têm diferentes experiências vivenciais a cada nova visitação, algo que possibilita ao mesmo visitante encontrar novas motivações no mesmo espaço e ampliar, assim, sua interação com a natureza que tem contato a cada nova visita ao mesmo local.

Evidencia-se, nesse momento, nas Unidades de Conservação, especialmente naquelas com um fluxo de visitação consolidada há mais tempo, como o Parque Estadual de Campos do Jordão, um processo de mercantilização da natureza. Esta situação é preocupante e, por isso, necessita de um amplo debate a respeito.

A natureza tratada e comercializada apenas como produto a ser consumido pelo turista pode, de fato, comprometer seu estado atual de conservação e afastar em definitivo as comunidades que originalmente viviam nesses lugares, seja por especulação imobiliária, encarecimento dos produtos locais ou, até mesmo, dificuldade de acesso a esses espaços. Tais locais passam a ser precificados para serem visitados em troca da possibilidade de usufruto de uma estrutura que ofereça um maior conforto e comodidade aos visitantes donos do capital e, portanto, os *novos donos da natureza* ali instalada.

O diálogo com a teoria existente a respeito desse assunto, e a reflexão sobre as causas e consequências da mercantilização da natureza resultantes do processo de visitação em Unidades de Conservação, como o objeto de estudo em questão, é o primeiro passo para ampliar esse entendimento. A partir disso, é importante discutirmos a mitificação da natureza pelo homem, a qual, muitas vezes, corrobora para a mercantilização dessa própria natureza ou, ainda, amplia o afastamento do homem do habitat natural, como se fossem duas coisas excludentes e, que portanto, devem ser pensadas de forma distintas, onde a presença de um, obrigasse a eliminação do outro.

Na opinião de Tuan (2013), o conceito de mito frequentemente opõe-se à realidade. Segundo o autor (...) *os mitos florescem na ausência do conhecimento preciso* (TUAN, 2013, p. 108). Por muito tempo, o homem do ocidente baseou-se na ideia de que era possível existir um lugar da Terra onde o *mal* não existisse, um lugar denominado por muitos como *Paraíso* e, por outros, como a *Passagem Noroeste* ou, até mesmo, a *Terra Australis*. Segundo o mesmo Tuan (2013), esses conceitos estão atualmente ultrapassados, mas ainda persistem no imaginário de muitos, algo que limita o conhecimento humano.

O mito não é uma crença que possa ser facilmente verificada ou negada pela existência dos sentidos. Não se questionava se realmente havia uma passagem Noroeste, ou se o Paraíso ficava na Etiópia. Em vez disso, admitia-se a existência desses lugares, o problema, portanto, era encontrá-los. (TUAN, 2013, p. 109).

A natureza é, então, tratada por muitos como um *mito*, conceito bastante questionado também por Diegues (1996) e Bruhns (2009) por apresentar contradições muitas vezes capazes de evocar assombro até entre os especialistas. Essa natureza é vista como exterioridade, ora sendo assumida como *paraíso*, ora assumida como *agressiva*. Nessa ideia de *confronto homem-natureza* está embutida a percepção da natureza apartada do homem, a qual não é estranha na nossa sociedade, visto que os comportamentos aprendidos prevalecem sobre os inatos, criando a noção de que somos constituídos apenas pela cultura. Nessa perspectiva, assemelhar-se à natureza significa assumir o *selvagem*, o indomado, aquele com características animais, enquanto estar na cultura significa estar controlado, disciplinado, educado.

Para Moscovici (1974), no conservacionismo reativo predominante no século XIX, todos os atributos e qualidades deveriam ser atribuídos à natureza. Contrapõe-se, dessa forma, o culturalismo, que considerava a natureza como expressão de retorno do homem ao seu estado de selvageria, ou seja, uma verdadeira enfermidade onde a cultura seria a única salvação.

A *ecologia profunda* (*deep ecology*) relaciona, por sua vez, a ecologia apenas com a ciência e apresenta, a partir de então, uma discussão mais profunda sobre *consciência ecológica* (daí o termo). Essa corrente de pensamento propõe que a natureza seja vista sob o ponto de vista dela mesmo, ou seja, segundo Diegues (1996) para compreendermos a essência de uma montanha, devemos raciocinar como ela.

Segundo os defensores do conceito da *ecologia profunda*, as políticas de preservação da natureza são incorretas e devem ser repensadas, pois não partem desse princípio. Alertam, ainda, que essa mudança deve afetar as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas atuais dos seres humanos. É uma corrente de pensamento que vai além do enfoque biocêntrico, pois, tendo grande influência espiritualista (não necessariamente cristã), ainda trata a natureza quase como uma entidade que deve ser adorada, respeitada e preservada, pressupondo que essa preservação deva ocorrer pela própria natureza, mesmo que as áreas naturais possam ser benéficas ao ser humano.

Diegues (1996) afirma que a *ecologia profunda* sofreu duras críticas de vários autores, pois é impossível um ser humano pensar sob o ponto de vista da natureza. Para eles, por mais solidária que seja a natureza, o ser humano tem uma forma de pensar única, mesmo quando tende para o lado biocêntrico. O autor critica, ainda, os adeptos da *deep ecology* por constituírem uma espécie de corrente *neo malthusiana*, visto que tratam os problemas ecológicos baseados apenas no crescimento populacional, sem levar em consideração as questões sociais.

Para Diegues (1997), a ideia de uma *natureza intocada*, renova o mito do paraíso terrestre perdido, que pode ser traduzido como o desejo do homem em encontrar um lugar semelhante ao Éden descrito nas escrituras bíblicas. Esse *neomito*, ou *mito moderno*, segundo o autor, atualmente aparece amparado também por razões ancoradas na ciência, como a necessidade eminente, defendida pela opinião pública de uma forma geral, pela proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

Segundo a concepção do autor, a existência de um mundo natural selvagem, que precisa ser mantido intocado e intocável, consiste em um desses neomitos ao qual o autor faz referência e nos leva a diversos questionamentos sobre a validade e resultado obtido em termos de preservação dos espaços naturais fechados, a exemplo do que ocorre atualmente com o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, fechado para visitação pública desde sua criação em 1991. Segundo a concepção do autor, a existência de um

mundo natural selvagem, que precisa ser mantido intocado e intocável, consiste em um desses neomitos. Isso nos leva a diversos questionamentos sobre a validade e os resultados obtidos em termos de preservação dos espaços naturais fechados, a exemplo do que ocorre atualmente com o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, se mantém indisponível para visitação pública desde sua criação em 1991.

Nesse caso, parece haver um clássico embate entre a corrente daqueles que defendem que, para preservar o espaço, qualquer interferência humana é maléfica, e aqueles que defendem que o ser humano pode conviver de forma harmoniosa com a natureza, sem necessariamente degradá-la. Ambas as correntes possuem defensores e críticos, cujos argumentos favoráveis ou contrários são apresentados a seguir, a fim de ampliar nosso entendimento e visão a respeito da situação apresentada no objeto de estudo.

Ao tratar a natureza como algo mítico, cujas características *originais* devem ser preservadas acima de tudo, o homem é colocado, segundo Bressan (1996), apenas como um ser na condição de *predador*, assim como a *civilização industrial* que carrega consigo, inviabilizando a possibilidade de convivência harmoniosa do espaço físico (natural, territorial) com a realidade social. De acordo com Bressan (1996):

(...) as proposições teóricas do conservacionismo, torna [sic] ainda mais visível a perspectiva conservadora deste movimento acerca das relações entre a sociedade e a natureza. É ilustrativo, neste sentido, o exame de seu principal mecanismo de gestão ambiental, as *áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (reservas naturais)*; tal procedimento revela a existência, entre outros aspectos, de um modo determinado de apreensão da natureza e de um âmbito prioritário de ação. Assim, é possível identificar os princípios metodológicos que expressam a visão conservacionista, quais sejam, o tratamento parcial do espaço e opção por reservas de uma natureza “original”, muitas vezes mítica. (BRESSAN, 1996, p. 45).

Segundo Diegues (1996), são os *preservacionistas* que prevalecem dentre as entidades de conservação mais antigas e clássicas, como a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN, criada em 1958, até muitas outras mais recentes, como a Fundação Biodiversitas, Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, etc. Esse movimento domina, ainda, a forma de pensar e agir das instituições tradicionalmente responsáveis pela criação e administração de parques, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Florestal São Paulo.

No nosso ponto de vista, essas ideias devem ser contestadas, pois ao invés de aproximar o homem da natureza e estimular, assim, a valorização dos espaços naturais, acaba por impor um maior distanciamento do homem com a natureza que, por não poder compreender e vivenciar a complexidade do espaço natural, acaba por rejeitá-lo ou ignorá-

lo em suas ações e atitudes cotidianas. Segundo Bruhns (2009), o mito da natureza intocada, que elimina a ação humana (ou no mínimo simula sua eliminação), ignora as sociedades originais, criando assim um distanciamento forçado entre a natureza e a cultura tradicional, na qual os homens são impedidos pelo próprio Estado de exercitar atividades e praticar saberes acumulados por gerações nesses locais. Segundo a autora a simbiose entre homem e natureza rompe-se nas dimensões simbólicas e atividades técnicas, tal realidade é observada em áreas naturais protegidas administradas pelo Estado.

Como uma alternativa frente a essa ideia conservacionista, aclaramos a *Gestão Racional da Natureza*, ideia que pode ser fartamente encontrada na obra de Bressan (1996). Segundo o autor, (...) *além das incontornáveis distinções entre homem e natureza, há que se inserir a noção ecossistêmica em um contexto analítico onde o espaço seja a categoria principal, capaz, portanto, de reproduzir a realidade social que caracteriza as diferentes repartições humanas* (BRESSAN, 1996, p. 53). Nesse sentido, de acordo com o autor, podem surgir novas formas de gestão da natureza, *múltiplas e sustentadas*, quando o planejamento desses espaços é pensado sob a perspectiva de compatibilização com as necessidades humanas.

A gestão racional incorpora, ainda, a possibilidade de previsão e correção de externalidades, através de um instrumento que permeia todas as etapas descritas e que, por consequência, representa um elemento decisivo para a funcionalidade do modelo: os Estudos de Impacto Ambiental. Com isso, as intervenções sobre o ambiente passam a ser reguladas em sua integralidade, segundo critérios científicos e o interesse expresso pelas organizações da sociedade, ou pelo Estado.

A *Gestão Racional da Natureza*, ou dos *Ecossistemas*, como o próprio Bressan (1996) classifica, é consolidada gradativamente no decorrer do século XX, em oposição aos ideais de conservação, sacralização e mitificação da natureza. Segundo o autor (...) *a distinção entre homem e natureza é, por certo, um dos princípios basilares sobre os quais se constrói o modelo de gestão racional* (BRESSAN, 1996, p. 55). Propõe-se, então, uma nova relação do homem com a natureza, em comum acordo com as mudanças estruturais no sistema de produção e, por consequência, nos valores que permeiam a sociedade.

O modelo proposto pelo autor acima citado torna-se real e passível de sucesso quando, de forma integrada, são acionadas ao mesmo tempo as seguintes ações: manejo integrado do espaço entre os atores envolvidos; estudo de impacto ambiental; planejamento

urbano e industrial; reaproveitamento e reciclagem de energia e resíduos; assim como o incentivo a inovações científicas e tecnológicas; respeito aos valores éticos, culturais, históricos e arqueológicos; instrumentos jurídicos adequados e que privilegiem o direito de todos, além do controle comunitário em parceria com o controle do Estado.

A proposta que Bressan (1996) aplicada ao processo de visitação de Unidades de Conservação, indica uma possibilidade de conservação desses espaços, pois quando ocorre de forma plena envolve e integra a relação do homem com a natureza em diversas ações direta ou indiretamente relacionadas com a gestão do espaço natural.

(...) trata-se, portanto, de construir formas solidárias de gestão da natureza, segundo novos princípios filosóficos e científicos, tendo em vista o bem público, que se legitima pelas ações articuladas do Estado Democrático e da comunidade organizada no exercício pleno da cidadania. (BRESSAN, 1996, p. 100).

A perspectiva moderna de *Gestão Racional da Natureza* é também defendida por Konder (1984). O autor traz a ideia de que a natureza é, de fato, algo capaz de resistir à nossa intervenção, pois o próprio homem não pode extingui-la, já que isso poderia representar a nossa própria extinção. Para o mesmo autor, a *Gestão Racional da Natureza* nos levaria a observar o avanço das relações existentes entre os homens sobre as próprias relações destes homens com a natureza. Segundo Serrano (1997), ao tratar da natureza, é sempre válido considerá-la como uma invenção humana, produzida pela nossa própria cultura, o que reafirma, segundo a autora, que essa concepção é *racional* por essência desde sempre.

Tendo em vista os ideais defendidos por Santos (1999), Foladori (2001) e Moreira (2006), é de se esperar que esses autores e seus seguidores rejeitem a ideia de *Gestão Racional da Natureza* e/ou a considerem a demonstração de um nova forma de técnica humana sobre a natureza, com uma nova possibilidade de sua mercantilização impulsionada pelo movimento capitalista atual. É claro que esses autores teriam suas razões em demonstrar essa preocupação, mas será que homem e natureza não podem coexistir em um mesmo espaço, como defendem os movimentos conservacionistas que pregam o *mito da natureza intocada*? Será que a técnica e a informação humanas, aliadas ao movimento capitalista, levarão necessariamente à degradação dos espaços naturais como denuncia Foladori (2001), por exemplo?

Ao longo desse capítulo foram apresentados conceitos e interpretações sobre a natureza e sua relação com o homem, com a sociedade, a tecnologia e o desenvolvimento humano. Algumas correntes de pensamento demonstraram serem conflitantes, como na

relação homem/natureza defendida por autores como Santos (1999) e Moreira (2006), em oposição a Diegues (1996), Bruhns (2009) e Bressan (1996), o que demonstra que o mesmo assunto pode trazer interpretações, vivências e olhares diferenciados em relação ao mesmo objeto de estudo.

Essa contrariedade existente entre os autores e suas correntes de pensamento, poderia ser interpretada, num primeiro momento, sob uma ótica cartesiana e sistemática, como uma grande dificuldade para se estudar e compreender a natureza e suas relações com nossa sociedade. Consequentemente, traria uma dificuldade adicional para o avanço do trabalho. Entretanto, dentro da concepção dialética proposta aqui, essas contradições sempre são *bem-vindas*, pois permitem abrir nossa mente para diferentes cenários e pontos de vista. Assim, entrar em campo amparado por uma teoria abrangente sobre natureza, sem dúvida nos permite resultados muito interessantes e facilita a obtenção dos objetivos de estudo propostos.

Cientes de toda a bagagem tecnológica e informacional adquirida ao longo do tempo, pensamos que, atualmente, é impossível ao homem visitar ou interagir com qualquer espaço sem levar em consideração suas técnicas. Pensamos, ainda, que esse fato não representaria necessariamente uma agressão ao meio ambiente, nem que seja algo sempre condenável.

Das atividades comerciais que utilizam a natureza como recurso, o turismo parece ser uma das formas com maior possibilidade de respeitar e manter o espaço natural. Nesse sentido, a realização desse processo, por meio da *Gestão Racional da Natureza*, poderia representar uma *nova via* que, por sua vez, ao longo do tempo, configuraria em uma forma de beneficiar a todos: visitantes, comunidades de entorno das Unidades de Conservação e, até, a natureza em si.

Acreditamos, portanto, que a técnica utilizada pelo homem frente à natureza, desde que planejada e gerenciada sob o enfoque aqui defendido, não levará necessariamente à mercantilização massificante, depreciadora e poluidora apontada por Foladori, por exemplo, mas a uma técnica que observa, visita, mantém e respeita os espaços naturais.

O que se propõe, então, é a aproximação do homem com a natureza, que deve ser vivenciada e sentida de fato, até por uma questão de valorização e preservação dos espaços naturais existentes. Isolar o homem da natureza apenas a tornará um objeto estranho a esse

homem, aumentando sua chance em considerá-la como um inimigo ou algo inferior, que deve ser subjogado, comercializado e, até mesmo, eliminado.

Referências

BACON, Francis. **Novun Organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza; Nova Atlântida**. Tradução e notas de José Aluysio Reis de Andrade. Coleção Os Pensadores . 1 ed. Vol.XIII. São Paulo, Abril S.A. Cultural, 1973.

BRESSAN, Delmar. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996

BRUHNS, Heloisa Turini. **A busca pela natureza: turismo e aventura**. Barueri-SP: Manole, 2009

CASINI, Paolo. **As Filosofias da Natureza**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. Editorial Presença- Portugal, Livraria Martins Fontes – Brasil, 1975.

CHAUÍ, Marilena. **Espinosa: uma filosofia da liberdade**. Coleção Logos. 1 ed., São Paulo, Editora Moderna, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FOLADORI, Guillermo. (2001). **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. da UNICAMP.

GALILEI, Galileu. **O Ensaíador**. Coleção Os Pensadores. 1 ed. Vol. XII. São Paulo, Abril S.A. Cultural, 1973.

HEGEL, G.W.F. **Textos Dialéticos**. Tradução e seleção de Djacir Menezes., Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

KONDER, Leandro. **O marxismo na batalha das ideias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico y crítico de la filosofía**. Traducidos por el professor Oberdan Caletti. 2 ed., Buenos Aires, El Ateneo Editorial, 1966.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

MOSCOVICI, S. **Hommes domestiques, homes sauvages**. Paris: Unión Générale d'Éditions, 1974.

RAIMUNDO, Sidnei. As atividades de aventura e suas implicações na gestão ambiental: considerações sobre os impactos positivos e negativos dessas práticas na natureza. *In*: MARINHO, Alcyane; COSTA, Eduardo Tadeu; SCHWARTZ, Gisele Maria. **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**. São Paulo: Lexia, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1999

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. *In*: SERRANO, Célia Maria de

Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini. **Viagens a natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA, Franklin Leopoldo. **Descartes; A metafísica da modernidade**. Coleção Logos. 3 ed., São Paulo, Editora Moderna, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

THOMAS, Keith. **Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.

PROSAVANA (RE)VISITADO: NEOCOLONIALISMO AGRÁRIO E A FRACASSADA TENTATIVA DE MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO EM MOÇAMBIQUE¹⁸⁷

Lucas Atanásio Catsossa

“A geografia mundial sofrerá importantes mudanças, mantendo, entretanto, a estrutura moderno-colonial”.

Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006).

“Quando os missionários chegaram [à África], os africanos tinham a terra e os missionários a bíblia. Ensinaram-nos a orar com olhos fechados. Quando os abrimos eles [os missionários] tinham a terra e nós [os africanos] a bíblia”.

Provérbio Africano.

“Eu sou o preto da senzala a morar numa favela,
Sou dono da terra sem ter mandado nela,
Com os amigos quero paz,
Com os irmãos faço guerra,
Por isso sou explorado na minha própria terra,
Eu sou único rico que vivo na miséria,
Vivo da pena que sente de mim,
Vivo da miséria,
Enteado do mundo civilizado filho da miséria,
Sonho para ver se acordo livre da miséria,
Expulsei colonos e nunca o colonialismo [...]”.

Extrato da letra da música intitulada *Cães de Raça* do rapper moçambicano **Azagaia**.

Introdução

O processo de produção do espaço geográfico sob a égide do modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio, leva a emergência de uma série de transformações socioespaciais. Os lugares onde ocorrem tais

¹⁸⁷ Este artigo resulta da pesquisa de Mestrado intitulada “*Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique*”, defendida no Programa de Pós-Graduação *Strictu Senso* em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGG/UFGD) em março de 2017, sob orientação do Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti e foi financiada pelo CNPq (*Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*). A pesquisa inicial foi desenvolvida junto ao *Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA)*, coordenado pelo Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, e, acrescenta-se a sua interlocução com as demais pesquisas desenvolvidas nos anos subsequentes à defesa. Desde o início da pesquisa, o debate em torno do ProSAVANA foi colocado no quadro da *produção capitalista do espaço*, ao verificar-se que o seu objetivo era de ocupar extensas áreas de terras para a produção de *commodities* de interesse do mercado global. A produção do espaço geográfico sob o viés capitalista e os desdobramentos sócio-territoriais deste processo, faz parte das temáticas abordadas no GTA desde a sua criação datada do ano de 2000. Enquanto grupo de pesquisa pluralista e aglutinador de diversidades e saberes, fundado por princípios democráticos e pautado pelo respeito mútuo, o GTA sempre se preocupou em discutir tais questões academicamente, de forma coerente, crítica, rigorosa e responsável, procurando, com isso, trazer novos elementos para o debate geográfico, produzindo conhecimento a serviço da sociedade, inclusive (<https://www.olharesgeograficos.com.br>). É por esta razão que o ProSAVANA passou a ser objeto de análise no GTA para a sua compreensão crítica, como forma de refletir sobre os possíveis rumos da ordem territorial no Corredor de Nacala em Moçambique.

transformações, deixam de ser o que antes eram, pois, a seguir, são agregados “novos” conteúdos a alguns deles, estranhos aos sujeitos nativos, uma vez que levam à destruição do seu “modo de vida”. A morfologia espacial dos lugares por onde ocorre tal territorialidade, muda consideravelmente e, às vezes, de forma brusca. Nestes lugares, emergem novos significados e usos dos territórios, mas articulados em rede, procurando tramar “novos” *ajustes espaço-temporais*. Trata-se, portanto, da espacialidade do capitalismo agroindustrial, visando garantir a sua acumulação ampliada em escala global.

Por se tratar do processo de territorialização do capital em territórios camponeses, os elementos da *modernização* tomam conta dos lugares, pois tentam homogeneizar, não só as relações sociais e produtivas preexistentes, mas também avançam no sentido de reordenar o território para atender interesses alheios aos dos povos nativos. A modernização visa essencialmente atingir um desenvolvimento territorial que busque garantir a reprodução das relações capitalistas. Da modernização surge o preconceito, segundo o qual as relações sociais e produtivas preexistentes são “arcaicas” e “atrasadas” devendo, portanto, serem substituídas pelo “novo” e “moderno”. É o preconceito dos “de fora” que pretendem se apropriar privadamente da terra e de outros recursos naturais, sobretudo da água, para viabilizarem os seus negócios sobre os “do lugar”.

Neste processo, além de ocorrer a integração perversa das relações não capitalistas à lógica do modo capitalista de produção, nota-se, igualmente, uma tentativa acirrada do capital em dominar e monopolizar os territórios. Em consequência disto, emerge uma nova natureza socialmente produzida pelo homem, mas sob a lógica do modo capitalista de produção. É nesse quadro que o tema proposto procura trabalhar, com o intuito de contribuir para o debate em torno da produção capitalista do espaço, no qual o ProSAVANA estava inserido, enquanto um programa que tinha em vista a modernização do Corredor de Nacala. Ao eleger o ProSAVANA como objeto de análise, pretendia-se traçar um quadro sobre a possível ordem territorial, uma vez que a área identificada era de 14,5 milhões de hectares de terras voltadas para a produção de *commodities*.

Como agravo, na área que havia sido identificada para a implantação deste programa, viviam (e ainda vivem) milhares de famílias camponesas, sendo que a maior parte delas, só tinham (e têm) a terra como seu meio de reprodução social. E, em se tratando de um programa de matriz neoliberal, com fortes cores coloniais, que estava inserido dentro da perspectiva de desenvolvimento territorial sob a égide das relações capitalistas de produção, e que vislumbrava a monopolização do território para fins de

acumulação do capital em escala global, o objetivo deste estudo era o de compreender os dilemas, os traumas, as ambivalências, as contradições e as tensões socioterritoriais por trás do modelo agrário que estava sendo proposto para a modernização agrícola no Corredor de Nacala.

Assim sendo, este artigo busca fazer uma releitura dos desdobramentos socioterritoriais do ProSAVANA, sobretudo, a partir de 2011, momento em que foi tornado público em Moçambique até o seu término definitivo em 2020. Este artigo está dividido em três seções. A primeira seção procura analisar a gênese, atores envolvidos e os interesses que estiveram por trás desta investida neoliberal, visando ocupar o Corredor de Nacala para a sua transformação num campo de produção de *commodities* para exportação. A segunda seção analisa a insurgência popular contra o ProSAVANA. Finalmente, a terceira traz à ribalta o debate em torno do término definitivo do ProSAVANA, e a forma contraditória como este programa foi sendo implementado no Corredor de Nacala.

Para entender o ProSAVANA em Moçambique: gênese, atores e os interesses por trás da tentativa de ocupação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista

O ProSAVANA foi um Programa de Cooperação Trilateral para o Desenvolvimento Agrícola das Savanas Tropicais em Moçambique. Tratava-se de uma cooperação técnica envolvendo os governos de Moçambique, Brasil e Japão. Neste programa, Moçambique era representado pelo Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM), o Brasil pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) coadjuvada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Japão pela Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA). Enquanto programa, o ProSAVANA era fruto das discussões bilaterais entre o Brasil, representado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o Japão, representado pelo ex-primeiro ministro, Taro Aso. Os encontros foram realizados durante a Cúpula do G8 (atualmente, G7) ocorridas em 2009, em L'Aquila, na Itália.

Durante este encontro, o Brasil e o Japão colocaram, na mesa de discussão, suas agendas sobre o desenvolvimento agrário na África. O acordo que levou a implementação do ProSAVANA, em Moçambique, estava inserido na “Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Africana” (FUNADA-CLASSEN, 2019). Isso pode ser usado como prova de que Moçambique não participou na elaboração do ProSAVANA; apenas foi escolhido como beneficiário do programa. O ProSAVANA estava, pois,

inserido na atual geopolítica da questão agrária mundial, caracterizada pela mundialização do capital, em que corporações agrícolas vão à busca de novos mercados e territórios para garantir a sua reprodução ampliada. Nesta busca de novos mercados e territórios, para a sua acumulação ampliada, o capital apropria-se privadamente de extensas áreas de terras para a produção de *commodities* (CATSOSSA, 2019).

Enquanto programa agrícola, o ProSAVANA se inspirava no seu primogênito do cerrado brasileiro: o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), implementado a partir dos finais da década de 1970, numa cooperação bilateral entre o Brasil e o Japão. O PRODECER foi um dos programas que contribuiu sobremaneira para que o Brasil se transformasse na *superpotência mundial da soja* entre os anos 1979 e 1999. Curiosamente, o ProSAVANA fora concebido também para um período de 20 anos, com seu início em 2010 e final em 2030. Da mesma forma que o PRODECER havia sido dividido em três fases: “PRODECER I”, “PRODECER II” e “PRODECER III” (PESSÔA, 1988; INOCÊNCIO, 2010), o ProSAVANA, estava dividido em três fases: “*Período Inicial*”; “*Período de Crescimento*” e “*Período de Amadurecimento*” (CATSOSSA, 2017, 2020a).

Os dois programas foram frutos da *revolução verde*, o que significava apenas a reprodução das relações capitalistas, com elevados custos socioambientais. Porém, há ligeiras diferenças entre o PRODECER e o ProSAVANA que precisam ser consideradas. O PRODECER não foi implementado num ambiente democrático, pois, neste período, o Brasil estava sob um regime ditatorial, com militares no poder (PESSÔA, 1988; FUNADA-CLASSEN, 2018). Já o ProSAVANA, estava sendo implementado num ambiente supostamente democrático, pois, como se verá mais adiante, não foi possível evitar-se o surgimento de práticas antidemocráticas durante o processo.

Embora na sua entrada em Moçambique se inspirasse no PRODECER, as origens do ProSAVANA, segundo Funada-Classen (2018), estão no “império colonial japonês”. A experiência do cerrado brasileiro estava a repetir-se no Corredor de Nacala nesta primeira metade do século XXI. No século XX, o PRODECER estava conectado ao *Projeto de Grande Carajás no Brasil*, ligado à mineração e desenvolvido na década de 1970/80 pela mineradora brasileira Vale (ex-Vale do Rio Doce), através da ferrovia que esta empresa usava para transportar minérios. Neste contexto, o PRODECER passou a usar a mesma ferrovia para transportar *commodities* que eram produzidas para o porto e, de lá, para o mercado internacional (FUNADA-CLASSE, 2018).

No caso do ProSAVANA, o Japão avançou com a mesma lógica mas, desta vez, contando com o apoio do Brasil, seu parceiro de sempre. Os interesses do agronegócio, sobretudo do ProSAVANA, estavam conectados à mineradora brasileira Vale Moçambique através da sua ferrovia, a qual é usada para escoar carvão mineral da vila de Moatize, na província de Tete para Nacala-Porto, na província de Nampula (CATSOSSA, 2020a). Em relação a esta investida imperial japonesa, em Moçambique, neste início do século XXI, Funada-Classen (2018) explica:

Há cem anos, no início do século XX, trouxemos [os japoneses] o mesmo tipo de modelo de desenvolvimento para o nordeste da China. Na altura, nós costumávamos chamar aquela área de Manchúria. Lá o Japão Imperial estabeleceu uma linha ferroviária ligando as áreas de mineração de carvão ao porto e, em seguida, desenvolveu campos [de produção] de soja. Então, aqueles que estiveram envolvidos nesse gigantesco programa de desenvolvimento regional foram as empresas ferroviárias públicas como a corporação Mitsui. Hoje em dia, chamamos isso de “Parceria Público-Privada”, supostamente uma coisa boa. O ProSAVANA também começou com uma iniciativa de empresas públicas e privadas. Mas, isso tem uma origem histórica. Durante o período colonial imperial do Japão, o setor público e o setor privado andaram de mãos dadas, planejaram e aceleraram esse programa de desenvolvimento de corredores regionais. É isso na Manchúria que podemos chamar de “o primeiro programa ProSAVANA” (FUNADA-CLASSEN, 2018 s/p).

Tanto o PRODECER quanto o ProSAVANA, não foram pensados para responder às necessidades dos povos nativos, mas sim, aos interesses do mercado internacional. Tanto os povos *cerradenses* quanto os povos do Corredor de Nacala, foram vítimas do imperialismo japonês. A estas populações foi imposto um modelo de desenvolvimento agrário/agrícola, cujos interesses visavam ocupar extensas áreas de terras para abertura de campos de produção de *commodities* para a exportação, e não para garantir a segurança alimentar interna. Nesse processo, contudo, é importante destacar a conivência dos Estados Nacionais perante o imperialismo japonês. É verdade que, no Brasil, havia um governo ditatorial, mas este foi conivente com a colonização dos povos nativos, ao entregar extensas áreas de terras para a implementação do PRODECER aos japoneses que procuravam terras para a produção de *commodities* interessantes ao mercado global. No caso brasileiro, Funada-Classen (2018) explica que com o PRODECER:

[...] o governo brasileiro teve que enfrentar as críticas do povo que teve um sentimento contra o Japão e o imperialismo japonês. Acharam que seria uma nova colonização pelos japoneses no meio do nada no Brasil. O PRODECER era originalmente para os japoneses, mas eles [o governo do Japão e do Brasil] tinham que mudar o tom e, em seguida, o que fizeram foi convidar os migrantes que estavam no sul do Brasil e que também queriam sair à procura da terra [para plantar a soja] (FUNADA-CLASSEN, 2018, s/p).

No caso moçambicano, embora o ProSAVANA não estivesse sendo implementado num ambiente ditatorial, a verdade é que o governo local também foi conivente com as

ações imperiais japonesas e brasileiras. Como no caso brasileiro, grandes extensões de terras foram disponibilizadas para o programa sem nenhum debate inclusivo, democrático e transparente. Não foram realizadas consultas comunitárias (inclusivas, democráticas e transparentes) conforme determinado pela Lei de Terras (Lei n.º. 19/97 de 1º de outubro de 1997). Por muito tempo, tornou-se difícil compreender o verdadeiro interesse do ProSAVANA em Moçambique, dada a falta de transparência na disponibilidade de informações.

Só foi possível compreender o verdadeiro interesse deste programa, quando os documentos oficiais começaram a vazarem na *internet*. Trata-se, portanto, do primeiro Plano Diretor elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), datado de 2013, no qual haviam sido traçadas todas as ações e metas deste programa, incluindo a modalidade de investimento e as culturas que poderiam ser inicialmente plantadas no Corredor de Nacala. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) havia sido contratada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para elaborar tal Plano Diretor (FUNADA-CLASSEN, 2019) pelo seu reconhecimento em termos de agronegócio(s) no Brasil.

Neste Plano Diretor, a FGV havia indicado o número de produtores brasileiros que iriam se beneficiar do financiamento para a produção de *commodities* no Corredor de Nacala. A organização já havia criado, inclusive, um fundo bilionário, denominado de *Fundo de Nacala*, para financiar as atividades produtivas e otimizar a modernização agrícola do Corredor de Nacala. Através deste fundo, previa-se arrecadar dois bilhões de dólares, sendo um bilhão vindos da contraparte brasileira, e outro bilhão do Japão. Através deste fundo, a ideia da FGV era a de avançar com a primeira fase de produção, onde seriam desbravados cerca de 356.000 há, ao longo do Corredor de Nacala, para a plantação de *commodities* (FUNADA-CLASSEN, 2019).

A expansão de *commodities* no Corredor de Nacala estava prevista para iniciar em 2013, sendo que a primeira fase seria promovida pela JICA, e basear-se-ia no financiamento público-privado. A segunda fase, se daria por meio de fundos de crédito agrário e de cooperação financeira – investimento privado (FUNADA-CLASSEN, 2019) e, possivelmente, seria materializado pelo Fundo de Nacala, criado pela FGV, no qual a JICA participava como representante do Japão. Mas, vale ressaltar que a criação deste fundo pela FGV, gerou tensões de poderes com a JICA, pois esta última via seus interesses no agronegócio ameaçados em Moçambique. Segundo revela Funada-Classen (2019), a FGV

tinha uma atuação dupla, pois, além de elaborar o Plano Diretor do ProSAVANA, mostrava-se cada vez mais engajada no agronegócio ao longo do Corredor de Nacala.

Esse engajamento da FGV, que passava também pela organização de eventos para a promoção do agronegócio, usando o ProSAVANA, sobretudo, depois da criação do Fundo de Nacala, colidia com os interesses da JICA, uma vez que o programa envolvia os governos e não entidades privadas. Mais tarde, “esse duplo papel da FGV foi enfatizado em vários debates no parlamento japonês devido a conflito de interesses” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 10). Como forma de defender seus interesses no Corredor de Nacala, a JICA entra no jogo da FGV, mas escondendo parte das informações relevantes sobre o ProSAVANA. Funada-Classen (2019, p. 10) faz saber que “devido ao questionável papel duplo da FGV, a JICA começou a ocultar os seus documentos relacionados com a FGV e apagou os seus envolvimento com o Fundo de Nacala”.

Esse cenário acontecia fora da alçada dos povos do Corredor de Nacala e, também, dos movimentos sociais. Pode-se dizer que este programa foi oculto desde seu início. Desde a sua concepção, estava claro que se tratava de uma ação meramente imperialista, envolvendo o Japão e o Brasil, a qual, possivelmente, culminaria com a ocupação e monopolização do Corredor de Nacala, e a sua transformação em campo de produção de *commodities* para exportação e, conseqüentemente, a expropriação e expulsão dos camponeses das suas terras, dentre outras tragédias socioambientais. Esta tentativa de monopolização do Corredor de Nacala, pelo capital monopolista, ficou mais evidente nos eventos realizados no ano de 2012 em São Paulo, e em Tóquio, que tinham em vista a promoção do ProSAVANA (FUNADA-CLASSEN, 2019; CATSOSSA, 2020a).

A promoção deste programa no Japão, pela FGV (FUNADA-CLASSEN, 2019), mostrava que os produtores japoneses estavam dentro dos planos de ocupação do Corredor de Nacala pelo capital monopolista. Esta condição significava que o ProSAVANA, originalmente, havia sido pensado para brasileiros e japoneses, não contemplando os anseios dos camponeses locais. Estes só foram contemplados quando o governo moçambicano começou a ser questionado por camponeses, acadêmicos e sociedade civil organizada que lutam pela promoção da justiça social e ambiental no campo. Nessa altura, as críticas davam conta que estava em curso um *neocolonialismo agrário*, mascarado por um programa de desenvolvimento em Moçambique. Tanto o Brasil quanto o Japão, eram considerados (sub)imperialistas, após decidirem levar o ProSAVANA para ser

implementado em Moçambique (CLEMENTS; FERNANDES, 2013; CATSOSSA, 2020a).

No entanto, no meio destas críticas e questionamentos, o governo moçambicano optou por tornar o ProSAVANA, num programa moçambicano, nacionalizando-o, inclusive. Já que estava claro que, como Moçambique não participara da concepção e da elaboração do ProSAVANA, poderia ocorrer uma *moçambicanização* do ProSAVANA. Se antes o ProSAVANA era um *programa de cooperação trilateral para o desenvolvimento agrário das savanas tropicais em Moçambique*, após a sua *moçambicanização*, passou a ser um *programa do governo moçambicano com apoio dos governos do Brasil e do Japão para o desenvolvimento agrário em Moçambique* (CATSOSSA, 2017). A partir de então, o ProSAVANA passou a ser um “*Programa de Moçambique para Moçambicanos*”, com slogan “*Pelo desenvolvimento da agricultura e melhoria das condições de vida da população do Corredor de Nacala*”, como se o agronegócio se traduzisse numa maravilha no campo.

Ficou claro que, com essa *moçambicanização* do ProSAVANA, o governo moçambicano queria escapar das críticas e dos questionamentos que vinham da sociedade civil organizada, e dos acadêmicos progressistas de Moçambique, Brasil e do Japão, sobre o sentido perverso e tóxico do modelo que estava sendo proposto para a modernização do Corredor de Nacala. Em relação às origens primárias, tanto as do PRODECER quanto as do ProSAVANA, têm o mesmo criador. Segundo Funada-Classen (2019) o pai do PRODECER e criador do ProSAVANA, é o mesmo cidadão japonês que, desde muito cedo, esteve a serviço da JICA: Yutaka Hongo.

Além de Yutaka Hongo, uma das figuras sonantes na formulação do ProSAVANA, segundo Funada-Classen (2019, p. 14), era Kota Sakaguchi, um “velho” funcionário japonês, “responsável pela seção de cooperação Sul-Sul da JICA no Brasil, na qualidade de funcionário na Divisão África”. Para esta autora “ambos trabalhavam na Divisão África da JICA-HQ, em Tóquio, com o objetivo de materializar o seu recém-nascido programa, o ProSAVANA” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 14). Além de ficar claro que o governo moçambicano não participou na concepção deste programa e, que apenas foi identificado como beneficiário desta iniciativa, o próprio ProSAVANA, como se pode ver, também não foi diretamente elaborado. Este foi um produto da reedição e modernização dos elementos do PRODECER para ser “replicado” em Moçambique. Nesta transformação em

ProSAVANA, criou-se outro mito, os *Princípios de Investimentos Agrários Responsáveis (PIAR)* (FUNADA-CLASSEN, 2014; CATSOSSA, 2020a).

A partir de então, dava-se a entender que o ProSAVANA teria responsabilidade socioambiental no decorrer das suas atividades produtivas no Corredor de Nacala. Na verdade, a incorporação dos PIAR no ProSAVANA, era uma farsa. A ideia era a de contornar as críticas que eram feitas por pesquisadores progressistas e movimentos sociais, segundo as quais este programa demandava muitos riscos sob ponto de vista socioambiental no Corredor de Nacala. Com os PIAR, os executores do ProSAVANA apenas queriam pintar o “rei” com a cor verde para depois, garantirem a reprodução ampliada do capital em escala global. Os PIAR fazem parte da família da ideologia do *Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development)*, da *Economia Verde (Green Economy)* ou ainda da *Economia Azul (Blue Economy)*, mas que, na verdade, têm contribuído para a perpetuação da acumulação primitiva e ampliada do capital em escala global, com elevados custos socioambientais.

Mas, o recém-nascido ProSAVANA, acabou por se transformar numa ação conjunta entre Brasil e Japão na sua corrida por terras na África para a produção de *commodities* de interesse ao mercado global. O ProSAVANA era um híbrido composto pelos interesses do Brasil e do Japão e, desde cedo, estes dois países quiseram avançar com iniciativas conjuntas no campo da agricultura na África, com suposições de promover o desenvolvimento e de “ajudar” a África a se desenvolver. Neste contexto, o ProSAVANA acabou sendo um *trampolim* para a materialização dos interesses comuns destes dois países. Enquanto o Brasil apresentava o PRODECER como sendo um “sucesso do cerrado”, que se “replicado” em Moçambique poderia trazer resultados extraordinários neste país africano, o Japão falava “sobre o *sucesso* da JICA no cerrado brasileiro” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 14).

O processo de territorialização do ProSAVANA foi caracterizado, também, pela venda de ideários por parte do Brasil e do Japão, sendo que alguns deles destacavam a sua importância socioeconômica para Moçambique. Destes ideários, pode-se citar a ideia de que, com a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, a fome, a miséria e o desemprego, poderiam ficar no “túmulo” da história. Numa tentativa de convencer as autoridades moçambicanas, os brasileiros e os japoneses, destacavam que o cerrado brasileiro e o Corredor de Nacala em Moçambique, tinham características similares (FUNADA-CLASSEN, 2019; CATSOSSA, 2017). Desta forma, dava-se a entender que,

gerações mais novas. Isto significa que, em caso de expropriação, estas famílias não perdem apenas as terras, mas também, o seu “modo de vida” secular é destruído. Significa que, numa situação de expropriação e expulsão das suas terras, estas famílias camponesas podem cair num abismo total, ou seja, na miséria profunda e estrutural e, para minimizar este problema, seria necessária uma política pública compensatória.

Dentro do ProSAVANA, não fora assegurado que, caso as famílias camponesas fossem expropriadas e expulsas das suas terras, as mesmas seriam compensadas através de políticas públicas voltadas para a manutenção de sua reprodução social. A escolha do Corredor de Nacala para a implementação do ProSAVANA, sobretudo por parte do governo japonês não se deu por acaso. A proximidade do Corredor de Nacala com o mar e a existência de uma cadeia logística que permitisse o escoamento dos produtos ao mercado internacional tornou-se uma vantagem. Para tal, era importante uma aliança com um país que tinha empresas que atuavam nesta área. É desta forma que o Brasil passou a ser um elemento angular para a materialização dos interesses nipônicos em Moçambique. A mineradora brasileira Vale Moçambique já atuava no Corredor de Nacala, pois a sua ferrovia passa por esta área. É com base nesta ferrovia que a Vale escoava o carvão mineral que explora na vila de Moatize, na província central de Tete, para o Porto de Nacala, na província de Nampula e, de lá, para o mercado internacional.

Com a realização do ProSAVANA, esta ferrovia foi agregada aos interesses do agronegócio e, pouco depois, acabou por ser ampliada e reabilitada como forma de aumentar a sua capacidade. Esta ampliação e reabilitação levou à expropriação de dezenas de famílias camponesas ao longo do Corredor de Nacala e foi financiada pelo governo japonês, após a Mitsui ganhar uma concessão mineira no distrito de Moatize. Importa destacar que, nesta área, a mineradora Vale Moçambique detinha a concessão para exploração de um minério, utilizado como fertilizante, importante para o agronegócio.

A presença da Vale no Corredor de Nacala era, portanto, importante para o sucesso dos interesses do Japão, principalmente, do ProSAVANA os quais eram, decorrentemente, interconectados com os do capitalismo global. O Corredor de Nacala estava na mira de uma agenda imperial japonesa para a sua exploração capitalista, mas hiperconectado ao capitalismo financeiro global. O Japão estava numa disputa acirrada com outros países poderosos economicamente (EUA, China, França, Itália, etc.) pela apropriação das riquezas da região norte do país, sobretudo, na província de Cabo Delgado, além do seu interesse pelo agronegócio no Corredor de Nacala. Funada-Classen (2019) faz saber que:

Os interesses econômicos japoneses concentram-se intencionalmente no norte de Moçambique e não se limitam à região ao longo do corredor de Nacala. [...]. O seu alvo é o gás natural descoberto e cuja concessão de mineração é realizada pela principal petroleira dos EUA, Anadarko. Mais uma vez, a Mitsui participa nesse grande negócio, sendo o segundo maior acionista da concessão (20%), depois da Anadarko do Rovuma Offshore Área 1 Bloc juntamente com a JOGMEG (*Japan Oil, Gas and Metals National Corporation*), financiada pelo governo (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 64-65).

O ProSAVANA era apenas uma parte ínfima dos interesses múltiplos e imperiais japoneses, pois o maior era o *Programa Estratégico de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala (PEDEC)*. Os esforços dirigiam-se à exploração de gás e de petróleo em Cabo Delgado, além da reestruturação e construção de uma cadeia logística (estradas e ferrovia). O PEDEC do Japão previa, também, a construção de uma indústria de agroprocessamento junto ao Porto de Nacala, na província de Nampula, conforme é apresentado pela figura 1.

Figura 1. Projeto das Estratégias de Desenvolvimento Econômico do Corredor de Nacala



Fonte: Funada-Classen (2019).

Vale ressaltar que a visão que os executores deste programa tinham das práticas preexistentes do Corredor de Nacala era preconceituosa. Os executores deste programa reproduziam o discurso de que as práticas vigentes no Corredor de Nacala eram *atrasadas*, e que deveriam ser transformadas, modernizadas e integradas à lógica do modo capitalista de produção. É importante realçar que os executores do ProSAVANA já tinham em mente e, no(s) plano(s) diretor(es), o que deveria ser feito no Corredor de Nacala. A figura 2 evidencia esta ideia.

Figura 2. Visão do ProSAVANA sobre a transformação produtiva do Corredor de Nacala



Fonte: Camana (2017).

A princípio, a figura 2 mostra duas realidades de produção do espaço social e produtivo totalmente diferentes e conflituosos entre si. São mundos distintos. A territorialização de um mundo sobre o outro, neste caso, o do ProSAVANA sobre o dos camponeses nativos, inevitavelmente gera fortes e violentos conflitos sociais, caracterizados por disputas territoriais. E, em se tratando de uma modernização via modelo de desenvolvimento agrário/agrícola de matriz neoliberal, ancorado no agronegócio, o cenário no campo torna-se praticamente insuportável. Além da expropriação e expulsão dos camponeses de suas terras e de outras tragédias socioambientais, observa-se, igualmente, a destruição das práticas preexistentes dadas, neste caso, por relações não-capitalistas de produção (o campesinato) durante a (tentativa de) incorporação do “novo”, o “moderno”.

Na porção superior da figura 2, faz-se referência ao momento de territorialização do ProSAVANA, e na segunda, durante a implementação deste programa no Corredor de Nacala. O que chama atenção, na mesma, é a forma como os lugares foram socialmente produzidos e representados pelos executores do ProSAVANA. Na parte superior da imagem, é possível constatar que se trata de um lugar onde os sujeitos nativos procuram se reproduzir socialmente com base no seu tradicional “modo de vida”. A organização do espaço social e produtivo segue normas, práticas e princípios costumeiros, típicos da estrutura de uma comunidade tradicional moçambicana. Nota-se, igualmente, uma casinha

construída na base de material precário, sobretudo, local. Essa é a característica das habitações de milhares de famílias camponesas. Adiciona-se também que, em Moçambique, o espaço produtivo e residencial, coabita no mesmo lugar (CATSOSSA, 2020a).

Voltando para a primeira imagem, é possível ver as crianças jogando futebol, um sujeito carregando algo na bicicleta, uma vida completamente do campo. É possível observar, também, galinhas e gado caprino, além de uma mulher que está vendendo seus produtos numa barraca. É possível ver também uma família (homem e mulher) na sua *machamba*¹⁸⁸, capinando. É através da abertura da machamba que os camponeses territorializam o seu “modo de vida” no campo, sobretudo naquelas situações em que são invadidos, expropriados e expulsos das suas terras pelas corporações agrícolas. No entanto, a abertura da machamba que acontece após a ocupação de terras das corporações agrícolas pelos camponeses, é uma das estratégias de luta e resistência destes sujeitos no campo moçambicano (CATSOSSA, 2020a). A técnica que está sendo usada por esta família no processo produtivo é rudimentar, isto é, através do uso de enxada de *cabo curto*. É possível ver que esta família camponesa não está usando botas para proteger seus pés durante as atividades produtivas. Os produtos são escoados através de uma bicicleta, e a estrada usada para o escoamento dos produtos (que é a mesma que está sendo usado pelo homem de bicicleta) é de terra batida.

Já na segunda imagem, na parte inferior da figura 2, o cenário é totalmente diferente. Nota-se que se está diante de um lugar completamente transformado e modernizado. Os próprios sujeitos já estão mudados, o que significa que as relações sociais e produtivas foram transformadas e modernizadas. A casa foi construída com tijolos e coberta de chapas de zinco, sendo alimentada por energia via painéis solares. A família possui uma motocicleta, a qual é usada para seus deslocamentos. Se na primeira imagem havia uma *barraquinha*, a mesma foi retirada para dar lugar a uma estrada asfaltada. Algo interessante nisso, é existência de caminhões para recolher a produção agrícola das mãos dos produtores, num cenário totalmente diferente do que se apresenta na porção superior da imagem. O cenário apresentado na parte inferior da figura faz sentido, se observada a intenção do ProSAVANA no Corredor de Nacala, pois a ideia era a de expandir uma agricultura por contrato, como forma de incluir os camponeses locais.

¹⁸⁸ Em Moçambique, a machamba é uma unidade de produção camponesa e, é o mecanismo pelo qual o campesinato se territorializa no campo. Para mais detalhes, consulte: Catsossa (2020a).

Tal ideário implicaria em transformar os camponeses locais em produtores competitivos, economicamente eficientes e integrados à cadeia produtiva do agronegócio. Neste contexto, em todos os períodos de colheita, os caminhões passariam em suas residências para recolher a produção agrícola das mãos dos produtores, a qual, posteriormente, seria armazenada em silos para, depois, ser transportada para o porto de Nacala. De lá, seria colocada em navios para suprir o mercado global, sobretudo o asiático e japonês, em particular. Além de ser organizado, o espaço produtivo está ordenado. Se, na primeira imagem os camponeses usavam enxada de cabo curto, na segunda imagem aparecem sujeitos transformados, usando “técnicas modernas”. Se, na primeira imagem não havia um reservatório de água, na segunda, este já aparece e, com auxílio de uma motobomba, um sujeito rega a sua produção. Se, na primeira imagem os sujeitos não calçam botas e trabalhavam a terra com pés descalços, na segunda, os sujeitos estão calçando botas para se protegerem.

Tudo isso indicaria que, com o ProSAVANA, a estrutura organizativa preexistente iria ser destruída para a implantação de uma nova ordem territorial. Nessa implantação, os saberes dos povos nativos seriam desterritorializados e, com eles, o seu “modo de vida”. A tradição, a cultura, as danças e os cânticos, em decorrência, seriam também destruídos no âmbito da implementação do ProSAVANA. Isto significa que os traços camponeses poderiam ser desterritorializados e alguns deles, possivelmente, seriam perdidos pelos camponeses durante o processo de implantação deste programa. No entanto, estar-se-ia diante de uma violência estrutural, o que desembocaria em uma morte simbólica destes, pois os territórios que os conectavam, imaterialmente, a seus antepassados seriam destituídos. Através do ProSAVANA, possivelmente, esvaziar-se-ia o conteúdo local que é transferido de geração em geração pelos camponeses, sobretudo, das gerações mais velhas para as gerações mais novas.

Este processo ocorre, de um lado, por meio da *herança da terra* e, do outro, através da *socialização do camponês* enquanto um mecanismo de reprodução social do campesinato no Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2020a). Embora o discurso oficial, os comunicados, e o Plano Diretor do ProSAVANA destacassem que a ideia era colocar fim no “atraso” dos sujeitos do Corredor de Nacala, pelo simples fato destes se manterem com base no seu “modo de vida”, a verdade é que os executores deste programa, queriam transformar tal cenário num espaço social e produtivo. Com a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, a possibilidade dos povos nativos se reproduzirem

socialmente com base no seu “modo de vida”, estava descartada. A territorialização do agronegócio no campo, implica na desterritorialização de práticas produtivas e relações sociais preexistentes, dentre outras tragédias. Neste contexto começaram os protestos sociais que serão analisados a seguir.

Lutas e resistências dos movimentos sociais contra o ProSAVANA em Moçambique

A territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique foi caracterizada por protestos populares protagonizados pelos camponeses. Embora as atividades do ProSAVANA tenham sido iniciadas logo após a assinatura do acordo em 2009 (FUNADA-CLASSEN, 2014), só a partir de Outubro de 2012, é que apareceram oficialmente os protestos populares contra o programa, contestando-o abertamente. O atraso em surgir os primeiros protestos populares contra o ProSAVANA está intrinsecamente relacionado com a falta de transparência do mesmo pois, desde o seu início, os executores foram implantando-o sem explicar nada aos moçambicanos. O ProSAVANA só ficou conhecido em 2011, quando as autoridades moçambicanas decidiram informar que estava em curso um programa que havia sido assinado em 2009, entre os governos de Moçambique, Brasil e do Japão, visando modernizar o espaço agrário no *corredor-nacalaense*.

Nos anos que antecederam o momento em que o ProSAVANA foi tornado público em Moçambique, os camponeses e a sociedade civil organizada, procuravam informações que lhes permitissem entender o tipo de programa que se tratava, pois muitas informações permaneciam em segredo. Da parte dos executores deste programa, os camponeses moçambicanos não conseguiram quase nada de concreto, pois as informações relacionadas com o ProSAVANA eram protegidas. Estava claro que havia algo errado com o ProSAVANA e que, se por acaso os camponeses soubessem dos reais objetivos/interesses da implementação deste programa, no Corredor de Nacala, poderiam se rebelar, contestando-o abertamente. Já que as autoridades moçambicanas não o detalharam, ao apresentá-lo para o público, os camponeses e a sociedade civil organizada, que lutavam pela justiça social e ambiental no Corredor de Nacala, passaram a questionar as verdadeiras intenções do ProSAVANA.

O programa estava previsto para ocupar cerca de 14,5 milhões de hectares de terras, o que causava muita perplexidade nos camponeses e na sociedade civil que se

perguntavam: onde dentro do Corredor de Nacala havia essa quantidade de terra? Os camponeses e as organizações da sociedade civil mostraram-se preocupados e indignados quando começaram a surgir informações na mídia brasileira, segundo as quais (o governo de) Moçambique estava “doando” extensas áreas de terras aos produtores brasileiros do agronegócio. Como recompensa desta “doação”, o governo moçambicano apenas queria que os produtores brasileiros ensinassem aos camponeses do Corredor de Nacala como produzir, aumentando os níveis produção e de produtividade. Neste sentido, os produtores brasileiros eram experientes, pois já vinham atuando no agronegócio, alguns deles, desde os tempos do PRODECER. Nas notícias que circulavam no Brasil, lia-se, por exemplo, que “os produtores agrícolas brasileiros devem desembarcar para o continente africano, o motivo é que Moçambique está oferecendo terras a preço bem *baratinho*, incentivando novas plantações¹⁸⁹”. A longa reportagem continua, referenciando que:

Uma área onde caberia três Estados de Sergipe, 6 milhões de hectares no total, é o que o governo de Moçambique vai dar praticamente de graça aos agricultores brasileiros. Será em regime de concessão para plantar soja, algodão e milho. Os fazendeiros poderão usar estas terras no norte do país durante 50 anos renováveis por mais 50. O imposto é ilusório, 21 reais por hectare por ano. [...]. A única imposição é que pelo menos 90% da mão-de-obra seja contratada no país africano. Com o intercâmbio, Moçambique pretende se tornar um grande exportador de *commodities*, principalmente, para o mercado chinês¹⁹⁰.

Ao chegar em Moçambique, pelo fato da terra ser propriedade do Estado, os produtores brasileiros teriam a terra em forma de concessão – DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra), mediante o pagamento de uma taxa anual simbólica. Tal taxa, às vezes, não permite que o próprio Estado tenha condições financeiras para fiscalizar o cumprimento dos planos de exploração por parte dos capitalistas que solicitam terras para a implementação dos seus programas no país. Na maior das vezes, o DUAT dado aos capitalistas que procuram terras de negócio em Moçambique, contempla um longo prazo de tempo se estendendo, em alguns casos, por um total de 50 anos, renováveis por igual período, conforme a Lei de Terras 19/97.

No caso dos produtores brasileiros, este DUAT permitiria que produzissem suas mercadorias e por via disto, acumulassem privadamente a riqueza por muito tempo, mas pagando uma taxa anual ilusória ao Estado. As informações que vinham do Brasil, dando conta que Moçambique estava a doar terra de graça aos produtores brasileiros do agronegócio, deixava ainda mais preocupados os camponeses e as organizações da

¹⁸⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eogF_Ir5myA. Acesso: 19/01/2020.

¹⁹⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eogF_Ir5myA. Acesso: 19/01/2020.

sociedade civil. Já que não havia informações detalhadas sobre os reais objetivos/interesses do ProSAVANA, os camponeses moçambicanos foram vasculhando, na tentativa de obter algo de concreto, que os ajudasse a entender este programa, mas quase não encontravam nada. Durante a apresentação do programa, o governo moçambicano, na época representado pelo ex-ministro da Agricultura (e Segurança Alimentar), José Pacheco dizia que o ProSAVANA era uma “réplica” do seu primogênito do cerrado brasileiro, o PRODECER, que fora implementado a partir da década de 1970.

De forma organizada, os camponeses moçambicanos começaram a estabelecer contato com os seus companheiros do Brasil para obter mais detalhes sobre os seus desdobramentos socioterritoriais neste país latino-americano. O *Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)* foi um dos movimentos sociais brasileiros procurados pelas organizações camponesas moçambicanas, uma vez que acumulava uma larga experiência de lutas e resistências contra o agronegócio no Brasil. Ao estabelecerem contato com o MST, organizações camponesas pretendiam obter alguma informação que os ajudasse a entender as contradições geradas pelo agronegócio no campo brasileiro, já que o programa pelo qual o ProSAVANA se inspirava havia sido implementado neste país latino-americano com o nome de PRODECER.

Foi assim que, estrategicamente, a União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento campesino moçambicano, com aproximadamente 150.000 membros, fundado em 1987, conseguiu entender o ProSAVANA. A UNAC está presente em todo o país com representação ao nível das capitais provinciais e nos distritos. Além de ser membro da *Via Campesina*, o maior movimento campesino global, a UNAC mantém relações de cooperação e de solidariedade com várias organizações camponesas e sociais brasileiras, sobretudo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), FASE/Brasil, etc. No caso do MST, a UNAC reconhece e destaca a importância que este movimento social brasileiro teve na disponibilização de informações essenciais que permitissem entender os desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro. O presidente da União Provincial de Camponeses de Nampula (UPC-N), um dos núcleos da UNAC, afirmou que:

Nós, como associação [de camponeses] temos nossas voltas, temos nossas fontes de buscas de informação. Temos nossos companheiros que estão no Brasil. Temos também camponeses associados que nos fornecem essas informações, apesar de que nós não precisaríamos ir para lá, mas temos informações fiéis que dizem que essa cara que está sendo trazida para Moçambique em nome de desenvolvimento, é o mesmo que aconteceu no Brasil e que existe movimento de camponeses sem-terra (Entrevista realizada em Janeiro de 2016).

De fato, a experiência do PRODECER no cerrado brasileiro, programa que inspirava o ProSAVANA, foi dramática para os sujeitos diretamente implicados. As marcas e/ou cicatrizes deste processo ainda se fazem sentir, sobretudo, nos territórios onde o mesmo fora implementado. Tal experiência deixou milhares de famílias camponesas e comunidades tradicionais, neste caso, indígenas e quilombolas (de várias etnias) traumatizadas. Além de verem o sonho de viver com base no seu “modo de vida” mutilado, tiveram frustradas as suas expectativas durante a implementação deste programa.

De um lado, o PRODECER garantiu uma acumulação privada da riqueza para uma minoria, sobretudo, o capitalismo global e de outros grupos sociais diretamente ligados ao agronegócio, a saber, a burguesia brasileira, e, do outro, (re)produziu de forma ampliada, a miséria, a fome, as desigualdades sociais, as contradições, as ambivalências, as tensões e os conflitos socioambientais, dentre outras tragédias (para não dizer *barbáries*) (PESSÔA, 1988, 2015; PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014; INICÊNCIO, 2010, 2016; CLEMENTS; FERNANDES, 2013; SCHLESINGER, 2013, FUNADA-CLASSEN, 2014; SANTOS, 2014).

As entrevistas realizadas junto a entidades sociais e acadêmicos/as brasileiros/as progressistas, apontavam também o sentido desigual e contraditório do PRODECER no cerrado brasileiro. Nelas, os entrevistados alertavam sobre a possibilidade da reprodução dos conflitos socioambientais devido ao modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo exportado para o Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2017). Significava que a informação que o MST disponibilizou, em relação aos desdobramentos do PRODECER no cerrado brasileiro, ajudou a UNAC a tornar suas ações combativas mais aguerridas. Ainda sobre o papel exercido pelo MST, o Coordenador-Executivo da UNAC afirmava que:

Há muita coisa que aprendemos com o MST. Com o MST, conseguimos aprender os mecanismos e as táticas de luta. As estratégias de luta, [...] como é que nós podemos lidar sob ponto de vista de furar os esquemas e as pretensões das empresas, aprendemos muito com o MST (Entrevista realizada em Maio de 2019).

Em 2012, a UNAC e a Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM), outro movimento camponês de expressão nacional, por convite da FASE/Brasil, decidiram visitar o cerrado brasileiro onde foi implementado o PRODECER. A UNAC e a ORAM aproveitaram a viagem para realizar algumas filmagens das plantações de cana-de-açúcar, milho e soja (AGUIAR; PACHECO, 2015). Estas filmagens, mais tarde, resultaram num

documentário intitulado “*ProSAVANA: a face oculta do PRODECER*”. Este documentário passou a ser usado como uma prova de que o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo exportado para Moçambique era uma ameaça à agricultura camponesa e à soberania alimentar dos camponeses, como também para a biodiversidade biológica. Este documentário passou também a ser usado pela UNAC como um mecanismo de luta e resistência contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Depois de regressar a Moçambique, a UNAC fez o seu primeiro pronunciamento, contestando abertamente a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Tal fato histórico aconteceu na cidade de Nampula, nos finais de Outubro de 2012. Nesta contestação, a UNAC afirmou que:

O ProSAVANA é resultado de uma política que vem do topo para a base, sem no entanto, levar em consideração as demandas, sonhos e anseios das bases, particularmente, dos camponeses do Corredor de Nacala. [...]. Notamos com enorme preocupação que o ProSAVANA demanda milhões de hectares de terras ao longo do Corredor de Nacala, porém, a realidade local mostra a falta de disponibilidade dessas extensões de terras, visto que a mesma é usada por camponeses com recurso à técnica de pousio. [...]. Condenamos veementemente qualquer iniciativa que preconize o reassentamento de comunidades e expropriação de terra dos camponeses, para dar lugar à mega projetos agrícolas de produção de monoculturas (soja, cada-de-açúcar, algodão, etc.). Condenamos a vinda em massa de agricultores brasileiros que se dedicam ao agronegócio, transformando camponesas e camponeses moçambicanos em seus empregados e em trabalhadores rurais (UNAC, 2017, p. 17).

Os executores do ProSAVANA não esperavam protestos populares contra este programa. Porém, tudo mudou em pouco tempo, sobretudo, quando a União Nacional de Camponeses (UNAC) decidiu divulgar sua declaração (pronunciamento) contra o ProSAVANA, a partir da cidade de Nampula. Como foi referenciado anteriormente, a UNAC é o maior movimento camponês moçambicano, o que significa que seu posicionamento de protesto contra o ProSAVANA tinha base suficiente para ser acolhido pelos demais camponeses do Corredor de Nacala, território escolhido para sua implementação. O pronunciamento apresentava os interesses do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Cabe realçar que a cidade de Nampula não foi escolhido por acaso para ser o palco da divulgação da declaração de protesto contra o ProSAVANA. Nampula está dentro do Corredor de Nacala e, parte dos seus distritos, eram alvos do ProSAVANA. Por sua vez, é em Nampula que estão os militantes mais lúcidos e críticos da UNAC em relação ao modelo de desenvolvimento agrário/agrícola ancorado ao agronegócio.

Além de terem uma consciência política e coletiva, são militantes com uma capacidade mobilizadora capaz de desconstruir as armadilhas do capital. Foi o que

aconteceu após a territorialização “oculta” do ProSAVANA. Aos poucos, foram emergindo reações de outros movimentos populares contra a investida neoliberal *nipo-brasileira* no campo moçambicano. As lutas e resistências contra o ProSAVANA começam a intensificar-se a partir de 2013 (CATSOSSA, 2018). Foi neste ano que começaram a vazarem, na *internet*, informações relevantes e detalhadas relacionados com o ProSAVANA. Tais informações constavam no primeiro Plano Diretor formulado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Projetos), onde constava, além do tipo de cultura que seria implantada no Corredor de Nacala, a quantidade de dinheiro envolvido, a modalidade de financiamento, e os primeiros agricultores beneficiários. Este documento, dividia o Corredor de Nacala em pequenas subáreas, as quais produziriam determinadas mercadorias. Foi aí que as organizações da sociedade civil e os camponeses entenderam melhor o tipo de programa que estava sendo implantado.

No mesmo ano em que vazou o documento (2013), a Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, também se pronunciou, contestando abertamente o ProSAVANA e destacando os impactos negativos sob os pontos de vista social e ambiental do modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estavam sendo propostos para a modernização do Corredor de Nacala. No mesmo diapasão, a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento Rural (ADECRU), insurgiu-se contra o ProSAVANA, sendo que mais tarde, o seu representante, Clemente Ntauazi, viajou ao Brasil a convite da FASE/Brasil, e durante o evento, questionou abertamente os interesses do Brasil ao apoiar um programa que considerava ser socialmente perverso e insustentável em termos ambientais. Mais tarde, diversas organizações da sociedade civil decidiram formar um grupo de trabalho e, em uma reunião realizada na cidade de Maputo, lançaram a *campanha contra a privatização da terra* em Moçambique.

A partir de então, o ProSAVANA passou a ser visto como “inimigo comum”, que deveria ser combatido como forma de evitar a emergência de conflitos socioambientais irreversíveis no Corredor de Nacala. Além do ProSAVANA ser considerado, pelas organizações da sociedade civil, como um programa que visava expropriar e expulsar os camponeses das suas terras, sujeitando-os à lógica do modo capitalista de produção, era visto também como promotor de destruição de ecossistemas, degradação ambiental, contaminação do solo, da água e dos alimentos. Destaca-se que, durante o processo produtivo, previa-se o uso de sementes transgênicas (Organismos Geneticamente Modificados [OGM]), dentre outras tragédias; daí que deveria ser combatido

conjuntamente (CATSOSSA, 2018; 2020a). Vendo que as suas pautas estavam sendo ignoradas pelos executores deste programa, as organizações da sociedade civil moçambicanas, coadjuvadas com os movimentos sociais de outros países, sobretudo brasileiros, em 2013, decidiram encaminhar uma carta aberta aos dirigentes dos três países que estavam à frente em sua implementação no Corredor de Nacala. Nesta carta, lia-se o seguinte:

[...] nós camponeses e camponesas, famílias das comunidades do Corredor de Nacala, organizações religiosas e da sociedade civil nacionais signatárias desta Carta Aberta manifestamos, publicamente, a nossa indignação e repúdio contra a forma como o Programa ProSAVANA tem sido concebido e a ser implementado nas nossas terras e comunidades do nosso País [...]. Exigimos uma intervenção urgente de V. Excias. Senhor Presidente de Moçambique, Senhora Presidente do Brasil e Senhor Primeiro-Ministro do Japão, na qualidade de mandatários legítimos dos vossos povos, com o objetivo de travar de forma urgente a lógica de intervenção do Programa ProSAVANA que trará impactos negativos irreversíveis para as famílias camponesas.

Nesta carta, as demandas das organizações da sociedade civil moçambicanas e de outros grupos sociais signatários, foram simplesmente ignoradas pelos executores do ProSAVANA, embora esta carta tenha estremecido o poder dominante. Mais tarde e, sobretudo, em julho de 2014, as organizações da sociedade civil moçambicana criaram uma plataforma de diálogo chamada *Campanha Não ao ProSAVANA*. A *Campanha Não ao ProSAVANA* viria a ser, portanto, o maior movimento social rebelde do país, ao contestar abertamente o ProSAVANA no Corredor de Nacala. Além das organizações da sociedade civil moçambicana, a *Campanha Não ao ProSAVANA* passou a integrar os movimentos sociais brasileiros e japoneses onde, de forma conjunta, foram fazendo pressão para por fim a este programa.

Destaca-se que, enquanto as organizações da sociedade civil moçambicana pressionavam o governo moçambicano, os movimentos sociais brasileiros e japoneses, faziam também este exercício em seus países. Esta ação dos povos dos três países resultou em um ganho positivo pois, por esta via, conseguiram interromper temporariamente o ProSAVANA no Corredor de Nacala. A interrupção temporária do ProSAVANA aconteceu em 2015, tendo permanecido até julho de 2020, ano em que foi tornada pública a informação de que este programa havia terminado oficialmente, conforme será analisado a seguir.

O fim “inglório” do ProSAVANA em Moçambique

O fim do ProSAVANA já era previsível em Moçambique, pois, os camponeses do Corredor de Nacala e a sociedade civil organizada estavam firmes com as suas convicções, contestando-o abertamente. Desde 2015, época em que o ProSAVANA foi suspenso temporariamente por causa da pressão exercida pelos camponeses e pela sociedade civil organizada, os executores deste programa passaram a enfrentar enormes dificuldades em avançar com a sua implantação efetiva no Corredor de Nacala. As organizações da sociedade civil estavam cada vez mais determinadas a seguirem até o fim. Estas queriam que o ProSAVANA fosse jogado numa “lata de lixo” ou, mesmo, engavetado para iniciar-se a elaboração de um novo programa, que aglutinasse os interesses/anseios dos camponeses. Uma das lideranças da Associação Rural de Ajuda Mútua (ORAM) descrevera, em seu depoimento, em contestação ao ProSAVANA que:

Os camponeses estão a dizer não ao ProSAVANA, tudo o que está dentro do quadrado ProSAVANA, modelo de crédito, empréstimo [...] que está muito camuflada dentro do ProSAVANA. A ideia é que tudo, o que está dentro do quadrado ProSAVANA, ser encostado, seu dinheiro ser [também] encostado. Começamos um estudo de base para perceber quais são as necessidades do camponês, o camponês não disse que quer produzir soja em grandes quantidades, não disse isso. O camponês tem as suas culturas prioritárias e cada cultura, varia de região para região, porque é que vamos obrigar um Corredor inteiro a produzir culturas das quais não determinam o seu processo de subsistência? (Entrevista realizada em Janeiro de 2016).

Em 2018, os executores do ProSAVANA representados pelo governo moçambicano, tentaram novamente aproximar as organizações da sociedade civil que contestavam este programa, mas, não houve avanços no diálogo. As organizações da sociedade civil mantinham as suas convicções, destacando que a única saída era pôr fim ao ProSAVANA e iniciar-se a elaboração de um novo programa que aglutinasse os anseios dos camponeses do Corredor de Nacala. No entanto, as organizações da sociedade civil exigiam outras alternativas em termos de modelo de desenvolvimento agrícola/agrícola, e avançavam com uma outra proposta, caso quisessem investir. Para estes sujeitos, a agricultura camponesa era alternativa para o Corredor de Nacala e destacavam que, além de ser socialmente inclusivo, era sustentável em termos ambientais.

Para as organizações da sociedade civil moçambicana, as práticas agroecológicas que caracterizam a agricultura camponesa, além de contribuírem para a redução de danos ao meio ambiente, permitem produzir alimentos de qualidade e saudáveis para o consumo humano. As organizações da sociedade civil baseavam-se no pressuposto, segundo o qual,

o uso excessivo de sementes transgênicas e de agrotóxicos no processo produtivo do modelo do agronegócio, além de trazer riscos colaterais para a saúde, também geram danos ao meio ambiente. De fato, há estudos (ALTIERI, 2012; SANTOS, 2014; CATSOSSA, 2020a) que apontam que o uso excessivo de sementes transgênicas e de agrotóxicos no processo produtivo traz problemas relacionados com a contaminação dos alimentos (e contribuem para a intoxicação dos consumidores) e dos solos. Por onde o agronegócio se territorializa, gera também conflitos socioambientais, que podem ser verificados pela contaminação das unidades de produção camponesa (no caso moçambicano, machambas), da água dos rios, lagos, lagoas, lençóis freáticos, etc.

Além disso, na sua luta e resistência contra a implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, as organizações da sociedade civil moçambicana destacavam também que a agricultura camponesa era o único modelo de desenvolvimento agrário/agrícola capaz de assegurar a segurança alimentar e nutricional e, também, a soberania dos povos nativos. Como se pode ver, estava-se diante de uma disputa política por *territórios imateriais* (ideologias) e de modelos de desenvolvimento rural. No entanto, estava claro que o ProSAVANA iria encontrar dificuldades para avançar com a expansão de *commodities* no Corredor de Nacala, embora os seus executores sonhassem ainda num possível entendimento com as organizações da sociedade civil que contestavam este programa (CATSOSSA, 2020b).

Foi exatamente neste momento que o ProSAVANA começou a entrar em decadência, ou em queda. Embora Liberti (2018) anunciasse que os camponeses haviam vencido a batalha contra o ProSAVANA, a verdade é que, nessa altura, o governo moçambicano tentava renegociar com as organizações da sociedade civil que contestavam a sua implantação definitiva no Corredor de Nacala (CATSOSSA, 2020a). Uma das autoras que analisou com muita ponderação a decadência do ProSAVANA foi Funada-Classen (2019), ao destacar que este programa estava em queda, após ter sido caracterizado por uma ascensão nos primeiros anos da sua implantação. Já, Liberti (2018), em seu texto intitulado *“Um projeto de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio”*, afirmava que:

Os empresários do agronegócio do sul se parecem com os do norte: eles sonham com lucros fáceis cultivando terras comerciais em detrimento da agricultura familiar. Assim nasceu o ProSAVANA, que une o Japão e o Brasil a Moçambique. Entretanto, a inédita resistência de camponeses dos três Estados conseguiu interromper a operação (LIBERTI, 2018, s/p).

Este artigo teve uma repercussão internacional, pois alguns estudiosos acreditavam que o ProSAVANA já havia terminado em Moçambique (CATSOSSA, 2019), o que não havia acontecido. Como realçado anteriormente, os executores deste programa ainda tentavam apresentar uma nova proposta às organizações da sociedade civil. Três meses após a publicação do artigo de Liberti (2018) tendo em conta que o mesmo ficou disponível no *site* do *Le Monde Diplomatique Brasil* em junho daquele ano, a liderança da União Nacional de Camponeses (UNAC), destacou que via no governo moçambicano, um sentimento de que não iria abandonar o ProSAVANA, conforme pode ser lido no depoimento a seguir:

O ProSAVANA é um caso preocupante para a classe camponesa, nós acabamos entendendo que a tendência do governo é avançar com o programa. O governo está a tentar fazer manipulações para o poder avançar, usando essa linguagem de que é um grupinho pequeno de pessoas que não quer o ProSAVANA, mas esse grupinho está a defender a classe camponesa (Entrevista realizada em Maio de 2018).

Isso mostra, apenas, que os executores do ProSAVANA ainda não haviam desistido da ideia de tornar realidade a implantação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Nessa altura, a contraparte brasileira já havia parcialmente desistido, pois a equipe da EMBRAPA já tinha regressado ao Brasil, após o fechamento de seus escritórios em Moçambique, em decorrência dos protestos populares contra a implantação efetiva do ProSAVANA. O Brasil começou a distanciar-se do ProSAVANA, logo que as organizações da sociedade civil moçambicana conseguiram interromper temporariamente o programa em 2015. As críticas e os questionamentos às autoridades brasileiras sofriram internamente com os movimentos sociais brasileiros e estudiosos progressistas, que, além de questionarem o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo transportado para Moçambique, questionavam a própria Política Externa Brasileira, vista como uma forma de materialização de ação imperial.

Destacavam, ainda, que o Brasil estava a levar as contradições verificadas no cerrado brasileiro durante a implementação do PRODECER para Moçambique, tais como: insegurança alimentar, miséria, violência e conflitos socioambientais, entre outras tragédias (CLEMENTS; FERNANDES, 2013; SCHELESINGER, 2013; AGUIAR; PACHECO, 2015; PESSÔA, 2015; INOCÊNCIO, 2016), embora Fingermann (2013) rebatesse tais aspectos, alegando que eram apenas *mitos*. A partir de então, e vendo que a imagem do Brasil ficava cada vez mais “suja”, prejudicando o seu “bom nome”, na geopolítica internacional e na política interna (FINGERMAN, 2019), as autoridades brasileiras

passaram a promover eventos importantes que tinham em vista apresentar alguns dos resultados das pesquisas que estavam ainda em curso no Corredor de Nacala (CHICHAVA, 2019; CATSOSSA, 2020a). Questionada sobre a ausência do Brasil no processo de implantação do ProSAVANA, a Fundação Getúlio Vargas, respondeu que:

[...] o ProSAVANA já não era significativo para sua ambição institucional, mas, realmente, estava a prejudicar a sua reputação, tanto nacional quanto internacionalmente. Além disso, como ela tinha colectado informação suficiente, já não precisa mais trabalhar com o ProSAVANA (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 29).

A aparente ausência do Brasil no processo de implantação do ProSAVANA, fez com que a parceria trilateral passasse a ser bilateral, restando apenas Moçambique e Japão, conforme mostra Funada-Classen (2019). Neste âmbito, o Japão manteve-se firme, de tal maneira que minimizava as vozes dos camponeses do Corredor de Nacala. Como diz Funada-Classen (2019, p. 29), sob administração de Shinzō Abe, estava “difícil pôr um fim ao ProSAVANA”. Neste contexto, não importava, para as autoridades japonesas, a dimensão e o rumo que as resistências dos movimentos sociais poderiam tomar. A missão mantinha-se intacta: ocupar o Corredor de Nacala e transformá-lo num “Mato Grosso no meio de África”, abrindo campos de produção de *commodities* para a exportação.

A JICA, enquanto representante da contraparte japonesa, estava convencida que poderia ultrapassar as dificuldades e avançar com a implementação do ProSAVANA. Entretanto, na realidade as coisas eram diferentes: os camponeses e as organizações da sociedade civil estavam firmes com as suas convicções. Contrários às convicções da JICA, os camponeses e as organizações da sociedade civil, não queriam saber de mais nada que se relacionasse ao ProSAVANA, ou seja, que se tratasse do agronegócio no Corredor de Nacala. Finalmente, quase uma década depois de ter sido tornado público em Moçambique, o controverso programa ProSAVANA, chegou ao fim. Foi quase uma década de lutas e resistências, em que os movimentos protestavam contra sua implantação efetiva no Corredor de Nacala. O término definitivo do ProSAVANA foi anunciado pelo governo, através de um comunicado de imprensa publicado no *site* do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER).

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural torna público que os parceiros envolvidos com o governo no Programa ProSAVANA acordaram o término com a conclusão do *Projecto para o Estabelecimento de Modelos de Desenvolvimento ao Nível das Comunidades com Melhoria do Serviço de Extensão Rural no Desenvolvimento Agrícola do Corredor de Nacala* (MADER, 2020, s/p, itálicos do original).

O término definitivo do ProSAVANA foi acolhido com muita *euforia* pelas organizações da sociedade civil que, desde cedo, se opuseram à implantação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. Tal *euforia* verificou-se tanto em Moçambique quanto no Brasil e no Japão, pois, as lutas e resistências contra a implantação efetiva do ProSAVANA verificam-se também nestes dois países. Para estes sujeitos, o término do ProSAVANA, além de representar uma vitória contra o neoliberalismo e as formas de colonialidades contemporâneas, mascaradas pelo discurso produtivista e desenvolvimentista, mas que vislumbrava a monopolização do território pela *grilagem* de terras dentre outras tragédias socioambientais, dá esperança para se pensar num outro mundo diferente do mundo capitalista, fundado na base do lucro.

A organização deste novo mundo e/ou nova sociedade deveria ser embasada no “modo de vida” dos povos nativos e não numa imposição para seguir determinada lógica padrão previamente orquestrada, com finalidade de satisfazer os interesses da classe dominante, como o ProSAVANA pretendia fazer no Corredor de Nacala. Neste entendimento, o término definitivo do ProSAVANA em Moçambique, representa a vitória de um povo que se viu forçado, desde o começo, a defender os seus territórios, os seus saberes seculares, transmitidos de geração em geração, sobretudo, das gerações mais velhas para as mais novas, tanto por meio da *herança da terra*, como através da *socialização do camponês* enquanto um dos mecanismos de reprodução social do campesinato (CATSOSSA, 2020a).

Do lado moçambicano, a Justiça Ambiental – Amigos da Terra Moçambique, um movimento ambientalista, mas que defende também os interesses dos camponeses, foi a primeira organização moçambicana, que fazendo uso da sua página do *Facebook*, se mostrou satisfeita com a notícia que dava conta que o ProSAVANA havia terminado definitivamente em Moçambique. A Justiça Ambiental foi a organização que, desde o início das lutas e resistências contra o ProSAVANA, presidiu a direção da *Campanha Não ao ProSAVANA* sempre em colaboração com outras organizações da sociedade civil a ela filiadas, significando que tratava-se de um trabalho coletivo. Mesmo eufórica, a Justiça Ambiental lamentou todas as práticas antidemocráticas perpetradas pelos executores deste programa, caracterizadas por perseguições, intimidações, ameaças e agressões contra as organizações que estavam filiadas à *Campanha Não ao ProSAVANA*.

A Livaningo¹⁹¹ também não ficou no silêncio após surgirem informações oficiais que davam conta de que o ProSAVANA havia terminado em Moçambique. Desde o início, a Livaningo integrou-se ao grupo de organizações da sociedade civil que contestavam abertamente o ProSAVANA no Corredor de Nacala. Para a Livaningo, o término do ProSAVANA, representou uma vitória retumbante contra os interesses da classe dominante. Foi uma vitória para os camponeses do Corredor de Nacala e também para as organizações da sociedade civil que, desde cedo, se empenharam em combater este programa no país. Um dos membros da direção da Livaningo, de forma eufórica, descreve o término do ProSAVANA nos seguintes termos:

Só o fato do ProSAVANA ter terminado e oficialmente anunciado pelo governo, é uma vitória para a classe camponesa e uma vitória para todas as organizações da sociedade civil que estavam em frente da luta (Entrevista realizada em Setembro de 2020).

A respeito do fim do ProSAVANA, num comunicado escrito pelas organizações da sociedade civil japonesa, sobretudo, o Mokai e o JVC (Centro Internacional de Voluntários do Japão), intitulado “*Vitória dos movimentos camponeses e cívicos! ProSAVANA terminou*”, lê-se o seguinte:

Em 22 de julho de 2020, representantes do Ministério das Relações Exteriores do Japão, visitaram parlamentares japoneses, Michihiro Ishibashi e Satoshi Inoue, que foram apoiar a campanha conjunta da sociedade civil moçambicana, brasileira e japonesa contra o ProSAVANA e anunciou o “término do ProSAVANA”. Os representantes trouxeram consigo declarações do Ministério da Agricultura de Moçambique e da Embaixada do Japão em Moçambique sobre o fim do ProSAVANA. O governo japonês e sua Agência de Cooperação Internacional (JICA), encerraram o seu programa polêmico de longa duração sem concluir o seu projeto principal, ProSAVANA-PD, cujo objetivo era preparar um Plano Diretor de Agricultura para a região do Corredor de Nacala em Moçambique. O ProSAVANA enfrentou resistência consistente dos movimentos camponeses locais desde outubro de 2012, apoiado por organizações da sociedade civil moçambicana sob égide da Campanha Não ao ProSAVANA (MOKAI; JVC, 2020, s/p).

Vale ressaltar que, em parte, o término definitivo do ProSAVANA, deveu-se também por causa do veredito da justiça moçambicana emitido pela *Campanha Não ao ProSAVANA* de agosto de 2018, o qual forçava o então Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) a fornecer todas as informações referentes a este programa que, por muito tempo, eram sigilosas. Ao serem disponibilizadas ao público, estas informações vieram apenas provar que havia muitas incongruências no processo de implementação do ProSAVANA. Tais informações apenas aumentaram o ânimo das

¹⁹¹ A Livaningo é uma Organização Não-Governamental (ONG), cuja missão é defender o meio ambiente e os interesses das comunidades rurais. Para mais detalhes consulte: www.livaningo.co.mz.

organizações da sociedade civil filiadas à *Campanha Não ao ProSAVANA* nas suas ações combativas contra a implementação efetiva deste programa no Corredor de Nacala. É por esta razão que a *Campanha Não ao ProSAVANA* considerava uma conquista, o fato da justiça ter decretado a disponibilização de toda a informação referente a este programa.

Outra conquista importante da *Campanha Não ao ProSAVANA* obtida no âmbito da sua luta e resistência contra o ProSAVANA foi quando forçou a realização de investigações à JICA sobre as alegadas irregularidades verificadas durante o processo de implementação deste programa no Corredor de Nacala. Desta investigação, as organizações da sociedade civil filiadas a *Campanha Não ao ProSAVANA*, como esclareceu a liderança Nacional da ADECRU, Jeremias Vunjanhe, estavam a espera que fossem identificados os responsáveis pela prática de atos antidemocráticos, como, por exemplo, a perseguição, intimidação, ameaças, agressão verbal e manipulação de informações referentes ao ProSAVAMA, só para citar alguns exemplos¹⁹².

O ProSAVANA terminou em Moçambique, mas de forma “inglória”. O processo de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala, foi caracterizado por fenômenos atípicos ao regime que preza ser democrático, como, por exemplo, a perseguição, intimidação, ameaça, violência e agressão, entre outros aspectos. Tais práticas antidemocráticas foram sendo perpetradas pelos executores do ProSAVANA com base na “estratégia de contra-resistência [sic] da JICA” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 36), mas com a conivência do governo moçambicano. Além de minimizar as críticas das organizações da sociedade civil que contestavam abertamente o ProSAVANA, a ideia era também de enfraquecê-las.

Este enfraquecimento passava também por desencadear as práticas antidemocráticas citadas anteriormente. Para executar a sua estratégia de contrarresistência, a JICA contratou a MAJOL, uma empresa de consultoria. A MAJOL tinha uma missão bem clara: mapear e identificar as organizações da sociedade civil mais rebeldes por meio de uma “pesquisa de inteligência tipo-Cia [sic]” (cf, FUNADA-CLASSEN, 2019) e depois, cooptá-las. Funada-Classen (2019) afirma que:

“a JICA não podia parar um mega programa depois de iniciá-lo”. A única estratégia de saída para a JICA foi domar os movimentos camponeses locais e organizações da sociedade civil, acalmá-los, manter um “diálogo”, persuadi-los (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 30).

¹⁹² Para mais detalhes, consulte: <https://amp.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-investiga%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-jica-no-caso-prosavana-vista-como-conquista-na-luta-contr-o-proteto/a-3964276>. Acesso: 03/11/2020.

Temendo o fracasso retumbante do ProSAVANA e como forma de ultrapassar o impasse, a JICA decide avançar com o diálogo e coloca a MAJOL a frente como apaziguadora das tensões de territorialidade. Mas, era apenas uma armadilha para a sociedade civil organizada que contestava o ProSAVANA. O principal alvo da JICA era a União Nacional de Camponeses (UNAC), o maior movimento camponês do país. Além de ter maior representatividade, a UNAC também tinha legitimidade no campo junto aos camponeses e o seu dizer “Não ao ProSAVANA”, era uma afronta aos interesses *nipônicos*, daí que deveria haver intervenção com mais urgência possível, como forma de enfraquecê-la. De acordo com Funada-Classen (2019):

[...] a razão pela qual a JICA e a MAJOL queriam ter a UNAC no MCSC não era para refletir as vozes dos camponeses no Plano Diretor, mas sim para dismantlar a campanha “Não ao ProSAVANA” ao cooptar e tirar a UNAC dela e destruir o argumento da sociedade civil japonesa em Tóquio (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 42).

Como a UNAC estava inserida na *Campanha Não ao ProSAVANA*, todas as organizações da sociedade civil a ela filiadas passaram a ser opositores, ou seja, “inimigos comuns” da JICA. Tratavam-se de organizações como a Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), Fórum Mulher, Justiça Ambiental (JA!) e da Livaningo. A JICA não queria saber mais nada sobre a existência da cooperação triangular dos povos, pois, frustrava os seus interesses, por isso operava no sentido de aniquilá-la politicamente. Desta forma, a Campanha Não ao ProSAVANA, não só colapsaria em termos combativos, mas também desapareceria do mapa geopolítico. Embora Funada-Classen (2019) afirme que a ideia era afastar as organizações japonesas, no caso, a JVC, que se opunha abertamente às ações do Japão em Moçambique, ao financiar o ProSAVANA, a verdade é que as organizações brasileiras também estavam na mira das estratégias de contrarresistência da JICA (CATSOSSA, 2020a). Foi a sociedade civil brasileira que forneceu informações sobre os desdobramentos socioterritoriais do PRODECER no cerrado brasileiro, as quais foram importantes para a UNAC avançar com a sua luta e resistência contra o ProSAVANA.

No entanto, a sociedade civil organizada dos três países, estava na mira da JICA para causar o seu enfraquecimento. Enquanto a sociedade civil moçambicana era vista como “mão externa”, antidesenvolvimentista, pertencente a partidos da oposição ao governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique, no poder desde 1975), enfim, *persona non grata*; a sociedade civil estrangeira, era vista como conspiradora,

importadora de ideias falsas e deturpadora de informações, daí que deveriam ser severamente combatidas em Moçambique.

Verificou-se tal cenário durante a III Conferência Triangular dos Povos, realizada em outubro de 2017, na cidade de Maputo, no âmbito das lutas e resistências contra a implementação efetiva do ProSAVANA. As organizações brasileiras foram vítimas de intimidações por parte das autoridades governamentais moçambicanas (CATSOSSA, 2020a). Outras organizações estrangeiras da sociedade civil, que apoiavam os camponeses moçambicanos na luta e resistência contra o ProSAVANA, além de serem intimidadas, foram, também, impedidas de viajar a Moçambique para participar das conferências organizadas pelas organizações da sociedade civil moçambicana.

Foi o caso da Naoko Watanabe, militante da JVC, cujo visto foi recusado pela embaixada moçambicana em Tóquio, quando pretendia viajar para Moçambique a fim de participar da terceira III Conferência Triangular dos Povos, no contexto das lutas e resistências contra o ProSAVANA (CATSOSSA, 2020a). As intimidações aos membros das organizações da sociedade civil, tanto nacionais quanto estrangeiras são citadas também por diversos autores (MOSCA, 2015; MOSCA; BRUNA, 2015; CATSOSSA, 2017; FUNADA-CLASSEN, 2019). Após a JICA colocar em prática a estratégia de cooptação das organizações da sociedade civil, verificou-se uma divisão no seio das mesmas em duas partes distintas sob ponto de vista político-ideológico.

Vale ressaltar, entretanto, que a estratégia de cooptação só se efetivou porque o governo moçambicano foi conivente. Tratava-se, portanto, de uma “estratégia de dividir para reinar” traçada pela JICA, visando aliciar determinadas organizações da sociedade civil, às vezes, através de dinheiro e, em troca, estas deveriam apoiar a implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala. Se, anteriormente, as organizações mantinham os mesmos ideais, com a implementação da estratégia de cooptação por parte da JICA, surgiram duas alas: uma “*ala anti-ProSAVANA*” e, outra, “*ala pró-ProSAVANA*”.

Enquanto a “*ala anti-ProSAVANA*” passou a ser perseguida, intimidada, ameaçada e violentada, a “*ala pro-ProSAVANA*”, tornou-se a base de apoio dos executores do ProSAVANA para a implantação do programa no Corredor de Nacala. Estudos (FUNADA-CLASSEN, 2019) apontam também que a “*ala pro-ProSAVANA*” se beneficiava dos contratos da JICA para a realização de atividades de consultoria, é o caso

do *Mecanismo da Sociedade Civil do Corredor de Nacala*, na altura representado pela *Solidariedade Moçambique*, presidida por António Mutoa.

Observa-se, ainda, que durante o PRODECER no Brasil, a JICA não precisou avançar com práticas antidemocráticas, pois, este país latino-americano estava sob égide da ditadura militar. A ditadura militar beneficiou, assim, o Japão no âmbito da implementação do PRODECER, pois não havia quase nenhuma oposição contra este programa no cerrado brasileiro. Já no âmbito do ProSAVANA, a JICA precisou avançar neste sentido, ao ver seus interesses frustrados com os movimentos sociais, mesmo com o apoio do governo moçambicano. O alvo da JICA não eram apenas os movimentos sociais que se opunham ao ProSAVANA, mas também a mídia independente, que denunciava este programa nas suas edições. Para Funada-Classen (2019, p. 54) “o alvo específico foram os jornais independentes que apoiavam a Campanha Não ao ProSAVANA, como @Verdade”.

Isso mostra que a JICA passou a meter-se em assuntos da política interna moçambicana para fazer valer os seus interesses. Funada-Classen (2019, p. 67) afirma que seria difícil a JICA não avançar neste sentido, uma vez que “o Japão está sob o mesmo regime autoritário, o governo de Abe-Aso, desde fim de dezembro de 2012, dois meses após a primeira denúncia do programa pela UNAC”. A diferença com relação ao Brasil, onde o seu primogênito do cerrado brasileiro, o PRODECER (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), conseguiu autoritariamente se implantar, o ProSAVANA não se efetivou por causa da pressão dos movimentos sociais. Em Moçambique, a investida neoliberal *nipo-brasileira*, terminou sem exportar sequer uma tonelada de soja, milho ou de qualquer outra *commodity* para o mercado global, sobretudo, para o asiático e, de preferência, para o Japão.

O fim do ProSAVANA em Moçambique abre um novo capítulo de debate sobre a geopolítica da questão agrária mundial. Este programa agrícola, de matriz neoliberal e com fortes cores coloniais, deixa uma elevada dívida, a qual ainda está por ser revelada pelos países envolvidos. Diferentemente do PRODECER, onde dezenas de produtores se endividaram aos bancos (PESSÔA; INOCÊNCIO, 2014; SANTOS, 2014), no caso do ProSAVANA, foi o contrário. Em Moçambique, foi aplicado muito dinheiro na primeira fase de implantação do ProSAVANA, que, possivelmente, terá que ser justificado a qualquer momento.

O Japão investiu muito dinheiro durante a primeira fase de implementação deste programa no Corredor de Nacala. Só para se ter uma ideia, a JICA “despejou quase 14.000.000 de dólares americanos para projetos-piloto no ProSAVANA-PEM” (FUNADA-CLASSEN, 2019, p. 63). Esta fora apenas uma parte de todo o dinheiro alocado ao ProSAVANA. Há estudos que apontam para a ocorrência de práticas criminosas na aplicação do dinheiro dos cofres do estado japoneses (FUNADA-CLASSEN, 2019); daí que se avançava com a hipótese de uma possível responsabilização do governo Shinzō Abe, que renunciou ao poder em setembro de 2020, alegando problemas de saúde.

Embora se tenha mantido afastado por muito tempo, sobretudo, a partir de 2016, o Brasil também investiu uma enorme quantia de dinheiro (em dólar) na primeira fase da implantação deste programa (FINGERMAN, 2014). O que não se sabe é como, por exemplo, o Japão e o Brasil irão recuperar o dinheiro retirado dos fundos públicos pagos pelos impostos dos cidadãos destes dois países. Por sua vez, não há informações se Moçambique, enquanto “Nação”, irá pagar a estes dois países pelo investimento alocado na primeira fase de implementação do ProSAVANA no Corredor de Nacala.

Considerações finais

Da análise feita, é possível compreender que, por trás do discurso produtivista e desenvolvimentista, ocultava-se uma ação imperialista. Esta, possivelmente, culminaria com a dominação, apropriação e monopolização do Corredor de Nacala pelo capital financeiro globalizado e, conseqüentemente, com sua transformação em campo de produção de *commodities* de interesse para o mercado internacional. A modernização não era tratada como um processo estrutural, que leva a transformações e a mercantilização das relações sociais e produtivas, mudando o conteúdo nos territórios que ela ocorre. Da mesma forma, essa modernização não era vista como um mecanismo de territorialização do capital financeiro, que visava impor uma nova ordem territorial importante para garantir a sua reprodução ampliada, em escala global. A ideia de modernização que estava sendo vendida aos camponeses do Corredor de Nacala e aos movimentos sociais, era tratada de forma leviana por parte dos executores do ProSAVANA, isto é, como se fosse uma verdadeira maravilha quando materializada no território. Aliás, nessa altura, dizia-se que a

intenção era “replicar” o sucesso do PRODECER, como se este programa tivesse sido uma verdadeira maravilha sob o ponto de vista social, no cerrado brasileiro.

Ao vender tais ideários, os executores do ProSAVANA, sobretudo a contraparte brasileira, apoiada pelo governo japonês, embora tenha afirmado que pretendia “ajudar” Moçambique a alcançar a *revolução verde* e, por via disto, acabar com a fome e a miséria, pouco se falava como tal cenário poderia ser materializado no Corredor de Nacala, já que o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola, que estava sendo proposto, ancorava-se no agronegócio. Por onde o agronegócio se territorializa, são vendidos esses ideários. Esta tem sido uma forma de contornar as críticas vindas dos acadêmicos progressistas, camponeses e movimentos sociais, e outros segmentos sociais, que veem este modelo de desenvolvimento rural como sendo o responsável pela exclusão social, miséria, fome, concentração da riqueza, renda e terra, expropriação e exploração, destruição da natureza e degradação ambiental, e violência, dentre outras tragédias socioambientais.

Embora o ProSAVANA fosse apresentado como uma “maravilha” pelos seus executores, a verdade é que o modelo de desenvolvimento agrário/agrícola que estava sendo proposto para a modernização do Corredor de Nacala era, em si, desigual, contraditório e conflituoso por onde iria se territorializar. Para o capital monopolista, garantir a acumulação ampliada, ele precisa espoliar, violentar, expropriar e expulsar os povos nativos das suas terras para locais bem distantes, concentrando a terra, riqueza e renda, inclusive. Este aspecto contraditório e desigual do agronegócio por onde se territorializa, é inevitável. Numa situação de implementação efetiva do ProSAVANA no Corredor de Nacala, o cenário não seria diferente daquele que aconteceu no cerrado brasileiro durante a implementação do PRODECER. O discurso “produtivista” e “desenvolvimentista”, vendido pelos executores do ProSAVANA, era uma armadilha para os camponeses.

É pela produtividade que o agronegócio exclui os “do lugar”, substituindo-os pelos “de fora”, alegando a incapacidade produtiva e a ineficiência econômica destes primeiros. É neste contexto que ocorre a exclusão e a marginalização do campesinato no processo produtivo. Mesmo se autointitulando como possuidor de maior produção e produtividade no campo, a realidade mostra que o agronegócio é diferente disso. Sem o uso excessivo dos chamados “novos pacotes” tecnológicos, sobretudo, através de sementes transgênicas e agrotóxicos utilizados no processo produtivo, sua produção não alcançaria grandes cifras. Neste sentido, a promessa de que os camponeses moçambicanos do Corredor de Nacala

sairiam da miséria, que não passariam mais fome e que teriam empregos, caso aceitassem a implantação deste programa em suas terras, seria apenas uma estratégia deliberada para cooptá-los e capturá-los. Mais tarde, seriam realocados para o território do agronegócio, onde, além de serem expropriados e expulsos das suas terras, seriam explorados.

Os executores do ProSAVANA estavam cientes de que, sem aliciá-los através de tais elementos alienantes, os camponeses poderiam se recusar a entrar neste programa, contestando-o abertamente. É por esta razão que houve uma tentativa de criar um ambiente no qual os camponeses moçambicanos do Corredor de Nacala, não pudessem desconfiar da empreitada neoliberal que estava sendo viabilizada por seus executores. É por esta razão que o ProSAVANA precisa ser visto como parte de uma agenda global, composta por interesses múltiplos e complexos que visava a monopolização dos territórios comunitários, pelo capital monopolista, para a sua transformação em campos de produção de *commodities* de interesse ao mercado internacional. Desde o início, estava claro que o ProSAVANA era um programa de matriz neoliberal, que tinha fortes traços coloniais, que vislumbrava a monopolização do território e, com ele, os elementos naturais lá disponíveis, sobretudo, a terra e a água, importantes para a reprodução social das famílias camponesas locais.

Também estava claro que, pela forma como havia sido “elaborado”, isto é, de “cima para baixo”, sem a participação dos camponeses e dos seus representantes, neste caso, os movimentos sociais, o programa ocultava os seus reais interesses. Quando tudo começou, era impensável que o ProSAVANA fosse a ser derrotado de forma retumbante pelos camponeses moçambicanos. Mas, determinados a lutar e a resistir até ao fim e, apoiados incondicionalmente pelos povos oprimidos do Brasil e do Japão, os camponeses moçambicanos, conseguiram colocar um ponto final à implementação efetiva do ProSAVANA. Esta foi uma vitória camponesa contra o neoliberalismo tóxico, mascarado pelo discurso produtivista e desenvolvimentista, mas que ocultava a *grilagem* internacional de terras, a qual, possivelmente, desembocaria na monopolização do território. Mesmo assim, o ProSAVANA deixa uma marca registrada em Moçambique.

O término do ProSAVANA deixa uma sociedade civil moçambicana dividida e de costas viradas entre si. Durante a implantação deste programa no Corredor de Nacala, as organizações da sociedade civil trocaram graves acusações. Um grupo de organizações dizia, por exemplo, que a outra parte havia sido cooptada pelos executores do ProSAVANA e que recebia o dinheiro da JICA, em nome dos camponeses, para viabilizar

o programa. Já o outro grupo de organizações rebatia, destacando que tais acusações eram infundadas, que apenas queriam remover o “atraso” no Corredor de Nacala, defendendo o ProSAVANA, que era bem-vindo para o desenvolvimento do país, num claro alinhamento com as diretrizes e os ideários do governo moçambicano e seus parceiros. Desde a democratização do espaço político em Moçambique, que aconteceu com a entrada em vigor da Constituição da República de 1990, nunca se assistiu a uma divisão da sociedade civil como aconteceu depois da territorialização do ProSAVANA no Corredor de Nacala. O ProSAVANA representou, sem sombra de dúvidas, o marco das lutas e de resistências dos movimentos sociais contra o capital no campo moçambicano.

Referências

AGUIAR, Diana; PACHECO, Maria Emília (Orgs). **A cooperação Sul-Sul dos povos do Brasil e de Moçambique**. Rio de Janeiro: FASE/Brasil, 2016.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para agricultura sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora: Expressão popular, AS-TPA, 2012.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Discursos e realidades do agronegócio: do PRODECER no cerrado brasileiro ao ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFGD, Dourados/MS, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. Projetos de dominação e resistências camponesas: o caso do ProSAVANA no Corredor de Nacala em Moçambique. *In: XXIV Encontro Nacional de Geografia Agrária. Anais [...]* Dourados - MS; ISBN: 978-85-8147-161-7, p. 1416-1435, 2018.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala em Moçambique**. Tese [Doutorado em Geografia], Dourados-MS, 2020a.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. A presença brasileira na agricultura moçambicana e os paradigmas do modelo agrário em questão: um olhar geográfico sobre o ProSAVANA. *In: Revista Geourj – Dossiê: Olhares geográficos sobre Moçambique*. ISSN: 1981-9021, p. 1-33, RJ, 2020b.

CAMANA, Ângela. **Narando “vazios”, produzindo o espaço: o discurso do desenvolvimento no caso do ProSAVANA/Moçambique**. Trabalho de conclusão do curso [Ciências Sociais], UFRGS, Porto Alegre, 2017.

CHICHAVA, Sérgio. O IESE e a pesquisa sobre Moçambique e o mundo (2010-2018). *In: CHICHAVA, Sérgio (Org). Desafios para Moçambique 2019*. Maputo: IESE, p. 321-334, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice; FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique. Maputo: **Observador Rural** Documento de Trabalho, Número 6, OMR, 2013.

FINGERMANN, Natália N. Os mitos por trás do ProSAVANA. *In: IDEIAS* (Informação sobre Desenvolvimento, Instituições e Análise Social), Maputo: IESE, 2013.

FINGERMANN, Natália N. **A cooperação trilateral brasileira em Moçambique- Um estudo de caso comparado: o ProALIMENTOS e o ProSAVANA**. Tese [Doutorado em Admnsitação], São Paulo: FGV, 2014.

FINGERMANN, Natália N. Brasil e Moçambique na Cooperação Sul-Sul: avanços e recuos. *In: CHICHAVA, Sérgio (Org). Desafios para Moçambique 2019*. Maputo: IESE, p. 353-375, 2019.

FUNADA-CLASSEN. **ProSAVANA e Ruth First: Análise de "Mitos por trás do ProSAVANA" de Natália Fingermann**. Documento de Trabalho 12, Maputo: OMR, 2014.

FUNADA-CLASSEN. **O imperio colonial do Japão e as origens do projeto agrícola do ProSAVANA em Moçambique**. Disponível em: [https://www.dw.com/pt-002/o-impe%C3%A9rio-colonial-do-jap%C3%A3o-e-as-origens-do-projeto agr%C3%ADcola-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a](https://www.dw.com/pt-002/o-impe%C3%A9rio-colonial-do-jap%C3%A3o-e-as-origens-do-projeto-agr%C3%ADcola-prosavana-em-mo%C3%A7ambique/a). Acesso: 21/09/2020.

FUNADA-CLASSEN. Ascensão e queda do ProSAVANA: da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência. *In: Observador Rural* n° 82, X, Maputo: OMR 2019.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **As tramas do poder na Territorialização do capital no Cerrado: O PRODECER**. Tese [Doutorado em Geografia], UFG, Goías, 2010.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. Brasil/Japão: Cooperação para o desenvolvimento dos cerrados ou estratégia capitalista de ocupação capitalista das savanas? *In: XVIII ENG: A construção do Brasil: geografia, ação, política e democracia. Anais [...]* São Luís/MA, 2016.

LIBERTI, Stefano. **Um projeto de grilagem disfarçado de desenvolvimento: camponeses moçambicanos derrotam o agronegócio**. 2017. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/camponeses-mocambicanos-derrotam-o-agronegocio/>. Acesso: 18/02/2019.

MADER. **Governo de Moçambique e parceiros acordam o término do ProSAVANA**. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/governo-de-mocambique-e-parceiros-acordam-o-termino-do-prosavana>. Acesso: 09/08/2020.

MOKAI; JVC. **Victory for peasant and civic movements! ProSAVABA officially ended**. Disponível em: <https://www.farmlandgrab.org.org/post/view/29758-victory-for-peasant-and-civic-movements-prosavana-offially-ended>. Acesso:09/08/2020.

MOSCA, João. Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas. *In: MOSCA, João (Coord). Setor familiar agrário e desenvolvimento em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora, p. 51-98, 2015.

MOSCA, João; BRUNA, Natacha. ProSAVANA: Discursos, práticas e realidades. Documento de Trabalho, Maputo: **Observador Rural**, OMR, 2015.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Ação do Estado e as transformações agrárias no cerrado das zonas Paracatu e Alto Paranaíba/MG.** Tese [Doutorado em Geografia], UNESP, Rio Claro/SP, 1988.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O cerrado brasileiro e a savana africana no contexto das transformações no rural contemporâneo. *In:* FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. Célia (Orgs). **Desafios da metropolização do espaço.** Rio de Janeiro: Editora:Consequência, p. 443-457, 2015.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (re)visitado: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. *In:* **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária.** Edição especial do XXI ENGA-2012, Goiânia, p. 1-22, 2014.

SCHLESINGER, Sérgio. **Cooperação e investimento do Brasil em África: O caso do ProSAVANA em Moçambique.** , Rio de Janeiro: FASE, 2013.

SANTOS, Roberto de Sousa. Políticas Públicas e o agronegócio na Amazônia legal/cerrado: Conflitos socioterritoriais. *In:* OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *et al.*, (Orgs). **Território em conflito, terra e poder.** Goiânia: Editora Kelps, p. 171-226, 2014.

UNAC. **Mensagem de luta dos camponeses.** Maputo, 2017.

NATURALEZA Y PAISAJE COMO CONCEPTOS BASICOS EN LOS ESTUDIOS GEOGRAFICOS, AMBIENTALES Y TERRITORIALES: EXPERIENCIAS DE LOS AUTORES¹⁹³

Eduardo Salinas Chávez

Mauro H. Soares da Silva

Alberto E. García-Rivero

Introducción

“Cuando en Cuba los plantadores españoles quemaban los bosques en las laderas de las montañas para obtener con la ceniza un abono que sólo les alcanzaba para fertilizar una generación de cafetos de alto rendimiento, ¡poco les importaba que las lluvias torrenciales de los trópicos barriesen la capa vegetal del suelo, privada de la protección de los árboles, y no dejasen tras sí más que rocas desnudas!” (Engels, 2017, p. 187).

Ambos conceptos, naturaleza y paisaje tienen una larga historia en el lenguaje común y científico. La Geografía, la Ecología y otras ciencias recurren a ellos, circunscribiéndolos a campos semánticos muy precisos ajustados a las necesidades conceptuales y metodológicas de cada escuela de pensamiento científico a través de la historia de la sociedad humana en nuestro planeta.

Así, para un geógrafo un “paisaje” no es una postal, sino un sistema antroponatural, es decir, el conjunto de componentes y procesos naturales y sociales que definen el carácter y el aspecto de un territorio. A su vez, este territorio cuyo aspecto es el paisaje como lo percibimos con nuestros sentidos, resulta de incluir los artefactos construidos por los humanos en la matriz natural, es decir, en el conjunto de elementos que constituyen dicho paisaje (Folch; Bru, 2017, Salinas, *et al.*, 2019c).

Pretendemos entonces en este trabajo presentar el recorrido histórico de los conceptos de naturaleza y paisajes con un enfoque materialista dialéctico e íntimamente ligado al propio desarrollo de la sociedad humana, como fundamento de los estudios geográficos, ambientales y territoriales en el mundo y especialmente en América Latina en las últimas décadas, de cara a la solución y/o mitigación de los problemas ambientales a los que se enfrenta la sociedad en el presente siglo, como consecuencia de siglos de uso inadecuado de la naturaleza y los paisajes y con vistas a promover el desarrollo sostenible

¹⁹³ Parte de este trabajo es resultado de la tesis de doctorado del Profesor Mauro H. Soares da Silva (Silva, M. H.S, 2012) y del artículo publicado por Salinas et al. (2019c).

de la humanidad y su integración de forma comprometida con la idea de que “no hay sociedad sin la naturaleza” y viceversa.

Para esto hemos dividido este capítulo en tres partes, las dos primeras donde se presentan y discuten con un enfoque histórico-materialista el desarrollo de ambos conceptos y la tercera donde a partir de la experiencia de los autores en investigaciones geográficas, ambientales y territoriales relacionadas con los mismos, en las últimas tres décadas en diversos contextos nacionales y regionales de nuestro continente, se presentan algunas posibilidades de su uso como fundamento de una nueva planificación y gestión ambiental que promovemos como única forma de lograr la necesaria unidad entre la ciencia y la humanidad en esta carrera contra reloj de “Salvar la Tierra como un todo de Naturaleza- Sociedad”.

Este trabajo está vinculado a las tareas realizadas por el autor principal como parte del Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, de la Universidad Federal da Grande Dourados, Brasil, desde el año 2014, etapa en la cual ha colaborado con la fundamentación teórico-metodológica de las investigaciones en esta temática en el grupo, la participación en varios proyectos de investigación, la participación en eventos científicos organizados por el grupo y la publicación de diversos artículos, capítulos de libro y libros. Lo que contribuyó al intercambio de experiencias en estas temáticas y la formación del mismo (MORETTI; SALINAS; RIBEIRO, 2016; SALINAS; RIBEIRO 2017; SALINAS; DI MAURO; MORETTI, 2017; MORETTI; SALINAS, 2018; RIBEIRO; SALINAS, 2018; SALINAS, 2018, SALINAS *et al.*, 2019b).

Sobre el concepto de naturaleza

Durante el proceso de comprensión de la naturaleza, esta se nos presenta, a veces como algo externo al hombre y otras como producto de la sociedad. Esta doble condición está subordinada al tiempo y lugar de origen y formación del investigador, pues este concepto acompañó al proceso de desarrollo de las ciencias con diversas tendencias en el tiempo y el espacio.

Haremos referencia a una serie de momentos y autores que han marcado pauta en la comprensión tanto filosófica, como científica del concepto de naturaleza y sus interrelaciones.

Descartes (1637) citado por Barbosa (2006), nos presenta una naturaleza cartesiana, enfatizando que se trata de un sistema ordenado y coordinado de leyes que regulan la materia en el mundo, con un movimiento constante resultado de la organización de la materia misma. Pero la materia no auto organiza sus relaciones y su mantenimiento, ya que antes que todo está la fuerza de Dios, que creó al mundo y que como al péndulo de un reloj, le dio el primer empujón para hacerlo funcionar, por lo que las leyes reguladoras de la materia continúan siendo motivadas por este impulso inicial. Las contribuciones de Descartes influyeron mucho en otros investigadores de la época, en particular Bacon, Galileo, Pascal, Kepler y Copernico.

Barbosa (2006) afirma que la naturaleza desde la perspectiva de estos pensadores ya no era algo divinizado, perteneciente exclusivamente a Dios, ya que se desarrollaba en la órbita del conocimiento humano, mejor aún, Dios le otorgó la inteligencia al hombre para que la naturaleza fuera revelada, estudiada, detallada, matematizada y dominada.

Galileo Galilei (1564-1642), en opinión de Barbosa (2006), fue en gran parte el responsable del inicio de la racionalización de la naturaleza, ya que transformó la visión simplista (mágica) de la física en ideas cuantificadas y matemáticas, por lo tanto, introdujo en el concepto de naturaleza la razón de la física.

La naturaleza del siglo XVI y XVII se modificó como concepto y utilidad, el hombre comprende sus leyes, crea sistemas para comprenderla y aplicarla. En estos dos siglos, el hombre ya no acepta el dogmatismo religioso. Se entiende que la naturaleza “encuentra”, en definitiva, al hombre en su afán intelectual y en su rumbo hacia la instrumentalización de la técnica y la tecnología. Ante esto, hubo (en los siglos XVI y XVII) un abandono de la divinidad, por la lógica dentro de la metodología del conocimiento y su uso en el mundo. Por tanto, en ese momento, conocer no era solo adquirir sabiduría, sino también agregar poderes sobre la naturaleza, sobre el hombre y la política; en definitiva, todo ello era parte de la observación y el estudio de la naturaleza. De esta forma, el empirismo avanza no solo en las aplicaciones del conocimiento y frente a las posturas epistemológicas, sino que entra en filosofías políticas y económicas (BARBOSA, 2006, p. 46).

Finalmente, en el siglo XVIII, se produjo un cambio importante en la visión del hombre sobre la naturaleza. El ser humano ya no es más exclusivamente ser pensante, es un mecanismo de sensaciones. La naturaleza ya no existe por sí misma, como un todo, una unidad segura en la mano del creador, se ha convertido en fenómenos independientes separados por leyes, estudiados de manera diferente a través del pensamiento. El hombre se separa de la mecánica de la naturaleza (LENOBLE, 1969, *apud* BARBOSA, 2006).

Son creados así “principios amplios y aplicables a todas las causas y efectos del Universo, al fin y al cabo, la Naturaleza en este momento aparece como una unidad

matemática, pudiendo ser analizada y comprendida mediante fórmulas matemáticas y comprobada por la evidencia empírica” (BARBOSA, 2006, p. 52).

En este momento, las ciencias se restringen a un conjunto de información y conocimientos provenientes de numerosas descripciones de viajes y compendios sobre las características fisiográficas de diferentes partes del mundo, datos que se sistematizan y organizan en grupos que constituyen una verdadera taxonomía del mundo físico. La geografía es un gran ejemplo de esto (MOREIRA, 2008).

Cassab (2009) señaló que, en la Europa del siglo XVIII, todo el avance de la ciencia se basó en el estudio de la naturaleza, que se redujo a la dimensión de las relaciones inorgánicas y matemáticas. La consecuencia es que los estudios de la misma y sus procesos se constituyeron en fundamento de las demás ciencias, siendo que esta naturaleza fue vista de forma dual por el hombre. El hombre y la naturaleza eran separables y la prioridad era comprender la naturaleza, independientemente del lugar y del papel del hombre.

Esta dualidad (hombre y naturaleza) es la gran preocupación de Emanuel Kant a finales del siglo XVIII y, a lo largo de su filosofía, busca romperla. El filósofo buscó recuperar la relación umbilical entre el hombre y la naturaleza produciendo una síntesis de estos dos elementos.

Con Kant, la visión de la naturaleza adquirió un carácter fenomenológico y ontológico, ya que el conocimiento deriva de la suma de la observación empírica y nuestro universo cognitivo, así, la naturaleza sólo puede entenderse en la suma de lo externo y del yo, que verifica al mundo que ahí está (KANT, 2003).

Según Sant'Anna Neto (2004) este filósofo defendió una nueva forma de ver las cosas mediante el conocimiento y cuestionó su propia razón mediante la crítica, sugiriendo el encadenamiento metodológico a través de una lógica trascendental, es decir, la intuición guía el concepto y este la experiencia.

Para Humboldt, la naturaleza debía ser considerada ideal porque es armonía, es decir, un todo orgánico. El cosmos de Humboldt era un todo, unido internamente, es decir, imposible de ver y estudiar en partes definitivamente separadas (BARBOSA, 2006; VITTE; WITTGEINSTEIN, 2010).

Así, el todo ya estaba organizado y por mucho que los estudios se centraran en una parte del cosmos, no había separación de las partes del todo, pues las partes están comprometidas con las leyes generales que rigen el todo. Humboldt buscó una integración

cósmica de todos los hechos físicos y la impresión misma del hombre sobre la naturaleza, por eso en sus textos trabajó con palabras, ideas y sentimientos como aportes a la comprensión misma de la naturaleza. Humboldt buscó entender la naturaleza para descubrir los vínculos existentes entre la naturaleza orgánica y la no orgánica, realizando una sistematización de las fuerzas que actúan sobre la misma mediante la comparación de paisajes y regiones del globo terrestre, al mismo tiempo, inspirado en los trabajos de Hegel, apoyó la perspectiva histórica para este análisis. De esta manera, pensar en la naturaleza alcanza un avance importante para la ciencia de la época, siendo vista la naturaleza como dinámica y al hombre dentro de ella (PEDRAS, 2000).

Lo que hemos analizado hasta el momento evidencia en lo que respecta a la construcción filosófica del concepto y/o noción de naturaleza, que existe una evolución secuencial según diversos pensamientos e ideas a lo largo del tiempo, pasando desde la concepción divina, físico-matemática y fenomenológica de manera circunstancial. De esta forma "este es un concepto cambiante, en el plano general del paradigma científico" (MOREIRA, 2006).

Caseti (1995) nos presenta la evolución del concepto de naturaleza, desde la naturaleza externa hasta la naturaleza/sociedad única, buscando demostrar su relación dialéctica con el hombre (fuerzas productivas), y como esta relación está ligada a las relaciones entre los propios hombres (relaciones de producción). Por tanto, al considerar el espacio social producido como resultado de las relaciones entre el hombre y la naturaleza, se busca justificar los posibles impactos ambientales (relaciones negativas) ocasionados por las relaciones sociales de producción, haciendo hincapié en el modo de producción capitalista (apropiación privada de la naturaleza) como medio de dilapidar la capacidad productiva de la tierra.

De esta manera, se percibe que la tradición positivista, fundamentada en los enunciados antes mencionados, presupone que la naturaleza existe en ella por sí misma, externa a las actividades humanas. Así, además de externo, el paradigma positivista revela una concepción dualista de la naturaleza. La concepción positivista, por tanto, considera que:

- La naturaleza es estudiada exclusivamente por las ciencias naturales.

- La naturaleza de las ciencias naturales es independiente de las actividades humanas, mientras que la naturaleza de las ciencias sociales es creada socialmente.
- Presenta una visión determinista en la que se dispensa a la naturaleza humana en la naturaleza externa, ya que se supone que la conducta humana se rige por el conjunto de leyes que regulan a los artrópodos más primitivos.

Marx ofrece una alternativa integrada y no contradictoria de la naturaleza. La teoría del materialismo histórico tiene en la historia su unidad con la naturaleza. Es mediante la transformación de la primera naturaleza en una segunda naturaleza que el hombre produce los recursos indispensables para su existencia, un momento en que se naturaliza (la naturalización de la sociedad) incorporando en su día a día los recursos de la misma, al mismo tiempo que socializa la naturaleza (modificación de las condiciones originales o primitivas).

La naturaleza se considera entonces en dos momentos, cuya transición ocurre a lo largo de la historia, mediante el proceso de apropiación y transformación que realiza el hombre. La historia se puede considerar en dos caras, divididas en “Historia de la Naturaleza e Historia de los Hombres”. En este contexto, se entiende por "primera naturaleza" la que precede a la historia humana y donde las propiedades geocológicas se caracterizan por un equilibrio climático, entre el potencial ecológico y la explotación biológica; donde toda la transformación y modificación se inserta en una escala de tiempo geológico, normalmente imperceptible a la escala de tiempo humana. La “segunda naturaleza”, en cambio, surge en el momento en que la “primera naturaleza” se transforma con la aparición del hombre, en algún momento del Pleistoceno, y la evolución de las fuerzas productivas, que explica este avance en forma de apropiación y transformación. Así se rompe una concepción dualista al concluir que la historia del hombre es una continuidad de la historia de la naturaleza.

Siendo visto al trabajo como el mediador universal en la relación entre el hombre y la naturaleza, asumiendo que esta es una relación de trabajo. En esta dirección Engels, en 1876 en su ensayo “El papel del trabajo en el proceso de transformación del mono en hombre” señala acertadamente y con gran visión de futuro sobre el surgimiento de los impactos ambientales por la actividad del hombre en su relación con la naturaleza:

[...] El hombre, en cambio, modifica la naturaleza y la obliga así a servirle, la domina. Y ésta es, en última instancia, la diferencia esencial que existe entre el hombre y los demás animales, diferencia que, una vez más, viene a ser efecto del

trabajo. Sin embargo, no nos dejemos llevar del entusiasmo ante nuestras victorias sobre la naturaleza. Después de cada una de estas victorias, la naturaleza toma su venganza. Bien es verdad que las primeras consecuencias de estas victorias son las previstas por nosotros, pero en segundo y en tercer lugar aparecen unas consecuencias muy distintas, totalmente imprevistas y que, a menudo, anulan las primeras (ENGELS, 2020, p. 13).

En el libro *Dialéctica de la naturaleza* escrito por Engels entre 1873 y 1883 y publicado por primera vez en la antigua Unión Soviética en 1925, el autor nos presenta una profunda investigación filosófica de la historia y de los problemas capitales de las ciencias naturales. Engels critica al materialismo mecanicista, y al método metafísico, así como a las concepciones idealistas en la ciencia natural. Enfatiza como el avance de las propias ciencias naturales, fundamentalmente sus resultados empíricos, va echando por tierra las concepciones metafísicas y se va imponiendo el método dialéctico entre los naturalistas-

En esta propia obra, el autor señala que:

[...] hoy, todos estamos de acuerdo en que la ciencia, cualquiera que ella sea, natural o histórica, tiene necesariamente que partir de hechos comprobados y, por tanto, tratándose de las ciencias naturales, de las diversas formas objetivas de movimiento de la materia; estando de acuerdo, por consiguiente, en que en no vale construir concatenaciones teóricas para imponer a los hechos, sino que hay que descubrirlas en éstos y, una vez descubiertas, y siempre y cuando ello sea posible, demostrarlas mediante la experiencia (ENGELS, 2017, p. 33).

Al respecto Heins, (2004) plantea el carácter histórico de la naturaleza, que no es un proceso de simple repetición, todo lo contrario, que está en desarrollo produciendo diversas formas que llegan a nuestro tiempo en el modo de una negación determinada. Por otra parte según Piedra (2017) resume el anterior planteamiento en dos proposiciones: la primera referida a que el cambio auténtico implica una contradicción real entre lo viejo y lo nuevo, siendo lo nuevo la negación objetiva de lo viejo y la segunda que el auténtico cambio histórico, implica que esta contradicción se resuelva dialécticamente, donde lo nuevo es una síntesis superior de lo que se conservó o superó de lo viejo.

Este último autor argumenta que la dialéctica de la naturaleza es una postura filosófica derivada del estudio de La naturaleza misma, es decir, como exigencia propia del objeto de este estudio, y no como un conjunto de principios que se "aplican" desde fuera. En el estudio de la naturaleza los científicos tienen la necesidad imperiosa de recurrir conscientemente a la historia de la filosofía para educar dialécticamente su pensamiento; por lo que "ya que el arte de operar con conceptos no lo da La naturaleza ni se adquiere con la vulgar conciencia de la realidad cotidiana, sino que reclama un discurrir real, discurrir que tiene detrás de una larga historia empírica, ni más ni menos que la investigación empírica de la naturaleza " (PIEDRA, 2017, p. 153).

Las leyes que regulan el desarrollo de la segunda naturaleza no son, en absoluto, las que los físicos encuentran en la primera naturaleza. No son leyes invariables y universales, como observan Smith; O'Keefe (1980), ya que la sociedad está en constante transformación y desarrollo. De esto se deduce que la forma de apropiación y transformación de la naturaleza está determinada por las leyes transitorias de dicha sociedad (CASSETI, 1995).

En este conjunto de ideas, esta relación dialéctica justifica el aspecto existencial y lleva a pensar en el hombre como un ser natural, sin embargo, hay que entenderlo, primero, como un ser social. La relación hombre-naturaleza es un proceso de producir bienes o producir naturaleza. Por tanto, el hombre no es solo un habitante de la naturaleza; sino que se apropia y transforma las riquezas de la naturaleza para la sociedad.

Para Caseti (1995), la sociedad es, por tanto, un organismo social complejo, cuya organización interna representa un conjunto de conexiones y relaciones basadas en el trabajo. Este trabajo está directamente vinculado a los recursos que ofrece la naturaleza. De esta manera, la naturaleza, resultante de la pura combinación de factores físicos, químicos y biológicos, al sufrir la apropiación y transformación por parte del hombre, mediante el trabajo, se convierte en naturaleza socializada. Así, el trabajo es visto como un mediador universal en la relación entre el hombre y la naturaleza, asumiendo que la llamada relación hombre-naturaleza es una relación de trabajo.

Con el advenimiento de la Revolución Industrial, el triunfo del paradigma físico impregna la noción de naturaleza. La física traslada a cada ciencia el método experimental y la concepción de la naturaleza como un sistema de cuerpos ordenados en un espacio cartesiano regido por las leyes del movimiento mecánico con el que opera. Esta visión heredada de la física se refiere a la crisis de la concepción mecánica del movimiento de la naturaleza, porque, simultáneamente, el uso de este nuevo conocimiento por parte de la industria orienta los procesos de producción hacia nuevos rumbos, consolidando en la vida cotidiana de la sociedad, los nuevos conceptos de organización y movimiento, que las nuevas formas de ciencia están validando.

Las discusiones sobre la naturaleza se incorporan entonces a la tan cacareada filosofía de la época, y se inicia la búsqueda de un ensamble conceptual unitario para la naturaleza, el hombre y el mundo, ya que, hasta entonces, el pensamiento se había ocupado del problema. de los objetos corporales y sus relaciones, respondiendo en el campo de las

ciencias con el paradigma del naturalismo mecánico. La implosión de este paradigma por el descubrimiento de la pluralidad de formas de movimiento crea una nueva situación en la que pensar: si la vida del hombre se define dentro de su relación con la historia, el hombre no puede tener una relación externa con su mundo. Y si las otras formas de movimiento hablan de una historia de evolución y transformación de la naturaleza y el hombre, el mundo no puede reducirse a una colección de cuerpos. Sin embargo, incluso con esta premisa, es con la incorporación del pensamiento positivista, imperante en este momento, que las ciencias comienzan a especializarse en una parte del todo, traduciéndose esto en una división científica del trabajo unida por el sistema económico. Es cuando la relación utilitarista de la naturaleza física del Renacimiento gana su máxima expresión, el arsenal de la naturaleza se convierte en el factor tierra de la economía moderna y las ciencias naturales, su inventario. Así se materializa la transición a la economía política de naturaleza-factor-tierra de producción.

Finalmente, según Moreira (2006), nace la Geografía que conocemos, como expresión de este contexto de especializaciones y valores prácticos del pragmatismo industrial del siglo XIX. En este contexto, se expresa como especialista en el estudio de la naturaleza inorgánica, con la función de hacer el inventario de la distribución y disposición corológica de los componentes y procesos en la superficie terrestre con el propósito de su uso práctico en la sociedad. Razón por la cual se cruza en este inventario de la naturaleza, con la política y la geopolítica. Sin embargo, el autor aún concluye que:

..... esto significa entender que la naturaleza es el movimiento en el que las formas se desprenden unas de otras, la vida de la materia sin vida, la materia sin vida de la materia viva, en un mundo que dialécticamente es equilibrio y ahora es desequilibrio, hora orden y hora desorden, hora cosmos y hora caos, uno dejando al otro y el otro al uno, en un devenir en el que lo real no es uno ni otro, y al mismo tiempo es uno y otro, el equilibrio dando luz al desequilibrio y el desequilibrio dando luz al equilibrio, el orden al desorden y el desorden al orden, siendo esta sucesión de transiciones lo real concreto. De lo cual la percepción sensorial sólo llega al punto, de confundir lo verdadero con un mundo de formas (MOREIRA, 2006, p. 75).

El concepto y/o la noción de naturaleza, por tanto, es construido por el hombre para situarse como individuo dominante o dominado en un espacio global plagado de interrogantes y dudas sobre sus orígenes y fines, y de esta forma las ciencias se adueñan de esta visión construida por el hombre mejorándola filosóficamente para adquirir respuestas sobre dichos orígenes y fines, analizando así la dinámica de su funcionamiento e interrelación con el hombre mismo y sus procesos de organización social.

En otras palabras, la naturaleza que concebimos es nuestra experiencia sensible, cuyo conocimiento organizamos en un lenguaje geométrico-matemático. Es una totalidad fragmentada, que luego gana unidad solo a través de sus conexiones físico-matemáticas (MOREIRA, 2006, p. 47).

El hombre entonces "construye" la naturaleza real, cognitiva y palpable, o la noción de una naturaleza así concebida, sin embargo, esa misma naturaleza de "autoría humana", en un momento de intensa apropiación se pierde en una confusión conceptual. La ciencia, en cambio, según sus especificidades, materializa la subjetividad de esta naturaleza como concepto y construcción social.

En nuestros días dado los acuciantes problemas derivados de la prevalencia de una equivocada y controversial relación naturaleza-sociedad, diversos organismos internacionales proponen políticas y soluciones sobre la base del establecimiento del cuidado y mejoramiento de la naturaleza, un ejemplo de ello es la Unión Internacional de Conservación de la Naturaleza (UICN), que en el presente año (2020) lanzó el Estándar Global para soluciones basadas en la naturaleza el cual establece que:

“Las soluciones basadas en la naturaleza son acciones dirigidas a proteger, gestionar y restaurar de manera sostenible los ecosistemas naturales o modificados, que hacen frente a los retos de la sociedad de forma efectiva y adaptable, proporcionando simultáneamente el bienestar humano y beneficios a la biodiversidad” (UICN, 2020, p. 15).

Sobre el concepto de Paisaje

El concepto de paisaje (paysage, paisagem, landschaft y landscape) tiene una compleja y larga historia unida al desarrollo de la sociedad. Así, el mismo se manifiesta como polisémico (entendido según los investigadores y público en general como: naturaleza, territorio, área geográfica, medio ambiente, hábitat y escenario, entre otros), y como el resultado de la interacción entre los diversos componentes y procesos naturales en un espacio y tiempo determinado por un lado y el resultado de la representación filosófica y social de la sociedad, por medio de su cultura y su intencionalidad social por otro (VITTE, 2007) y finalmente como la representación de un período histórico o herencia, nos permite comprender la relación entre el espacio y la sociedad que en el habita. (AB’SABER, 2003).

El paisaje ha sido un concepto muy debatido en las artes, las ciencias, la arquitectura y la antropología, entre otras, lo que está relacionado con las dimensiones principales de su percepción y análisis que son a saber: visual y sistémica u holística La

primera que lo considera como la imagen del territorio o el “panorama” que percibe el observador y que se construye a partir de la combinación de formas, tamaños, colores, texturas y otros rasgos asociados, mediante procesos donde interviene no solo el paisaje real, sino la cultura e historia que el individuo tiene de forma individual y social, sobre dicho paisaje (MATEO, 2013).

La segunda dimensión estudia al paisaje como realidad material y objetiva, que se interesa no sólo en los caracteres fisionómico-estructurales que definen el aspecto visual del paisaje, sino también por su contenido y funcionamiento interior, que le da origen, mediante el estudio de las interrelaciones entre los diferentes componentes abióticos y bióticos que lo forman y que se establecen a partir del flujo e intercambio de materia y energía y posibilitan que el mismo tenga una estructura, un funcionamiento, una dinámica y una evolución particular (MUÑOZ, 1989; ZONNEVELD, 1995; MATEO, 2011, ISACHENKO, 1973; BASTIAN; STEINHARDT, 2002; KIYOTANI, 2014; SALINAS, *et al.* 2019b).

En la Geografía, especialmente desde mediados del siglo XIX y el transcurso del siglo XX, el paisaje pasó por diferentes etapas en su concepción, en las diversas escuelas de pensamiento geográfico que contribuyeron a su desarrollo y consolidación como concepto básico de las ciencias geográficas, considerando que este concepto junto con los de espacio geográfico, territorio, región y lugar constituyen los cinco pilares básicos para construir la armazón teórico-metodológica de las ciencias geográficas en la actualidad (SANTOS, 2006).

Según la Convención Europea del Paisaje aprobada en el año 2000 “el paisaje puede ser considerado como cualquier parte del territorio tal como es percibida por las poblaciones, cuyo carácter resulta de la acción de factores naturales y/o humanos y sus interrelaciones”, con lo cual se destaca el doble papel del paisaje como: realidad material y objetiva, es decir una porción del territorio real y como la imagen del territorio que percibe el observador (ZOIDO, 2009). Esta concepción ha sido ampliamente utilizada en los últimos años en Europa y otros países (NOGUÉ; SALA, 2008; BRABYN, 2009; MATA, 2018).

Los paisajes como unidades de integración se constituyen en la base para la realización de investigaciones de carácter ambiental, que van desde la realización de los diagnósticos ambientales hasta el ordenamiento ambiental y territorial, a partir del estudio

de las propiedades y características de sus componentes y procesos, lo que permite proponer las formas de utilización más adecuadas bajo un enfoque de uso racional y diversificado (BERTRAND; BERTRAND, 2006; BUSQUET; CORTINA, 2009, GARCIA *et al.*, 2019, SALINAS, *et. al.*, 2019c).

Desde el punto de vista académico y científico el origen fundacional del concepto hace casi 200 años está enmarcado en considerar a la naturaleza como una totalidad que es la base de la superficie del planeta Tierra y cuyo desarrollo pretendemos de manera resumida analizar a continuación.

El siglo XIX y el paisaje

Alexander von Humboldt (1769-1859) puede ser considerado como el iniciador de los estudios científicos sobre los *landschafts* (paisajes). Sus numerosos viajes y publicaciones le permitieron realizar importantes aportes a la ciencia mundial, definiendo en sus obras de manera clara al paisaje como “*Der totale Character einer Erdgegend*” (el carácter total de una región de la Tierra), considerándolo como una totalidad natural y en sus dimensiones humana, cultural, incluso estética y como la gente lo percibe (PEDRAS, 2000).

A fines de 1880, en Rusia, V. V. Dokuchaev propone el uso del concepto de paisaje (*landschaft*), al definir al suelo como el resultado de la interacción de los demás componentes naturales, estableciendo los principios de la zonalidad latitudinal como la regularidad fundamental en la diferenciación de los paisajes y de todos los componentes y considerando además la noción del cambio de los paisajes, como transformación ambiental (DOKUCHAEV, 1948).

La primera mitad del siglo XX

En Alemania, en las primeras décadas del siglo XX, Ratzel y Hettner consolidaron la tradición humanista del *landschaft* (paisaje) que era herencia de la antropogeografía alemana, y de las investigaciones de Schluter, Passarge y Von Richthoffen, entre otros. Así instrumentan la noción de paisaje natural y elaboran un sistema de unidades taxonómicas. La escuela alemana entendió los paisajes como la morfológica del territorio, visto en dos direcciones: el paisaje natural y el cultural (MARTÍNEZ DE PISÓN, 1998).

Si bien puede considerarse a Alemania la cuna de la Ciencia del Paisaje, su desarrollo durante la primera mitad del siglo XX estuvo matizado por la situación geopolítica del país, la Segunda Guerra Mundial y la división posterior de Alemania en dos países. Todo esto marcó las posiciones ideológicas de los diferentes investigadores y su mayor acercamiento a la Escuela Rusa en la Alemania Oriental, con destacados investigadores (NEEF, 1984; HAASE, 1986), y a los enfoques occidentales en la Alemania Occidental con investigadores como Schriber (1989). La Geografía alemana no encontró grandes posibilidades para desarrollar la concepción del *landschaft* en estos tiempos, con la excepción del aporte de Carl Troll (1899-1975).

En esta época en los EE. UU., Carl Sauer, quien heredó la fundamentación morfológica de Humboldt, desarrolla la concepción del paisaje geográfico, incorporando la acción humana de los agentes culturales. Para él, la cultura es el agente, el área natural es el medio y el paisaje cultural es el resultado, logrando articular en la Geografía de los Paisajes a la Geografía Física, la Geografía Histórica y la Geografía Cultural (SAUER, 1925).

En Francia, los estudios del paisaje en esa época tuvieron un contexto sociocultural a partir de la corriente posibilista, desarrollada en torno al geógrafo e historiador francés Paul Vidal de La Blache (1845-1918), para quien el paisaje era la expresión del género de vida; es decir, de los instrumentos creados por los seres humanos y del estilo de vida, desde una posición y un punto de partida antropocéntrico (LA BLACHE, 1954). El concepto de paisaje adquiere notable entidad como resultado tangible espacial, como “artefacto” geográfico producido por la adaptación del hombre al medio y del medio al hombre, como expresión del género de vida agrario y urbano, y como la relación entre la civilización y su espacio (MARTÍNEZ DE PISÓN, 1998).

Por otro lado, en Rusia, a partir de 1917, con el triunfo de la Revolución de Octubre y el surgimiento de la Unión Soviética la ciencia del paisaje, sobre todo en la Universidad Estatal de Moscú, desarrolló un complejo sistema de levantamiento cartográfico en tres niveles taxonómicos: global, regional y local, con una visión completamente físico-geográfica en el estudio y análisis de los *landschaft*. L. S. Berg; A. A. Borzov; L. S. Anuchin y L. G. Ramenskii, entre otros, sentaron las bases teórico-metodológicas de la Geografía de los Paisajes, estableciendo las leyes y regularidades planetarias de su desarrollo (FROLOVA, 2018).

Segunda mitad del siglo XX

Esta etapa está marcada por la recuperación de Europa después del fin de la Segunda Guerra Mundial, el avance del capitalismo global y de los EE. UU. como potencia económica y científica, el surgimiento y consolidación del campo socialista en Europa Oriental, el comienzo de la “Guerra Fría”, la carrera espacial y el desarrollo de las Nuevas Tecnologías de la Información, entre otros. Esto propició el amplio desarrollo de la Geografía y las ciencias afines, encaminadas a estudiar y evaluar los problemas ambientales generados como nunca antes, por el mayor salto tecnológico de la humanidad desde la Revolución Industrial.

En la Escuela Rusa de paisajes esta etapa se caracterizó por los trabajos aplicados a diversas escalas con importantes aportes de los geógrafos de la Universidad Estatal de Moscú (V. N. Solntsev, N. A. Gvodietskiy, A. I. Mijailov, V. N. Nikolaiev, A. M. Riabchikov, E. N. Lukashova y G. M. Ignatiev, entre otros) y de otras universidades (I. P. Guerasimov, A. G. Isachenko, F. N. Milkov, D. L. Armand, Yu. K. Efremov) de la entonces URSS.

La utilización de este enfoque para el estudio de diversas regiones en la URSS y en otros países de Europa, África, Asia y América Latina, permitió el desarrollo de una concepción integrada para la identificación, clasificación y cartografía de las unidades de paisajes a diversas escalas y ámbitos geográficos, permitiendo establecer los límites de los paisajes, su estructura taxonómica, las regularidades de su evolución y diferenciación, lo cual constituye la base del método paisajístico para la distinción y taxonomía de sus unidades en los distintos niveles de estudio (RIABCHIKOV, 1972; SOLNTSEV, 1962; SHISHENKO, 1988; NIKOLAIEV, 2006), y desarrollando una noción más amplia para su estudio bajo la forma de los tipos de uso de la tierra, considerados como paisajes actuales, contemporáneos o antroponaturales (MILKOV, 1973).

A partir de los años 60 del siglo pasado, con los trabajos de V. V. Sochava (1905-1978) se introduce en los estudios del paisaje la Teoría General de Sistemas formulada por Ludwig Von Bertalanffy. Este autor en su libro “Introducción a la Teoría de los Geosistemas” (SOCHAVA, 1978) propone el concepto de Geosistema como “el espacio terrestre de todas las dimensiones, donde los componentes individuales de la naturaleza se encuentran en una relación sistémica unos con otros, y como una determinada integridad

interactúan con la esfera cósmica y la sociedad humana”, concepción articulada con los principios de la Geografía Soviética, sustentados en una lectura y adaptación del materialismo histórico y dialéctico al estudio del paisaje como unidad de integración geográfica y su aplicación a la solución de problemas concretos de la sociedad (DEMEK, 1978; MATEO; SILVA, 2006, 2019), pasando a ser reconocida y aplicada en los estudios del paisaje en la actualidad en diversos países (MONTEIRO, 2000; MUÑOZ, 1998; MATEO *et al.*, 2017; FROLOVA, 2018, CAVALCANTI; CORRÊA, 2016).

En Alemania, Carl Troll propone la “Geoecología” como nueva disciplina científica, que definió como “la ciencia sobre los complejos naturales, que condiciona las interrelaciones entre los seres vivos y su medio en los paisajes” y que está encaminada al conocimiento de las propiedades y funciones ecológicas de los mismos, estudiando los paisajes naturales, antroponaturales y culturales, en los niveles global, regional y local, en calidad de medios de vida (de hábitat) de los organismos y los seres humanos y de las actividades socioeconómicas de los grupos sociales (TIMASHEV, 2008; TROLL, 1971; KLINK, 1981).

La concepción de Troll sentó las bases para el desarrollo de la Ecología del Paisaje, primero en Europa y después en América del Norte y su extensión a otros países, como la conocemos hoy en día, la creación de la IALE (Internacional Association for Landscape Ecology) y la divulgación de numerosas publicaciones (FORMAN; GODRON, 1986; NAVEH; LIEBERMAN, 1984; BUREL; BAUDRY, 2002; WU, 2017).

En Francia en esta etapa se produce una profusión de trabajos desde la Geomorfología, Pedología y Biogeografía desarrollados por importantes investigadores como J. Tricart, J. Kilian y G. Bertrand, encaminados a la integración geográfica. A partir de las numerosas publicaciones de G. Bertrand se consolida una Escuela de Paisajes en la Universidad de Toulouse-Le Mirail, que ha sido conocida y aplicada en numerosos países, particularmente después de la traducción al español y al portugués del libro de Georges y Claude Bertrand titulado “Una Géographie Traversière. L’environnement à travers territoires et temporalités”, donde se recopilan sus trabajos desde los inicios en 1968 hasta el planteamiento de su muy conocido Sistema GTP (Geosistema, Territorio y Paisaje) para el estudio integrado de las dimensiones natural y cultural de los paisajes (BERTRAND, 1968; BERTRAND; BERTRAND, 2006; BEROUTCHACHVILI; BERTRAND, 1978; ROUGERIE; BEROUCHACHVILI, 1991; PASOS 2001).

El siglo XXI y las ciencias del paisaje

El final del siglo XX y los inicios del siglo XXI están caracterizados por la Globalización de la Economía Mundial y del Conocimiento, el surgimiento y desarrollo de las Redes Sociales y otras Tecnologías de la Información y las Comunicaciones, la conformación de un mundo unipolar, los numerosos conflictos bélicos regionales, la agudización de los problemas ambientales globales y la manifestación de las consecuencias del Cambio Climático. Lo que representa para las ciencias una nueva visión postclásica y un desafío inmenso, en el cual se incluye la Geografía, que en este periodo en muchos países sale de las universidades y se involucra en los trabajos de Ordenamiento y Planificación a diferentes niveles con una importante razón social (BUZAI, 2014; ORTEGA, 2010).

El concepto fundamental de la Geoecología o Ciencia del Paisaje en este nuevo siglo es el paisaje como geosistema, como una visión idónea para encarar de manera inter y transdisciplinaria la cuestión ambiental, sumando a esto la perspectiva biológica mediante la Ecología del Paisaje (KRASOVSTKAIA, 2016; ANTIPOV *et al.*, 2006; KOROSHEV; DYAKONOV, 2020).

En América Latina los estudios del paisaje desde el punto de vista geográfico se desarrollaron en diferentes momentos y bajo la influencia de diversas escuelas geográficas entre las que se destacan: francesa, alemana y ruso-soviética, con lo cual en cada país este proceso de asimilación de la concepción integradora del paisaje tuvo diversas formas y matices, sin embargo, en general estas han estado vinculadas a los trabajos de planificación y ordenamiento desde los años 60 del siglo pasado y al papel cada vez más importante de los estudios espaciales relacionados con la problemática ambiental, siendo este proceso acompañado en las últimas décadas por el uso de las Nuevas Tecnologías de la Información Geográfica (SALINAS; REMOND, 2015; NEVES; SALINAS, 2017; URQUIJO; BOCCO, 2011).

Por otro lado la subjetividad y la inmaterialidad también viene ganando espacio en los estudios del paisaje en la actualidad. Las técnicas de observación, entrevistas, etc., permiten conocer la percepción de los diversos sujetos en relación al paisaje. La exposición de lo cotidiano, los sentidos, las ansias y los proyectos de paisaje de cada sujeto, deben ser considerados importantes dentro de los estudios del paisaje como soporte de la

planificación ambiental y el ordenamiento territorial, con vistas a satisfacer las necesidades de la población, tomando en cuenta sus aspectos socioculturales, o sea atendiendo a los aspectos subjetivos del paisaje, que precisan ser revelados por el investigador (MARANDOLA JR, 2013; SILVA; PASSOS, 2018; SOUZA 2018).

Naturaleza y Paisajes en los estudios geográficos, ambientales y territoriales. Experiencias de los autores.

Estos conceptos han acompañado nuestros estudios geográficos desde hace varias décadas, lo que ha posibilitado incorporar una concepción integradora en los mismos, esto puede ser analizado en diversas actividades:

- **Ordenamiento y Planificación Ambiental y Territorial:** En esta dirección ha sido posible la realización de diversas investigaciones en Cuba y otros países de América Latina, empleando la concepción integradora del paisaje, lo que permitió establecer una propuesta teórico-metodológica para dichos estudios (SALINAS, 2005; CÁRDENAS, SALINAS, *et. al.*, 2018; SALINAS, 2018) basada en la realización de una serie de fases encaminadas a caracterizar, analizar y diagnosticar los componentes y procesos naturales, económicos y sociales, en las unidades de paisaje, con vistas a pronosticar y proponer los usos más apropiados para los territorios estudiados, entre estos trabajos son referencias: los Programas de Ordenamiento Ecológico y Territorial realizados entre los años 1997 y 2011 en México (SALINAS *et al.*, 2001; GONZÁLEZ, SALINAS, *et. al.*, 2003); el Modelo de Ordenamiento Ambiental del municipio Yaguajay (MARTÍNEZ, *et al.*, 2018), y el Modelo de Ordenamiento Ambiental para la alta cuenca del río Cauto en Cuba (RAMÓN, SALINAS; ACEVEDO, 2012). Además una serie de estudios geoambientales en diferentes municipios de Cuba, en coordinación con los gobiernos locales, entre los que destacan los realizados por Miravet *et al.* (2007).

En los estudios realizados en el Estado de Mato Grosso do Sul en Brasil, el enfoque de estas investigaciones, busca entender la complejidad inherente al paisaje, utilizando la concepción metodológica propuesta por el geógrafo francés George Bertrand, donde el Modelo GTP (Geosistema, Territorio y Paisaje) representa la triada conceptual que rige la organización de los procedimientos

metodológicos que componen dichos estudios (SILVA, 2012; SILVA *et al.*, 2013; LEONEL, 2017).

En esta perspectiva metodológica de análisis se realiza el levantamiento de datos complejos que permitan analizar los elementos que constituyen el paisaje, teniendo tres entradas principales: el Geosistema que constituye la entrada natural, representando las fuentes y elementos de la naturaleza, destacando que estos deben ser vistos también bajo la óptica de la naturaleza transformada y modificada por el hombre; el Territorio caracterizado por los elementos socioeconómicos y políticos incluidos en la organización del geocomplejo; y finalmente el Paisaje, que en esta concepción contempla el análisis de los aspectos socio-culturales con toda la subjetividad e inmaterialidad que estos puedan llevar.

Las experiencias adquiridas en estos y otros trabajos realizados (SALINAS *et al.*, 1999; SALINAS; REMOND, 2015) permiten destacar la importancia de las categorías de naturaleza y paisajes para entender la problemática ambiental actual de los territorios, con vistas a proponer los usos y políticas más apropiadas para cada uno, buscando conciliar la mejora de las condiciones de vida de la población que los habita y la conservación de los valores naturales destacados, para las futuras generaciones.

- **Manejo Integrado de Cuencas Hidrográficas.** Los estudios de cuencas hidrográficas de forma integrada tienen una larga historia, cuando fueron promovidos por diversos organismos internacionales como la FAO en la década de los años 70 del pasado siglo. La cuenca hidrográfica en su carácter de unidad físico geográfica integrada y compleja, representa un territorio ideal para las tareas de planificación y gestión de los recursos naturales y humanos, buscando la solución de los problemas actuales del uso no solamente del agua, los suelos, etc.; sino también de las actividades económicas y sociales que en ellas se desarrollan, propiciando alcanzar el desarrollo sostenible de dichas cuencas.

Entre nuestras experiencias en estos estudios podemos citar: las investigaciones realizadas en la cuenca Ariguanabo en el occidente de Cuba (MIRAVET *et al.* 2014, 2016; GARCÍA-RIVERO *et al.*, 2019; SALINAS *et al.*, 2013), en la cuenca hidrográfica Paranapanema en Brasil (SALINAS, TROMBETA; LEAL, 2020) y en las cuencas de los ríos Guanabo e Itabo en Cuba (RUIZ *et al.*, 2010; RUIZ; DELGADO, 2012). Estas investigaciones permitieron establecer una serie de

recomendaciones para la aplicación del enfoque integrador del paisaje a otros territorios y a otras escalas, lo que se concreta en su aplicación a otras cuencas en Brasil (río Formoso y Sucuriú en Mato Grosso do Sul) y la confección de una Guía Metodológica para dichos trabajos.

-Planificación y Manejo de Áreas Protegidas. Esta es una de las actividades donde los conceptos de naturaleza y paisajes han sido incluidos desde hace décadas en diferentes países y por diversos organismos internacionales, como aspectos básicos para los estudios geográficos y ecológicos realizados en las mismas, contribuyendo a la selección y posterior planificación y gestión de las áreas protegidas en las cuales hemos trabajado en Cuba y Brasil.

Entre las áreas protegidas donde hemos trabajado y aplicado la concepción integradora de la Geoecología de los Paisajes tenemos: Parque Nacional Viñales y su entorno en Cuba (BEZOARI; SALINAS, 2011; GENELETTI; SALINAS; MARCHI; ORSI, 2010), el Paisaje Natural Protegido Río Ariguanabo, Cuba (GARCÍA-RIVERO *et al.*, 2016); Parque Nacional Serra da Bodoquena (SALINAS; RIBEIRO, 2017; LEONEL, *et al.*, 2017; MORETTI; SALINAS, 2018) y la región del Pantanal en Brasil (PEREIRA; SALINAS; SIQUEIRA, 2011; SILVA, 2012; SILVA; PASSOS, 2018; SILVA, *et al.*, 2019), entre otros territorios. Lo que ha permitido conformar una concepción teórico-metodológica para dichos estudios (RAMÓN; SALINAS; LORENZO, 2013; SALINAS; RAMÓN, 2016) y que está siendo validada en otras regiones en ambos países en la actualidad.

- Planificación y Gestión ambiental del turismo. Desde hace más de tres décadas hemos aplicado la concepción integradora de los paisajes geográficos para la planificación y gestión del turismo, lo que ha posibilitado integrar los elementos y procesos naturales con la actividad humana, y establecer las bases para la propuesta de zonificación del uso turístico de cada territorio, fundamentada en la determinación de la aptitud o potencial del territorio para las diversas actividades turístico-recreativas, el cálculo de la capacidad de carga y los umbrales ambientales al desarrollo de las diferentes modalidades turísticas (SALINAS, 2002; SALINAS; SALINAS, 2016).

Estos estudios comenzaron a finales de la década de los años 70 del pasado siglo y se consolidaron a partir de la década de los años 90 del propio siglo, mediante

las investigaciones realizadas en diversos territorios de Cuba y posteriormente en Brasil y México (AA.VV., 1990; SALINAS, SALINAS y VEIGA, 1995; LA O, SALINAS y LICEA, 2012; MÉNDEZ, *et al.*, 2018; SALINAS *et al.*, 2019a; GARCÍA, *et al.*, 2019; RAMÓN, *et al.*, 2020).

Consideraciones finales

Los conceptos de naturaleza y paisaje básicos para las investigaciones geográficas, ambientales y territoriales se presentan aquí fundamentados en el análisis del materialismo dialéctico e histórico y despojados del carácter mecanicista y reduccionista que los acompañó durante varios siglos.

El debate ambiental presente a nivel mundial en la actualidad, asociado a la Crisis Ambiental Global que vive la humanidad y los impactos pronosticados del Cambio Climático, han popularizado los conceptos aquí presentados, algo que se ve favorecido por el desarrollo de los medios masivos de comunicación y las redes sociales.

Los conceptos de naturaleza y paisaje, entre otros, han pasado de la esfera filosófica y académica donde estuvieron atrapados por mucho tiempo, a la práctica cotidiana de la sociedad, que busca concepciones teórico-metodológicas para solucionar sus problemas básicos.

Hemos presentado en este trabajo sin agotar la temática y sobre la base de la experiencia de los autores algunas experiencias de la aplicación de dichos conceptos a los estudios geográficos, ambientales y territoriales que preocupan a la sociedad actualmente. Esto ha sido complementado con el trabajo realizado por el autor principal en los últimos seis años junto al Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, de la Universidad Federal de Grande Dourados, Brasil.

En la Planificación y Ordenamiento Ambiental y Territorial estos conceptos son utilizados para fundamentar la necesidad del abordaje sistémico y holístico al estudiar las relaciones naturaleza-sociedad con vistas al mejor uso y conservación de los recursos naturales y humanos en territorios concretos, buscando su sostenibilidad a mediano y largo plazos.

En el caso de los estudios de Manejo Integrado de Cuencas Hidrográficas se discute la necesidad de planificar y gestionar integralmente estas unidades físico-geográficas,

incorporando el análisis de todos sus componentes y procesos naturales y socioeconómicos y no solamente del agua como se realizó por muchos años.

En la Planificación y Manejo de Áreas Protegidas, proponemos un abordaje holístico de la problemáticas natural, económica y social de dichos territorios y su entorno, superando la concepción reduccionista y biocéntrica de proteger especies específicas y la biodiversidad, para una concepción más amplia de conservación integral de la naturaleza y los paisajes en armonía con la sociedad que de ella depende.

En la Planificación y Gestión del Turismo, según nuestra experiencia por más de tres décadas de trabajo, la concepción integradora del paisaje, posibilita y facilita el análisis integral del territorio en lo natural, económico y social, a la vez que sintetiza los resultados del diagnóstico y evaluación del mismo.

Referencias

- AA. VV. **Estudio de los grupos insulares y zonas Litorales del archipiélago Cubano con fines turísticos Cayos Guillermo, Coco y Paredón Grande**, Centro de Investigaciones en Geodesia y Cartografía/Academia de Ciencias de Cuba, La Habana: Editorial Científico Técnica 1990,174 p.
- AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ANTIPOV, A. N.; KRAVCHENKO, V. V.; SEMENOV, *et al.* (Editors) **Landscape planning: tools and experience in implementation**, V.B. Sochava Institute of Geography, Irkutsk: SB RAS Publishers, 2006.
- BARBOSA, T. **O Conceito de Natureza e Análise dos Livros Didáticos de Geografia**, Dissertação (Mestrado). PPGG/UNESP/FCT: Presidente Prudente, SP. 2006.
- BEROUTCHACHVILI, N.; BERTRAND, G. Le Geosystème ou Système Territorial Naturel, **Revue Géographique des Pyrénées et du Ouest**, 49(2),p. 167-180, 1978.
- BERTRAND, C., BERTRAND, G. **Geografía del medio ambiente. el sistema GTP: Geosistema, Territorio y Paisaje**, Granada: Universidad de Granada,2006.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-ouest**, 39(3),p. 249-272, 1968.
- BEZOARI, G.; SALINAS, E. **El parque natural de Viñales. Patrimonio Mundial por la UNESCO**, Pavia: Editorial Guardamagna 2011, 95 p.
- BRABYN, L. Classifying landscape carácter, **Landscape Research**, 34, p. 299-321, 2009.
- BUREL, F., BAUDRY, J. **Ecología del Paisaje, Conceptos, Métodos y Aplicaciones**, Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2012.
- BUSQUETS, J.; CORTINA, A. (Coords) **Gestión del Paisaje. Manual de protección, gestión y ordenación del paisaje**, Barcelona: Editorial Ariel, 2009.

BUZAI, G. Neogeografía y sociedad de la información geográfica. Una nueva etapa en la historia de la Geografía, **Boletín del Colegio de Geógrafos de Perú**, 1, p. 1-12, 2014.

CARDENAS, O., SALINAS, E., *et al.* **Procedimiento Metodológico para el Ordenamiento Ambiental en espacios marino-terrestres del archipiélago cubano**, La Habana: Editorial AMA, 2018, 71 p.

CASSETI, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 1995.

CAVALCANTI, L. C. S.; CORRÊA, A. C. B. Geossistemas e Geografia no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 61(2), p. 3-33, 2016.

DEMEK, J. The Landscape as a Geosystem. **Geoforum**, 9, p. 29-34, 1978.

DOKUCHAEV, V. V. **La teoría sobre las zonas naturales**. Moscú: Geografiz (en ruso) 1948.

ENGELS, F. **Anti-Dühring**, La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1973.

ENGELS, F. **Dialéctica de la Naturaleza**, Madrid: AKA, 2017

ENGELS, F. **El papel del trabajo en el proceso de transformación del mono en hombre**. Marxists Internet, 2020. Archive <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1876trab.htm>

FOLCH, R.; BRU, J. **Ambiente, Territorio y Paisaje. Valores y valoraciones**, Primera Edición, Barcelona: Editorial Barcino SA, 2017, 239 p.

FORMAN, R. T. T.; GODRON, M. **Landscape Ecology**. New York: John Wiley and Sons, 1986.

FROLOVA, M. From the Russian/Soviet landscape concept to the geosystem approach to integrative environmental studies in an international context, **Landscape Ecology**, p. 1-18, 2018.

GARCÍA, A.; SERRANO DE LA CRUZ, M. A.; MÉNDEZ, A.; SALINAS, E. Diseño y aplicación de indicadores de calidad paisajística para la evaluación de atractivos turísticos en áreas rurales, **Revista de Geografía Norte Grande**, 72, p. 55-73, 2019.

GARCÍA-RIVERO, A.; MIRAVET, B. L.; SALINAS, E.; CRUAÑAS, E.; REMOND, R.; MARTINEZ, A. **Los Paisajes de la cuenca hidrográfica Ariguanabo, su evaluación y características de su paisaje natural protegido “Río Ariguanabo”**, *In*: SEOLIN, L.; MATEO, J. M.; FONTENLA, J. L. (Editors) *Biogeografía.... Desde a América Latina* Tupá: Editora ANAP, 2016, p.111-125.

GARCIA- RIVERO, A.; MIRAVET, B. L.; SALINAS, E.; DOMINGUEZ A. Z. A cartografia das paisagens com sistemas de informação geográfica como base para o diagnóstico geoecológico da bacia hidrográfica do rio Ariguanabo (Cuba), **Revista da ANPEGE** V.15, n. 27, p. 169-194, 2019.

GENELETTI, D.; SALINAS, E.; MARCHI, A.; ORSI, F. Designing and Comparing Zoning Scenarios for the Viñales National Park, Cuba, **GEOSIG**, Año 2, Número 2, p. 164-185, 2010.

GONZÁLEZ, R.; SALINAS, E.; MONTIEL, S.; REMOND, R.; ACEVEDO, P.; HERRERA, A. **Programa Estatal de Ordenamiento Territorial, Baja California Sur**, México, 2003 Disponible en: <http://es.scribd.com/collections/4104351/Programa-Estatalde-Ordenamiento-Territorial-Baja-California-Sur-Mexico>

HAASE, G. **Landscape Ecology** (Abstract of Lectures) Leipzig: Int. Train. Course, Inst. de Geog. y Geoecologie, 1986.

HEINZ H. H. **Reflexión y praxis. Estudios para la teoría marxista hoy**, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2004

ISACHENKO, A. G. **Principles of Landscape Science and Physical Geographic Regionalization**, Melbourne: University Press, 1973.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, Lisboa: Edições 70, 2003.

KIYOTANI, I. O conceito de paisagem no tempo. **Geosul**, 29(57), p. 27-42, 2014.

KLINK, H. J. Geoecologia e regionalização natural (bases para pesquisa ambiental). **Biogeografia**, 17, 32 p. 1981.

KHOROSHEV, A. V.; DYAKONOV, K. N. **Landscape Patterns in a Range of Spatio-Temporal Scales**, Landscape Series, Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2020, 446, p.

KRASOVSKAIA, T. M., *et al.* **Introducción a la utilización de la naturaleza**, Moscú: Facultad de Geografía, UEM (en ruso) 2016.

LA BLACHE, P. V. **Principios de geografía humana**. 2. ed. Lisboa: Cosmos, 1954.

LA O, J A.; SALINAS, E.; LICEA, J. E. Aplicación del diagnóstico geoecológico del paisaje en la gestión del turismo litoral Caso Destino Turístico Litoral Norte de Holguín, Cuba, **Investigaciones Turísticas** N° 3, p. 1-18, 2012.

LEONEL, W; MERCANTE, M. A.; SABINO, J.; SILVA, M. H. S.; MARIANE, M. A. P. Relação entre turismo e dinâmica da paisagem em Bonito (MS) na perspectiva do modelo GTP (Geossistema-Território-Paisagem), **Revista Brasileira de Ecoturismo**. v. 10 n. 2, p. 411-432, 2017.

MARANDOLA, JR. E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea, **Revista Geograficidade**, v.3, n.2, p. 49-64, 2013

MARQUES NETO, R. A abordagem sistêmica e os estudos geomorfológicos: algumas interpretações e possibilidades de aplicação, **Revista Geografia**, v. 17, n. 2, p.67-87, 2008.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. El concepto de paisaje como instrumento de conocimiento ambiental. *In*: MARTÍNEZ DE PISÓN E. (editor) **Paisaje y medio ambiente**, Madrid: Fundación Duques de Soria, Universidad de Valladolid, 1998, p 45-56.

MARTÍNEZ, J. M.; MARTÍN, G.; CÁRDENAS, O.; *et al.* Modelo de Ordenamiento Ambiental como sustento para el planeamiento territorial en Cuba. El ejemplo del municipio Yaguajay, Cuba. *In*: ROSETE, F.; FUENTES, J. de J. (Coords.) **Aportes de la Planeación Territorial en Hispanoamerica. Estudios de Casos desde diferentes perspectivas**, Morelia: Universidad Nacional Autónoma de México, 2018, p. 91-146.

MATA, R. Paisaje. *In*: SANCHO J.; DEL CAMPO A. (Editors) **España en mapas. Una síntesis geográfica. Atlas Nacional de España del siglo XXI**, Madrid: Instituto Geográfico Nacional de España, 2018, p.479-498.

MATEO, J. M. (2011) **Geografía de los Paisajes, primera parte. Paisajes naturales**, La Habana: Editorial Universitaria.

MATEO, J. M. (2013) **Geografía de los Paisajes, segunda parte. Paisajes Culturales**, La Habana: Editorial Universitaria.

MATEO, J. M.; Silva, E. V. Para una interpretación epistemológica de la Geografía a partir de la Dialéctica, **Mercator**, 4 (9), p. 55-68, 2006.

MATEO, J. M.; Silva, E. V. **Teoria dos geosistemas. O legado de V.B. Sochava. Volume I Fundamentos teórico metodológicos**, Fortaleza: Edições UFC, 2019.

MATEO, J. M.; Silva, E. V.; Cavalcanti, A. P. B. **Geocologia das paisagens. uma visão geossistémica da análise ambiental**, 5. ed., Fortaleza: Editora UFC, 2017.

MÉNDEZ, A.; SERRANO, M. A.; SALINAS, E.; GARCÍA, A. Propuesta metodológica basada en indicadores para la valoración del potencial turístico del paisaje en áreas rurales: el caso el municipio de Atlautla (México) **Cuadernos de Turismo**, nº 42, p. 335-354, 2018.

MILKOV, F. N. **El hombre y los paisajes. Rasgos de la ciencia del paisaje antropogénica**, Moscú: Misl, 1973.

MIRAVET, B. L. **Caracterización geocológica de la Cuenca Ariguanabo y la calidad ecológica de sus aguas, Artemisa, Cuba**, 2016, 99 p., Tesis de Doctorado, Universidad de Valencia, España y Universidad Politécnica de la Habana, 2016.

MIRAVET B. L.; GARCÍA, A. E.; ACOSTA, F.; *et al.* **Atlas Geoambiental del Municipio Habana Vieja, Cuba: Un instrumento para el análisis de la Sostenibilidad a nivel municipal**, Anales del Congreso Internacional sobre desarrollo, medio ambiente y recursos naturales (Volumen III). Cochabamba, Bolivia, 2007, p. 2016-2028.

MIRAVET, B. L.; GARCÍA, A. E.; SALINAS, E.; CRUAÑAS, E.; REMOND, R. Diagnóstico Geocológico de los paisajes de la cuenca hidrográfica Ariguanabo, Artemisa, Cuba, **Ciencias de la Tierra y el Espacio**, Vol. 15 No.1, p. 53-66, 2014.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas: a história de uma procura**, São Paulo: Contexto, 2000.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. Contexto, 2006.

MOREIRA, R.. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço Geográfico**. 1 ed. 1ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.

MORETTI, E. C.; SALINAS, E. Las áreas protegidas y el turismo como estrategia de desarrollo en áreas carsticas tropicales, Parque Nacional da Bodoquena, Brasil y Parque de Viñales, Cuba, *In:* ALISEDA, J. M. (Coord.) **Gestión Ambiental y desarrollo sustentable: experiencias comparadas**. Navarra: Thomson Reuters/Aranzadi, 2018, p. 165 –176.

MORETTI, E.; SALINAS, E.; RIBEIRO, A. F. N. El Ecoturismo en Áreas Cársicas Tropicales: Parque Nacional Sierra da Bodoquena, Mato Grosso do Sul, Brasil y Parque Nacional Viñales, Pinar Del Rio, Cuba, **Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas** nº 13, 2016, p. 82-104.

MUÑOZ, J. Paisaje y geosistema. Una aproximación desde la geografía física. En: MARTÍNEZ DE PISÓN E. (Coord.) **Paisaje y medio ambiente**, Madrid: Fundación Duques de Soria, Universidad de Valladolid, 1998, p. 45-56.

MUÑOZ, J. Paisaje y Geografía. **Arbor**, 518(519), p. 219-234, 1989.

NAVEH, Z.; LIBERMAN, A. S. **Landscape ecology: theory and application**, New York: Springer Verlag, 1984.

NEEF, E. Applied Landscape Research, **Applied Geography and Development**, 24, p. 38- 58, 1984.

NEVES, C. E.; SALINAS, E. A paisagem na geografia física integrada: impressões iniciais sobre sua pesquisa no Brasil entre 2006 e 2016. **Revista do Departamento de Geografia**, Edição Especial SBGFA, p. 124-137, 2017.

NIKOLAIEV, V. A. **Ciencia del paisaje. Seminarios y tareas prácticas**, Facultad de Geografía de la Universidad Estatal de Moscú (en ruso) 2006.

NOGUÉ, J.; SALA, P. El paisaje en la ordenación del territorio. Los catálogos de paisaje de Cataluña, **Cuadernos Geográficos**, 43, 69-98, 2008.

ORTEGA, N. (2010) El lugar del paisaje en la geografía moderna. **Estudios Geográficos**, 269, p. 367-393.

PASSOS, M. M. A conceituação da paisagem, **Revista Formação**, 7(1), p. 131-144, 2001.

PEDRAS, L. R. V. A paisagem em Alexander Von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza. **Revista USP**, 46, p. 97-114, 2000.

PEREIRA, G.; SALINAS, E.; SIQUEIRA, M. E. O estudo das unidades de paisagem do bioma Pantanal, **Revista Ambiente & Agua**, v. 7, n. 1, p. 89-103, 2011.

PIEDRA, R. **Marxismo y dialéctica de la naturaleza**, La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2017.

RAMÓN, A. M.; SALINAS, E.; ACEVEDO, P. **Modelo de Ordenamiento Ambiental desde la perspectiva del paisaje: Una propuesta para la cuenca alta del rio Cauto**, Saarbrucken: Editorial Academia Española, 2012, 104 p.

RAMÓN, A. M.; SALINAS, E.; LORENZO, C. Propuesta metodológica para la zonificación funcional de áreas naturales protegidas terrestres desde la perspectiva del paisaje, **Revista Instituto Forestal**, Volumen 25 n. 1 p. 7-23, 2013.

RAMÓN, A. M.; SALINAS, E.; MILLÁN, M., LABRADA, O.; ROSALES, Y. Evaluación de los recursos paisajísticos e históricos para el desarrollo del turismo de naturaleza en las zonas de uso público del Parque Nacional Pico Bayamesa. Cuba. **Investigaciones Turísticas** (19), p. 213-239, 2020.

RIABCHIKOV, A. M. **Estructura y dinámica de la Esfera geográfica, su desarrollo natural y la transformación por el hombre**, Moscú: Editorial MIR, 1976.

RIBEIRO, A. F. N.; SALINAS, E. Los Paisajes Geográficos del Parque Nacional Sierra de Bodoquena y su Entorno, Mato Grosso do Sul, Brasil. *In*: SOARES, A. M.; KUERTEN, S.; FREITAS, V. L. (Orgs) **Geografia e suas Linguagens: a construção de novas leituras sobre o espaço regional sul-mato-grossense**. V. 2, Campo Grande, MS: Life Editora, 2018, p. 115-135.

ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI, N. **Géosystèmes et Paysages: bilan et méthodes**. Paris: A. Colin, 1991.

RUIZ, J. D.; DELGADO, J. (Coords.) **La degradación ambiental de los paisajes en las cuencas Guanabo e Itabo**, Saarbrucken Editorial Academia Española, 2012, 143 p.

RUIZ, J. D.; REMOND, R.; DELGADO, J. J.; CORTÉS, R.; SALINAS, E.; FERNÁNDEZ, J. M.; ACEVEDO, P. Estudio Geoambiental de la cuenca de Guanabo. Aproximación a la problemática del agua, **Baética**, Vol. 32, p. 89-126, 2010.

SALINAS, E. La Geografía y el Ordenamiento Territorial en Cuba, **La Gaceta Ecológica** 76, p. 35-51, 2005.

SALINAS, E. Ordenación, Planificación y Gestión de los Espacios Turísticos: Aspectos teórico-metodológicos, In CAPPACI, A. (Editor) **Turismo y Sustentabilidad. Un acercamiento multidisciplinar por el análisis del movimiento y de las estrategias de planificación territorial**, Genova: Universidad degli Studi di Génova, 2002, p. 263-273.

SALINAS, E. Los estudios del paisaje como fundamento de la Planificación Ambiental y Territorial. In: RIBEIRO M. A.; MORETTI, E. C. (Orgs.) **Olhares Geográficos Sobre Paisagem e Natureza**, Tupã: Editora ANAP, 2018, p. 51-61.

SALINAS, E.; DE SOUZA, M. H.; MIRANDOLA, P.; GARCÍA, L. R. La Cartografía de los paisajes como fundamento de la evaluación del potencial turístico del municipio Paranaíba, MS, Brasil, Gran Tour: **Revista de Investigaciones Turísticas** n° 19, p.79-102, 2019a.

SALINAS, E.; DI MAURO, C. A.; MORETTI, E. C. (Orgs) **Agua Recurso Hidrico bem social transformado en Mercadoria**, Editorial ANAP, 2017, 260 p.

SALINAS E., *et al.* Ordenamiento Ecológico Territorial Estado de Hidalgo, Periódico Oficial del Estado Tomo CXXXIV No. 14, 2 de Abril del 2001, 473 p.

SALINAS, E., *et al.* **Ordenamiento Ecológico Territorial de Huasca de Ocampo, Hidalgo, México**, Consejo Estatal de Ecología y Gobierno del Estado de Hidalgo, 1999, 71 p.

SALINAS, E.; GARCÍA, A. E.; MIRAVET, B. L.; REMOND, R.; CRUAÑAS. E. Delimitación, Clasificación y Cartografía de los Paisajes de la cuenca Ariguanabo, Cuba, mediante el uso de los SIG, **Revista Geográfica del IPGH**, No. 154, p. 9-30, 2013.

SALINAS, E.; GARCÍA-ROMERO, A.; SERRANO DE LA CRUZ, M. A.; MÉNDEZ, A.; MORETTI, E. C. Las dimensiones del paisaje como recurso turístico, In: SUÁREZ, R.; REYES, A.; PINTÓ, J. (eds.) **Turismo i paisatge**, Girona: Documenta Universitaria, 2019b, p. 131-140.

SALINAS, E.; MATEO, J. M.; CAVALCANTI, L. C. S.; BRAZ, A. Cartografía de los Paisajes: Teoría y aplicación, **Physis Terrae**, Vol. 1, n° 1, p. 7-29, 2019c.

SALINAS, E.; RAMÓN, A. M. **Los Paisajes como Fundamento de la Planificación y Gestión de las Áreas Protegidas Terrestres**, Master en Paisaje, Patrimonio y Estudios Territoriales, Fondo Verde, Lima: Editorial Ambiental, 2016, 185 p.

SALINAS, E.; REMOND, R. El enfoque integrador del paisaje en los estudios territoriales: experiencias prácticas. In: GARROCHO C.; BUZAI G, (editors) **Geografía aplicada en Iberoamérica: avances, retos y perspectivas**, Zinacantepec: El Colegio Mexiquense, 2015, 503-542.

SALINAS, E.; RIBEIRO, A. F. La cartografía de los paisajes con el empleo de los Sistemas de Información Geográfica: Caso de estudio Parque Nacional Sierra de Bodoquena y su entorno, Mato Grosso do Sul, Brasil, **GEOSIG**, Año 9, Número 9, 2017, p. 186-205.

SALINAS, E.; TROMBETA, L. R.; LEAL, A. C. Estudo da Paisagem aplicado ao Planejamento y Gestão de bacias Hidrográficas. In: FIGUEIRÓ, A. S.; DI MAURO, C. A. (Orgs.) **Governança da água: das políticas públicas à gestão de conflitos**, Campina Grande: EPTEC, 2020, p. 49-63.

SALINAS, ED.; SALINAS, Er. El Enfoque Integrador del Paisaje como fundamento de la Planificación Territorial del Turismo en Cuba. *In: GARAVITO, L.; OCHOA, F. (Edits) Debates contemporáneos sobre el turismo: Nuevos retos del turismo. Casos de estudio sobre los vínculos entre la gobernanza, el desarrollo y la sostenibilidad*, Bogotá: Universidad del Externado de Colombia, 2016, p. 203-223.

SALINAS, ED.; SALINAS, ER.; VEIGA, E. Landscape planning for tourism in Tropical Islands. A case study of Coco Key, Cuba, *INSULA International Journal of Island Affairs*, Year 4 No. 1, p. 12-19, 1995.

SANT'ANNA NETO, J. . Por uma geografia do clima: antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. *Terra Livre*, n. 17, p. 49-62, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, C. **The morphology of landscape**. Berkeley: University of California, 1925.

SCHRIBER, K. F. The history of landscape ecology in Europe. *In: Zonneveld I. S.; Forman, R. T. (editors) Changing lanscapes: an ecologicaal perspective* (p. 21-33). Berlin: Springer-Verlag, 1989.

SHISHENKO, P. C. **Geografia Física Aplicada**. Kiev: Editorial Visha Skola (en ruso) 1988.

SILVA, M. H. S. **Análise da paisagem do pantanal da Nhecolândia: estudo de caso das lagoas salitradas sob a perspectiva do modelo GTP (Geossistema, Território e Paisagem)**. 2012. 253 f. Tese (doutorado) – Geografia, Universidade Estadual Paulista - UNESP, Presidente Prudente, 2012.

SILVA, M. H. S.; QUENOL, H.; ALHO, C. J. R.; ANDRADE, B. S.A.; SEPÚLVEDA, J. J. O. Cartografia da paisagem pantaneira: um olhar biogeográfico sobre o Pantanal do Abobral no Mato Grosso do Sul. *In: SALINAS, E.; SEOLIN, L. (Orgs.) Cartografia Biogeográfica e da Paisagem*, Vol 1, Primera Edición, Tupá: ANAP, 2019, p. 143-168.

SILVA, M. H. S. e PASSOS, M. M. Discurso de A(u)tores da Paisagem do Pantanal da Nhecolândia, *Mercator*, v. 17, 16 p., 2018

SOCHAVA, V. B. **Introducción al estudio de los geosistemas**. Novosibirsk: Science, Siberian Branch (en ruso), 1978.

SOLNTSEV, N. G. Basic problems in Soviet landscape science, *Soviet Geography*, 3, 3-15, 1962.

SOUSA, R. J. **Paisagem e Socionatureza: olhares geográfico-filosóficos**, Chapecó: Editora UFFS, 2018, 133 p.

TIMASHEV, I. E. El componente geocológico principal del paisaje terrestre. *In: ALEKSEEV, B.A. (editor) El mundo de la geocología* (p.11-20) Moscú: GEOS, 2008.

TROLL, C. Landscape ecology (Geoecology) and Biogeocenology, *Geoforum*, 8, p. 43-46, 1971.

UICN. Orientación para usar el Estándar Global de la UICN para soluciones basadas en la naturaleza : primera edición. 2020. <https://doi.org/10.2305/IUCN.CH.2020.09.es>

URQUIJO, P.; BOCCO, G. Los estudios de paisaje y su importancia en México, 1970-2010. *Journal of Latin American Geography*, 10(2), p. 37-63, 2011.

VITTE, A. C. O Desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator**, 6(11), p. 23-38, 2007.

VITTE, A. C.; WITTGEINSTEIN, R. Natureza em Alexander Von Humboldt: entre a ontologia e o empirismo, **Mercator**, volume 9, número 20, p. 179-195, 2010.

WU, J. Thirty years of Landscape ecology(1987–2017): retrospects and prospects. **Landscape Ecology**, 32, p. 2225-2239, 2017.

ZOIDO, F. El convenio europeo del paisaje. *In*: Fábregas, J. B.; Ramos, A. C. (editors) **Gestión del paisaje** (p. 299-315). Barcelona: Ariel, 2009.

ZONNEVELD, I. S. **Land Ecology**. Amsterdam: SPB Academic Public., 1995.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Áreas protegidas, 80, 81, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 98, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 140, 141, 144, 149, 150, 151, 194, 208, 302

B

Bonito, 13, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 217, 218, 219, 220, 225

C

Comitês de bacias hidrográficas, 16, 18, 21, 28
 Conflitos, 12, 13, 14, 17, 24, 27, 28, 32, 54, 63, 68, 100, 101, 121, 136, 137, 138, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 155, 169, 194, 197, 216, 217, 219, 220, 222, 223, 258, 264, 266, 270
 Covid-19, 175, 176, 177, 182, 186, 188, 189, 205

D

Desenvolvimento, 10, 20, 22, 32, 33, 35, 38, 39, 44, 51, 53, 79, 97, 103, 115, 120, 123, 151, 197, 198, 224, 225, 246, 247, 248, 250, 252, 254, 258, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 279, 281

E

Espaço urbano, 31, 32, 48, 51, 52, 53, 178, 233
 Estado, 14, 15, 31, 33, 34, 42, 50, 51, 63, 64, 75, 121, 122, 134, 136, 144, 150, 151, 156, 170, 182, 189, 216, 223, 241, 242, 262

G

Geoparques, 79, 80, 87, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 208
 Gestão Racional da Natureza, 241, 242, 243

M

Meio ambiente, 58, 61, 116, 119, 120, 122, 163, 200, 217, 222, 223, 232, 243, 268

N

Natureza, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 297, 301, 302, 303

P

Paisaje, 284, 288, 293, 294, 295, 296, 298, 299, 300, 302, 303, 304
 Pantanal, 24, 25, 28, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 220, 302
 Parques nacionais, 78, 80, 82, 87, 88, 93, 95, 96, 97, 99, 101, 103
 Planejamento, 15, 16, 28, 31, 32, 33, 35, 44, 45, 48, 52, 53, 61, 196, 199, 200, 202, 220, 233, 241
 Políticas públicas, 12, 14, 16, 17, 19, 22, 58, 59, 63, 73, 147, 182, 189, 198, 223, 224, 256
 ProSAVANA, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 258, 260, 261, 263, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280

R

Recursos hídricos, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 62, 167
 Recursos naturais, 20, 71, 114, 136, 140, 142, 162, 198, 204, 208, 209, 216, 220, 231, 247

S

Serra da Bodoquena, 108, 157, 159, 160, 161, 162, 170, 171, 172, 215, 219, 224, 302
 Sociedade-natureza, 38, 57, 78, 134, 135, 151

T

Turismo, 91, 96, 118, 119, 138, 142, 147, 148, 155, 159, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 183, 184, 186, 187, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 215, 217, 218, 219, 224, 228, 234, 243, 302

U

Unidades de Conservação, 154, 155, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 169, 170, 217, 221, 222, 223, 228, 229, 232, 233, 234, 237, 238, 242, 243

SOBRE OS AUTORES

Adriano Chaves de França - Geógrafo, Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq e Laboratório de Pesquisas Territoriais (LAPET) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atua na Prefeitura Municipal de Naviraí-MS nas áreas de regularização ambiental e fundiária bem como na gestão de bacias hidrográficas. **E-mail:** adrianoch@gebio.org.br

Alberto Enrique García Rivero - Doutor em Geografia pela Academia de Ciências de Cuba (1995), Mestre em Inovação Pedagógica e Gestão de Centros Educativos pela EUCIM Business School, Madrid, Espanha (2018). Professor Principal da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú. Atua nos seguintes temas: Riscos de Desastres, Gestão Integrada de Recursos Hídricos, Geoecologia, Turismo, Ordenamento Territorial e Metodologia de Pesquisa. **E-mail:** albertoenrique.garcia@unmsm.edu.pe

Amilton Luiz Novaes – Doutor em Geografia e graduado em Administração, é docente da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD na Faculdade de Administração Ciências Contábeis e Economia – FACE, atuando e pesquisando principalmente os seguintes temas: políticas públicas, administração pública, aviação regional, infraestrutura logística e simulação empresarial. **E-mail:** amiltonnovaes@ufgd.edu.br.

Ângelo Franco do Nascimento Ribeiro - Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e Técnico do Laboratório de Geoprocessamento da mesma instituição. Tem pesquisas nos seguintes temas: Unidades de Conservação, Assentamentos rurais, Turismo, Geoprocessamento, Sensoriamento remoto, Arqueologia. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. **E-mail:** angeloribeiro@ufgd.edu.br

Bruno Ferreira Campos- Bacharel em Gestão Ambiental e Licenciado em Geografia. Doutor em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Integrante do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA, certificado pelo CNPq, atualmente é professor de Geografia na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Dourados/MS e professor colaborador do MBA em Gestão Ambiental Municipal da Faculdade de Ciências Biológicas e Ambientais-FCBA/UFGD. Realiza pesquisas principalmente nos seguintes temas: Relação entre sociedade e natureza e problemática urbano-ambiental. **E-mail:** brunofcampos625@hotmail.com

Cecilia Aparecida Costa – Doutora em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. Concluiu, no ano de 2012, o Mestrado em Geografia pela mesma Instituição de Ensino Superior. Possui Graduação em Geografia Licenciatura e Bacharelado, concluída em 2003, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. É membro, desde 2000, do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente - GTA, certificado pelo CNPq. **E-mail:** ceciliaapcosta@hotmail.com

Douglas Santos - Graduado e mestre em Geografia. Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atua na área de Geografia, principalmente nos seguintes temas: formação territorial, ensino de geografia, cultura, educação, discurso geográfico e epistemologia da geografia. **E-mail:** douglassangeog@gmail.com

Eduardo Salinas Chávez - Doutor em Geografía pela Universidad de La Habana, Cuba (1991). Pós doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) (2018). Professor Titular da Universidad de La Habana. Atua nas seguintes áreas: Geocologia, Ordenamento Territorial e Turismo. Atualmente é Professor Visitante na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. **E-mail:** esalinasc@yahoo.com,

Edvaldo Cesar Moretti – Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – UNESP/Rio Claro. Professor titular da Universidade Federal da Grande Dourados, nos cursos de graduação e pós graduação em Geografia. Professor colaborador no Programa de Pós Graduação em Geografia da UNICAMP. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente da UFGD. **E-mail:** edvaldomoretti@ufgd.edu.br

Elaine Ketelin Pinto Luz- Mestranda em Geografia pela Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisa e atua nos temas relacionados às políticas públicas ambientais, geopolítica da água, gestão de recursos hídricos, comitês de bacia hidrográfica, ecoturismo e ensino de geografia. Pesquisadora do GTA - Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. **E-mail:** elaineluzgeo@gmail.com

Fábio Pozati - Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Graduado em Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador Geral dos Cursos de Turismo da Universidade Paulista (UNIP) e do Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo da UNIP (EAD). Atua como professor de curso superior, desde 2000, nos seguintes temas: marketing, planejamento e políticas públicas, transporte, agenciamento, serviços e gestão da qualidade. **E-mail:** fpozati@hotmail.com

Heros Augusto Santos Lobo- Professor Associado I do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades (DGTH) da Universidade Federal de São Carlos, atuando no Bacharelado em Turismo e como professor permanente nos seguintes programas de Pós-Graduação: Geografia (UFSCar), Sustentabilidade na Gestão Ambiental (UFSCar) e Turismo (EACH-USP). Líder do Grupo de Pesquisa “Fatores Condicionantes e Determinantes da Demanda Turística” e membro do Grupo de Pesquisa “Território e Ambiente”, ambos certificados pelo CNPq. Suas principais linhas de pesquisa são: planejamento e gestão do turismo em áreas naturais protegidas, capacidade de carga turística e espeleoclimatologia. **E-mail:** heroslobo@ufscar.br

Joyce Avila de Oliveira- Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Professora do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. **E-mail:** joavioli@gmail.com

Karoline Batista Gonçalves- Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade Anhanguera de Dourados-MS (2008). Doutora (2019) e Mestre (2012) em Geografia pela Universidade da Grande Dourados (UFGD). Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq. **E-mail:** estiloartesc@hotmail.com

Lidiane Almeida Costa- Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Professora de Geografia da Rede Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. Tem pesquisas nos seguintes temas: Geografia, Meio ambiente, Produção Territorial, Ensino de Geografia e Reorientação Curricular. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente – GTA/UFGD, certificado pelo CNPq. **E-mail:** lidiane_81@hotmail.com

Lucas Atanásio Catsossa – Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM, 2014) com estágio/Graduação-Sanduiche em Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2014); Mestrado (2017) e Doutorado (2020) em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, MS-Brasil). É docente na Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade Púnguè (FGA/UniPúnguè) – Chimoio e no Instituto de Ensino à Distância da Universidade Católica de Moçambique (IED/UCM) – Tete/Moçambique. Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando com as seguintes temáticas: Geografia e Questão Agrária; Movimentos sociais; Conflitos socioambientais; Expropriações contemporâneas; Relação sociedade/natureza e Turismo de natureza. **E-mail:** lucascatsossauem@gmail.com ou catsossa.edu@gmail.com

Mara Aline Ribeiro - Doutora em Geografia pela Universidade de Campinas (UNICAMP). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Economia e Turismo e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços - CPAN/UFMS. Pesquisadora das temáticas: fronteira, turismo, território, sociedade e economia no Pantanal. Membro do Grupo de Pesquisa Território e Ambiente (GTA), certificado pelo CNPq. **E-mail:** mara_aline@yahoo.com.br.

Mauro Henrique Soares da Silva- Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente – SP. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Atua nos cursos de Licenciatura, Bacharelado, Mestrado e Doutorado em Geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas. Possui especialidade nas áreas de Geoprocessamento, Biogeografia, Climatologia Geográfica e Ensino, dando ênfase à Análise da Paisagem. **E-mail:** mauro.soares@ufms.br

Sandra Julia Gonçalves Albergaria - Doutora em Ciências pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Mestre em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Graduada em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC, SP). Professora Titular da Universidade Paulista (UNIP), atua com os seguintes temas: educação ambiental, formação continuada do professor e estudos do meio. **E-mail:** sajulina2001@yahoo.com.br

Vera Lúcia Freitas Marinho- Doutora em Geografia (Análise Ambiental e Dinâmica Territorial) pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Atua nos temas de meio ambiente e políticas públicas, gestão de recursos hídricos, comitês de bacia hidrográfica. Membro do GTA - Grupo de Pesquisa Território e Ambiente, certificado pelo CNPq. **E-mail:** marinho_vera@yahoo.com.br



Apoio:

FCH

UFGD

Universidade Federal
da Grande Dourados

**TOTAL
BOOKS**

gTA
GRUPO
DE PESQUISA
Território
e Ambiente

